

# AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA KWENDA 2020 - 2024



**KWENDA**  
*Caminhar*



**KWENDA**  
*Caminhar*

AVALIAÇÃO DE  
IMPACTO DO  
PROGRAMA  
KWENDA  
2020 - 2024



**KWENDA**  
*Caminhar*



# Ficha Técnica

## **Título**

Avaliação de Impacto do Programa KWENDA 2020 - 2024

## **Edição**

FAS - Instituto de Desenvolvimento Local  
Novembro de 2024

## **Concepção e Análise**

Paulo Filipe - Coordenador do Estudo

## **Assistentes do Estudo**

Filomena Andrade - Assistente Sénior  
Maria Malegas - Assistente Júnior  
Octaviana Lopes - Assistente Júnior

## **Criação Gráfica e Paginação**

Ideias Calculadas, SU Lda | [www.ideiascalculadas.tech](http://www.ideiascalculadas.tech)

## **Fotografias**

FAS - Instituto de Desenvolvimento Local  
Paulo Filipe

## **Tiragem**

2 000 exemplares

## **Impressão gráfica**

UNIMATER GRÁFICA, Lda

## **Depósito legal**

13462/2024

## **Nota de exoneração**

A informação contida neste relatório de avaliação do KWENDA é da exclusiva responsabilidade da equipa de consultores.

*O KWENDA desempenha um papel fundamental no fortalecimento da resiliência, contribuindo para a diversificação das fontes de rendimento das famílias. Este é um dos maiores ganhos no contexto das economias rurais, onde a diversificação das fontes de rendimento constitui uma protecção contra vulnerabilidades futuras. As famílias puderam reforçar as suas actividades agrícolas tradicionais e explorar outros negócios de pequena escala com recursos financeiros adicionais. Este progresso tangível é um testemunho da eficácia do Programa e do seu potencial para revolucionar os meios de subsistência rurais e garantir protecção social dos grupos mais vulneráveis e pobres da população.*



# Prefácio

Em 2020, Angola embarcou numa jornada extraordinária com o lançamento do Programa KWENDA, uma iniciativa ousada que visa combater a vulnerabilidade extrema, sobretudo nas zonas rurais. Aprovado em 2019 e introduzido a meio da pandemia da COVID-19 e do agravamento das condições agro-climáticas, o KWENDA, que significa “Caminhar”, simboliza a esperança para as famílias em extrema necessidade. A sua essência reside não apenas na distribuição de ajuda, mas na redefinição da forma como o Governo pode capacitar as comunidades mediante mecanismos de protecção social inovadores, inclusivos e transparentes.

A protecção social é um direito! Não é uma acção assistencialista ou efémera ou um conceito estático ou de nações “atrasadas” – na verdade, é exactamente o oposto! Ela muda e adapta-se à medida que as sociedades e as economias evoluem. Em tempos de prosperidade económica, torna-se um instrumento para solidificar o progresso – ajudando a garantir que os benefícios do crescimento sejam partilhados equitativamente e que as oportunidades permaneçam acessíveis a todos. Os países com níveis mais elevados de desenvolvimento humano são os que tendem a investir mais fortemente na protecção social. Na sua essência, a protecção social não se limita a responder à mudança, ajuda a moldar um futuro mais justo e equitativo.

Quando o KWENDA foi concebido, os desafios que se avizinhavam eram intimidantes. As famílias em Angola estavam a lutar contra a insegurança alimentar aguda, a diminuição de recursos e a incerteza crescente. A abordagem de questões desta grandeza exigia um programa que pudessem proporcionar benefícios tangíveis àqueles que mais precisavam. Eis o KWENDA: uma iniciativa de transferência directa de renda em grande escala, concebida para chegar às famílias mais vulneráveis, gerar resiliência e elevar a sua qualidade de vida.

Mas a implementação do KWENDA foi tudo menos simples. Uma das suas características mais marcantes foi o processo de registo casa-a-casa, um esforço intensivo, mas inovador, em termos de força de trabalho,

para garantir justiça e precisão na identificação dos beneficiários. Sem um sistema de registo pré-existente para orientar o processo de selecção, as equipas no terreno espalharam-se pelas vastas e algumas remotas regiões de Angola, cadastrando metodicamente os agregados familiares elegíveis. O KWENDA conseguiu chegar às aldeias e aos bairros e prestar apoio directo às pessoas que mais precisavam, evitando as armadilhas da ineficiência burocrática e da corrupção.

No essencial, o KWENDA prosperou com um modelo de intervenção baseado na comunidade, o que garantiu que estivesse profundamente enraizado nas realidades locais. Ao colaborar com as Administrações Municipais e ao alinhar-se com as iniciativas sociais existentes, o Programa criou uma rede de apoio que amplificou o seu impacto.

Para os indivíduos e famílias que receberam o benefício, o KWENDA significou mais do que uma simples ajuda financeira – foi uma tábua de salvação! As transferências directas de renda tiveram um impacto imediato e mensurável na segurança alimentar, permitindo que as famílias colocassem refeições na mesa mesmo em tempos de crise. Para além da alimentação, também puderam efectuar investimentos na saúde, educação e melhorar a sua capacidade de produção em pequena escala, e, em última análise, recuperar o sentido de estabilidade.

Mas o impacto do Programa não se limitou ao nível individual. Numa escala institucional, o KWENDA demonstrou como a transparência e a responsabilidade podem transformar a confiança pública nos sistemas de protecção social. O dinheiro chegou às pessoas e a equipa teve controlo exacto de todos os beneficiários.

O KWENDA não foi isento de obstáculos. A implementação de uma iniciativa tão abrangente revelou as complexidades de operar em grande escala, especialmente num país que não dispõe de dados centralizados sobre os beneficiários. Os desafios logísticos foram imensos – mobilizar equipas, navegar em terrenos difíceis e gerir as expectativas das comunidades, reduzindo as desconfianças iniciais sobre a continuidade do Programa.

Uma das lições mais valiosas do KWENDA foi a importância do compromisso político. O seu desempenho dependeu do apoio institucional e de uma forte colaboração entre agências e instituições do Estado. E também pôs em evidência uma verdade universal sobre os progra-

mas de protecção social: não se focam apenas nos resultados, mas também e essencialmente no processo. Ao avaliar o processo, percebe-se que o alcance do Programa repercute-se muito para além dos benefícios imediatos. Reforça a rede de segurança social mais alargada de Angola, criando a resiliência necessária para enfrentar desafios futuros. Cada etapa do processo, desde o registo e a validação comunitária das listas dos beneficiários até à entrega dos valores monetários e à educação financeira, reflectiu a dedicação do Programa à justiça, ao rigor e à confiança da comunidade, estabelecendo uma nova referência para as iniciativas de protecção social em Angola.

O FAS-Instituto de Desenvolvimento Local não empreendeu essa jornada sozinho. Além do apoio financeiro, o Banco Mundial desempenhou um papel importante como parceiro, proporcionando oportunidades de intercâmbio de experiências da equipa executora com outros países sobre matérias ligadas à protecção social. A implementação do Programa contou com inúmeros profissionais locais, cuja dedicação e experiência impulsionaram os avanços operacionais. Os quatro anos de lições adquiridas através desta experiência tornaram-se um recurso inestimável para o sector de protecção social em Angola, lançando as bases para intervenções mais robustas no futuro.

Apesar dos desafios, a implementação do KWENDA caracterizou-se por um alto grau de transparência e responsabilidade. Os relatórios financeiros e de aquisições foram publicados em conformidade com os regulamentos da administração pública do país. A supervisão foi rigorosa, envolvendo vários organismos de controlo, incluindo o Tribunal de Contas, o Serviço Nacional de Contratação Pública e a Inspeção-Geral da Administração do Estado (IGAE). As auditorias internas aos pagamentos reforçaram ainda mais a integridade do Programa, garantindo que os fundos fossem geridos de forma responsável e de acordo com as normas estabelecidas.

Não obstante os progressos significativos alcançados, persistem desafios fundamentais. Uma das questões mais prementes é que o KWENDA isoladamente não pode abordar todas as complexidades do combate à pobreza em Angola – ele constitui uma contribuição a esse desiderato.

A sustentabilidade permanece no coração da missão do KWENDA, conceptualizada como uma abordagem tripla: manter um forte compromisso político, assegurar recursos financeiros suficientes e construir uma capacidade operacional e institucional robusta. Alcançar este equilíbrio é essencial para garantir a longevidade e a eficácia do Programa.

Para este fim, há que dar prioridade à produção de conhecimento, usando as avaliações do Programa e o feedback dos beneficiários para orientar os ajustes necessários. E ao abraçar a adaptabilidade e permanecer comprometido com esses objectivos, o KWENDA será não apenas uma solução temporária, mas um símbolo duradouro de progresso e resiliência na luta contra a pobreza.

O objectivo da avaliação é duplo: confirmar o alcance e corrigir eventuais falhas, promovendo uma cultura de aprendizagem e melhoria contínua. Angola investiu recursos significativos no KWENDA e é vital não só extrair lições desta experiência, mas também contribuir para um debate público mais amplo, estruturado e bem informado sobre a protecção social. Para esse fim, foi tomada a decisão de disponibilizar publicamente os resultados da avaliação e todos os instrumentos com ela relacionados. Esta transparência fornece à sociedade ferramentas para se envolver em discussões significativas sobre o Programa e as suas implicações, enriquecendo o diálogo nacional sobre a protecção social de base.

O impacto do KWENDA pode ser entendido através de três dimensões-chave. Ao nível da família, o Programa influencia directamente o bem-estar social e económico dos beneficiários, melhorando os meios de subsistência e promovendo uma maior segurança para as famílias vulneráveis. A nível institucional, o KWENDA fortalece a capacidade das instituições para intervir efectivamente. Isto inclui melhorias na organização, metodologia, especialização da força de trabalho e o desenvolvimento de sistemas, regras e procedimentos críticos para a execução do Programa. A estruturação de uma base de dados com cerca de 5 milhões de entradas sobre pessoas vulneráveis, pode servir de base para a tomada de decisões sobre intervenções públicas e privadas e para a investigação científica. A nível político, o KWENDA disponibiliza informações valiosas que podem informar o debate sobre políticas públicas, oferecendo uma base para refinar e melhorar as estratégias de protecção social em Angola.

Em última análise, esta avaliação pretende enriquecer o discurso nacional sobre a protecção social de base, abordando não só o seu impacto imediato, mas também os seus fundamentos e sustentabilidade. Serve como trampolim para outros estudos que irão aprofundar aspectos específicos da protecção social, aumentando o corpo de conhecimento local e contribuindo para a melhoria contínua do sector de protecção social de Angola. Ao fazê-lo, abre o caminho para intervenções mais eficazes e uma abordagem mais inclusiva para lidar com a vulnerabilidade no país.

Belarmino Jelembi  
Director Geral

FAS – Instituto de Desenvolvimento Local

# Agradecimentos

A realização deste estudo de avaliação do Programa KWENDA não teria sido possível sem as contribuições inestimáveis e o apoio imprescindível de um número incalculável de indivíduos.

Antes de mais nada, agradecemos profundamente aos 7 551 beneficiários do KWENDA que generosamente se disponibilizaram para participar das sessões de pesquisa que duraram mais de duas horas. A sua paciência, abertura e vontade de partilhar informação detalhada - incluindo cálculos complexos de despesas efectuadas com o dinheiro recebido do Programa – foram essenciais para a qualidade dos dados aqui apresentados. A sua colaboração foi a pedra angular deste estudo.

Gostaríamos também de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos ADECOS e aos Supervisores, que se esforçaram ao máximo para organizar 70 comunidades para entrevistas em grupo. A sua disponibilidade e hospitalidade em receber os pesquisadores, mesmo durante os períodos de pico do trabalho agrícola, foi digna de nota. A informação, o conhecimento sobre a cultura e práticas locais e os modos de vida que partilharam enriqueceram este estudo muito para além dos seus aspectos técnicos. Estamos especialmente gratos pelo acesso que nos concederam para documentar as suas realidades através de fotografias e outros meios.

A época de chuvas em Angola apresentou imensos desafios durante o trabalho de campo, com o difícil acesso a muitas aldeias a complexificar os nossos esforços. Perante estas condições, estamos profundamente gratos aos 102 inquiridores que enfrentaram tamanho desafio para levar a bom termo este trabalho. Somos particularmente gratos às equipas que operaram em Cabinda (zona do Maiombe), Cuando Cubango, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico e Uíge. A sua dedicação e perseverança perante tamanha adversidade foram nada menos que extraordinárias.



Gostaríamos de agradecer à Vice-Governadora Provincial da Huíla para o Sector Político, Social e Económico, Maria João Chipalavela e ao Vice-Governador Provincial de Cabinda para o Sector Político e Social, Miguel dos Santos de Oliveira, assim como à Ex-Directora Provincial do Gabinete de Acção Social, Família e Igualdade de Género (GASFIG) da Huíla, Catarina Sebastião e à Secretária Provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género (SPASFIG) de Cabinda, Fátima Congo Sambo, pelas críticas perspicazes e construtivas sobre o Programa. As suas experiências contribuíram muito para a profundidade e o rigor desta avaliação.

Um agradecimento especial vai para os Administradores Municipais de Londuimbali, Marcos Cachassili, de Cacula, Desidério da Graça, e ao coordenador do CASI de Cacula, Bernardo Mateus, por fornecerem um contexto crítico e perspectivas sobre o KWENDA nas suas regiões. Estamos igualmente gratos à Administradora Municipal do Andulo, Celeste Adolfo, e ao Administrador Municipal de Nharea, Neves Chissonde, cuja disponibilidade e conhecimento foram fundamentais, bem como aos Directores Municipais de Cacula, Andulo, Nharea e Cacongo. Os agradecimentos são extensivos a todos os seus Administradores Comuns, pelas contribuições para este estudo.

Agradecemos às organizações ADRA-A, CODESPA e Irmãs Maria, responsáveis pelo desenvolvimento de projectos de inclusão produtiva (IP) na Huíla, no Bié e em Cabinda, pela disponibilidade de conversar connosco e apresentarem dados demonstrativos do nível de execução e estado actual de cada um dos projectos que desenvolvem em diferentes comunidades e com diferentes beneficiários.

Por último, estendemos os nossos sinceros agradecimentos aos Directores Provinciais e técnicos do FAS em todas as províncias deste estudo, pelo apoio logístico e a facilitação do trabalho de campo. Os seus esforços garantiram a boa organização e execução deste complexo empreendimento. Apraz-nos dar um destaque especial aos motoristas que, em muitos momentos, estiveram na linha de frente para traçar rotas facilitadoras dos acessos e se mantiveram junto das equipas durante todo o processo de inquérito nas comunidades.

## Ficha Informativa do Programa

<b>País</b>	Angola
<b>Título do Programa</b>	Programa de Fortalecimento da Protecção Social – KWENDA
<b>Data de Início da Intervenção</b>	30 de Maio de 2020
<b>Data de Término</b>	Prevista inicialmente para 31 de Outubro de 2024 Aprovada a 22 de Agosto a extensão da data de encerramento para Abril 2025
<b>Coordenação</b>	Comissão Intersectorial presidida pela Ministra de Estado Para Área Social
<b>Agência de Implementação</b>	FAS – Instituto de Desenvolvimento Local
<b>Abrangência Territorial (previsão)</b>	18 Províncias 40 Municípios
<b>Beneficiários</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ <b>Previstos com crédito do Banco Mundial:</b> 1 000 000 Agregados Familiares</li> <li>▶ <b>Beneficiários com Fundos do Governo de Angola:</b> 608 000 Agregados Familiares</li> <li>▶ <b>Total acumulado do Programa:</b> 1 608 000 Agregados Familiares</li> </ul>
<b>Descrição do Programa</b>	<p>O Programa pretende reforçar a capacidade do Sector de Protecção Social para implementar medidas de mitigação da pobreza, de curto e médio prazos, que (i) permitam aumentar a capacidade aquisitiva e financeira das famílias (fornecendo um apoio em renda para famílias pobres em áreas seleccionadas de Angola) e que (ii) ajudem a estabelecer um Sistema Nacional de Protecção Social eficaz.</p>
<b>Componentes do Programa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ <b>Transferências Sociais Monetárias (TSM)</b>, a qual se concretiza na transferência de 33 000 Kwanzas por trimestre a cada agregado familiar seleccionado.</li> <li>▶ <b>Inclusão Produtiva (IP)</b>, sendo esta componente concretizada no financiamento de acções económicas e produtivas.</li> <li>▶ <b>Municipalização da Acção Social (MAS)</b>, materializada pelos Centros de Acção Social Integrados (CASI).</li> <li>▶ <b>Reforço do Cadastro Social Único (CSU).</b></li> </ul>

## Resultados do Programa até Agosto 2024

<p><b>Abrangência Territorial</b></p>	<p>18 Províncias            94 Municípios            328 Comunas            15 375 Aldeias   Bairros</p>
<p><b>Transferências Sociais Monetárias</b></p>	<p>1 667 906 Agregados Familiares Cadastrados            1 061 746 Agregados Familiares Pagos            Kz 108 374 212 626 entregues às Famílias</p>
<p><b>Inclusão Produtiva</b></p>	<p>39 Agentes de Implementação contratados            25 324 Beneficiários participaram de acções de Inclusão Produtiva            16 924 Beneficiários directos das acções de Inclusão Produtiva            126 620 Beneficiários indirectos das acções de Inclusão Produtiva</p>
<p><b>Municipalização da Acção Social</b></p>	<p>23 Centros de Acção Social Integrados (CASI), entregues e em funcionamento            572 529 Beneficiários atendidos nos CASI, Administrações Municipais e Actividades de Recreação Comunitária            1 247 Técnicos municipais formados            3 712 ADECOS no Programa KWENDA</p>
<p><b>Reforço do Cadastro Social Único</b></p>	<p>4 795 642 Dados de beneficiários migrados do KWENDA para o CSU (SIGAS)</p>
<p><b>Informação Financeira do Programa</b></p>	<p>99% Taxa de Desembolso (dos 320 Milhões de USD do BM)            70% Taxa de Execução            3.5 Mil Milhões de Kwanzas disponibilizados pelos Recursos Ordinários do Tesouro (ROT)</p>

# Resumo Executivo

O Programa KWENDA - Fortalecimento da Protecção Social em Angola – é a iniciativa emblemática do Governo de Angola, empreendida com o objectivo de aliviar a pobreza generalizada e fortalecer os sistemas de protecção social do país. O Programa representa um passo vital para a redução da pobreza e para o estabelecimento de um sistema de protecção social sustentável em Angola. Ao abordar tanto as necessidades imediatas através de transferências monetárias, como a resiliência económica a longo prazo através da inclusão produtiva, o Programa estabelece uma base para o alívio duradouro da pobreza. Com a sua extensão até 2025, o KWENDA continua a servir de modelo para a intervenção social, providenciando o tão necessário apoio às populações mais vulneráveis de Angola. À medida que avança, o Programa continua empenhado na sua missão de transformar vidas e construir uma sociedade mais equitativa.

Lançado a 30 de Maio de 2020, este Programa abrangente procura implementar estratégias de curto e médio prazos destinadas a mitigar os efeitos da pobreza. Inicialmente previsto para terminar a 31 de Outubro de 2024, o Governo de Angola e o Banco Mundial reconheceram a importância do Programa e prolongaram a sua data de conclusão para Abril de 2025. A coordenação do Programa está a cargo da Comissão Intersectorial, presidida pelo Ministro de Estado para os Assuntos Sociais, e a sua execução está a cargo do FAS - Instituto de Desenvolvimento Local. O Programa visa atingir um número de 1,6 milhões de agregados familiares em todas as 18 províncias de Angola, o que realça o seu âmbito e ambição a nível nacional.

## Componentes e Objectivos do Programa

O Programa KWENDA é composto por quatro componentes-chave, cada uma cuidadosamente concebida para abordar diferentes dimensões da protecção social e inclusão económica:

*Transferências Sociais Monetárias (TSM):* é efectuada uma transferência monetária trimestral de Kz 33 000 para os agregados familiares seleccionados, aumentando directamente o seu poder de compra e segurança financeira. Ao aumentar o rendimento das famílias, esta componente procura mitigar os efeitos imediatos da pobreza, cobrindo necessidades essen-

ciais como alimentação, habitação e cuidados de saúde. Este apoio financeiro directo constitui uma tábua de salvação para as famílias que lutam para fazer face às despesas essenciais.

*Inclusão Produtiva (IP):* esta componente centra-se no financiamento de actividades económicas e produtivas, capacitando os beneficiários a tornarem-se mais auto-suficientes, mediante a participação em iniciativas geradoras de rendimentos. Até à data, 25 324 beneficiários participaram nestas acções, com mais de 16 000 beneficiários directos e 126 620 indirectos. O sucesso desta componente evidencia a forma como o Programa está a promover um sentido de capacitação económica entre os seus participantes.

*Municipalização da Acção Social (MAS):* esta componente é operacionalizada através dos Centros de Acção Social Integrados (CASI), que prestam serviços directos aos beneficiários e reforçam a acção social a nível local. O Programa reabilitou 23 CASI, servindo mais de 572 000 pessoas em municípios e comunidades locais. Os CASI funcionam como centros comunitários, garantindo que o apoio chegue aos que mais precisam.

*Reforço do Cadastro Social Único (CSU):* esta componente garante que os beneficiários sejam registados com precisão num sistema de protecção social abrangente. Actualmente, dados de mais de 4,7 milhões de beneficiários emigraram para o Sistema de Informação e Gestão da Acção Social (SIGAS), melhorando significativamente a orientação e a prestação de serviços sociais. Esta inovação tecnológica é a pedra angular da eficiência e eficácia do Programa.

## **Realizações e Metas Alcançadas**

Desde o seu início, o Programa KWENDA alcançou marcos dignos de realce que sublinham o seu sucesso. De acordo com os últimos relatórios, 1,67 milhões de agregados familiares foram registados e mais de 1 milhão de agregados familiares receberam pagamentos no total de Kz 108 mil milhões. Este apoio financeiro directo mudou a vida de milhões de pessoas. Além disso, o programa formou 1 247 técnicos municipais e empregou 39 agentes de implementação para supervisionar os esforços de inclusão produtiva, construindo uma infra-estrutura sólida para o seu sucesso contínuo.





A taxa de desembolso do programa é de 99 por cento do crédito de 320 milhões de dólares do Banco Mundial, com uma taxa de execução da ordem dos 70 por cento até a data desta avaliação, o que demonstra um forte compromisso financeiro e progressos na consecução dos seus objectivos. Estes números constituem um testemunho da gestão eficaz do Programa e da dedicação aos seus objectivos.

## **Impacto do KWENDA no Bem-estar dos Beneficiários**

O impacto foi avaliado através de uma análise comparativa da forma como os beneficiários utilizaram os fundos que receberam. Para facilitar esta análise, a população da amostra foi dividida em quatro grupos, ou estratos, com base nos montantes de pagamento recebidos à altura do inquérito. O Grupo 1 é constituído pelos beneficiários que receberam entre Kz 25 000 e Kz 51 000, enquanto o Grupo 2 incluiu os que receberam entre Kz 62 500 e Kz 76 500. O Grupo 3 é constituído por beneficiários com pagamentos entre Kz 91 500 e Kz 117 000 e o Grupo 4 por aqueles que receberam entre Kz 127 500 e Kz 142 000. Esta estratificação permitiu uma compreensão mais clara da influência dos montantes de pagamento na utilização dos fundos pelos beneficiários.

### **O impacto transformador das transferências monetárias nas despesas das famílias**

Ao proceder à entrega de benefícios monetários, o KWENDA capacitou as famílias a alocar fundos para necessidades urgentes como alimentos, bens domésticos e investimentos de longo prazo. Esta avaliação examina a distribuição estratégica do benefício monetário entre várias categorias de despesas, revelando como transferências de maior valor permitiram que certas famílias melhorassem significativamente o seu padrão de vida. Com disparidades notáveis na forma como os diferentes grupos de beneficiários gastaram as suas transferências monetárias, o impacto do KWENDA no bem-estar dos agregados familiares é evidente em várias áreas-chave das suas vidas dos beneficiários.

#### **Despesas em bens alimentares**

As transferências monetárias permitiram que as famílias alocassem uma parte significativa dos seus fundos para garantir esta necessidade essencial. Em média, 23,1 por cento do

valor total recebido foi direccionado para a alimentação, embora os montantes tenham variado entre os grupos de beneficiários. Nomeadamente, o Grupo 1 e o Grupo 4 afectaram as maiores percentagens dos seus recursos à alimentação, com o Grupo 4 a gastar mais 24,6 por cento, e o Grupo 1 logo atrás, com 26,2 por cento. Apesar disso, as diferenças em termos de despesas absolutas foram dignas de realce. O Grupo 1, com recursos mais limitados, gastou menos Kz 7 424 do que a média das famílias em alimentação. Em contraste, o Grupo 4, que beneficiou de transferências monetárias de maior valor e mais frequentes, excedeu a média em Kz 15 932.

Estas diferenças reflectem o potencial transformador do apoio do KWENDA. Para os agregados familiares do Grupo 4, transferências de valores maiores levaram a uma melhor segurança alimentar e acesso a uma nutrição de melhor qualidade, um factor essencial para melhorar o bem-estar geral. Em contraste, o facto de o Grupo 1 ter gasto menos em alimentos sublinha os constrangimentos enfrentados por aqueles que recebem pagamentos de valores menores. As transferências monetárias não se limitaram a aumentar as despesas; alteraram as prioridades dos agregados familiares, em especial entre os que recebem maior apoio financeiro.

### **Despesas em bens domésticos e habitação**

As transferências monetárias do KWENDA também tiveram um impacto significativo nos gastos com a habitação e em bens domésticos, tais como mobiliário e electrodomésticos, que são essenciais para melhorar as condições de vida. Em média, os agregados familiares afectaram Kz 24 947 a esta categoria, mas as disparidades entre grupos de beneficiários foram dignas de nota. O Grupo 1, com menos pagamentos e transferências monetárias de menor valor, gastou apenas Kz 12 768, significativamente abaixo da média. Isto reflecte a dificuldade enfrentada pelas famílias com menos prestações pagas em investir em bens duradouros. Por outro lado, o Grupo 4 investiu uns substanciais Kz 45 003 – Kz 20 056 a mais do que a média – destacando como transferências de maior valor permitiram que estes agregados familiares efectuassem melhorias mais significativas nas suas casas e na sua qualidade de vida.

A diferença de gastos ilustra um aspecto crítico do sucesso do Programa KWENDA: os agregados familiares com maiores recursos financeiros foram capazes de investir em bens duradouros, que são importantes para a estabilidade a longo prazo. Os investimentos em bens domésticos, tais como mobiliário ou electrodomésticos básicos, são mais do que sim-

ples compras; representam uma melhoria nos padrões de vida e fornecem uma base para a estabilidade económica futura. Estas compras podem reduzir os custos futuros, melhorar os resultados em termos de saúde e aumentar o bem-estar geral, criando um ambiente doméstico mais confortável e funcional.

Para os agregados familiares do Grupo 4, o impacto do KWENDA foi particularmente pronunciado, uma vez que estas transferências de maior montante proporcionaram oportunidades para investimentos que de outra forma seriam inatingíveis. Em contraste, os gastos limitados do Grupo 1 nesta área sugerem que, sem apoio financeiro adequado, os agregados familiares são incapazes de dar prioridade a estes bens essenciais, deixando-os num ciclo de privação.

### **Investimentos na produção agrícola e pecuária**

Os investimentos na produção agrícola e pecuária representam estratégias críticas para as famílias aumentarem o seu bem-estar económico e contribuírem para o crescimento sustentável da comunidade. A entrada regular de fundos permite que as famílias invistam em ferramentas agrícolas essenciais, sementes e fertilizantes, melhorando significativamente a produtividade e o rendimento. Os diferentes níveis de investimento entre os diferentes grupos reflectem as suas prioridades e capacidades financeiras distintas. Por exemplo, enquanto o Grupo 4 alocou Kz 10 453 acima da média para a produção agrícola, o Grupo 1 investiu Kz 9 195 menos do que a média, sugerindo diferentes estratégias e disponibilidade de recursos. Este investimento é vital para alcançar um crescimento económico sustentável, com uma disparidade acentuada nos níveis de investimento entre os grupos. O Grupo 4 investiu substancialmente mais do que o Grupo 1 na produção agrícola, como indicado pelo resultado estatístico ( $F=244,215$ ,  $p<0,001$ ). Da mesma forma, o investimento em pequenos animais variou bastante entre os grupos. O Grupo 4 alocou Kz 7 412 para a pecuária, excedendo significativamente a média de Kz 4 898, enquanto o Grupo 1 investiu apenas Kz 2 251. A análise estatística ( $F=55,693$ ,  $p<0,001$ ) destaca as diferenças significativas na afectação de recursos entre os grupos.

## **Dinheiro *versus* Cartão: como os métodos de pagamento moldam os hábitos de despesa dos beneficiários**

A avaliação explorou as diferenças nos padrões de despesa entre os pagamentos em numerário e com cartão em várias categorias, revelando tendências distintas. Relativamente às compras de produtos alimentares, a despesa média não apresenta diferenças estatisticamente significativas entre o pagamento em numerário (Kz 18 860) e o pagamento com cartão (Kz 18 641). No entanto, quando se trata de bens domésticos, os pagamentos em numerário (Kz 26 140) excedem largamente os pagamentos com cartão (Kz 21 574), com valores estatisticamente significativos que realçam o impacto dos métodos de pagamento. Da mesma forma, o numerário domina nos investimentos agrícolas, com uma diferença média substancial que favorece o numerário em relação ao cartão (Kz 18 376 *versus* Kz 13 141).

Em diferentes actividades económicas, como as transacções de terras e os investimentos na produção, a preferência pelo numerário persiste devido a factores como a conveniência, as preferências dos vendedores e a flexibilidade que o numerário oferece nos mercados rurais ou menos digitalizados. Estas conclusões sugerem que, embora os pagamentos digitais estejam a ganhar terreno, o numerário ainda desempenha um papel crucial, especialmente para aquisições de maior vulto ou específicas ao contexto.

## **Alcançada a Meta de Paridade de Género: próximos passos para o Empoderamento e a Equidade**

O Programa esteve acima da meta de paridade de género, com 64,3 por cento de mulheres cadastradas como beneficiárias directas. Contudo, as questões de equidade e empoderamento precisam de trabalho mais profundo para que possam transformar a vida das mulheres de modo efectivo.

Manter a entrega de benefício às mulheres parece ser uma vantagem para aliviar as questões de vulnerabilidade dos agregados familiares. Mas o Programa deve ir para lá disso e, simultaneamente, prever um quadro de intervenção de género, com indicadores relevantes que permitam aferir em futuras avaliações os efeitos sobre o empoderamento das mulheres. O desenho das intervenções deve ser acautelado para não obter resultados que ponham em perigo a posição da mulher no agregado.

## **Para além da paridade: medir o empoderamento através de intervenções sensíveis ao género**

Pode-se alcançar algum nível de empoderamento das mulheres através de duas abordagens: “Bem-estar” e “Agenciamento”. Uma ou a combinação de ambas as abordagens pode ajudar o KWENDA a alcançar objectivos de desenvolvimento sensível ao género.

Intervenções a nível local no sentido do empoderamento das mulheres:

- ▶ A nível familiar e comunitário, com palestras sobre direitos das mulheres, igualdade de género, planeamento familiar fazendo recurso à rede de agentes comunitários existentes;
- ▶ A nível comunitário, criando grupos de mulheres para fins de acção colectiva sobre interesses comuns;
- ▶ A nível de projectos comunitários ou de inclusão produtiva, promover a discriminação positiva que permita acesso a meios de produção e a capacitação técnica das mulheres;
- ▶ A nível comunal e municipal, promovendo fóruns comunais e municipais de mulheres, onde estas possam livremente expressar os seus problemas, necessidades e funcionar simultaneamente como fóruns de informação e capacitação sobre temas relevantes;
- ▶ Na rede de ADECOS, promover maior número de ADECOS do sexo feminino para que as questões das mulheres possam ser melhor trabalhadas e atendidas e também aumentar as denúncias de VBG no sistema de reclamações;
- ▶ A nível dos CASI criar um programa de reconhecimento das realizações das mulheres e promover a sua ampla divulgação;
- ▶ A nível do Programa, criar prémios de empreendedoras femininas e divulgar em rede nacional as suas histórias.
- ▶ Incorporar no KWENDA a alfabetização, no quadro do Programa de Aceleração do Ensino de Adultos, pode permitir que as mulheres ganhem maior autonomia, maior consciência do seu estatuto e capacidade de gerir e projectar os seus negócios.

## **Pilares da Sustentabilidade: assegurar o Impacto a Longo Prazo**

Esta avaliação identificou pelo menos seis elementos-chave fundamentais para cimentar os pilares da sustentabilidade no Programa. Juntos, estes elementos asseguram que o KWENDA pode continuar a atingir os seus objectivos de redução da pobreza e protecção social muito para além do período de implementação.



- ▶ *Compromisso político*: uma forte vontade política é fundamental para garantir a longevidade do Programa. A prioridade contínua do Governo no alívio da pobreza através de transferências sociais monetárias, a par da integração nas políticas nacionais de desenvolvimento, é crucial evitar a descontinuidade do Programa. Este compromisso permite a afectação de recursos e o apoio institucional essenciais para um funcionamento sustentado.
- ▶ *Compromisso financeiro e disponibilidade adequada de fundos*: um financiamento adequado e sustentável é fundamental para o sucesso do Programa KWENDA. Recursos financeiros consistentes permitem que o Programa alcance populações vulneráveis, expanda seu escopo e aumente seu impacto. A sustentabilidade financeira depende da superação de desafios como prioridades orçamentais concorrentes e da garantia de fontes de financiamento diversificadas, incluindo parcerias com o sector privado.
- ▶ O aumento do financiamento da protecção social não contributiva pelo Orçamento Geral do Estado face à instabilidade económica e às contribuições limitadas dos doadores é um factor decisivo de sustentabilidade. A efectiva descentralização de fundos para o nível da administração e dos serviços sociais locais garante que o impacto das transferências monetárias possa ser multiplicado e obter maior impacto. Além disso, os obstáculos burocráticos, factores de ordem política e as ineficiências administrativas podem dificultar a atribuição e o desembolso de fundos, colocando obstáculos à implementação e ao crescimento do Programa
- ▶ *Capacidade institucional*: reforçar o quadro de pessoal e as competências administrativas e técnicas é crítico para conceber, implementar, monitorar e avaliar os programas e assegurar sinergias sectoriais. Isto implica investir na formação do pessoal, desenvolver políticas e procedimentos relevantes, estabelecer sistemas eficazes de gestão de dados e promover parcerias com outras partes interessadas.
- ▶ *Apropriação pela comunidade*: a sustentabilidade do Programa é ainda reforçada pelo envolvimento activo e pela apropriação das comunidades locais. A apropriação ajuda a garantir que o Programa atenda às necessidades dos beneficiários e seja relevante para as comunidades locais. Informação actualizada sobre o Programa, seus objectivos, procedimentos e timings permite que a informação circule entre as comunidades e estas se sintam parte do processo.

- ▶ *Reforço da proximidade entre as instituições e as populações:* garantir informação e serviços de proximidade com um número significativo de beneficiários permite veicular conhecimento sobre o programa, para além de ter uma dimensão educativa e uma função social, ligada à apropriação dos processos. Para o garantir, é incontornável a manutenção e financiamento de uma ampla rede de agentes comunitários.
- ▶ *Coordenação e integração:* a integração com políticas sociais e económicas mais amplas - como a inclusão produtiva e o desenvolvimento rural - amplia o alcance e o impacto do Programa, garantindo que os beneficiários recebam um apoio abrangente. A promoção de sinergias entre as partes interessadas na implementação do KWENDA é essencial para a criação de um ambiente de apoio e de capacitação que maximize o potencial dos esforços de colaboração e dos recursos na abordagem das preocupações com a pobreza e o bem-estar social. O KWENDA deve ser cada vez mais integrado com outros projectos, sectores e serviços sociais e económicos nos municípios-alvo.
- ▶ *Adaptabilidade e flexibilidade do Programa:* a capacidade de adaptação às mudanças nas condições políticas, económicas e sociais é essencial para a sustentabilidade a longo prazo. A flexibilidade na concepção e implementação do Programa é importante para incorporar a evolução de necessidades específicas ou adequar os métodos e modalidades da operação à evolução na condição dos beneficiários – *target* de novas áreas, reajustes do valor do benefício, condicionamento do benefício para certas categorias de beneficiários e serviços ou alterações nas modalidades de pagamento são algumas das questões que pode ser necessário rever ao longo da operação.
- ▶ *A flexibilidade na concepção do Programa* permite ao KWENDA ajustar os critérios de elegibilidade e os montantes dos benefícios em resposta a eventos imprevistos, tais como desastres naturais ou choques económicos. Esta adaptabilidade ajuda o Programa a manter-se relevante e eficaz na resposta às necessidades em evolução da população.



# Índice

<b>Prefácio</b>	<b>IV</b>
<b>Agradecimentos</b>	<b>VIII</b>
<b>Resumo Executivo</b>	<b>XII</b>
<b>Lista de Figuras</b>	<b>XXVII</b>
<b>Lista de Tabelas</b>	<b>XXIX</b>
<b>Lista de Acrónimos</b>	<b>XXXI</b>
<b>1. Contexto da Avaliação</b>	<b>01</b>
1.1. O Quadro da Protecção Social em Angola	03
1.2. Descrição do Programa KWENDA	09
1.2.1. Componentes do Programa	10
1.2.2. Âmbito geográfico do Programa	13
1.3. Lições aprendidas e Caminho a percorrer	13
1.4. Objectivos da Avaliação	14
1.5. Determinantes do Impacto das TSM	16
1.6. Organização do Relatório	17
<b>2. Fundamentos da Abordagem Conceptual e Metodológica</b>	<b>19</b>
2.1. Área Temática do Estudo – Matriz Conceptual	21
2.1.1. Abordagem dos objectivos específicos e dimensões temáticas da avaliação	21
2.1.2. Determinantes do êxito das TSM	23
2.2. Abordagem Amostral	28
2.2.1. Selecção das zonas agro-económicas e municípios da amostra	30
2.2.2. Determinação do tamanho da amostra	35
2.2.3. Distribuição da amostra	38
2.2.4. Estimativa de impacto do Programa	40

2.3. Abordagem Qualitativa Complementar	43
2.3.1. Desenho da componente qualitativa	43
2.3.2. Amostragem da componente qualitativa	44
2.3.3. Instrumentos da componente qualitativa	46
2.3.4. Características dos entrevistados	47
2.3.5. Considerações éticas	49
2.4. Potenciais Limitações da Avaliação	51
<hr/>	
<b>3. Perfil dos Beneficiários do KWENDA</b>	<b>53</b>
3.1. Contexto de Pobreza nos Municípios de Intervenção	55
3.2. Caracterização Demográfica	59
3.2.1. Distribuição etária e estado civil	59
3.2.2. Distribuição da população por sexo	62
3.2.3. Tamanho do agregado familiar	63
3.2.4. Documentos de registo e nível de escolaridade dos beneficiários	66
3.3. Meios de Vida e Estratégias de Sobrevivência	70
3.3.1. Fonte de Renda Dominante	72
3.3.2. Sazonalidade das fontes de rendimento rurais	77
3.3.3. Razões adicionais para a baixa de rendimento	81
3.4. Estratégias e Mecanismos de Sobrevivência	85
<hr/>	
<b>4. Cadastramento e Validação de Beneficiários</b>	<b>87</b>
4.1. Processo de Abordagem do KWENDA a nível local	88
4.1.1. Mecanismos de sensibilização e educação local	89
4.1.2. Engajamento institucional	93
4.2. Processo de Cadastramento	95
4.2.1. Atributos do processo de cadastramento	95
4.2.2. Identificação dos beneficiários elegíveis	96



4.2.3. Eficiência do processo de cadastramento	97
4.2.4. Desafios do cadastramento	101
4.2.5. Dos desafios às soluções	106
4.3. Processos de Validação	107
<hr/>	
<b>5. Acesso ao Benefício</b>	<b>113</b>
5.1. Modalidade de Pagamento	114
5.1.1. Principais formas de pagamento	115
5.1.2. Custos incorridos na recepção do benefício	118
5.1.3. Periodicidade de pagamentos	122
5.1.4. Experiências de pagamentos	124
5.2. A Missão de fazer chegar o Benefício ao Beneficiário	129
5.3. Preferência de Modalidade de Pagamento	132
<hr/>	
<b>6. Impacto do KWENDA no Bem-Estar do Agregado</b>	<b>141</b>
6.1. Contexto na fase inicial do Programa	143
6.2. Distribuição do Benefício Monetário entre Despesas do Agregado	146
6.2.1. O impacto do primeiro pagamento	146
6.2.2. Uso de pagamentos subsequentes	155
6.2.3. Média da despesa feita em Kwanzas	161
6.3. Impacto Geral do Benefício	164
6.3.1. Aquisição de bens alimentares	166
6.3.2. Bens de utilidade doméstica e melhoria da habitação	167
6.3.3. Investimento na produção agrícola e pecuária	171
6.3.4. Diversificação das fontes de rendimento e capacidade de poupança	176
6.4. Diferenças na Modalidade de Pagamento	180
<hr/>	
<b>7. Efeitos de Repercussão</b>	<b>185</b>
7.1. Efeitos sobre a Economia Local	187
7.2. Efeitos Sociais	200
<hr/>	

<b>8. Impacto do KWENDA na Segurança Alimentar e Nutricional</b>	<b>203</b>
8.1. Breve Abordagem Conceptual	205
8.2. Disponibilidade e Acesso a Alimentos	208
8.2.1. Frequência de consumo alimentar	208
8.2.2. A diferença do KWENDA na disponibilidade e acesso a alimentos	211
8.3. Diversificação da Dieta Alimentar	218
<hr/>	
<b>9. Estado de Satisfação dos Beneficiários</b>	<b>223</b>
9.1. Alegria e Satisfação entre os Beneficiários	225
9.1.1. A alegria trazida pelo Programa KWENDA	229
9.1.2. Disponibilidade de dinheiro como fonte de satisfação	230
9.1.3. Reconhecer que as pessoas existem como seres humanos	231
9.1.4. A busca da saúde como fonte de satisfação	232
9.1.5. O bem-estar da família: uma fonte de satisfação	233
9.1.6. Segurança alimentar: um pilar da satisfação	235
9.1.7. Realização Pessoal	236
9.1.8. O trabalho do Governo: um precursor de satisfação	238
9.2. Percepção de Realização Pessoal	239
<hr/>	
<b>10. Perspectiva de Género</b>	<b>249</b>
10.1. Paridade de Género entre Beneficiários	251
10.2. Influências de Género no Padrão de Despesas	259
10.2.1. Diferenças nas despesas	261
10.2.2. Implicações para futuros programas	263
10.3. Perspectivas de Empoderamento	266
10.4. Desafios para alcançar a Equidade de Género	272
<hr/>	

<b>11. Perspectivas de Sustentabilidade das TSM</b>	<b>275</b>
11.1. Factores que Determinam a Sustentabilidade das TSM	277
11.1.1. Contribuindo para o aumento da sustentabilidade institucional	282
11.1.2. Contribuindo para a apropriação comunitária	291
11.2. Sustentar o Impacto: factores adicionais de sustentabilidade	297
11.2.1. Selecção efectiva de beneficiários e áreas de cobertura	298
11.2.2. Coordenação e integração	300
11.2.3. Adaptabilidade e flexibilidade	303
<hr/>	
<b>12. Preparando o Futuro</b>	<b>305</b>
12.1. Apoio Financeiro indispensável a Modos de Vida mais Sustentados	306
12.2. Protecção Social mais Actuante e Próxima dos Beneficiários	313
12.3. Engajamento Institucional Local como promotor de Desenvolvimento Local	318
12.4. Programa de Protecção Social mais sensível a Choques	321
12.5. Empoderamento das Mulheres e Paridade de Género	323
12.6. Do Impacto à Sustentabilidade: Considerações para o Futuro do KWENDA	326
<hr/>	
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>331</b>
<hr/>	
<b>Caderno de Anexos</b>	<b>335</b>
<hr/>	

# Lista de Figuras

<b>Figura 1.1.</b> Sistema de Protecção Social em vigor em Angola	05
.....	
<b>Figura 2.1.</b> Zonagem agro-económica de Angola	33
<b>Figura 2.2.</b> Municípios da amostra do estudo	34
<b>Figura 2.3.</b> Dimensões exploradas com os beneficiários do Programa	44
.....	
<b>Figura 3.1.</b> Pobreza multidimensional (IPM-M) e nível de incidência nos municípios da amostra	57
<b>Figura 3.2.</b> Incidência das principais fontes de renda dos beneficiários do Programa	71
<b>Figura 3.3.</b> Incidência de épocas de baixa disponibilidade de trabalho	77
.....	
<b>Figura 5.1.</b> Distribuição percentual das formas de pagamento segundo o inquérito	117
<b>Figura 5.2.</b> Custo médio de deslocação para aceder ao dinheiro	119
<b>Figura 5.3.</b> Distribuição dos beneficiários segundo o local de recepção do pagamento	131
.....	
<b>Figura 6.1.</b> Distribuição do valor monetário por categoria de despesas no agregado familiar	158
<b>Figura 6.2.</b> Distribuição percentual do valor médio monetário por categoria de despesas por município	159
<b>Figura 6.3.</b> Distribuição do valor monetário por categoria de despesas por grupo de beneficiários	163
<b>Figura 6.4.</b> Diferença da despesa relativamente à média por grupo de beneficiários	169
<b>Figura 6.5.</b> Valor médio de poupança entre beneficiários por município	181
.....	

<b>Figura 7.1.</b> Local geográfico de aquisição de produtos	191
<b>Figura 7.2.</b> Percentagem de beneficiários que fez remessas com o dinheiro do KWENDA e distribuição por município	201
.....	
<b>Figura 8.1.</b> Frequência do consumo de alimentos na semana anterior ao inquérito	209
<b>Figura 8.2.</b> Distribuição dos níveis de segurança alimentar segundo o género e tipo de pagamento	212
<b>Figura 8.3.</b> Distribuição dos grupos de beneficiários segundo o nível de segurança alimentar	214
<b>Figura 8.4.</b> Distribuição dos grupos de beneficiários segundo o IDDA	219
.....	
<b>Figura 9.1.</b> Distribuição percentual de beneficiários segundo os factores de satisfação	226
.....	
<b>Figura 10.1.</b> Índice de Disparidade de Género (IDG) entre os beneficiários	255
.....	
<b>Figura 11.1.</b> Incidência de serviços solicitados ao CASI	283
.....	

# Lista de Tabelas

<b>Tabela 2.1.</b> Parâmetros de amostragem	37
<b>Tabela 2.2.</b> Distribuição da amostra por género e forma de pagamento	41
<b>Tabela 2.3.</b> Distribuição da amostra por grupos de pagamentos	42
<b>Tabela 2.4.</b> Tipologia da amostragem utilizada	45
.....	
<b>Tabela 3.1.</b> Distribuição etária dos beneficiários do Programa	60
<b>Tabela 3.2.</b> Descrição do tamanho médio do agregado familiar	64
<b>Tabela 3.3.</b> Nível de escolaridade dos beneficiários do Programa	69
.....	
<b>Tabela 4.1.</b> Lições extraídas da fase piloto do Programa	89
<b>Tabela 4.2.</b> Etapas no processo de abordagem e anúncio do Programa	92
<b>Tabela 4.3.</b> Etapas do processo de cadastramento	97
<b>Tabela 4.4.</b> Experiências dos beneficiários sobre o processo de cadastramento	100
<b>Tabela 4.5.</b> Etapas do processo de validação	108
.....	
<b>Tabela 5.1.</b> Etapas do processo de pagamento	115
<b>Tabela 5.2.</b> Preferência de pagamento expressa pelos beneficiários segundo o inquérito	133
<b>Tabela 5.3.</b> Razões que determinam a preferência pelo pagamento em numerário	136
.....	
<b>Tabela 6.1.</b> Despesa média em Kwanzas por categoria de despesa segundo o género, grupo de beneficiários e forma de pagamento	165
<b>Tabela 6.2.</b> Análise da diferença do valor médio gasto segundo a forma de pagamento	183
.....	

<b>Tabela 7.1.</b> Percentagem de beneficiários que obteve produtos fora dos seus municípios	188
<b>Tabela 7.2.</b> Valor médio gasto dentro e fora dos municípios alvo por produto	198
.....	
<b>Tabela 8.1.</b> Quadro conceptual de análise da segurança alimentar	206
<b>Tabela 8.2.</b> Categorias de segurança alimentar	207
<b>Tabela 8.3.</b> Diferenças estatísticas de segurança alimentar entre grupos de beneficiários	216
<b>Tabela 8.4.</b> Diferenças estatísticas no Índice de Diversidade Alimentar entre grupos de beneficiários	221
.....	
<b>Tabela 9.1.</b> Percepções de bem-estar e realização pessoal	240
<b>Tabela 9.2.</b> Percepções de bem-estar e realização pessoal segundo o sexo do respondente	241
.....	
<b>Tabela 10.1.</b> Diferença do valor médio gasto por categoria de despesa e sexo	260
<b>Tabela 10.2.</b> Questões-chave de concepção de TSM	270
.....	

# Lista de Acrónimos

<b>ADECOS</b>	Agente de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário
<b>AGT</b>	Administração Geral Tributária
<b>APROSOC</b>	Projecto-piloto de Apoio à Protecção Social
<b>CASI</b>	Centro de Acção Social Integrados
<b>CEIC/UCAN</b>	Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica
<b>CSU</b>	Cadastro Social Único
<b>ENFOTSS</b>	Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social
<b>FAO</b>	Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
<b>FAS-IDL</b>	Instituto de Desenvolvimento Local
<b>IDDA/HDDI</b>	Índice de Diversificação da Dieta do Agregado
<b>IDG</b>	Índice de Disparidade de Género
<b>IDL/FAS</b>	Instituto de Desenvolvimento Local
<b>INACOM</b>	Instituto Angolano de Comunicações
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Segurança Social
<b>IP</b>	Inclusão Produtiva
<b>IPM-M</b>	Índice de Pobreza Multidimensional do Município
<b>M&amp;A</b>	Monitoria e Avaliação
<b>MAS</b>	Municipalização da Acção Social
<b>MAFAMU</b>	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
<b>MAT</b>	Ministério da Administração do Território
<b>MINSA</b>	Ministério da Saúde
<b>PAD</b>	Documento de Avaliação do Programa
<b>PAM</b>	Programa Alimentar Mundial
<b>PCA/FCS</b>	Pontuação do Consumo Alimentar
<b>PDN</b>	Plano de Desenvolvimento Nacional
<b>PNADECOS</b>	Política Nacional dos Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário
<b>PNAS</b>	Política Nacional de Acção Social
<b>PND</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>SIGAS</b>	Sistema de Informação e Gestão da Acção Social
<b>SIIPS</b>	Sistema Integrado de Informação de Protecção Social
<b>SRS</b>	Amostragem aleatória simples
<b>TdR/ToR</b>	Termos de Referência
<b>TSM</b>	Transferências Sociais Monetárias
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>VBG</b>	Violência Baseada no Género





# 1. CONTEXTO DA AVALIAÇÃO

---

## ***Angola: Construindo um Quadro de Protecção Social Inclusivo***

*Para salvaguardar todos os segmentos da população - especialmente os mais vulneráveis às flutuações económicas - Angola precisa desenvolver um sistema de protecção social mais abrangente e inclusivo. Isto implica a concepção de políticas e programas que sejam não só robustos, mas também bem sintonizados com o contexto local.*

---

Angola encetou, há alguns anos, uma caminhada com o fim de melhorar o seu quadro de protecção social. À medida que o país enfrenta novos desafios económicos e desigualdades sociais, há uma necessidade crescente de desenvolver políticas e programas que salvaguardem o bem-estar dos seus cidadãos mais vulneráveis. Este relatório de avaliação do Programa KWENDA, não poderia deixar de fazer uma breve retrospectiva da evolução do sistema de protecção social de Angola, dos desafios que enfrenta e das estratégias necessárias para construir um quadro mais inclusivo e resiliente. Desde a sua independência em 1975, Angola tem dado passos significativos no desenvolvimento económico. No entanto, o caminho para um sistema de protecção social robusto tem sido repleto de desafios. Os programas existentes, apesar de bem cogitados, não conseguem muitas vezes responder às necessidades de todos os cidadãos. Iniciativas recentes, como o Programa de protecção social KWENDA lançado em 2020, visam colmatar estas lacunas através da prestação de assistência financeira a agregados familiares de baixos rendimentos.

No decorrer do KWENDA e de iniciativas semelhantes, tornou-se cada vez mais evidente que é indispensável uma abordagem multifacetada. Esta deve incluir não só a ajuda financeira, mas também o acesso aos cuidados de saúde, à educação e a oportunidades de emprego, de modo a promover e capacitar verdadeiramente as comunidades desfavorecidas. É igualmente crítico que se estabeleça um diálogo contínuo entre o Governo e as comunidades locais e as organizações internacionais para garantir que o quadro de protecção social se mantenha adaptável e responda às necessidades em evolução da sua população. Ao concentrar-se nestas estratégias abrangentes, o país terá o potencial de transformar o seu panorama de protecção social, promovendo uma maior coesão social e resiliência económica para as gerações futuras.

## 1.1. O Quadro da Protecção Social em Angola

### A necessidade de um Quadro de Protecção Social Abrangente

Angola, conhecida pelas suas abundantes reservas de petróleo, é uma das economias com imenso potencial na África Subsariana. No entanto, o percurso da nação desde o ressurgimento económico do pós-guerra para atingir um desenvolvimento humano tangível tem sido repleto de desafios. Apesar dos avanços registados no crescimento económico e na melhoria do bem-estar geral da população, a excessiva dependência da economia em relação ao petróleo continua a ser um obstáculo crítico, com a fraca produção interna a exacerbar a volatilidade do crescimento económico. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019) revelam um quadro de elevados níveis de pobreza monetária e multidimensional – uma taxa global de 54,0 por cento, que atinge os 87,8 por cento nas áreas rurais. Resultados mais recentes do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica (CEIC/UCAN, 2023) indicam que a situação pode ter-se deteriorado ainda mais, devido à recessão económica e ao aumento da desigualdade de rendimentos. Esta complexa interacção de factores sublinha a necessidade urgente de estratégias económicas diversificadas e de políticas e programas sociais abrangentes para retirar a população angolana da pobreza e da desigualdade.

Tendo em conta a incerteza económica prevaiente e as desigualdades sociais persistentes, é imperativo que o Governo angolano dê prioridade ao desenvolvimento de um quadro de protecção social abrangente. Este quadro é essencial para salvaguardar as populações vulneráveis dos impactos debilitantes da pobreza, do desemprego e dos choques económicos. Para além de servir como uma rede de segurança de capital importância, um sistema de protecção social robusto promove o crescimento económico inclusivo, assegurando que todos os cidadãos têm a oportunidade de contribuir e beneficiar do progresso económico.

Ao canalizar os investimentos para a educação, a saúde, a alimentação e o desenvolvimento de competências, os indivíduos podem aumentar significativamente a sua produtividade e empregabilidade, reduzindo a pressão a longo prazo sobre os recursos públicos e revigorando a actividade económica. Além disso, durante eventuais crises, como as pandemias ou as catástrofes naturais, um quadro de protecção social bem estabelecido facilita uma resposta rápida e eficaz, garantindo a prestação de assistência atempada aos mais necessitados. O desenvolvimento de um quadro deste tipo não é apenas uma obrigação moral, mas também um investimento estratégico na resiliência sócio-económica e na prosperidade futura de Angola, que permite lançar as bases para uma sociedade mais equitativa e sustentável.

## **Segurança Social Pós-Independência: institucionalização do Sistema Nacional de Segurança Social**

Aquando da independência de Angola em 1975, o país herdou um conjunto de fundos de segurança social corporativistas destinados a diferentes grupos profissionais. Estas caixas incluíam instituições mutualistas como o Montepio Geral de Angola, o Ferroviário de Angola e a Mutualidade de Angola. Estas instituições concediam pensões de reforma, pensões de sobrevivência e subsídios por morte a trabalhadores de vários sectores, incluindo os serviços postais, os caminhos-de-ferro, as alfândegas, a polícia nacional e a função pública.

Nos anos que se seguiram à sua independência, Angola encetou uma jornada de expansão do seu quadro de segurança social, reconhecendo a necessidade crítica de salvaguardar os seus cidadãos contra as incertezas económicas. Na década de 1990, estes esforços culminaram com a promulgação da Lei n.º 18/90, a 27 de Outubro, que institucionalizou o Sistema Nacional de Segurança Social. Esta lei fundamental lançou as bases para a criação, dois anos mais tarde, do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), encarregado de administrar o Sistema de Protecção Social Obrigatória. Embora este sistema tenha representado um grande avanço na protecção social, foi concebido principalmente para os trabalhadores do sector formal, negligenciando o segmento substancial da força de trabalho envolvida na economia informal. Como resultado, estes trabalhadores informais, que constituem uma parte significativa da força de trabalho angolana, permaneceram desprotegidos e particularmente susceptíveis a choques económicos e vulnerabilidades, evidenciando uma lacuna crítica na cobertura da segurança social do país que persiste até hoje.

### **Uma nova era: a Lei de Bases da Protecção Social de 2004**

Em 2004, Angola atingiu um marco significativo no seu quadro de protecção social com a promulgação da Lei de Bases da Protecção Social<sup>1</sup>. Esta legislação representou uma mudança de paradigma no sentido de uma abordagem mais inclusiva e abrangente do bem-estar social, estabelecendo um sistema mais robusto de três níveis, concebido para atender a vários segmentos da população.

O primeiro nível, a protecção social básica, é financiado pelos impostos e centra-se nos grupos mais vulneráveis, assegurando-lhes apoio essencial através de programas anuais e plurianuais geridos pelo Estado, frequentemente apoiados por parceiros internacionais para

---

<sup>1</sup> Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro.

colmatar as lacunas de financiamento. O segundo nível, a protecção social obrigatória, visa o sector formal e funciona com base num modelo de seguro sustentado por contribuições de trabalhadores e empregadores, proporcionando uma rede de segurança para as pessoas com emprego formal. O terceiro nível, a protecção social voluntária e complementar, oferece uma oportunidade aos indivíduos de aumentarem as suas prestações através de contribuições adicionais para além dos requisitos obrigatórios, permitindo uma experiência de segurança social mais personalizada e melhorada. Esta abordagem multifacetada sublinha o compromisso de Angola para com um sistema de protecção social mais equitativo e inclusivo, com o objectivo de responder às diversas necessidades da sua população. A **Figura 1.1** reflecte o sistema de protecção social em vigor em Angola, de acordo com a Lei de Bases da Protecção Social.

**Figura 1.1.** Sistema de Protecção Social em vigor em Angola



Fonte: Lei n.º 7/04

## **Desenvolvimentos recentes: consolidação do Sistema de Protecção Social de Angola**

Nos últimos anos, o Governo angolano empreendeu esforços substanciais para consolidar e melhorar o quadro de protecção social de um sistema não contributivo administrado pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU). Esta iniciativa foi ainda reforçada com a aprovação da Política Nacional de Acção Social (PNAS), concebida para prestar apoio a indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade ou sem meios básicos de subsistência. A PNAS está intrinsecamente alinhada com os objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento a Longo Prazo “Angola 2025”, que visa a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida da população em geral.

A evolução estratégica do quadro de protecção social de Angola sublinha um reconhecimento crescente do papel crítico que redes de segurança sólidas desempenham na mitigação da pobreza, na promoção de um crescimento económico inclusivo e no reforço da resiliência económica. Apesar dos progressos alcançados, desafios persistentes como as elevadas taxas de pobreza, a forte desigualdade de rendimentos e a instabilidade económica enfatizam o imperativo de um investimento sustentado tanto em respostas de emergência imediatas, como em estratégias de protecção social abrangentes e de longo prazo.

### **Um caminho estratégico para o futuro**

Apesar dos vários esforços realizados, a cobertura dos serviços de acção social em Angola continua a ser limitada. Estes serviços são, frequentemente, de pequena escala, significativamente sub-financiados e carecem de maior integração com outros sectores complementares. Foram afectados recursos humanos e financeiros e foram implementadas várias políticas e programas de protecção social com o objectivo geral de aliviar a pobreza e promover uma sociedade mais equitativa e coesa. Mas os resultados não corresponderam às expectativas previstas. A implementação destes programas de protecção social tem-se concentrado principalmente em Luanda, a capital, e em algumas outras capitais de província. Esses programas foram concebidos principalmente em torno de pensões contributivas e regimes de segurança social que beneficiavam, predominantemente, segmentos da população empregada no sector formal da economia. Este foco determinou que uma grande parte da população, particularmente a que trabalhava no sector informal ou desempregada, ficasse sem protecção social adequada.

Reconhecendo estas limitações, impôs-se a necessidade de Angola explorar e experimentar mecanismos alternativos de protecção social. Para tal, foi crucial desenvolver instrumentos de política de protecção social mais abrangentes e inclusivos que pudessem alargar os benefícios a um segmento mais vasto da população. Isto implicou a criação de programas que respondessem às necessidades daqueles que estão fora do sector do emprego formal e que garantissem um quadro de protecção social suficientemente flexível para se adaptar às diversas necessidades da população angolana. Deste modo, poderia desenvolver-se um sistema de protecção social mais inclusivo que contribuísse para o objectivo de reduzir a pobreza e construir uma sociedade justa e coesa.

### 1.1.1. A evolução das TSM em Angola: uma década de experiências

As transferências sociais monetárias (TSM) surgiram como um mecanismo vital para o alívio da pobreza e a protecção social em muitos países em desenvolvimento. Em colaboração com parceiros internacionais, o Governo de Angola iniciou, há pouco mais de uma década, transferências sociais monetárias em pequena escala para testar a eficácia das transferências directas de dinheiro como instrumento de protecção social. Em última análise, essas iniciativas procuraram reconstruir o tecido social e promover as populações vulneráveis através de programas inovadores de protecção social. Durante este período, o Governo introduziu três programas de pequena escala para responder às necessidades das suas populações mais vulneráveis. O Programa KWENDA, apresentado na **Secção 1.2**, é o quarto programa e o primeiro implementado numa escala nacional. É a mais ampla iniciativa de protecção social em Angola: dirigida as populações abrangidas pelo sistema de base, por via principalmente de transferências monetárias.

A primeira destas iniciativas, foi a do Cartão Kicuia, lançado em 2013 no quadro do Programa Ajuda pelo Trabalho (ProAjuda), como passo pioneiro na mudança das formas tradicionais de assistência para abordagens diferenciadas e mais bem direccionadas. Financiado a partir do Orçamento Geral do Estado, o programa foi concebido para proporcionar um alívio imediato a 100 000 famílias identificadas com base na sua localização geográfica e nível de pobreza. Dirigido a mulheres vulneráveis, viúvas com órfãos, pessoas com deficiências ou doenças crónicas e antigos combatentes, o programa não só visava satisfazer as necessidades imediatas dos beneficiários, como também procurava estimular as economias locais. Cada beneficiário recebia um cartão com um valor de Kz 10 000, que podia ser utilizado para comprar bens essenciais como alimentos, vestuário, material



escolar e insumos agrícolas em pequenos estabelecimentos comerciais seleccionados pelo Governo durante um período de 12 meses.

O segundo Programa, Valor Criança, destaca-se como uma das principais componentes do Programa APROSOC (Projecto de Apoio à Protecção Social). Financiado pela União Europeia e implementado pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), com o apoio técnico do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Consórcio de Empresas Louis Berger, o Valor Criança visava proporcionar uma quantia mensal em dinheiro a 20 000 crianças com idades compreendidas entre os 0 e 5 anos e suas famílias, incluindo as nascidas de mães menores de idade, ou que estavam ao cuidado de outros tutores que não os pais, como avós e tias. O objectivo principal do Programa era aumentar o bem-estar dessas crianças e das suas famílias, garantindo que tivessem mais saúde, melhor nutrição e qualidade de vida.

O programa foi implementado em seis municípios das províncias piloto (Bié, Uíge e Moxico), onde o modelo de Municipalização da Acção Social (MAS) já estava em vigor. Este modelo visava descentralizar os serviços de acção social, aproximando-os das comunidades mais carenciadas. O Programa Valor Criança não foi apenas inovador na abordagem da insegurança alimentar imediata, mas também estabeleceu um precedente para futuros esforços de protecção social, lançando uma base sólida para uma rede de segurança nacional mais robusta em Angola (UNICEF, 2023)<sup>2</sup>.

As Transferências Sociais Monetárias em Emergência, no quadro do Programa de Resposta de Emergência à COVID-19 de Luanda, constituíram a terceira iniciativa. Embora de menor escala em comparação com outras iniciativas nacionais, esta acção destacou-se pela sua abordagem dirigida a crianças com malnutrição grave e suas famílias e por uma implementação que incluiu a rede de serviços primários de saúde e organizações não-governamentais. Lançado como uma resposta directa aos enormes desafios sócio-económicos colocados pela pandemia da COVID-19, o Programa foi liderado pelo Governo Provincial de Luanda. Com assistência técnica do UNICEF e apoiado financeiramente pela Direcção de Protecção Civil e Ajuda Humanitária (ECHO) da União Europeia, o Programa providenciou apoio financeiro a famílias de 6 000 crianças dos 0 aos 5 anos diagnosticadas com desnutri-

---

<sup>2</sup> Damoah, K. A., Uytterhaegen, T., Tirivayi N., Jessica Daminelli, em nome da Equipa de Avaliação de Impacto do Valor Criança (2023), *“O Impacto do Valor Criança – Programa Piloto de Transferências Sociais Monetárias em Angola”*, Relatório Final. UNICEF Innocenti – Escritório Global de Investigação e Prospectiva. Florença, Itália.



ção grave e em fase de tratamento. Com uma abordagem multifacetada, o apoio visava incentivar as famílias a não desistir do regime de tratamento prescrito às crianças, garantindo que as intervenções de saúde não fossem interrompidas devido a restrições financeiras e, dessa forma, reduzindo o risco de desnutrição recorrente.

### 1.2. Descrição do Programa KWENDA

No dia 4 de Maio de 2020, foi publicado o Decreto Presidencial n.º 125/20, que aprovou o enquadramento do Programa de Fortalecimento da Protecção Social - Transferências Sociais Monetárias, com a designação “KWENDA”, marcando o início de um novo capítulo no panorama da protecção social em Angola. Este instrumento de política está profundamente enraizado no imperativo do Estado de fomentar mecanismos que assegurem a protecção social dos seus cidadãos mais vulneráveis. Reconhecendo a urgência de elevar o nível de vida dos que se debatem com a pobreza e uma elevada vulnerabilidade, o KWENDA visa proporcionar transferências sociais monetárias como uma forma directa de assistência. Além da ajuda financeira, essa iniciativa busca implementar medidas abrangentes de inclusão produtiva e geração de renda, alinhando-se com os objectivos mais amplos delineados no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2018-2022). Através destes esforços, o programa pretende não só aliviar as dificuldades financeiras imediatas, mas também preparar o caminho para a estabilidade económica e a auto-suficiência a longo prazo entre as populações desfavorecidas do país.

O Programa visa melhorar o Sistema Nacional de Protecção Social, aumentando significativamente a capacidade do Sector de Protecção Social de implementar medidas eficazes destinadas a aliviar a pobreza e aumentar a estabilidade financeira das famílias necessitadas. Para atingir este grande objectivo, o Programa centra-se em dois objectivos específicos fundamentais. Em primeiro lugar, a mitigação da pobreza, que envolve a implementação de estratégias de curto e médio prazos destinadas a prestar apoio imediato e sustentável às famílias empobrecidas, reduzindo as suas dificuldades económicas. Em segundo lugar, o objectivo de apoio financeiro visa prestar assistência directa ao rendimento das famílias vulneráveis, aumentando o seu poder de compra e permitindo-lhes satisfazer necessidades essenciais. Deste modo, as transferências monetárias ajudam a reforçar o contrato social entre o Estado e os seus cidadãos, aumentando a coesão social.

O Programa KWENDA identifica as famílias vulneráveis como aquelas que residem nos municípios com maior concentração de pobres urbanos e rurais, nomeadamente as que se enquadram nos dois quintis mais baixos do mapa da pobreza. Para apoiar estas famílias, a componente de Transferências Sociais Monetárias proporciona um rendimento mensal fixo, inicialmente fixado em Kz 8 500,00 (oito mil e quinhentos Kwanzas), mas que foi aumentado para Kz 11 000,00 (onze mil Kwanzas), na sequência do Decreto Presidencial n.º 132/23, de 1 de Junho. O Programa KWENDA, de Reforço da Protecção Social, com implementação prevista para as 18 províncias, tem um custo total estimado em 420 milhões de Dólares Americanos. Este encargo financeiro é totalmente suportado pelo Estado angolano, sendo que 320 milhões correspondem a um empréstimo reembolsável do Banco Mundial, enquanto o restante custo é coberto pelo Tesouro Nacional.

### 1.2.1. Componentes do Programa

O Programa KWENDA constitui a pedra angular de uma extensa plataforma de protecção social destinada especificamente a indivíduos e famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, que permanecem fora do âmbito do sistema contributivo de segurança social. No seu cerne, o KWENDA opera através de transferências monetárias, que servem como um pilar essencial de um quadro de protecção social inclusivo. Esta iniciativa, implementada de forma inovadora, é reforçada por quatro componentes integradas, cada uma concebida para garantir a sustentabilidade a longo prazo e o impacto da acção social. As quatro componentes incluem (i) Transferências Sociais Monetárias (TSM); (ii) Inclusão Produtiva (IP); (iii) Municipalização da Acção Social (MAS) e (iv) Cadastro Social Único (CSU). Em conjunto, estes elementos formam um quadro coeso e sólido que não só responde às necessidades imediatas dos beneficiários, mas também abrem caminho ao desenvolvimento social sustentável e à inclusão. Esta combinação de componentes é sustentada, conceptualmente, por resultados de várias pesquisas que demonstram que as transferências de renda, quando associadas a estratégias de inclusão produtiva e intervenções robustas no sector de acção social, reduzem significativamente a pobreza e estimulam o desenvolvimento económico<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Estes estudos sugerem que as transferências de dinheiro podem reduzir a pobreza, melhorar o nível de vida e reforçar a inclusão social, mas são muitas vezes insuficientes por si só e requerem intervenções complementares para terem um impacto substancial e sustentado. (Bastagli, F., Hagen Zanker, J., Harman, L., Barca, V., Sturge, G., & Schmidt, T. (2018); Druzca, K. (2016); Hajdu, F., Granlund, S., Neves, D., Hochfeld, T., Amuakwa-Mensah, F., & Sandström, E. (2020).

### **A componente TSM garante um alívio imediato das dificuldades económicas**

A componente de TSM é dedicada à concepção e implementação de um modelo operacional para um programa de transferências monetárias que visa melhorar significativamente as condições de vida de 1 608 000 famílias empobrecidas. A complexidade do Programa é evidenciada por três actividades centrais: o sistema de identificação dos beneficiários elegíveis, os processos de validação e a distribuição dos benefícios.

O sistema de identificação envolve uma abordagem cuidadosa, iniciando com a selecção geográfica, que utiliza mapas de pobreza, seguida de uma avaliação individual através de indicadores de pobreza multidimensionais (IPM-M) e culminando num rigoroso processo de validação a três níveis, em que a validação comunitária constitui o maior desafio. As prestações são pagas semestralmente e cada agregado familiar registado e validado recebe onze mil Kwanzas por mês, pagos em prestações semestrais. Esta abordagem estruturada e abrangente garante que o programa de transferências monetárias não só chega aos necessitados, mas também mantém um elevado nível de precisão e eficácia nas suas operações.

### **A componente de IP integra os beneficiários em actividades geradoras de renda**

A componente de Inclusão Produtiva tem como objectivo estimular o surgimento de iniciativas locais relevantes no domínio da geração de trabalho e rendimento, aumentar a produção de forma planeada e organizada, reforçar a complementaridade e articulação dos diferentes agentes económicos (produtores, fornecedores e clientes) e aumentar a autonomia financeira e a resiliência das famílias face ao risco social.

Em 2022, o foco foi a reavaliação das acções no âmbito desta componente, que é vital para a sustentabilidade dos esforços do Programa. Pretendeu-se rever os seus objectivos, estratégia de intervenção, indicadores e resultados esperados. Os objectivos específicos desta revisão foram estimular o aparecimento de iniciativas económicas locais relevantes, nomeadamente na geração de auto-emprego e na melhoria da qualidade de vida e do rendimento dos agentes económicos locais e das famílias. Adicionalmente, procurou identificar, promover e apoiar iniciativas de projectos locais através de assistência técnica, formação ou disponibilização de meios de produção, contribuindo assim para a criação de um ambiente empresarial local competitivo. A revisão teve ainda como objectivo aumentar a cadeia produtiva nacional e estimular o comércio agrícola, reforçando a complementaridade entre produção e comércio agrícola.

## **A componente de MAS aproxima os serviços das comunidades**

Esta componente tem como principal objectivo reforçar a protecção social das famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, através do desenvolvimento de acções de prevenção do risco social, protecção e promoção da inclusão social nos municípios, no âmbito do investimento contínuo em capital humano. Pretende aproximar os serviços sociais básicos das comunidades através de um conjunto de acções que incluem formação e informação no domínio da prevenção do risco social, bem como encaminhamentos e soluções para situações de vulnerabilidade social no domínio da protecção e promoção social.

Para atingir este objectivo, foi fundamental reabilitar os Centros Integrados de Acção Social (CASI) e, em articulação com as administrações municipais, estruturar os serviços a prestar aos cidadãos. O serviço de acção social é assegurado por técnicos de acção social e por uma vasta rede de agentes comunitários (ADECOS) reunidos nos Centros de Acção Social Integrados, sob coordenação das Direcções Municipais da Acção Social.

## **O Cadastro Social Único estabelece uma base de dados abrangente para coordenar os esforços de protecção social**

O Governo angolano aprovou o Cadastro Social Único (CSU)<sup>4</sup>, como instrumento nacional de divulgação, admissão, registo e disseminação de potenciais beneficiários para todos os programas sociais em Angola. O CSU foi também concebido como um instrumento de planeamento municipal em resposta à vulnerabilidade das suas populações e um instrumento-chave no âmbito do processo de descentralização, com vista à melhoria da prestação de serviços do Governo angolano. O instrumento visa também reforçar a capacidade de conceber políticas e programas e de efectuar o acompanhamento e a avaliação das acções existentes.

Para esta componente, em desenvolvimento, o KWENDA está a trabalhar em estreita colaboração com o MASFAMU, que controla o Sistema de Informação e Gestão da Acção Social (SIGAS). O objectivo é ter um sistema de CSU desenvolvido e implementado, com o registo de até 2 milhões de agregados familiares. Através do Sistema Integrado de Informação de Protecção Social (SIIPS), o Programa tem contribuído para a interoperabilidade da plataforma SIGAS, sendo esta uma das poucas instituições que a tem alimentado com dados recolhidos durante os registos.

---

<sup>4</sup> Decreto Presidencial n.º 136/19, de 5 de Maio, sobre a criação do Cadastro Social Único.



### 1.2.2. Âmbito geográfico do Programa

Inicialmente direccionado para as áreas urbanas para mitigar o impacto da cessação dos subsídios aos combustíveis, o KWENDA mudou o seu foco em 2020 para ajudar as famílias rurais que lutam contra a pobreza extrema. O Programa visa aumentar o poder de compra e a estabilidade financeira dessas famílias, fornecendo rendimentos e recursos essenciais.

O âmbito geográfico do Programa KWENDA foi planeado para ser implementado em 40 municípios nas 18 províncias de Angola. Até ao final de 2021, o Programa tinha atingido com sucesso 37 municípios, abrangendo um total de 137 comunas e 5 520 bairros e aldeias em todas as províncias. A selecção destes municípios foi baseada no seu quintil de vulnerabilidade, conforme determinado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Apesar do seu extenso alcance, a expansão geográfica do Programa enfrentou desafios significativos. Um grande obstáculo foi a condição das vias de acesso aos beneficiários vulneráveis, o que colocou dificuldades logísticas. Outros constrangimentos surgiram a partir destes desafios iniciais e são analisados em pormenor nos capítulos seguintes. A resiliência e a adaptabilidade demonstradas na superação destes obstáculos sublinham o empenho do Programa em responder às necessidades das populações mais vulneráveis de Angola.

Em 2022, o Programa KWENDA alcançou um sucesso notável no seu alcance geográfico, cobrindo 59 municípios nas 18 províncias do país. Esta realização ultrapassou significativamente as projecções iniciais delineadas no documento original do Programa (PAD), que tinha estabelecido como meta apenas 40 municípios. Consequentemente, o Programa excedeu o seu objectivo em 47,5 por cento. Em finais de 2023, contabilizavam-se 87 municípios, 304 comunas e 14 141 bairros e aldeias, demonstrando o seu extenso impacto de cobertura geográfica. A segmentação geográfica do Programa foi meticulosamente alinhada com as conclusões do Relatório sobre a Pobreza Multidimensional em Angola (IPM-M). Este alinhamento assegurou que os esforços do Programa fossem direccionados para as áreas mais necessitadas, contribuindo assim para maior eficácia no combate à pobreza e na melhoria das condições de vida de inúmeros angolanos.

## 1.3. Lições Aprendidas e Caminho a Percorrer

Os programas de transferência sociais monetárias implementados até à data, incluindo o KWENDA, oferecem lições valiosas para o Governo e outros intervenientes envolvidos em iniciativas de protecção social em Angola. Em primeiro lugar, a importância de uma abordagem descentralizada dos serviços de acção social não deve ser minimizada. O modelo de MAS, que visou aproximar os serviços sociais das comunidades, desempenhou um papel

crucial na implementação bem-sucedida dos programas. Em segundo lugar, o envolvimento de múltiplas partes interessadas, incluindo agências governamentais, organizações internacionais e comunidades locais foi essencial para garantir a eficácia dos programas. Esta abordagem colaborativa facilitou a partilha de recursos, conhecimentos e melhores práticas, contribuindo, em grande medida, para o sucesso dos programas.

A flexibilidade e adaptabilidade na concepção do Programa KWENDA são lições não menos importantes retiradas dessa experiência. Os programas futuros podem beneficiar destas opções mais diversificadas para os beneficiários e de uma rede mais alargada de prestadores de serviços sociais para melhorar a acessibilidade e as opções de escolha dos beneficiários. Além disso, é de salientar a necessidade de monitoria e avaliação contínuas para garantir que os programas se mantenham eficazes e respondam às necessidades dos beneficiários. À medida que Angola continua a desenvolver as suas experiências com transferências sociais monetárias, há um reconhecimento crescente da necessidade de abordagens mais inovadoras, inclusivas e adaptáveis ao bem-estar social. As lições aprendidas com base nas experiências dos últimos 10 anos irão, certamente, moldar o futuro da protecção social em Angola, abrindo caminho para iniciativas mais abrangentes e eficazes que não deixem ninguém de fora.

## 1.4. Objectivos da Avaliação

O objectivo da avaliação do impacto do KWENDA é o de perceber os diversos efeitos da iniciativa de Transferências Sociais Monetárias. Esta avaliação foi concebida para responder a questões críticas relativas à eficácia do Programa e ao seu impacto global, com particular incidência na compreensão da forma como a componente de transferências sociais monetárias influenciou a vida dos beneficiários. Apesar do Programa ser composto por quatro componentes, esta avaliação incide essencialmente sobre as TSM, sendo a componente que proporciona uma compreensão abrangente dos resultados do Programa e oferece perspectivas sobre a aplicabilidade mais ampla da intervenção.

### **Compreender os impactos transformadores**

Um dos principais objectivos da avaliação é desvendar as mudanças transformadoras provocadas pelas intervenções do Programa na vida das famílias beneficiárias, das instituições sociais e da pequena economia local. É examinado de perto como as transferências monetárias influenciaram o consumo das famílias, particularmente em termos de segurança alimentar, e analisa o papel do Programa no alívio da fome e na diversificação da dieta alimentar entre os agregados beneficiários.



Para além das necessidades imediatas, a avaliação explora as implicações mais amplas das transferências nos meios de vida locais, tais como a diversificação dos rendimentos e os investimentos produtivos que poderiam promover a estabilidade económica a longo prazo. Através desta análise, o estudo pretende identificar tanto os resultados positivos, como os potenciais desafios associados às TSM, fornecendo uma perspectiva diferenciada do seu impacto multifacetado.

### **Recolha de percepções e experiências**

A abordagem adoptada pelo KWENDA envolveu directamente comunidades e instituições locais na organização e implementação de todas as fases do Programa. Para além da análise quantitativa, a avaliação incorpora, por isso, abordagens qualitativas, captando as percepções e experiências dos beneficiários e das instituições locais envolvidas na implementação do Programa. Esta abordagem visa proporcionar uma compreensão mais profunda da forma como estes intervenientes percebem e vivenciam as mudanças provocadas pela iniciativa das TSM, assegurando que a avaliação reflecte as realidades vividas pelas pessoas directamente afectadas pelo Programa.

### **A dimensão do género**

Uma componente crítica desta avaliação é o seu enfoque no género, examinando especificamente a sua inclusão no Programa e o seu impacto nas mulheres. Analisa a representação das mulheres beneficiárias e avalia se essa representação é adequada no contexto local. Além disso, investiga a forma como o Programa contribui para melhorar as condições de vida das mulheres e identifica os aspectos específicos do empoderamento das mulheres que foram reforçados através do Programa. A avaliação também procura melhorar a abordagem de género do Programa, identificando os constrangimentos que impedem a plena participação

das mulheres no Programa. Ao abordar estas questões específicas de género, visa fornecer lições para que programas semelhantes apoiem efectivamente as mulheres e promovam a equidade de género nas comunidades que servem.

### **Olhando para o futuro**

Através desta avaliação abrangente, o Programa KWENDA pretende obter informações sobre a sua eficácia e identificar áreas para potencial melhoria. A avaliação procura fornecer recomendações objectivas e exequíveis para informar esforços futuros do Programa e melhorar o seu impacto global. Um dos principais objectivos é avaliar a forma como os resultados da investigação podem ser aplicados a outros contextos, realçando a generalização dos resultados. Ao oferecer uma compreensão holística dos resultados do Programa, a avaliação contribuirá para a formulação de recomendações estratégicas que orientarão a concepção e a implementação de futuras avaliações de impacto de iniciativas semelhantes, assegurando que os futuros programas se baseiem em provas empíricas e estejam mais bem equipados para responder eficazmente às necessidades dos seus beneficiários.

## **1.5. Determinantes do Impacto das TSM**

### **O que constitui impacto?**

As TSM podem assumir duas formas: condicionais ou incondicionais. As transferências condicionais exigem que os beneficiários cumpram determinados requisitos, como frequentar a escola ou utilizar serviços de saúde, enquanto as transferências incondicionais não têm tais estipulações. Apesar do KWENDA ser um programa de transferência monetária incondicional, esta avaliação determina o impacto a partir de potenciais benefícios das TSM para os beneficiários individuais, as suas famílias e as comunidades.

As TSM têm, frequentemente, o duplo objectivo de reduzir a pobreza corrente e futura. As transferências aumentam directamente o consumo corrente, mas a maioria dos programas também tem um objectivo a longo prazo de reduzir a pobreza futura. A nível micro-económico são várias as vias através das quais as transferências monetárias podem ter impacto nos beneficiários e contribuir para investimentos sustentados das famílias e para o crescimento do rendimento, atenuando as restrições de liquidez, directa ou indirectamente, facilitando o acesso ao crédito ou aumento da poupança do agregado familiar. Do mesmo modo, as transferências podem ajudar a mitigar os riscos associados aos fluxos de rendimento variáveis e



promover investimentos em actividades de maior retorno. Os programas com componentes produtivas (IP, por exemplo) podem também ajudar as famílias a diversificar os meios de subsistência, gerir melhor os riscos e fornecer protecção contra choques. Todos esses factores concorrem, em última análise, para o impacto geral do Programa.

Contudo, argumenta-se localmente que o impacto das transferências monetárias incondicionais em contextos de pobreza extrema seja bastante reduzido, porque a propensão marginal para consumir rendimentos adicionais pode ser bastante elevada. Será certamente o caso dos municípios mais remotos e com fraca actividade de mercados. Nesses casos, o impacto das transferências regulares no investimento em bens de produção é, em teoria, ambíguo, porque as famílias pobres tendem a consumir a totalidade do montante recebido em despesas básicas. Por exemplo, em situações de baixo acesso à educação, persistente malnutrição, subemprego, falta de oportunidades de trabalho ou ausência de créditos bonificados para a actividade produtiva destas populações, não se espera que pequenas transferências regulares de dinheiro transformem os meios de vida das comunidades.

Este relatório não disputa as hipóteses levantadas na literatura ou de fazedores de opinião local. Oferece, antes, uma base de evidências quantitativas e qualitativas, que permitem inferir potenciais impactos e identificar factores de estrangulamento. Portanto, ao examinar vários indicadores, como o uso da renda familiar, acesso à alimentação, actividade comercial local e bem-estar geral, pode-se obter uma melhor compreensão dos benefícios do Programa, prestando igualmente atenção às suas limitações.

### 1.6. Organização do Relatório

O relatório está estruturado em 12 capítulos, cada um concebido para guiar o leitor através de uma avaliação abrangente do Programa KWENDA. Começando com o **Capítulo 1**, o relatório estabelece o contexto da avaliação, oferecendo uma introdução ao objectivo e ao âmbito do estudo. Este capítulo estabelece as bases para a compreensão dos objectivos mais amplos do Programa e do contexto em que a avaliação foi realizada. O **Capítulo 2** aprofunda o quadro conceptual e metodológico central que deu forma à avaliação. Explora a área temática do estudo através de uma matriz conceptual, explica a abordagem da amostragem, delinea uma abordagem qualitativa complementar e discute as potenciais limitações enfrentadas durante o processo de avaliação. O foco do **Capítulo 3** é traçar o perfil dos beneficiários do KWENDA, apresentando uma análise detalhada do contexto de pobreza nos municípios de intervenção. Além disso, providencia uma análise demográfica dos beneficiários, juntamente com um exame aprofundado dos seus meios de

vida, estratégias de sobrevivência e os mecanismos que empregam para lidar com as suas circunstâncias. O **Capítulo 4** passa em revista os processos de registo e validação dos beneficiários. Oferece um olhar aprofundado sobre a abordagem do KWENDA, focalizada nos detalhes do cadastramento e validação que garantem a inclusão adequada de indivíduos elegíveis para o Programa, estabelecendo as bases para a recepção do benefício. Consequentemente, no **Capítulo 5**, o relatório aborda as modalidades de acesso aos benefícios – pagamentos. Enfatiza a periodicidade dos pagamentos, as preferências dos beneficiários pelos métodos de pagamento e o compromisso do programa em garantir que esses benefícios cheguem aos destinatários pretendidos de forma eficiente.

O **Capítulo 6** examina o impacto do KWENDA no bem-estar do agregado familiar, particularmente no modo como os benefícios monetários são distribuídos entre as várias despesas do agregado familiar. O capítulo também garante uma avaliação de como o Programa influenciou os padrões de gastos em despesas-chave entre diferentes grupos de beneficiários. Este benefício monetário pode ser gasto em mercados dentro ou fora do município de residência, provocando potenciais efeitos de repercussão que são discutidos no **Capítulo 7**. Este capítulo reflecte os impactos directos do benefício nos agregados familiares, explorando como o Programa afecta a economia local e a dinâmica social. Também pesa as vantagens e desvantagens potenciais destes efeitos mais amplos. O **Capítulo 8** examina mais de perto o impacto do Programa na segurança alimentar e nutricional, avaliando a influência do KWENDA na disponibilidade de alimentos, acesso e diversidade alimentar. O capítulo analisa se o Programa gerou uma diferença significativa na melhoria dos hábitos alimentares dos beneficiários.

No **Capítulo 9**, o foco muda para a satisfação dos beneficiários, examinando tanto as expressões de satisfação ou insatisfação, como os factores que contribuem para essas expressões dos beneficiários. Este Capítulo fornece informações sobre a forma como o Programa é visto por aqueles que serve.

A dinâmica de género é o tema do **Capítulo 10**, que explora questões de paridade de género entre os beneficiários e examina a forma como o género influencia os padrões de despesa. Também aborda perspectivas mais amplas de capacitação, incluindo os processos de tomada de decisão, conflitos baseados no género e desafios para alcançar a equidade de género no âmbito do Programa.

O **Capítulo 11** apresenta perspectivas sobre a sustentabilidade das transferências sociais monetárias, discutindo os factores críticos para manter a eficácia do Programa a longo prazo. Destaca os elementos-chave que contribuem para a sua sustentabilidade do impacto. E, finalmente, o **Capítulo 12** proporciona reflexões finais e recomendações para o futuro do Programa. Sintetiza as conclusões do relatório e delinea potenciais direcções para reforçar e sustentar as realizações do KWENDA no futuro.



## **2. FUNDAMENTOS DA ABORDAGEM CONCEPTUAL E METODOLÓGICA**

---

***A avaliação de um programa de implementação complexa como o KWENDA exigiu o desenho de uma abordagem conceptual e metodológica abrangente.***

*Esta abordagem permitiu identificar impactos não previstos ao longo do tempo, levando em conta factores culturais, sociais e económicos específicos que podem influenciar a eficácia do Programa.*

---

O estudo assenta numa base de atributos metodológicos concebidos para garantir uma avaliação abrangente e elucidativa. Em primeiro lugar e acima de tudo, o estudo utilizou um rigoroso desenho que combinou a amostragem por conglomerados em duas fases e a aleatória simples (SRS), permitindo uma medição exacta do impacto a partir de três indicadores de resultados do Programa. Este rigor metodológico foi complementado por uma abordagem de métodos mistos, integrando técnicas de pesquisa qualitativas e quantitativas, de modo a proporcionar uma compreensão abrangente dos processos de planificação e operacionalização do Programa e de como os seus resultados foram alcançados.

A avaliação foi conduzida por uma equipa multidisciplinar de investigadores, ambos com conhecimentos especializados na análise dos meios de sustento rurais, garantindo que a avaliação se baseasse numa compreensão profunda do contexto em que o Programa foi implementado. Além disso, o estudo aproveitou a extensa presença regional e nacional do Instituto de Desenvolvimento Local (FAS-IDL), bem como a sua experiência comprovada no cadastramento de beneficiários, para administrar a amostra de forma eficiente e garantir a sua representatividade geográfica. Com estes atributos, o estudo garante uma avaliação completa e significativa, produzindo conhecimentos valiosos sobre a eficácia do Programa KWENDA e informando futuras decisões de políticas e programáticas.

O capítulo apresenta o quadro conceptual desenvolvido para esta avaliação, referente ao período de Janeiro de 2020 a Dezembro de 2023. A abordagem de pesquisa foi cuidadosamente escolhida para responder a cada um dos objectivos definidos nos Termos de Referência (TdR) desta avaliação, que foram, posteriormente, agrupados nas quatro dimensões de investigação descritas a seguir.



## 2.1. Área Temática do Estudo – Matriz Conceptual

Tratando-se de uma avaliação multidimensional, que tenta satisfazer as necessidades de dados de diferentes intervenientes e grupos de interesse em simultâneo, foi importante criar quatro grandes dimensões temáticas para dar coerência à abordagem conceptual do estudo. Estas dimensões são designadas da seguinte forma: (i) dimensão programática e processo de intervenção; (ii) dimensão económica e produtiva; (iii) bem-estar e melhoria dos meios de vida e (iv) equidade de género e empoderamento das mulheres. Nestas dimensões foram agrupadas as oito áreas temáticas da avaliação. A **Secção 2.1.1** discute, de forma exaustiva, estas oito áreas temáticas.

### 2.1.1. Abordagem dos objectivos específicos e dimensões temáticas da avaliação

Os parágrafos seguintes discutem as questões conceptuais subjacentes a esta avaliação. Esta discussão está resumida na matriz do quadro conceptual do estudo no **Anexo A2-1**. O “quadro conceptual do estudo” é um plano ou mapa estruturado utilizado para orientar a concepção e a implementação de diferentes instrumentos de pesquisa no âmbito de um estudo de avaliação. Integra vários aspectos críticos da concepção do estudo, incluindo as dimensões da avaliação, as perguntas de investigação, os factores e as variáveis de análise.

A matriz fornece um quadro geral para abordar as principais questões de investigação e ajuda a definir o âmbito e o foco do estudo. Para cada uma das dimensões acima referidas, a matriz apresenta uma a três questões gerais de investigação. São questões específicas a que a avaliação pretende responder através da aplicação de um inquérito, de discussões em grupo focal e entrevistas a informadores-chave a nível local e institucional. O quadro conceptual garante que cada questão se alinha com os objectivos gerais da avaliação.

#### **Dimensão programática e processo de intervenção**

Esta dimensão identifica os pontos fortes e fracos do Programa e providencia informação detalhada sobre a sua eficiência e eficácia temporal. O estudo fez recurso aos dados do sistema de monitoria do Programa para gerar dados significativos e relevantes sobre as operações, a implementação e o alcance das suas metas relativamente ao número de beneficiários.

Esta abordagem permitiu (a) documentar a qualidade e grau de execução do Programa; (b) identificar estrangulamentos na sua implementação; (c) compreender questões relacionadas com a utilização de serviços do Programa e a adesão às suas recomendações e (d) medir o nível de exposição dos beneficiários às outras componentes do Programa (Municipalização da Acção Social e Inclusão Produtiva), à medida que este evolui.

### **Dimensão económica e produtiva**

Esta dimensão investiga a relação entre um programa de Transferências Sociais Monetárias (TSM) e a criação de actividades geradoras de rendimento. O KWENDA tem quatro componentes principais, duas das quais podem ser concebidas como um pacote que inclui a transferência de dinheiro para apoiar o consumo das famílias e eventuais poupanças e outra para iniciar uma actividade geradora de rendimento – Inclusão Produtiva (ver **Capítulo 1**).

A principal hipótese subjacente à dimensão económica é que os beneficiários do KWENDA estariam positiva e significativamente associados à probabilidade de criar uma actividade geradora de rendimento. Em segundo lugar, esta associação positiva seria impulsionada principalmente por duas intervenções: a inclusão produtiva e a transferência monetária, que permite algum tipo de investimento produtivo através da poupança.

### **Bem-estar e melhoria do meio de vida**

Analisa a forma como as famílias beneficiárias gastaram o dinheiro recebido e estuda o impacto das transferências nos meios de vida locais e no bem-estar das famílias. Nesta dimensão temática foram investigadas as seguintes questões: (a) fontes de renda dominantes do agregado familiar; (b) aplicação ou uso do rendimento extra recebido do KWENDA; (c) acesso a alimentos; (d) acesso a serviços sociais, como educação e saúde e (e) resiliência – principais riscos e choques que as famílias enfrentam e eventuais diferenças entre os beneficiários de diferentes municípios. Apesar da subjectividade implícita, analisa-se a percepção individual de bem-estar e as expressões de satisfação dos beneficiários do Programa.

### **Dimensão de equidade de género e empoderamento**

As questões de equidade de género e empoderamento das mulheres são discutidas nesta dimensão. Entende-se que empoderar as mulheres é dar-lhes poder ou autoridade legítima

para executar uma tarefa nos níveis doméstico, comunitário e institucional. A tomada de decisão pelas mulheres é muito importante, na medida em que aumenta seu poder de negociação e promove o seu real empoderamento económico (Bency, 2018). Mulheres empoderadas podem participar nas tarefas de planificação e tomada de decisões e contribuir para os programas e actividades de desenvolvimento de forma independente. Nesta dimensão temática, parte-se da hipótese de que o Programa terá influenciado ou provocado maior equilíbrio no (a) controlo e tomada de decisão sobre activos produtivos; (b) controlo e tomada de decisões sobre despesas correntes, poupanças e transferências monetárias e (c) controlo e tomada de decisões sobre produção e geração de renda.

### 2.1.2. Determinantes do êxito das TSM

Transferências sociais monetárias eficazes têm certas características importantes que ajudam a reduzir a pobreza, a melhorar o bem-estar e a promover a inclusão social (Hagen Zanker, J., & Himmelstine, C. (2015); Ellis, F. (2012)<sup>1</sup>). Abaixo, apresentam-se algumas características-chave que se consideram essenciais para o sucesso do Programa. Estas características foram desenvolvidas a partir de uma aturada revisão bibliográfica e através de discussões extensivas com o pessoal do KWENDA tanto a nível nacional, como provincial, e destinam-se a contribuir para os debates em curso sobre o que o Programa deve ancorar. Não se pretende uma discussão fechada, mas antes uma contribuição para as discussões em curso sobre como o Programa pode ser melhor implementado. Embora a matriz já descreva o quadro geral desta avaliação, incluindo as principais questões de investigação, nesta secção pretende-se apontar vias e raciocínios adicionais para avaliar o progresso e os resultados não intencionais alcançados até agora.

Acredita-se que os programas sociais de transferências monetárias desempenham um papel crucial no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento inclusivo. Através da implementação de factores-chave como a definição de objectivos claros, pagamentos regulares e previsíveis, monitoria e avaliação, serviços complementares e inclusão financeira, estes programas podem apoiar eficazmente as populações vulneráveis a melhorar o seu bem-estar. Com foco estratégico na redução da pobreza, as TSM têm o potencial de causar um impacto significativo na vida dos mais necessitados. É essencial que estas características-chave sejam incorporadas e implementadas de forma eficaz para garantir o sucesso destes programas na consecução dos seus objectivos.

---

<sup>1</sup> Na publicação “Mais rico, mas com ressentimentos: Qual a influência das transferências monetárias nas relações sociais?” Macauslan e Riemenschneider (2011) concluem que o impacto das TSM nas relações sociais é grande, mas pode ser, frequentemente, negativo.



## **Estabelecer objectivos claros**

O primeiro critério, ou característica mais importante, para que qualquer programa de TSM seja bem-sucedido é a definição clara e objectiva do que se pretende alcançar. O programa pode estar destinado à redução da vulnerabilidade à insegurança alimentar e da pobreza, a melhorar o desenvolvimento humano ou a proporcionar protecção social. Mas estes objectivos devem estar clara e objectivamente definidos, pois servem de roteiro para a sua implementação, garantindo que todas as actividades estejam alinhadas com as metas gerais e os resultados específicos desejados. Caso contrário, e na tentativa habitual de se alcançar múltiplos objectivos distintos, descaracteriza-se o programa e o quadro da avaliação dificilmente conseguirá dar coerência aos resultados alcançados.

Ao definir claramente os objectivos, os gestores do programa podem planificar e implementar mais eficazmente actividades com impacto significativo na população-alvo. Além disso, objectivos claros permitem que as avaliações determinem melhor o seu sucesso e eficácia, ajudando a identificar áreas para melhoria e garantir que os recursos estejam a ser utilizados de forma eficiente e eficaz. Em suma, a definição de objectivos claros é uma componente fundamental para a criação de um programa bem concebido e com impacto, que possa realmente fazer a diferença na vida das pessoas que serve.



## **Seleção eficaz de beneficiários**

Uma seleção eficaz de beneficiários (*target*) é essencial para garantir que as TSM cheguem aos indivíduos que mais precisam delas. Muitos programas utilizam critérios específicos, como o rendimento do chefe de família, a composição do agregado familiar e factores de vulnerabilidade, para determinar os beneficiários elegíveis (Barrientos & de Jong, 2006; Chen et al., 2015). Isto permite que os programas direcionem os recursos para aqueles que têm maior probabilidade de beneficiar das transferências, maximizando o impacto na redução da pobreza e na melhoria do bem-estar. Além disso, uma seleção eficaz ajuda a garantir que os recursos não sejam desperdiçados em indivíduos ou agregados familiares que não necessitam de assistência, aumentando assim a eficiência e a sustentabilidade das TSM (Handa et al., 2012; Stoeffler et al., 2016).

Para além de uma seleção eficaz, programas bem-sucedidos também enfatizam a participação e a capacitação dos beneficiários. Envolver os beneficiários na concepção, implementação e monitoria de um programa, ajuda a garantir que as suas vozes sejam ouvidas e que as suas necessidades sejam atendidas. Esta abordagem participativa não só aumenta a eficácia dos programas, como também promove um sentido de propriedade e responsabilidade entre os beneficiários. Por outro lado, os programas de TSM com maior êxito também se caracterizam por adoptar estruturas de governação transparentes e responsáveis. A transparência nos processos de tomada de decisão, critérios de elegibilidade claros e mecanismos regulares de monitoria e avaliação ajudam a criar confiança entre as partes interessadas e a garantir que os recursos são utilizados de forma eficaz e eficiente (Devereux et al., 2017; Slater, 2011).

## **Pagamentos regulares e previsíveis**

Consistência e previsibilidade nos pagamentos são factores cruciais para garantir que os beneficiários possam satisfazer as suas necessidades essenciais e planificar o futuro. Este aspecto é particularmente importante na avaliação devido às difíceis condições operacionais locais que, muitas vezes, dificultam a realização de pagamentos regulares. A imprevisibilidade do calendário de pagamentos do Programa, com intervalos que variam de três a 12 meses, é uma questão digna de nota.

Por conseguinte, é crucial que se aborde esta questão e se encontrem formas de melhorar a pontualidade e a consistência dos pagamentos para garantir que os beneficiários possam fazer uso eficaz do apoio que recebem. É essencial que se trabalhe no sentido de criar um sistema que proporcione pagamentos regulares e previsíveis a todos os beneficiários, inde-

pendentemente dos desafios colocados pelas condições operacionais locais. Isto não só aumentará a eficácia do Programa, como também demonstrará o empenho do Programa em apoiar os mais necessitados.

### **Estipular valor monetário adequado ao contexto económico local**

O dinheiro transferido deve ser suficiente para melhorar significativamente o bem-estar dos beneficiários, ajudando-os a satisfazer as suas necessidades básicas e a planear o futuro. Embora este seja um aspecto crucial de qualquer programa de TSM, o dinheiro do KWENDA destina-se a complementar o rendimento de grupos populacionais vulneráveis com baixos rendimentos, em vez de cobrir integralmente o custo de um cabaz alimentar padrão numa base mensal. A avaliação aqui discutida não se debruça sobre a adequação dos benefícios recebidos, mas lança luz sobre a forma como os fundos são utilizados pelos agregados familiares para sustentar os seus padrões de consumo. Esta informação pode ser valiosa para compreender o impacto do Programa no bem-estar dos beneficiários e orientar melhorias futuras.

### **Introdução de mecanismos de inclusão financeira**

A inclusão financeira é uma componente crucial para garantir que os beneficiários dos programas de TSM tenham as ferramentas necessárias para gerir eficazmente os seus fundos e planear o futuro. No contexto do KWENDA, com um número exíguo de instituições financeiras formais, sobretudo em áreas remotas, é importante avaliar as formas de pagamento preferidas dos beneficiários para determinar o nível de inclusão financeira e de literacia na comunidade.

A inclusão financeira implica garantir aos beneficiários acesso a serviços financeiros, como contas bancárias ou dinheiro móvel, para os ajudar a gerir as suas transferências em dinheiro de forma eficiente e a desenvolver estabilidade financeira (Sakarombe, U., 2018; Chu, A. 2018). No contexto específico do KWENDA, a inclusão financeira envolve a (i) atribuição e capacitação para o uso de cartões de débito multicaixa associados à subconta do KWENDA; (ii) abertura de contas bancárias individuais e acesso a cartões de débito multicaixa personalizados. Contudo, alcançar a inclusão financeira é um desafio devido à exiguidade de instituições financeiras formais nas zonas rurais. Ao estudar as preferências de pagamento dos beneficiários, a avaliação coloca para consideração se a promoção da inclusão financeira e da literacia deve ser considerada em futuras iniciativas do Programa.



Ao compreender as necessidades e preferências dos beneficiários no que diz respeito ao acesso e gestão dos seus fundos, as actividades de um programa podem ser adaptadas para promover a inclusão financeira e criar resiliência financeira. Em última análise, ao proporcionar aos beneficiários o acesso a serviços financeiros, estes podem ser capacitados para tomarem decisões informadas sobre o seu futuro financeiro e melhorar o seu bem-estar geral. Esta avaliação providencia informações valiosas sobre o estado actual da literacia e inclusão financeiras, ajudando a orientar o desenvolvimento futuro do Programa e as suas estratégias de implementação.

### **Integração de serviços de outros sectores a nível municipal**

Certos programas de TSM fornecem serviços adicionais, tais como cuidados de saúde, educação ou apoio aos meios de subsistência, para complementar as transferências de dinheiro e melhorar o bem-estar geral a longo prazo. O estudo avalia a forma como estes serviços complementares são incorporados nas operações do KWENDA a nível municipal. Esta análise providencia uma visão sobre a forma como estes serviços estão a ser utilizados para apoiar o bem-estar a longo prazo dos participantes do Programa. Compreender o grau de integração dos serviços complementares permite identificar áreas de melhoria e garantir que as transferências de monetárias estejam a ser maximizadas. Em última análise, esta avaliação pode ajudar na tomada de decisões visando otimizar o impacto do Programa em curso e a melhorar a eficácia geral dos serviços em futuros programas.

## Monitoria e avaliação

Apesar de a avaliação do sistema de monitoria e avaliação (M&A) do KWENDA não se enquadrar no escopo deste estudo, importa fazer uma nota sobre esta componente. Para que os programas sejam bem-sucedidos, é essencial que disponham de sistemas de monitoria e avaliação robustos. Estes sistemas devem acompanhar os resultados relacionados com a redução da pobreza, a educação, a saúde e outros indicadores relevantes para determinar a eficácia do Programa. Um sistema sólido de gestão e análise de dados é crucial para a implementação bem-sucedida destes processos de monitoria e avaliação. Por outro lado, embora não se avalie a componente de M&A, a qualidade dos dados fornecidos tem impacto directo na análise dos indicadores relacionados com o pagamento. Por conseguinte, a eficácia da análise depende da qualidade dos dados fornecidos para avaliação. É imperativo que os implementadores de programas de protecção social dêem prioridade à recolha sistemática de dados relevantes para garantir a eficácia e o sucesso dos seus programas.

## 2.2. Abordagem Amostral

A amostragem por conglomerados em duas fases, combinada com a amostragem aleatória simples foram as duas técnicas de amostragem utilizadas neste estudo, que são métodos amplamente aceites na monitoria e avaliação de projectos. Apesar da dimensão finita da população total, a abordagem foi concebida no sentido de reduzir os enviesamentos e aumentar a representatividade da amostra, o que provou ser benéfico, especialmente porque a população beneficiária é grande e geograficamente dispersa.

Utilizou-se a amostragem por conglomerados para agrupar a população em grupos distintos, com base em zonas de meios de sustento (ou agro-económicas), em municípios e comunas (*clusters*) conforme evidenciam as **Figuras 2.1 e 2.2**. Em seguida, utilizou-se a amostragem aleatória simples para seleccionar as aldeias e os agregados familiares dentro de cada grupo seleccionado, o que garantiu que cada beneficiário individual tivesse a mesma probabilidade de ser seleccionado. Esta abordagem em várias fases assegurou que tanto a diversidade geográfica, como o acesso físico e as condições de operacionalização logística fossem considerados.

Pode-se estimar que mais de 90 por cento da intervenção do KWENDA (fases piloto e de expansão) recai em municípios rurais, onde os meios de vida dependem maioritariamente de recursos naturais – terra, água e floresta, o que determina, em grande medida, o tipo de economia que se pratica na região. Por esta razão, os conglomerados têm como base as caracte-





terísticas agro-económicas do país e os municípios de intervenção do Programa até Julho de 2023. Esta metodologia fez recurso ao mapa das zonas agro-económicas de Angola<sup>2</sup> desenvolvido em 2015 (depois do censo populacional de 2014), sobreposto ao mapa das regiões administrativas do FAS<sup>3</sup>. Em seguida seleccionaram-se entre um e três municípios por zona agro-económica, obedecendo os seguintes critérios:

- (i) número de beneficiários assistidos até Julho|2023 – com um a quatro pagamentos recebidos;
- (ii) tamanho, ou extensão geográfica da zona agro-económica;
- (iii) presença de municípios da fase piloto da operação do KWENDA. Em cada grupo de beneficiários por município aplicou-se o critério de amostragem aleatória simples.

---

<sup>2</sup> As zonas de meios de sustento de Angola foram inicialmente delineadas durante um exercício nacional de zonagem liderado pela FEWS NET em 2013, em colaboração com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADERP) do Governo de Angola (GoA), Gabinete de Segurança Alimentar (GSA) e o Programa de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC-RVAA).

<sup>3</sup> Para fins de planificação e gestão de programas do FAS, o país foi dividido em seis regiões administrativas, sendo a primeira região composta unicamente pela província de Cabinda. A segunda região, Norte, inclui as províncias de Malanje, Uíge e Zaire, enquanto que a terceira região agrega as províncias do Bengo e Luanda. A quarta região, Centro-Sul, inclui as províncias do Bié, Benguela, Cuanza Sul e Huambo. Na quinta região, Sul, estão as províncias do Cuando Cubango, Cunene, Namibe e Huíla, e, finalmente, a região Leste, que engloba as províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico.



Esta abordagem permitiu estudar o efeito das transferências monetárias em diferentes contextos sociais e económicos do país. Presume-se, à partida, que o valor monetário recebido e a sua aplicação nas despesas do agregado familiar sejam fortemente influenciados ou determinados pelo potencial da zona agro-económica em que se enquadra o município.

O tamanho final da amostra foi determinado pela distribuição dos beneficiários em cada município, seleccionados segundo a base de dados de pagamentos do Programa. Apesar de se ter definido Julho de 2023 como data teórica de corte, 16,3 por cento dos respondentes receberam pagamentos entre os meses de Setembro e Novembro de 2023, o que teve implicações na definição dos parâmetros para pós-estratificação.

### **2.2.1. Selecção das zonas agro-económicas e municípios da amostra**

Como mencionado acima, a selecção dos municípios precede uma análise de caracterização da zona agro-económica. A zonagem foi desenvolvida com a finalidade de criar uma linha de base de meios de vida e sustento a partir de um amplo conjunto de variáveis climáticas, agro-ecológicas, económicas, sociais e etno-linguísticas. Contudo, para fins deste estudo, e mais propriamente para a identificação geográfica dos municípios da amostra, seleccionaram-se apenas alguns factores que caracterizam e distinguem as zonas umas das outras.



Estas características estão resumidas no relatório da Zonagem agro-económica de Angola. Das 13 zonas que compõem o mapa agro-ecológico, foram excluídas as zonas LHZ-A06 e LHZ-A12 por não terem ainda municípios abrangidos pelo KWENDA.

As zonas agro-económicas, oficialmente denominadas de “zonas de meios de sustento” são áreas de economia alimentar homogéneas, dentro das quais as pessoas partilham, em termos gerais, os mesmos meios de produção e o mesmo acesso aos mercados. Agrupar áreas em zonas de meios de sustento permite uma investigação mais dirigida e detalhada sobre esses sistemas no país e uma compreensão mais matizada de como as pessoas em diferentes áreas serão afectadas por uma vasta gama de choques, incluindo a seca, rupturas do mercado, alterações climáticas, entre outros. O exercício de mapeamento destas zonas teve em conta as zonas agro-ecológicas do país e as características geográficas, combinadas com as variações sazonais, os sistemas de produção locais e as diferenças nas infra-estruturas e na dependência do mercado. O resultado deste exercício resume-se no mapa apresentado na **Figura 2.1**. O relatório resume as características de todas as zonas em cinco indicadores: (i) meio de vida dominante; (ii) acesso aos mercados; (iii) fontes de rendimento monetárias; (iv) fontes de alimentos e (v) divisão de tarefas com base no género.



A sobreposição do mapa das zonas de sustento descritas acima com o mapa das zonas de gestão e planificação do FAS (zonas administrativas) resultou na selecção de 20 municípios para este estudo, conforme reflectido no mapa da **Figura 2.2**. Foram seleccionados quatro dos cinco municípios da fase piloto para captar as primeiras experiências dos beneficiários na recepção das TSM. Esse critério permitiu também avaliar a evolução do Programa em termos de planificação e gestão das transferências monetárias, mediante uma análise comparativa da eficácia e do nível de satisfação dos beneficiários nos municípios das fases piloto e de expansão.

Uma vez seleccionados os municípios para o estudo, foram escolhidos cuidadosamente alguns outros indicadores para garantir a qualidade e representatividade dos resultados obtidos – (i) distribuição geográfica dos beneficiários pelos municípios; (ii) sexo do beneficiário; (iii) modalidade de pagamento; (iv) fase de implementação do Programa (piloto e expansão) e (v) meio de vida dominante.

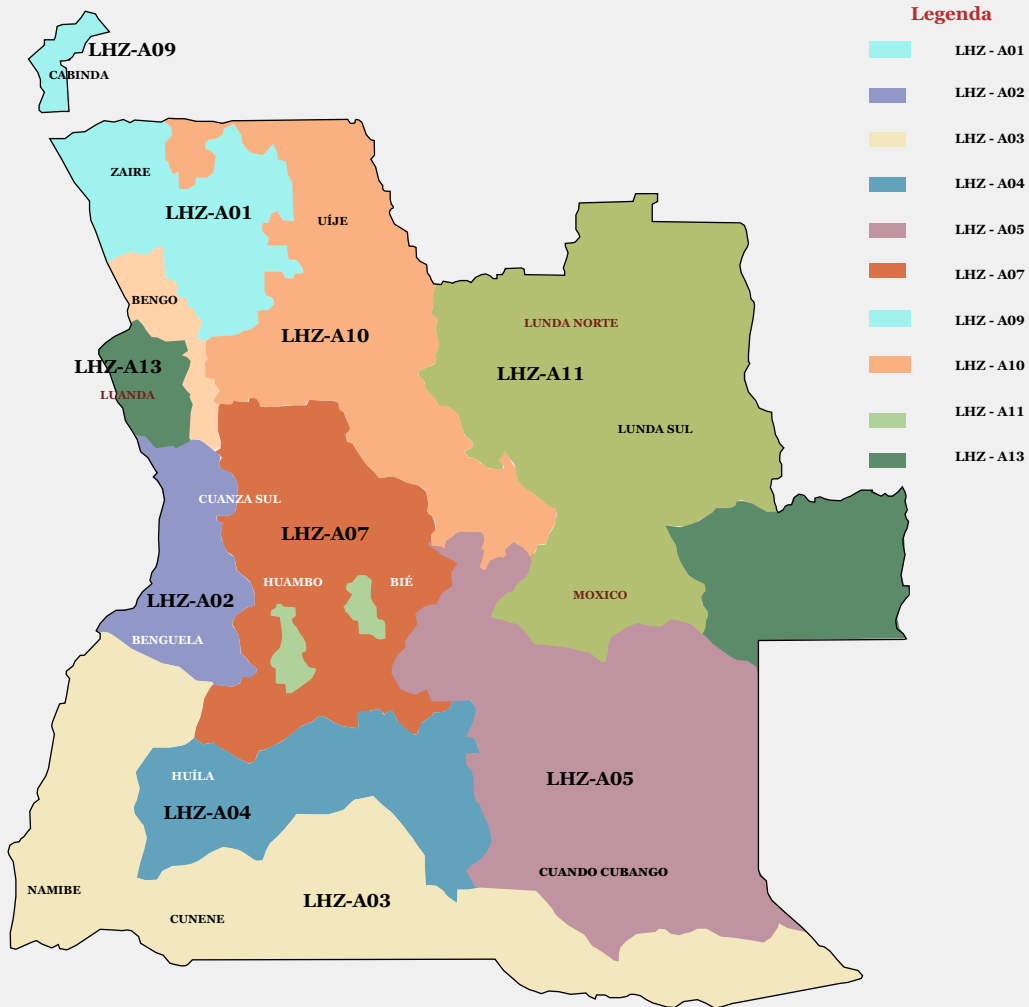
O Programa teve duas fases principais: a fase Piloto, cujos municípios abrangeram 4 703 beneficiários, representando 1,3 por cento do número total de participantes nesta avaliação, e os da fase de Expansão, que incluiu 355 868 beneficiários, representando 98,7 por cento do total de participantes. O foco do estudo recaiu prioritariamente nos beneficiários da fase de expansão, pois eles representam a grande maioria dos beneficiários do Programa.

Essa distribuição permite uma análise abrangente do seu impacto e da eficácia em grande escala, fornecendo informações valiosas para o desenvolvimento e a expansão futuros. Incluir beneficiários de diferentes fases do Programa permite uma análise mais abrangente e contextualizada. Compreender como a implementação do Programa evolui ao longo do tempo e como isso afecta os beneficiários ajuda a melhor perceber a sua dinâmica e a avaliar o seu impacto de maneira mais completa.

Considerar as diferenças de género pode levar a percepções mais precisas e sensíveis às necessidades específicas de mulheres e homens beneficiários, contribuindo para a equidade de género e para a validade interna do estudo. É importante observar a distribuição dos beneficiários por sexo, a fim de melhor compreender a demografia da população servida. Neste caso específico, há um total de 360 571 beneficiários, sendo 37,7 por cento do sexo masculino e 62,3 por cento do sexo feminino. Estes números asseguram uma visão valiosa sobre as disparidades de género na população e podem ajudar a informar os processos de tomada de decisão relacionados com a atribuição de recursos e o desenvolvimento do Programa. É fundamental ter em conta as necessidades e experiências específicas dos beneficiários do sexo masculino e feminino, a fim de abordar eficazmente os diversos desafios que podem enfrentar.



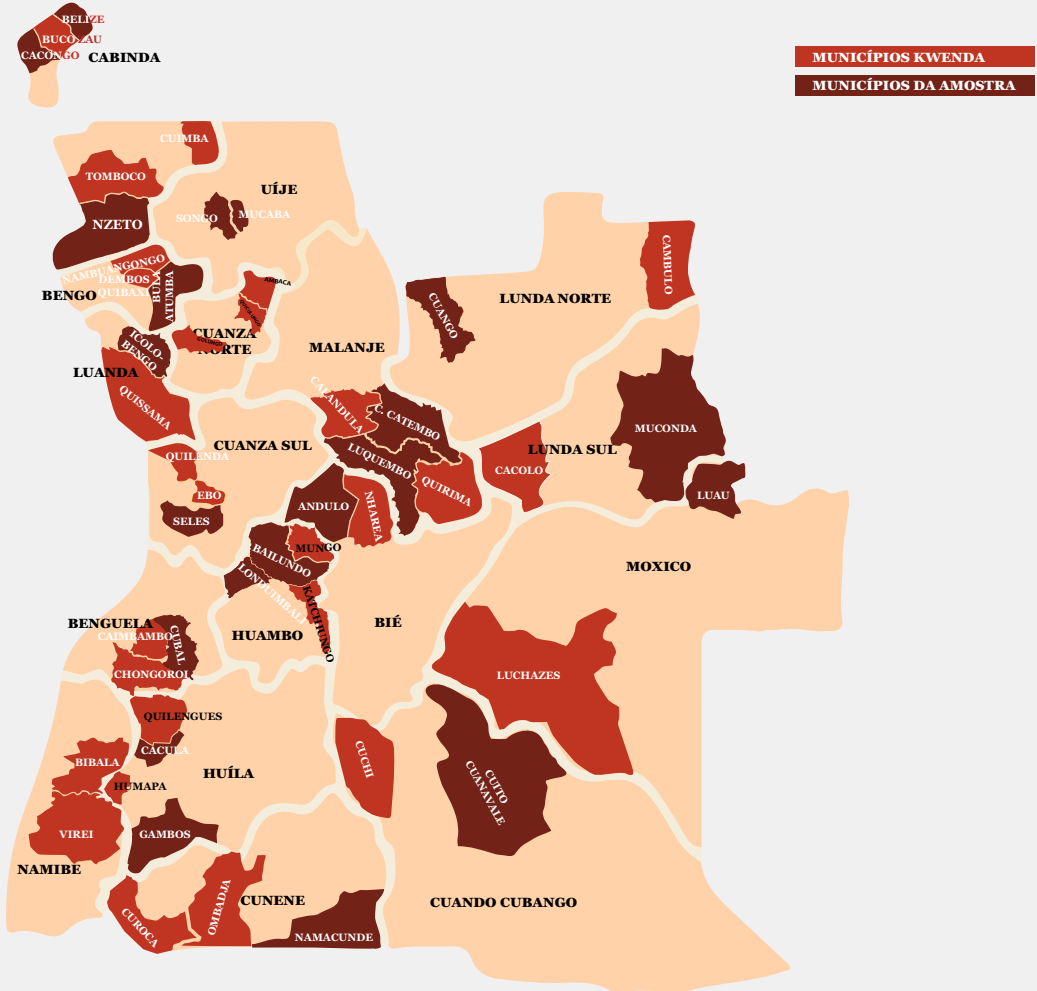
**Figura 2.1.** Zonagem agro-económica de Angola



Fonte: Adaptado de ANGOLA (2016), *Panorama Nacional e Resumo dos Resultados da Análise de Base da Economia Doméstica*.

O método de pagamento predominante nos municípios em estudo é o dinheiro directo (*cash*), que abrange 77,5 por cento do número total de beneficiários. Este método envolve o recebimento físico dos pagamentos em dinheiro em locais designados. Em contraste, o cartão de débito multicaixa é utilizado por 22,5 por cento dos beneficiários, permitindo levantamentos electrónicos em caixas automáticas. Estes dois métodos de pagamento ofe-

Figura 2.2. Municípios da amostra do estudo



recem opções de acesso dos beneficiários aos fundos de forma conveniente, assegurando a distribuição eficiente dos subsídios sociais na comunidade. A variação nas modalidades de pagamento dos beneficiários pode influenciar a sua percepção e o seu envolvimento no Programa. Ao considerar essa variável, é possível avaliar como diferentes formas de pagamento têm impacto nos seus resultados, enriquecendo a análise e permitindo recomendações mais direccionadas e eficazes.

Incluir o meio de vida e sustento dominante dos beneficiários na amostragem possibilita também a análise das diferenças entre grupos sócio-económicos, auxiliando na compreensão dos impactos de um programa em contextos distintos. Isso contribui para a validade externa e para a contextualização dos resultados, permitindo entendimentos mais robustos e informados. Os dados apresentados destacam a importância de compreender os meios de vida e sustento dominantes nos municípios onde o Programa está a ser implementado. Por exemplo, a agricultura desempenha um papel significativo na vida dos beneficiários, sendo que a maioria (77,9 por cento) depende dela para obter o seu rendimento. No entanto, existem também outros sectores, como a pesca, a venda ambulante e o comércio especializado, que contribuem para os meios de subsistência dos beneficiários.

É fundamental dispor de informações exactas sobre as fontes de rendimento dos beneficiários a nível do agregado familiar, a fim de adaptar eficazmente o Programa às suas necessidades. O elevado número de beneficiários sem actividade declarada ou desconhecida (17,8 por cento) sublinha a necessidade de um inquérito mais profundo e abrangente para recolher dados precisos sobre os seus meios de vida e sustento. Ao obter uma compreensão mais profunda dos meios de sustento dominantes nestas áreas, o Programa pode apoiar melhor os beneficiários na melhoria das suas oportunidades económicas e, em última análise, na melhoria da sua qualidade de vida. Portanto, a escolha criteriosa e equilibrada desses indicadores na amostragem de um estudo ou pesquisa é essencial para garantir a qualidade, representatividade e relevância dos resultados obtidos, permitindo uma análise mais completa e abrangente do impacto do Programa nos beneficiários.

### **2.2.2. Determinação do tamanho da amostra**

Esta secção descreve o processo utilizado para determinar a dimensão da amostra para o inquérito, a partir da base de dados de pagamentos fornecida para este fim. O inquérito visou avaliar a forma como os beneficiários do KWENDA utilizaram o apoio financeiro que lhes é concedido. Tendo em conta que a entrega do benefício desempenha um papel crítico no sucesso do Programa, compreender a sua utilização é essencial para avaliar o impacto global do KWENDA.

#### **Critérios de selecção da amostra**

Como referido acima, o processo de selecção da amostra baseou-se em vários critérios-chave, incluindo factores demográficos como a idade e o sexo do beneficiário directo cadas-



trado, meios de sustento dominantes como a agricultura, pecuária, pesca, ou o comércio, e o número total de beneficiários inscritos no Programa por município. Além disso, quatro dos cinco municípios da fase piloto do KWENDA também foram incluídos na amostra (Nzeto, Cambundi Catembo, Cuito Cuanavale e Cacula). Estes factores foram cuidadosamente considerados para garantir que a amostra captasse uma ampla gama de experiências e condições sócio-económicas entre os beneficiários, de modo a tornar os dados mais representativos.

### **Dimensão da amostra e representação regional**

A dimensão da amostra foi determinada de modo a equilibrar a viabilidade logística com a necessidade de manter uma elevada precisão. Foram seleccionados entre um e dois municípios por zona agro-económica, com base na dimensão do município e nas condições práticas de acesso às áreas seleccionadas. Isso garantiu uma amostra diversificada, representando adequadamente a variação geográfica entre as regiões e permitindo uma avaliação abrangente da eficácia do Programa em diferentes localidades. Ao empregar esta metodologia de amostragem, a avaliação é capaz de tirar conclusões precisas sobre a população beneficiária mais ampla, fornecendo uma visão fiável sobre o impacto e o alcance do Programa KWENDA.

### **Unidade de observação e análise**

A fim de avaliar com precisão o impacto e a eficácia do Programa KWENDA, o foco recaiu sobre os beneficiários individuais que recebem directamente as TSM. A unidade de análise foi a amostra de beneficiários seleccionados para participar do estudo. Eles constituem o foco das análises e das conclusões desta avaliação. A selecção dos beneficiários é crucial para determinar a eficácia e o impacto dos resultados da investigação. Ao examinar de perto as experiências e os benefícios podem obter-se informações valiosas sobre a eficácia do Programa em atingir as metas e os objectivos pretendidos. A análise centrou-se nas experiências e perspectivas dos próprios beneficiários, o que permitiu compreender melhor o impacto real do Programa nas suas vidas. Através desta abordagem focada, pretendeu-se disponibilizar

uma avaliação abrangente e matizada do KWENDA, informando, em última análise, futuras decisões de políticas e melhorias do Programa.

## Parâmetros do desenho da amostra

No âmbito do desenho da amostra, foram estabelecidos os seguintes parâmetros cruciais: Nível de Confiança; Estimativa da Proporção da População (p); Margem de Erro Desejada (E); Tamanho da População (N). A distribuição final da amostra por município encontra-se na **Tabela 2.1**.

**Tabela 2.1.** Parâmetros de amostragem

 <b>Nível de Confiança</b>	Definiu-se 95 por cento (com o $Z=1,960$ ) como parâmetro que mais representa a probabilidade de que a amostra esteja dentro de uma margem de erro específica em relação à característica real dos indicadores do Programa apresentados na <b>Tabela 2.2</b> .
 <b>Estimativa da Proporção da População (p)</b>	Estabeleceu-se a estimativa da proporção da população em 0,5, o que significa que 50% da população tem as características de interesse para a avaliação. Tiveram-se em conta os dados existentes no sistema de monitoria do Programa e essenciais para o cálculo do tamanho necessário da amostra.
 <b>Margem de Erro Desejada (E)</b>	A margem de erro foi determinada em 0,050022, sendo uma variação aceitável nas estimativas amostrais. Foi provavelmente o parâmetro mais importante a definir, na medida em que influencia directamente o tamanho necessário da amostra para se fazerem estimativas com mais precisão.
 <b>Tamanho da População (N)</b>	Determinaram-se 360 571 beneficiários com registo completo na base de dados de pagamentos até Julho de 2023. A amostra foi seleccionada a partir deste número total de elementos na população.
 <b>Tamanho final da amostra</b>	Foi calculada em 7 263 respondentes, aos quais se adicionaram mais quatro por cento de contingência. A amostra efectiva final ficou definida em 7 551 respondentes.

### 2.2.3. Distribuição da amostra

O inquérito aos beneficiários das transferências monetárias do KWENDA detalha os dados demográficos e as preferências de pagamento de 7 551 beneficiários em 20 municípios de 16 províncias, como descrito na **Tabela 2.2**. Este inquérito visou fornecer informações aprofundadas sobre a composição por género e os métodos de pagamento preferidos dos beneficiários, destacando variações regionais significativas. O número médio de inquiridos por município é de 378, embora alguns municípios, como Icolo e Bengo e Cuito Cuanavale, tenham registado taxas de participação mais elevadas, excedendo os 400 inquiridos cada um. Esta variação no número de inquiridos pode reflectir diferentes densidades populacionais ou níveis de envolvimento nestes distritos.

**Distribuição do género:** Os dados do inquérito indicam uma notável disparidade de género entre os inquiridos. As mulheres constituem uma maior proporção da amostra, perfazendo 58,7 por cento do total, enquanto os homens representam 41,3 por cento. Esta maior representação das mulheres é reflexo da sua maior elegibilidade para transferências sociais monetárias e também maior disponibilidade para participar no inquérito.

**Distribuição dos métodos de pagamento:** o inquérito revela uma forte participação de beneficiários que receberam pagamentos em numerário em relação aos cartões de débito. Especificamente, 74,0 por cento dos inquiridos receberam as suas transferências em numerário, enquanto apenas 26,0 por cento foram pagos com cartão de débito (multicaixa).

**Incidência de pagamentos em numerário:** Municípios como o Songo, Icolo e Bengo, Seles, Luquembo, Cuango, Cubal, Bailundo, Londuimbali, Luau, Namacunde, Muconda e Bula-Atumba apresentam 100 por cento dos inquiridos pagos em numerário.

**Pagamento via banco – cartões de débito multicaixa:** modalidade que prevalece excepcionalmente elevada em cinco municípios. Por exemplo, Belize, Cacula e Gambos relatam uma esmagadora percentagem (100 por cento) de inquiridos pagos por cartões de débito, seguidos de Caongo com 85,1 por cento e Cuito Cuanavale com 83,8 por cento. Nos dois municípios da província de Malanje, Cambundi Catembo e Luquembo, 100 por cento dos respondentes declararam ter recebido o benefício em numerário. Contudo, estes percentuais correspondem à percepção dos beneficiários e não à modalidade efectivamente implementada pelo Programa – o cartão de débito multicaixa. Essa percepção resulta do facto de o Programa contratar correspondentes bancários para facilitar o acesso dos beneficiários a numerário no momento do pagamento.



Os contrastes acentuados nas modalidades de pagamento entre os municípios sugerem a influência de factores regionais, tais como o acesso a serviços bancários e atitudes culturais em relação a diferentes métodos de pagamento. Compreender estas variações pode ajudar a adaptar a prestação de transferências sociais monetárias para melhor satisfazer as necessidades e preferências dos beneficiários em diferentes regiões.

### **Pós-estratificação dos grupos de beneficiários**

Os dados do inquérito foram estratificados a posteriori, agrupando a população da amostra em subgrupos (estratos), com base no valor dos pagamentos recebidos à data do inquérito, como se pode ver na **Tabela 2.3**. Esta abordagem permite estimativas mais exactas dentro de cada estrato e garante que cada sub-grupo está adequadamente representado na amostra, aumentando assim a exactidão das estimativas e reduzindo o erro de amostragem. Isto é crucial quando se analisam sub-grupos com populações mais pequenas, ou que tenham características específicas de interesse do estudo.



A análise da distribuição e do impacto dos benefícios nos vários grupos de beneficiários revela disparidades e diferenças significativas nas condições logísticas de operação entre municípios. O Grupo 1, que recebeu entre Kz 25 000 e Kz 51 000, tem uma presença acentuada no Nzeto (69,6 por cento), Londuimbali (100 por cento), Cuito Cuanavale (31,3 por cento) e Gambos (100 por cento), mas está ausente em muitos municípios. O Grupo 2, o maior grupo global com 46,9 por cento dos beneficiários da amostra recebeu entre Kz 62 500 e Kz 76 500, domina em municípios como Songo (100 por cento), Cambundi Catembo (87,5 por cento), Luquembo (94,3 por cento), Cuango (98,4 por cento) e Muconda (98,4 por cento). O Grupo 3, com pagamentos que variam entre Kz 91 500 e Kz 117 000, concentra-se sobretudo em Icolo e Bengo (96,5 por cento), Seles (96,3 por cento), Cubal (90,7 por cento) e Bailundo (98,1 por cento). O Grupo 4, apesar de ser o mais pequeno com 10,5 por cento, é o que recebeu os pagamentos mais elevados, variando entre Kz 127 500 e Kz 142 000 e está significativamente presente em Icolo e Bengo e Seles.

As diferenças regionais nos pagamentos evidenciam que o Songo, Andulo, Luau e Namacunde são exclusivamente municípios com beneficiários do Grupo 2, enquanto Icolo e Bengo e Seles privilegiam os beneficiários do Grupo 4. Em contraste, Londuimbali e Gambos têm apenas beneficiários do Grupo 1, ao passo que Belize, Cubal e Bailundo têm mais beneficiários a integrar o Grupo 3.

De notar que quaisquer discrepâncias entre os valores comunicados e a base de dados de planificação do Programa são atribuídas à informação prestada pelos inquiridos. A principal medida de impacto é discernida através das diferenças de comportamento entre os beneficiários do Grupo 4 e do Grupo 1, para reflectir uma visão dos efeitos económicos mais amplos dos diferentes níveis de benefícios.

### **2.2.4. Estimativa de impacto do Programa**

Na ausência de um estudo de linha de base especificamente concebido para o Programa, que teria permitido uma análise de dupla diferença (DnD), procurou-se determinar o impacto do KWENDA através de uma abordagem alternativa. Ao comparar as diferenças médias entre grupos de beneficiários, utilizando métodos estatísticos como os testes t e os rácios F, procurou-se estabelecer os efeitos do Programa. Por exemplo, se os beneficiários do Grupo 4 demonstrassem maiores despesas em bens de consumo em comparação com os do Grupo 1, o impacto seria quantificado pela significância estatística da diferença média de despesas entre estes grupos.



**Tabela 2.2.** Distribuição da amostra por género e forma de pagamento

Província	Municípios		TOTAL		Homem		Mulher		Pagos em Dinheiro		Pagos por Cartão	
	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]
<b>TOTAL</b>	<b>7 551</b>	<b>100,0</b>	<b>3 121</b>	<b>41,3</b>	<b>4 430</b>	<b>58,7</b>	<b>5 584</b>	<b>74,0</b>	<b>1 967</b>	<b>26,0</b>		
Cacongo	388	100,0	170	43,8	218	56,2	58	14,9	330	85,1		
Belize	390	100,0	103	26,4	287	73,6	0	0,0	390	100,0		
Zaire	362	100,0	137	37,8	225	62,2	229	63,3	133	36,7		
Uíge	385	100,0	140	36,4	245	63,6	385	100,0	0	0,0		
Luanda	405	100,0	165	40,7	240	59,3	405	100,0	0	0,0		
Cuanza Sul	379	100,0	166	43,8	213	56,2	379	100,0	0	0,0		
Malanje	369	100,0	222	60,2	147	39,8	369	100,0	*	*		
Luquembo	336	100,0	206	61,3	130	38,7	336	100,0	*	*		
Lunda Norte	386	100,0	159	41,2	227	58,8	386	100,0	0	0,0		
Benguela	375	100,0	155	41,3	220	58,7	375	100,0	0	0,0		
Bailundo	373	100,0	118	31,6	255	68,4	373	100,0	0	0,0		
Londumbali	383	100,0	233	60,8	150	39,2	383	100,0	0	0,0		
Bié	387	100,0	134	34,6	253	65,4	384	99,2	3	0,8		
Moxico	376	100,0	151	40,2	225	59,8	376	100,0	0	0,0		
C. Cuanavale	425	100,0	164	38,6	261	61,4	69	16,2	356	83,8		
Huíla	383	100,0	159	41,5	224	58,5	0	0,0	383	100,0		
Gambos	377	100,0	93	24,7	284	75,3	0	0,0	377	100,0		
Cunene	386	100,0	112	29,0	274	71,0	386	100,0	0	0,0		
Lunda Sul	369	100,0	221	59,9	148	40,1	369	100,0	0	0,0		
Bengo	317	100,0	113	35,6	204	64,4	317	100,0	0	0,0		

\* Beneficiários registados no sistema como pagos via cartão de débito, mas que recebem efectivamente em numerário.

**Tabela 2.3.** Distribuição da amostra por grupos de pagamentos

Província	Municípios	TOTAL		Grupo - 1 [Kz 25,500   Kz 51,000]		Grupo - 2 [Kz 62,500   Kz 76,500]		Grupo - 3 [Kz 91,500   Kz 117,000]		Grupo - 4 [Kz 127,500   Kz 142,500]	
		[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]
<b>TOTAL</b>		<b>7 551</b>	<b>100,0</b>	<b>1 308</b>	<b>17,3</b>	<b>3 539</b>	<b>46,9</b>	<b>1 912</b>	<b>25,3</b>	<b>792</b>	<b>10,5</b>
Cabinda	Cacongo	388	100,0	0	0,0	382	98	6	1,5	0	0,0
	Belze	390	100,0	28	7,2	160	41	202	51,8	0	0,0
Zaire	Nzeto	362	100,0	252	69,6	71	19,6	39	10,8	0	0,0
Uíge	Songo	385	100,0	0	0,0	385	100	0	0,0	0	0,0
Luanda	Icolo-Bengo	405	100,0	0	0,0	7	1,7	7	1,7	391	96,5
Cuanza Sul	Seles	379	100,0	8	2,1	6	1,6	0	0	365	96,3
	C. Catembo	369	100,0	17	4,6	323	87,5	29	7,9	0	0,0
Malanje	Luquembo	336	100,0	19	5,7	317	94,3	0	0,0	0	0,0
Lunda Norte	Cuangoo	386	100,0	6	1,6	380	98,4	0	0,0	0	0,0
Benguela	Cubal	375	100,0	33	8,8	0	0	340	90,7	2	0,5
	Baitundo	373	100,0	5	1,3	0	0	366	98,1	2	0,5
Huambo	Londumbali	383	100,0	383	100,0	0	0	0	0,0	0	0,0
Bié	Andulo	387	100,0	0	0	387	100,0	0	0,0	0	0,0
Moxico	Luau	376	100,0	0	0	376	100	0	0,0	0	0,0
C. Cubango	C. Cuatnavale	425	100,0	133	31,3	18	4,2	274	64,5	0	0,0
	Cacula	383	100,0	25	6,5	6	1,6	352	91,9	0	0,0
Huíla	Gambos	377	100,0	377	100,0	0	0	0	0,0	0	0,0
Cunene	Namacunde	386	100,0	377	100,0	0	0	0	0,0	0	0,0
Lunda Sul	Muconda	369	100,0	6	1,6	363	98,4	0	0,0	0	0,0
Bengo	Bula-Atumba	317	100,0	0	0,0	0	0	290	91,5	27	8,5

A hipótese nula ( $H_0$ ) postula que todas as médias dos grupos são iguais, indicando que não há diferença entre os grupos ( $H_0: \mu_1 = \mu_2 = \mu_3 = \mu_4$ ), em que  $\mu_1$ ,  $\mu_2$ ,  $\mu_3$  e  $\mu_4$  representam as médias dos respectivos grupos. Por outro lado, a hipótese alternativa ( $H_1$ ) estipula que existe uma diferença nas despesas médias entre o Grupo 1 e o Grupo 4, implicando assim um impacto do Programa. A magnitude e o significado deste impacto são determinados pelos valores p derivados dos testes t e os rácios F. Se o valor p for inferior ao limiar convencional de 0,05, significa que existe uma diferença estatisticamente significativa nas médias entre os dois grupos, o que nos permite interpretar esta diferença como o impacto do Programa. Este método de análise fornece assim um quadro para avaliar a eficácia do KWENDA na ausência de um estudo de base.

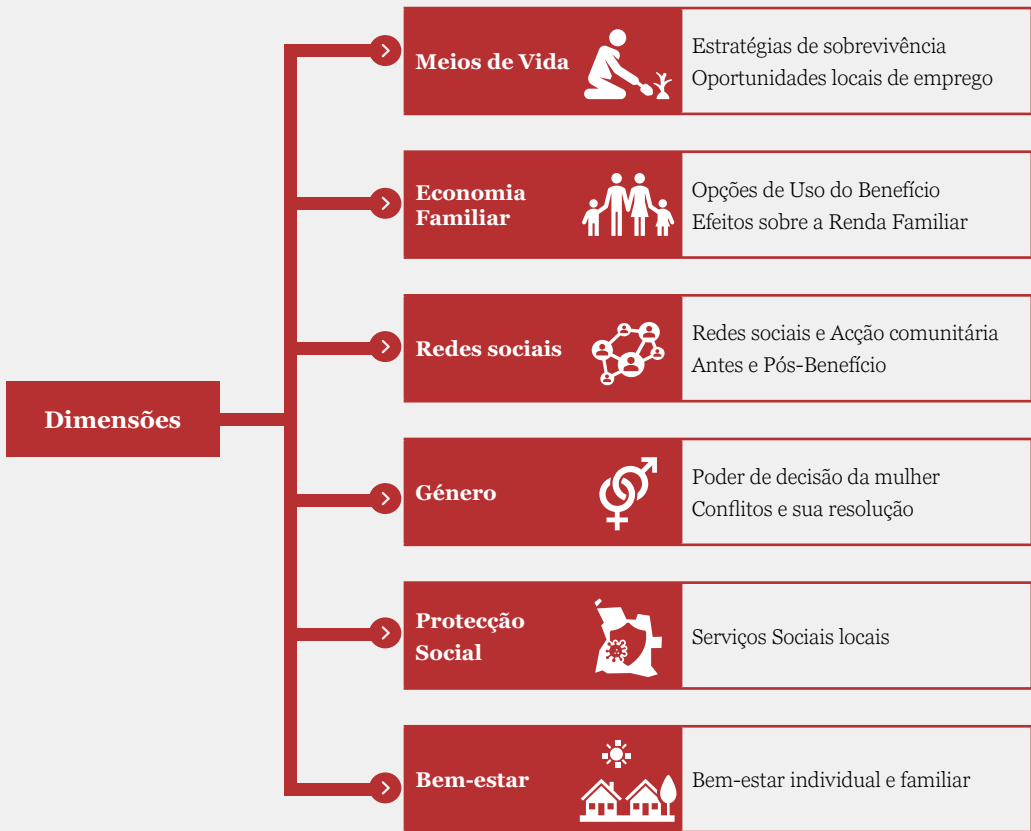
### 2.3. Abordagem Qualitativa Complementar

Este estudo foi sobretudo quantitativo, mas compreende uma parte qualitativa complementar numa abordagem convergente. Os dados qualitativos e quantitativos foram recolhidos de modo independente, mas a análise dos dois conjuntos de dados foi realizada de forma a identificar convergências e discrepâncias, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e aprofundada do objecto de estudo.

#### 2.3.1. Desenho da componente qualitativa

A componente qualitativa recolheu dados e informações sobre as questões da pesquisa em duas modalidades. A primeira relativa aos efeitos percebidos da intervenção pelos beneficiários por via das suas narrativas relativamente às dimensões seleccionadas reflectidas na **Figura 2.3**. Estas dimensões basearam-se nas mesmas dimensões da componente quantitativa, ambas conjugadas na matriz conceptual do estudo. Os efeitos percebidos pelas instituições locais incluíram a economia local, a dinâmica dos serviços sociais locais e a protecção social, bem como a recolha de opiniões sobre a execução e a provável continuidade do Programa.

A segunda modalidade foi mais virada para uma recolha dirigida à análise da implementação do Programa e serviços associados, com base em informação dos beneficiários, mas igualmente da sua equipa técnica. A triangulação da informação destas diferentes fontes permitiu obter um quadro mais fidedigno da evolução das opções operacionais do Programa face ao contexto do país. No **2.1** podem ser consultadas a base conceptual mais detalhada relativa a estes domínios.

**Figura 2.3.** Dimensões exploradas com os beneficiários do Programa

### 2.3.2. Amostragem da componente qualitativa

A amostra qualitativa adoptada foi intencional ou dirigida, buscando abranger beneficiários do KWENDA com conhecimento e experiências particulares relevantes, que contribuissem para melhorar a qualidade e a precisão dos dados recolhidos. A amostragem foi não aleatória, sendo os participantes seleccionados com base em características ou critérios específicos relevantes para o estudo. Para este fim, fez-se recurso a uma combinação de técnicas de amostragem intencional que incluem: (i) amostragem de variação máxima; (ii) amostragem homogénea; (iii) amostragem por critérios e (iv) amostragem de peritos. A **Tabela 2.4** descreve a aplicação de cada uma das técnicas na selecção de beneficiários para os diferentes temas abordados.

**Tabela 2.4.** Tipologia da amostragem utilizada

Tipo de amostragem intencional	Aplicação na selecção dos participantes
<p><b>Amostragem por variação máxima:</b> seleccionados participantes que variam em características como idade, sexo, estatuto sócio-económico ou outros factores relevantes. Isto ajudou a captar uma gama diversificada de perspectivas sobre os tópicos em estudo.</p>	<p>Grupos Focais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Meios de Vida e Estratégias de Sobrevivência;</li> <li>(ii) Operações do KWENDA;</li> <li>(iii) Protecção Social;</li> <li>(iv) Participação Comunitária.</li> </ul>
<p><b>Amostragem homogénea:</b> seleccionados participantes que partilham características ou experiências específicas relevantes para a questão da investigação. Esta abordagem foi útil para explorar um determinado fenómeno num grupo específico.</p>	<p>Grupos Focais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Género Homens;</li> <li>(ii) Género Mulheres;</li> <li>(iii) ADECOS;</li> <li>(iv) Beneficiários de Inclusão Produtiva.</li> </ul>
<p><b>Amostragem por critérios:</b> seleccionados os participantes com base em critérios ou características específicas que são essenciais para a questão em investigação. Este método garantiu a escolha de participantes com conhecimentos ou a experiência necessária para fornecer informações valiosas.</p>	<p>Entrevistas institucionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Governos Provinciais;</li> <li>(ii) Administrações Municipais e Comunais;</li> <li>(iii) Direcções Municipais do Sector Social;</li> <li>(iv) CASI;</li> <li>(v) ADECOS e seus Supervisores;</li> <li>(vi) Comerciantes.</li> </ul>
<p><b>Amostragem técnica:</b> seleccionados participantes considerados conhecedores de um determinado domínio ou tópico de interesse. Esta abordagem foi útil para obter informações aprofundadas de indivíduos com conhecimentos especializados.</p>	<p>Entrevistas semi-estruturadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Gestores de Projectos de IP;</li> <li>(ii) Directores Provinciais do FAS (sobre Operações);</li> <li>(iii) Agentes bancários.</li> </ul>

A amostra optou por um primeiro estrato de selecção baseado nas zonas de meios de sustento consideradas neste relatório (ver **Figura 2.1**). Sendo um dos objectivos deste estudo determinar o uso do benefício disponibilizado pelo KWENDA às famílias, considerou-se relevante a influência do meio de vida dominante nas decisões dos agregados familiares sobre o seu uso. Um segundo estrato da amostra teve em conta as dimensões do estudo e, portanto, a selecção dos participantes que melhor pudessem apresentar conhecimento e experiência relevantes para o estudo.

Dentro destes municípios, foram consideradas aldeias de residência de entrevistados em grupos focais que correspondessem ao critério geográfico de proximidade relativamente à respectiva sede municipal. Esta consideração partiu do pressuposto de que o conhecimento dos entrevistados sobre os serviços sociais existentes ou promovidos pelo Programa e o uso do benefício poderiam estar condicionados também pela distância da área de residência relativamente a centros de concentração de serviços e mercados.

### 2.3.3. Instrumentos da componente qualitativa

Foram elaborados instrumentos de recolha para discussões em Grupo Focal (GF) e entrevistas semi-estruturadas a Informadores-chave (KII) e a instituições públicas ligadas à implementação do Programa e ao sector social. Os grupos focais foram organizados com objectivos, estrutura e procedimentos específicos. A selecção teve em conta alguns princípios, nomeadamente: (i) discussões conduzidas separadamente com homens e mulheres e em conjunto sempre que o tema o justificava. As diferenças sociais básicas em cada comunidade determinaram a recomposição dos grupos de pessoas e, nesse sentido, o número e os tipos de grupos dependeu da comunidade específica; (ii) participantes que permitissem capturar as diferenças sociais e a diversidade dentro das comunidades seleccionadas e (iii) grupos compostos por, no máximo, seis a oito participantes, embora tenha sido necessário compor grupos de até 12 participantes para captar maior diversidade de opiniões, sobretudo sobre as operações do Programa.

As entrevistas semi-estruturadas foram levadas a cabo de modo individualizado com informadores-chave, sempre que estes fossem assinalados durante a aplicação dos grupos focais, com comerciantes locais e com instituições públicas ligadas à implementação do Programa KWENDA. As instituições públicas consideradas incluíram os níveis provincial e municipal, com prioridade para Vice-Governadores(as) para a Área Social e Directores(as) do Gabinete Provincial de Acção Social, Família e Igualdade de Género (GASFIG), Administradores(as) Municipais e Comunais, Directores Provinciais ligados à esfera da Acção Social (Saúde, Educação e Acção Social), Centros Integrados de Acção Social (CASI) e Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS).

#### Visão Geral da Estratégia de Recolha de Dados Qualitativos



Os dados qualitativos foram recolhidos através de discussões em grupo focal e entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave e instituições públicas.

A selecção dos participantes assegurou a representação da diversidade demográfica e social da comunidade. As entrevistas incluíram comerciantes locais e instituições públicas relevantes.



### 2.3.4. Características dos entrevistados

#### Entrevistas em grupos focais

Na componente qualitativa foram feitas 75 entrevistas em grupos focais, com uma média de oito participantes por grupo, todos eles beneficiários do Programa. Nos grupos focais registou-se 82,4 por cento de participação de beneficiários adultos plenamente activos entre os 20 e os 65 anos de idade. Os idosos, com mais de 65 anos mas ainda activos, representaram 17,6 por cento do total de entrevistados. O município do Londuimbali surge sub-representado por razões operacionais, ligadas à impossibilidade de acessos e disponibilidade de meios para as deslocações.

As questões de género surgiram como o tema mais proeminente, com 18 entrevistas de grupo focal dedicadas à exploração de tópicos relacionados com o género. Assuntos relacionados com as operações do KWENDA seguiram-se de perto com 13 sessões de grupos focais, pela grande relevância que o tema assumia para os participantes. Os meios de vida, discutidos em 10 sessões grupais, destacaram o sustento económico dos participantes como uma área-chave de preocupação. A Protecção Social, ADECOS e os beneficiários de Inclusão Produtiva, cada um abordado em quatro entrevistas de grupo, reflectem uma importância moderada, indicando que estes temas são relevantes, mas não tanto como as áreas anteriormente mencionadas. Por último, a Participação Comunitária e os Supervisores dos ADECOS, cada um abordado em 3 grupos focais, representam os temas de menor frequência.

### **Entrevistas a informadores-chave**

No que diz respeito às entrevistas semi-estruturadas, foram efectuadas um total de 88 entrevistas, distribuídas por várias funções sociais e institucionais. Ao examinar a concentração e a variedade de entrevistas em diferentes funções dos intervenientes, verifica-se a abordagem abrangente empreendida neste estudo. Uma parte significativa das entrevistas foi realizada a Direcções ou Secretarias Municipais, totalizando 24. Estas desempenham um papel fundamental na implementação de políticas e na governança local, tornando as suas percepções cruciais. Além disso, foram realizadas 13 entrevistas com informadores-chave beneficiários, enfatizando a importância do *feedback* daqueles que são directamente afectados pelo Programa. A concentração nestes dois grupos realça a intenção do inquérito de captar tanto as perspectivas administrativas, como as experiências vividas pelos seus beneficiários.

O estudo abrange uma vasta gama de intervenientes, desde funcionários de topo, como Vice-Governadores, a funções de base, como comerciantes e informadores-chave identificados entre os beneficiários do Programa. Esta diversidade reflecte uma abordagem abrangente para compreender os temas a partir de múltiplas perspectivas, assegurando que os resultados consideram os pontos de vista tanto dos decisores, como dos que estão na base. Ao incluir tanto as partes interessadas de topo como as de base, o estudo permitiu obter opiniões de um espectro diversificado de indivíduos e instituições, aumentando a relevância e a aplicabilidade das conclusões e recomendações.

Algumas funções, como as das agências bancárias, tiveram uma representação mínima, tendo sido efectuada apenas uma entrevista. Dificuldades de conciliação de calendário com agentes bancários estiveram na origem da sub-representatividade desta função. Da mes-



ma forma, foi relativamente baixo o número de entrevistas com Directores dos GASFIG (três) e Coordenadores de Projectos de Inclusão Produtiva (três). A representação limitada destas funções pode também reflectir o seu envolvimento periférico nas principais áreas de incidência do estudo.

### 2.3.5. Considerações éticas

A aplicação dos instrumentos qualitativos seguiu considerações de carácter ético que garantissem o respeito pelas práticas locais e internacionais em matéria de pesquisa social. Todo o trabalho nas comunidades respeitou as normas culturais e comunitárias. Nesse sentido, o trabalho foi precedido de contacto com as instituições administrativas locais e as autoridades tradicionais de cada localidade seleccionada para apresentação dos objectivos do trabalho e os critérios de selecção de integrantes dos grupos focais.

A investigação foi conduzida com uma consciência aguda da dinâmica cultural única de cada comunidade, assegurando que todas as interacções fossem sensíveis e respeitosas. Este respeito foi além do mero reconhecimento, influenciando a forma como a equipa de estudo interagiu com os participantes e como o processo de recolha de dados foi estruturado. No início de cada grupo de discussão, os participantes foram claramente informados sobre o objectivo do estudo, os seus limites e o tempo previsto, que se manteve entre 1,5 e 2 horas. Esta transparência permitiu que os participantes tomassem decisões informadas sobre o seu envolvimento. Além disso, os participantes foram informados do seu direito de se retirarem dos debates em qualquer altura, sublinhando o carácter voluntário da sua participação.

Uma consideração ética fundamental foi a preocupação em garantir a independência da equipa de estudo. Foi explicado de forma clara a todos os participantes que os investigadores não estavam directamente associados ao Programa KWENDA. Esta distinção foi crucial para manter a objectividade da investigação e para assegurar aos participantes que as suas respostas não seriam influenciadas por quaisquer potenciais conflitos de interesse.

O consentimento desempenhou um papel fundamental no enquadramento ético do estudo. Antes de qualquer gravação de conversas, foi obtido o consentimento prévio de todos os entrevistados. Esta prática foi acompanhada de garantias de privacidade, anonimato e confidencialidade, assegurando que os contributos dos participantes não pudessem ser atribuídos a cada um deles individualmente. Tais medidas são fundamentais para a construção da confiança entre pesquisadores e participantes, principalmente em estudos que envolvem temas sensíveis.

A segurança e a protecção também foram prioritárias, tendo as discussões dos grupos focais sido realizadas em ambientes fisicamente seguros e confortáveis para todos os participantes. Esta atenção à segurança não só protegeu os participantes de danos físicos, como também criou uma atmosfera propícia a um diálogo aberto e honesto.

A linguagem foi outro elemento crítico das considerações éticas. A equipa de estudo utilizou uma linguagem adequada, incluindo os dialectos locais e a terminologia específica da comunidade. Esta abordagem assegurou que os participantes compreendessem plenamente os debates e se sentissem respeitados no seu contexto cultural. A equipa de estudo empenhou-se em fazer com que os participantes se sentissem confortáveis e valorizados durante todo o processo. Os entrevistados foram encorajados a fazer perguntas, assegurando que não eram meros sujeitos passivos, mas sim participantes activos na investigação. Esta abordagem promoveu um ambiente de colaboração em que as vozes dos participantes foram verdadeiramente ouvidas e consideradas.

Estas directrizes éticas não foram meramente processuais, mas foram parte integrante do ethos da investigação. Ao colocar uma forte ênfase na conduta ética, a equipa de estudo assegurou que o estudo fosse realizado com integridade, respeito e uma compreensão profunda das comunidades envolvidas. Através destas medidas, a investigação não só respeitou as normas éticas, como também criou confiança e relações com os participantes, enriquecendo assim a qualidade geral e a autenticidade dos resultados.



## 2.4. Potenciais Limitações da Avaliação

*O que se espera desta avaliação? Apesar de os termos de referência denominarem o estudo como “estudo de avaliação de impacto”, importa referir que a abordagem aqui apresentada não obedece na íntegra aos critérios metodológicos que se exige a uma avaliação de impacto como tal.*

### **Desafios na conceptualização e construção da matriz da avaliação**

A primeira limitação assenta no facto de que no início do Programa não foram acauteladas as condições necessárias para a realização de uma avaliação de impacto durante o seu tempo de vida como, por exemplo, a construção de uma linha de base com a identificação, à partida, de um grupo de controlo. Segundo, também não foi efectuada a monitoria sistemática dos Indicadores de Objectivos do Programa, a partir dos quais se definiriam as metas anuais dos indicadores de resultado. Contudo, na ausência destes factores, optou-se por uma abordagem metodológica que permitisse fazer inferências sobre o impacto da intervenção mediante a diferença de comportamento entre os beneficiários nos quatro estratos de pagamento.

A segunda limitação prende-se com o facto de a amostra para este estudo ser extraída a partir de uma base de dados de pagamentos de beneficiários com perfil dinâmico. Por exemplo, a distribuição percentual dos beneficiários pelos quatro estratos em Maio-Julho de 2023, que serviu de base para o cálculo amostral, já não era a mesma em Setembro de 2023 (altura da administração efectiva do inquérito aos agregados familiares) por causa da actividade de pagamentos em curso. Por exemplo, os beneficiários nas províncias do Huambo, Cuanza Sul, Malanje, Benguela e Luanda, que constam na base de dados com dois ou três pagamentos recebidos até Maio de 2023, apresentaram uma condição diferente em Setembro. Alguns já estavam com quatro pagamentos e outros muito provavelmente com cinco, o que forçou a um processo de pós-estratificação dos dados na fase de processamento. Por outro lado, os ponderadores calculados na fase de desenho da amostra perderam validade e tiveram de ser redefinidos em função da distribuição real dos beneficiários no fim do estudo.

### **Desafios na condução de entrevistas qualitativas**

A realização de entrevistas qualitativas, particularmente em grupos focais, apresenta vários desafios que podem tornar o processo de investigação complexo. Estes desafios resultam, muitas vezes, de factores logísticos, sociais e contextuais que os investigadores têm de gerir cuidadosamente para obter dados fiáveis e significativos. Alguns destes obstáculos fo-

ram atenuados através de estratégias de adaptação e de resolução local, ao passo que outros persistiram mesmo após a fase de recolha de dados.

A criação de grupos de discussão com a composição ideal apresentou-se como um dos principais desafios. A eficácia da investigação qualitativa depende, em grande medida, do facto de ter a combinação certa de participantes. No entanto, consegui-lo pode ser difícil, especialmente quando o número de participantes tem de ser limitado. A equipa de estudo teve frequentemente que renegociar a composição dos grupos no local, um processo moroso que, por vezes, conduziu a dinâmicas de grupo pouco optimizadas. Além disso, em alguns casos, as expectativas de pagamento atraíram grandes multidões, com muitos indivíduos ansiosos por participar nos grupos de discussão, o que adicionou dificuldades à gestão dos grupos. Entretanto, nas aldeias com menor densidade populacional, foi difícil reunir o número necessário de participantes com características específicas.

Apesar dos esforços em garantir a independência da equipa do estudo, casos houve em que se registaram dificuldades em dissociar a equipa do estudo da equipa do FAS junto dos membros da comunidade. Uma vez que a investigação girava em torno de um programa de transferências monetárias, os participantes assumiam que os investigadores estavam directamente ligados ao FAS. Este mal-entendido pode ter influenciado as suas respostas, particularmente quando atribuíram pontuações ou forneceram avaliações. Por outro lado, quando os participantes estavam convencidos da independência da equipa, isso conduziu, por vezes, a uma diminuição da motivação, uma vez que se sentiam menos compelidos a envolver-se totalmente na discussão.

Não se pode deixar de mencionar que a extensão e a complexidade dos guiões de entrevista colocaram desafios que obrigaram a alguns reajustes no terreno. Os guiões longos exigiam um tempo considerável aos participantes, o que, apesar de ser gerível na maior parte das zonas, exigiu ajustamentos em certos municípios e províncias. Em alguns contextos, as questões colocadas não eram inteiramente relevantes para as experiências dos participantes ou para as instituições locais. A equipa de estudo teve de se adaptar, encurtando os guiões para se concentrar nas questões essenciais ou alterando-os para se adaptarem melhor ao contexto específico, garantindo assim a recolha de dados relevantes para o estudo.

Por último, é importante observar que o desenho do quadro conceptual no seu todo é sobrecarregado por um largo conjunto de questões a investigar, o que obrigou ao desenho de instrumentos complexos para acomodar múltiplas questões.





### **3. PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO KWENDA**

---

## ***Quem são os beneficiários do KWENDA e onde estão localizados?***

### ***Potencializar a utilização de dados demográficos para otimizar o impacto do Programa.***

*A utilização de dados demográficos não só aumenta a eficácia do Programa, como promove a equidade e a inclusão, garantindo que os benefícios da iniciativa KWENDA sejam distribuídos de forma justa e sustentável. Mediante este foco estratégico na demografia, o Programa pode abordar desafios específicos enfrentados por diferentes grupos sociais, otimizando o seu impacto global e promovendo mudanças positivas a longo prazo.*

---

Ao planificar as transferências sociais monetárias é fundamental compreender as características demográficas da população-alvo - como idade, educação, género e composição do agregado familiar. Esta compreensão é essencial por várias razões evidentes que podem influenciar significativamente a concepção e a eficácia do Programa. Em primeiro lugar, a idade é um factor crucial para determinar as necessidades específicas da população. Os adultos mais velhos, por exemplo, tendem a necessitar de mais cuidados de saúde e serviços de apoio. Em contrapartida, os mais jovens podem beneficiar mais de assistência no domínio da educação. Ao adaptar o Programa à estrutura etária da população-alvo, os recursos podem ser direccionados para onde são mais necessários. Esta abordagem direccionada garante que o Programa não só é eficiente, como também é eficaz na resposta às necessidades específicas dos vários grupos etários da comunidade.

Em segundo lugar, os níveis de educação da população-alvo podem ter um impacto profundo na forma como os beneficiários gerem e utilizam o benefício proporcionado pelo Programa. As pessoas com níveis de educação mais elevados possuem, frequentemente, uma melhor literacia financeira, o que lhes permite tomar decisões mais informadas sobre a utilização ou o investimento dos fundos. Por outro lado, os indivíduos com níveis de educação mais baixos podem necessitar de apoio ou formação adicional para utilizar as transferências de dinheiro de forma eficaz. Ao compreender estas disparidades educativas, os gestores do Programa podem conceber iniciativas complementares, tais como workshops de literacia financeira, para aumentar o impacto global das transferências monetárias. Esta abordagem garante que todos os beneficiários, independentemente do seu nível de educação, possam maximizar os benefícios do Programa.

O género é outro factor crítico a ser considerado. Em muitas comunidades-alvo, as mulheres e os homens têm papéis, responsabilidades e acesso a recursos diferentes, conforme mostra o resumo dos meios de vida dominantes no **Anexo A2-2**. As mulheres, que são frequentemente as principais responsáveis por cuidar da família, podem dar prioridade às despesas com alimentação, cuidados de saúde e educação, beneficiando directamente o bem-estar do agregado familiar. Ao reconhecer estas dinâmicas de género, os gestores do Programa podem garantir que as transferências monetárias são distribuídas equitativamente e chegam aos beneficiários pretendidos. Esta distribuição equitativa promove a igualdade de género e melhora o bem-estar geral do agregado familiar. Essas questões de género são discutidas mais detalhadamente no **Capítulo 10**.

### 3.1. Contexto de Pobreza nos Municípios de Intervenção

Este capítulo começa por colocar uma questão essencial: quem são os beneficiários do KWENDA e onde estão localizados? A primeira parte desta questão é abordada na análise demográfica das características dos beneficiários, discutida a partir da **Secção 3.2**. No entanto, antes de apresentar os dados demográficos, é crucial examinar brevemente a localização geográfica destes beneficiários, uma vez que esta desempenha um papel fundamental na sua elegibilidade para as transferências sociais monetárias. A localização geográfica é o principal critério de elegibilidade e está intimamente ligada ao nível de pobreza multidimensional de cada município.

Não se pretende com este relatório fornecer uma análise exaustiva da situação de pobreza nos municípios no período que antecedeu o KWENDA, uma vez que os dados completos podem ser encontrados nos relatórios publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Em vez disso, o foco é delinear brevemente os critérios utilizados pelo Programa para definir o nível inicial de selecção das áreas de intervenção, visando especificamente os municípios com o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM-M) mais elevado. Uma abordagem mais abrangente para analisar a pobreza envolve a utilização de quintis de pobreza, que categorizam os municípios com base nos seus níveis de privação. Ao segmentar os municípios em quintis (INE 2019), identificam-se padrões e nuances que, de outra forma, poderiam passar despercebidos em análises mais alargadas.

O IPM-M é uma métrica que combina o rácio de contagem de pessoas e a intensidade da pobreza para oferecer uma medida mais abrangente do estado de privação da população.

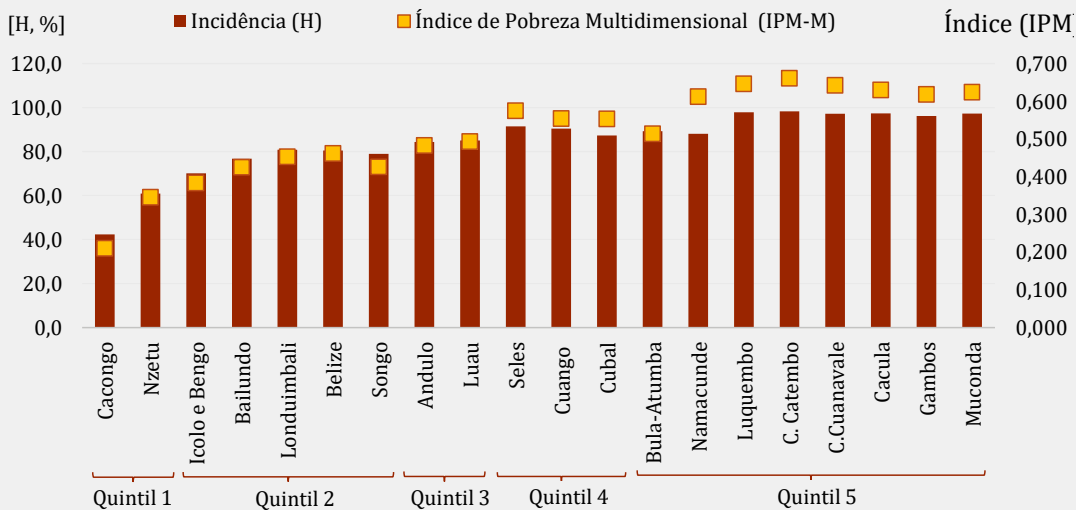


O Índice capta várias dimensões da pobreza para além do rendimento, tais como acesso a educação e a saúde, padrões de vida e disponibilidade de infra-estruturas sociais. As pontuações do IPM-M nos municípios variam entre 0,210, em Cacongo, e 0,661, em Cambundi Catembo. Uma pontuação mais elevada do IPM-M indica um maior nível de pobreza multidimensional, reflectindo tanto uma maior proporção de indivíduos pobres, como uma maior intensidade da sua pobreza. As pontuações do IPM aumentam consistentemente à medida que se passa do Quintil 1 para o Quintil 5, sublinhando a correlação entre o nível de pobreza e a gravidade da privação, particularmente da população mais vulnerável.

Esta progressão dos quintis mais baixos para os mais altos revela as fortes disparidades nos níveis de pobreza entre os municípios. Nos municípios com elevados índices de IPM-M, os residentes enfrentam, frequentemente, desafios acrescidos que inibem a sua capacidade de escapar à pobreza. Estes desafios incluem uma educação inadequada, maus resultados no estado de saúde, acesso limitado a água potável e saneamento e falta de oportunidades económicas. As elevadas pontuações do IPM-M nestas áreas realçam a necessidade urgente de intervenções direccionadas que abordem as múltiplas dimensões da pobreza em simultâneo.



**Figura 3.1.** Pobreza multidimensional (IPM-M) e nível de incidência nos municípios da amostra



Fonte de dados: INE, Novembro 2019

### Mapeando a profundidade da privação: um olhar amplo da pobreza nos municípios da avaliação

Para efeitos da presente avaliação, compilaram-se os níveis de pobreza multidimensional para os 20 municípios incluídos na amostra, conforme ilustrado na **Figura 3.1**. Esta figura realça as disparidades significativas nos níveis de pobreza nestes municípios, sublinhando a urgência e a necessidade de intervenções sociais direccionadas para as áreas mais afectadas. Através desta abordagem focalizada, pretende-se que o KWENDA garanta que os recursos sejam afectados de forma eficiente e eficaz às comunidades mais necessitadas, maximizando o impacto dos seus esforços de redução da pobreza. A descrição completa dos dados encontra-se no **Anexo A3-1**.

Tendo o relatório do INE como base, o Programa mapeou os municípios de intervenção, combinando a distribuição da pobreza em cinco quintis, o rácio de incidência (H), a intensidade da pobreza (A) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM-M) conforme mostra a **Figura 3.1**. Esta classificação permite uma compreensão mais clara da forma como a pobreza se manifesta nas diferentes regiões. Por exemplo, os municípios do Quintil 1, como Cacongongo e Nzetu, são caracterizados pelas pontuações mais baixas do IPM-M, indicando

níveis relativamente mais baixos de pobreza. Estas áreas têm tipicamente um melhor acesso a serviços essenciais, taxas de emprego mais elevadas e melhores infra-estruturas em comparação com outros municípios em piores condições.

Por outro lado, o Quintil 5 inclui municípios como Cambundi Catembo e Luquembo, que são marcados pelas pontuações mais altas do IPM-M, o que significa que registam níveis severos de privação. Estas áreas apresentam, frequentemente, falta de comodidades básicas, cuidados de saúde deficientes, instalações de ensino inadequadas e oportunidades económicas limitadas. O forte contraste entre municípios de diferentes quintis realça a distribuição desigual de recursos e oportunidades, que perpetua o ciclo de pobreza nas regiões mais carenciadas.

### **Combater a desigualdade: como o IPM-M revela as necessidades mais prementes dos municípios**

Os municípios do Quintil 5, incluindo áreas como Namacunde, Gambos e Muconda, são caracterizados por uma pobreza multidimensional quase universal com uma intensidade muito elevada. Isto sugere uma privação profunda e generalizada, necessitando de intervenções urgentes e direccionadas para aliviar a pobreza nestas regiões. Para além de assegurar o acesso à alimentação a partir de intervenções sociais, os esforços nestas áreas devem centrar-se na melhoria do acesso a serviços essenciais, na melhoria das infra-estruturas e na criação de oportunidades económicas para quebrar o ciclo da pobreza.

Em contraste, os municípios dos quintis intermédios, como Andulo, Luau e Bula-Atumba, enfrentam uma pobreza substancial, mas a intensidade da privação é um pouco menor do que nas áreas mais pobres. Estas regiões continuam a exigir uma atenção significativa, mas as intervenções podem diferir em termos de escala e natureza em comparação com as do Quintil 5. As políticas nestas áreas devem ter por objectivo reforçar as redes de segurança social, promover a diversificação económica e melhorar o acesso à educação e a cuidados de saúde de qualidade.

Finalmente, os municípios do Quintil 1, incluindo Cacongo e Nzetu, estão relativamente em melhor situação, com menores proporções de pessoas multidimensionalmente pobres e menor intensidade de pobreza. Embora estas áreas não estejam isentas de pobreza, representam exemplos de onde os esforços de redução da pobreza podem ter tido algum sucesso, ou onde os desafios são menos graves. O apoio contínuo nestas zonas deve centrar-se na melhoria ou manutenção dos progressos já alcançados, garantindo que todos os residentes tenham a oportunidade de atingir um nível de vida digno.

Ao concentrar recursos e esforços nas áreas mais carenciadas, será possível contribuir para a redução da pobreza e melhorar a qualidade de vida das pessoas mais gravemente afectadas. A luta contra a pobreza exige uma compreensão diferenciada das suas várias dimensões e a aplicação de estratégias multifacetadas que respondam tanto às necessidades imediatas, como aos objectivos de desenvolvimento a longo prazo. Através de esforços concertados, é possível criar uma sociedade mais equitativa e próspera onde todos os indivíduos tenham a oportunidade de prosperar.

### 3.2. Caracterização Demográfica

A primeira secção deste capítulo descreve as características demográficas elementares dos beneficiários extraídos da amostra de 7 551 respondentes. A caracterização demográfica dos beneficiários engloba várias componentes-chave: distribuição geográfica, distribuição por grupos etários, composição por género e nível de escolaridade. A distribuição por faixa etária categoriza os beneficiários segundo a idade, ajudando a identificar os grupos mais representados. A composição por género analisa a distribuição segundo o género, assegurando que o Programa é inclusivo e equitativo. O nível de educação examina os antecedentes educativos, as taxas de alfabetização e o nível de educação mais elevado atingido, crucial para a concepção de programas educativos e para a compreensão das necessidades educativas da população beneficiária. A análise destas componentes proporciona uma compreensão abrangente, essencial para uma planificação eficaz e para a implementação de programas de transferências sociais monetárias.

#### 3.2.1. Distribuição etária e estado civil

A **Tabela 3.1** apresenta o estado civil em diferentes grupos etários e por género. A análise abrange 7 288 inquiridos, providenciando uma base sólida para compreender como o estado civil varia entre a população beneficiária e suas possíveis implicações na concepção dos critérios de elegibilidade para o Programa. A predominância de indivíduos casados (60,3 por cento, que também inclui o casamento tradicional e a união de facto) sugere que podem fazer parte do grupo de beneficiários muitos agregados com dois provedores. Nestes casos, o Programa pode permitir, potencialmente, a redução mais rápida da sua vulnerabilidade financeira quando comparados com beneficiários solteiros ou viúvos. No entanto, este facto não invalida a necessidade de apoio específico, uma vez que o casamento não é universalmente sinónimo de estabilidade económica.

**Tabela 3.1.** Distribuição etária dos beneficiários do Programa

Características	Solteiro		Casado		Separado		Divorciado		Viúvo		TOTAL	
	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]
<b>TOTAL</b>	<b>1 271</b>	<b>17,4</b>	<b>4 394</b>	<b>60,3</b>	<b>401</b>	<b>5,5</b>	<b>65</b>	<b>0,9</b>	<b>1 157</b>	<b>15,9</b>	<b>7 288</b>	<b>100,0</b>
<b>Sexo do Respondente</b>												
Masculino	536	17,8	1 860	61,9	151	5,0	28	0,9	428	14,3	3 003	100,0
Feminino	735	17,2	2 534	59,1	250	5,8	37	0,9	729	17,0	4 285	100,0
<b>Grupo Etário</b>												
[15-19]	11	26,8	22	53,7	1	2,4	0	0,0	7	17,1	41	100,0
[20-24]	77	15,3	319	63,5	23	4,6	3	0,6	80	15,9	502	100,0
[25-29]	88	13,1	465	69,4	29	4,3	4	0,6	84	12,5	670	100,0
[30-34]	121	14,8	539	66,1	43	5,3	7	0,9	105	12,9	815	100,0
[35-39]	104	13,5	511	66,4	45	5,8	6	0,8	104	13,5	770	100,0
[40-44]	109	17,1	408	63,8	38	5,9	7	1,1	77	12,1	639	100,0
[45-49]	144	16,4	499	56,8	56	6,4	12	1,4	168	19,1	879	100,0
[50-54]	104	16,3	408	63,8	25	3,9	9	1,4	93	14,6	639	100,0
[55-59]	119	19,0	376	60,0	23	3,7	5	0,8	104	16,6	627	100,0
[60-64]	141	23,4	301	50,0	41	6,8	4	0,7	115	19,1	602	100,0
[65-69]	95	24,0	204	51,5	24	6,1	5	1,3	68	17,2	396	100,0
[70-74]	72	23,5	157	51,3	22	7,2	2	0,7	53	17,3	306	100,0
[= / > 75]	84	22,3	170	45,2	25	6,6	1	0,3	96	25,5	376	100,0

As diferenças de género são evidentes nos dados, particularmente nas categorias de casamento e viuvez. Uma maior percentagem de homens tem o estatuto de casado (61,9 por cento) em comparação com as mulheres (59,1 por cento), enquanto uma maior percentagem de mulheres é viúva (17,0 por cento) comparativamente aos homens viúvos, com 14,3 por cento.

Estas diferenças reflectem, provavelmente, padrões sociais mais amplos, incluindo diferenças na esperança de vida entre os sexos e os papéis económicos tradicionalmente desempenhados por homens e mulheres. A maior prevalência de viuvez entre as mulheres sublinha a necessidade de transferências sociais monetárias sensíveis ao género, uma vez que as mulheres viúvas, particularmente nos grupos etários mais velhos, podem enfrentar maiores dificuldades financeiras devido à perda do rendimento do cônjuge e de oportunidades limitadas de participação económica.

A idade também desempenha um papel fundamental na análise do estado civil. Entre os grupos etários mais jovens (15-24 anos), o casamento é o estatuto predominante, especialmente entre os 20-24 anos (63,5 por cento), enquanto uma parte significativa do grupo etário dos 15-19 anos permanece solteira (26,8 por cento). À medida que os indivíduos envelhecem, a proporção de inquiridos casados mantém-se elevada, mas diminui gradualmente, sobretudo nos grupos etários mais velhos. Por exemplo, entre os idosos (75 anos ou mais), apenas 45,2 por cento são casados, enquanto a viuvez se torna cada vez mais prevalente com o avanço da idade, atingindo um pico de 25,5 por cento. Estas tendências específicas à idade realçam a natureza mutável do estado civil ao longo da vida e as implicações económicas associadas. Os casais mais jovens podem necessitar de diferentes tipos de apoio em comparação com as viúvas mais velhas, que podem permanecer mais dependentes das TSM devido à falta de fontes alternativas de rendimento.

A baixa prevalência do divórcio em todos os grupos etários, com a percentagem mais elevada observada nos grupos etários 20-24 anos e 70-74 anos, sugere que o divórcio não é um factor significativo na determinação das necessidades de transferências sociais monetárias para a maioria da população. No entanto, para aqueles que se divorciaram, particularmente nos grupos etários mais velhos, as implicações financeiras e sociais podem ser profundas, necessitando de apoio direccionado para enfrentar os seus desafios únicos.

As principais conclusões do conjunto de dados apontam para a importância crucial de considerar o estado civil, o género e a idade na planificação das transferências sociais monetárias. O casamento, embora prevaleça em todos os grupos etários, tende a diminuir na



idade mais avançada, com a viuvez a tornar-se mais significativa, particularmente entre as mulheres. Esta mudança indica que as mulheres idosas são susceptíveis de constituir um grupo particularmente vulnerável, exigindo uma intervenção específica. Além disso, a elevada taxa de casamentos entre os jovens inquiridos sugere a necessidade de políticas que apoiem as famílias jovens, assegurando que as transferências sociais monetárias contribuam efectivamente para a sua estabilidade económica.

O Programa deve considerar estas variáveis para conceber acções que respondam às necessidades específicas dos vários grupos demográficos, garantindo que os mecanismos de protecção social sejam equitativos e eficazes na redução da pobreza e na promoção do bem-estar social. As tendências observadas sublinham a importância de um apoio específico às viúvas, em particular às mulheres mais velhas, e a necessidade de uma assistência contínua aos casais de todas as faixas etárias para evitar a vulnerabilidade económica.

### **3.2.2. Distribuição da população por sexo**

#### **Dinâmica de género e idade: análise das tendências da população**

A análise da distribuição por género na população revela um desequilíbrio notável, com as mulheres a superarem significativamente os homens. De uma população total de 7 551 beneficiários directos inquiridos, 4 412 indivíduos (58,6 por cento) são do sexo feminino, enquanto 3 113 (41,4 por cento) são do sexo masculino. Esta disparidade sublinha uma diferença entre os sexos que pode ser devida a vários factores sócio-económicos e biológicos,



como as diferenças na esperança de vida entre os sexos, mas também pelo facto de muitos homens se encontrarem ausentes das aldeias por razões de trabalho. O grupo etário mais populoso para ambos os sexos é o dos 45-49 anos, que representa 13,4 por cento da população masculina e 11,4 por cento da população feminina. O grupo etário dos 30-34 anos vem logo a seguir em termos de representação. No entanto, verifica-se um declínio acentuado da população após os 49 anos, com um número significativamente menor de pessoas nos grupos etários mais velhos, como os das faixas etárias dos 65-69 anos e 70-74 anos. Este declínio está de acordo com as tendências demográficas gerais, em que o aumento da idade está correlacionado com a diminuição da dimensão da população devido à mortalidade.

Na população idosa, definida como a população com 60 anos ou mais, o desequilíbrio entre os géneros é ainda mais acentuado. As mulheres dominam este grupo etário e a diferença aumenta com a idade. Por exemplo, na categoria das pessoas com 75 anos ou mais, 5,3 por cento da população é do sexo feminino, em comparação com apenas 4,8 por cento do sexo masculino. Esta tendência reflecte a maior esperança de vida das mulheres, sublinhando a necessidade crítica de responder às necessidades sócio-económicas e de cuidados de saúde específicos entre a população mais idosa e predominantemente feminina.

### **3.2.3. Tamanho do agregado familiar**

#### **O papel crítico do tamanho do agregado familiar na concepção das TSM**

Compreender a dinâmica do tamanho do agregado familiar é crucial para o sucesso da concepção e implementação das TSM. A dimensão do agregado familiar desempenha um papel significativo na determinação dos recursos necessários para satisfazer as necessidades básicas, tais como alimentação, cuidados de saúde e educação. Os agregados familiares mais numerosos necessitam normalmente de um apoio financeiro mais substancial para garantir que todos os seus membros tenham acesso a estes bens essenciais. Consequentemente, a dimensão do agregado familiar torna-se um factor crítico no cálculo do montante adequado para as transferências monetárias.

Os agregados familiares mais pequenos podem sentir um impacto mais imediato e perceptível das transferências monetárias, ao passo que os agregados familiares maiores podem achar que os benefícios se espalham mais, diluindo potencialmente o seu impacto global. Os gestores do Programa devem ter em conta a dimensão do agregado familiar para conceber intervenções que alcancem resultados significativos em várias configurações de agregados

**Tabela 3.2.** Descrição do tamanho médio do agregado familiar

Características	[N]	Média	Mediana	5% Média Aparada	Mínimo	Máximo
<b>TOTAL</b>	<b>7 551</b>	<b>5,5</b>	<b>5,0</b>	<b>5,5</b>	<b>1</b>	<b>19</b>
<b>Sexo do Respondente</b>						
Masculino	3 121	5,9	6,0	5,8	1	19
Feminino	4 430	5,3	5,0	5,2	1	19
<b>Estado Civil</b>						
Solteiro	1 271	5,2	5,0	5,1	1	17
Casado	4 394	5,8	6,0	5,7	1	19
Separado	401	5,3	5,0	5,2	1	19
Divorciado	65	4,9	5,0	4,7	1	11
Viúvo	1 157	5,1	5,0	4,9	1	15
<b>Grupo Etário</b>						
[15-19]	46	3,5	3,5	3,4	1	8
[20-24]	526	4,5	4,0	4,4	1	12
[25-29]	689	5,2	5,0	5,2	1	13
[30-34]	832	6,2	6,0	6,1	1	19
[35-39]	797	6,8	7,0	6,8	1	18
[40-44]	656	7,1	7,0	7,1	1	16
[45-49]	922	6,3	6,0	6,3	1	17
[50-54]	676	6,1	6,0	6,1	1	16
[55-59]	666	5,2	5,0	5,1	1	19
[60-64]	615	4,6	4,0	4,4	1	17
[65-69]	404	4,2	4,0	4,0	1	15
[70-74]	313	3,6	3,0	3,3	1	18
[= />75]	383	3,4	3,0	3,2	1	13

familiares. Isso permite, por exemplo, identificar melhor os agregados com maior exposição a riscos e choques económicos e conceber programas de transferência que aumentem a resiliência e reduzam a vulnerabilidade a choques. A **Tabela 3.2** descreve o tamanho médio dos agregados familiares segundo a amostra do inquérito. Dados mais detalhados, incluindo a descrição por município, encontram-se nos **Anexos A3-1** e **A3-2**.

Um dos factores que mais influencia a eficácia do KWENDA é a dimensão do agregado familiar, que varia significativamente entre os beneficiários. Em média, os agregados familiares que beneficiam do Programa KWENDA são compostos por 5,5 membros. Esta dimensão relativamente grande do agregado familiar reflecte uma tendência comum nas comunidades rurais, onde famílias alargadas vivem, frequentemente, sob o mesmo tecto. Esta estrutura familiar apresenta desafios únicos na afectação de recursos, tornando crucial que programas sociais de transferências monetárias como o KWENDA tenham em conta as necessidades de unidades familiares maiores.

O estado civil é um determinante significativo do tamanho do agregado familiar entre os beneficiários do KWENDA. Os respondentes casados relatam os maiores tamanhos de agregado familiar, com uma média de 5,8 membros. Isto deve-se, provavelmente, à presença de crianças e de membros da família alargada a viverem juntos, sublinhando a necessidade de um apoio financeiro substancial para sustentar estas redes familiares extensas. Em contrapartida, os beneficiários solteiros têm uma dimensão média do agregado familiar de 5,2 membros, o que indica que vivem, frequentemente, com outros membros da família ou dependentes, apesar de não serem casados. Os indivíduos viúvos apresentam uma dimensão média do agregado familiar ligeiramente inferior, de 5,1 membros, o que pode reflectir a ausência de um cônjuge e os desafios económicos que amiúde acompanham a viuvez. Os beneficiários separados mantêm uma dimensão média do agregado familiar de 5,3 membros, sugerindo a existência de responsabilidades familiares contínuas que requerem assistência financeira. Os divorciados, por outro lado, têm a menor dimensão do agregado familiar, com 4,9 membros, possivelmente devido ao menor número de dependentes, mas ainda assim enfrentam desafios económicos significativos.

Estas variações na dimensão do agregado familiar segundo o estado civil realçam a necessidade de transferências sociais monetárias adaptadas à sua composição. Os indivíduos casados, dada a maior dimensão dos seus agregados familiares, podem necessitar de transferências monetárias mais substanciais para apoiar as suas extensas redes familiares. Por outro lado, os beneficiários divorciados e viúvos, que podem ter menos recursos económicos e agregados familiares mais pequenos, podem beneficiar de um apoio específico que responda às suas vulnerabilidades distintas.

A dimensão do agregado familiar também varia consoante o grupo etário entre os beneficiários do KWENDA, aumentando geralmente com a idade antes de diminuir nos escalões etários mais velhos. Os jovens beneficiários, com idades compreendidas entre os 15 e os 24

anos, referem agregados familiares mais pequenos, com médias de 3,5 a 4,5 membros. Esta tendência é indicativa da fase inicial da formação da família, em que os indivíduos podem estar a começar as suas próprias famílias ou a viver com menos dependentes. Em contrapartida, os beneficiários dos grupos etários intermédios (30-49 anos) têm agregados familiares mais numerosos, com médias de 6,2 a 7,1 membros. Isto reflecte o pico das responsabilidades familiares durante estes anos, com muitos indivíduos a sustentar tanto os filhos, como os membros da família alargada. A dimensão do agregado familiar atinge um pico no grupo etário dos 40-44 anos, com uma média de 7,1 membros.

A medida que os beneficiários envelhecem, a dimensão do agregado familiar tende a diminuir, provavelmente devido à saída dos filhos de casa ou à morte de membros do agregado. Este declínio realça mudanças na dinâmica familiar, acompanhadas de perda de renda e a potencial falta de apoio dos membros mais jovens da família como é, frequentemente, reportado nos municípios do Belize e Cacongo. Tendo em conta estas tendências, o Programa deve dar prioridade quase incondicional aos beneficiários em situação de vulnerabilidade, mas refinar critérios de elegibilidade de beneficiários de meia-idade que sustentam agregados familiares maiores, mas que, em muitos casos, demonstram maior capacidade de resiliência. Esta abordagem adaptada assegura que as necessidades específicas dos diferentes grupos etários sejam adequadamente atendidas, promovendo a eficácia global do Programa KWENDA. Portanto, compreender as complexidades da dimensão do agregado familiar entre os beneficiários do Programa é essencial para a afectação eficaz de recursos. Ao considerar factores como o estado civil e a idade, o Programa pode responder melhor às diversas necessidades dos seus beneficiários, assegurando que o apoio financeiro é equitativo e tem impacto.

### **3.2.4. Documentos de registo e nível de escolaridade dos beneficiários**

#### **Documentos de identificação dos beneficiários à data da avaliação**

*Bilhete de Identidade.* O Bilhete de Identidade surge como o tipo de documento de identificação mais comum em quase todos os municípios. Este facto sugere uma maior disponibilidade de bilhetes de identidade nacionais. Por exemplo, municípios como Cacongo (98,2 por cento) e Bula-Atumba (97,5 por cento) apresentam a percentagem mais elevada de titulares do Bilhete de Identidade nacional, o que indica uma cobertura relativamente alta entre os beneficiários do KWENDA.

**Variabilidade da certidão de nascimento.** Existe uma variabilidade significativa na percentagem de beneficiários que possuem certidões de nascimento. Alguns municípios, como o Songo (35,1 por cento) e o Seles (30,9 por cento), apresentam percentagens elevadas, enquanto outros, como Cacongo (3,0 por cento) e Belize (5,0 por cento), apresentam percentagens muito baixas. Esta variabilidade aponta para diferentes níveis de acessibilidade das certidões de nascimento em várias regiões.

**Registo de Nascimento e Certidões de Baptismo.** Estes tipos de documentos de identificação são, geralmente, menos comuns. O Registo de Nascimento apresenta percentagens maiores no Cubal (4,8 por cento) e no Bailundo (1,1 por cento), enquanto as Certidões de Baptismo aparecem com valores superiores nestes mesmos municípios: Cubal (8,3 por cento) e Bailundo (2,1 por cento). Estes números sugerem que estas formas de identificação são suplementares e não primárias na maioria das áreas.

A utilização do Cartão Eleitoral apresenta variações significativas entre os municípios. As percentagens mais elevadas encontram-se no Bailundo (41,6 por cento) e Luquembo (36,6 por cento), enquanto muitos outros municípios têm percentagens muito baixas de portadores de Cartões Eleitorais. Esta variação pode reflectir diferentes níveis de envolvimento político ou a disponibilidade de formas alternativas de identificação.

**Falta de identificação.** Uma percentagem ainda significativa de beneficiários em certos municípios não possui qualquer forma de identificação. Por exemplo, em Cacongo e Bula-Atumba, 10,0 por cento dos beneficiários não têm identificação. Isto destaca áreas onde podem ser necessárias intervenções para fornecer documentos de identificação à população, enfatizando a importância do acesso universal à identificação para a inclusão social e económica.

### **Nível de escolaridade**

Os dados dos beneficiários do Programa KWENDA evidenciam tanto progressos como desafios. Embora a maioria dos beneficiários tenha frequentado a escola, existem disparidades regionais e de género significativas. Para resolver estas questões, são necessárias intervenções específicas que promovam o acesso equitativo à educação para todos, independentemente do género ou da localização. Ao fazê-lo, o Programa pode promover a sua missão de desenvolvimento sócio-económico e capacitar os seus beneficiários através da educação.





O Programa, que visa apoiar o desenvolvimento sócio-económico dos seus beneficiários, apresenta uma imagem diversificada do nível de escolaridade em vários grupos demográficos e regiões. Os dados recolhidos revelam tendências e padrões com significado na frequência escolar, disparidades de género e níveis de escolaridade entre os beneficiários.

Do total de 7 551 beneficiários da amostra, 58,4 por cento já frequentou a escola e 41,6 por cento nunca estudou, como reflectido na **Tabela 3.3**. Esta estatística permite uma compreensão fundamental da escolaridade dos beneficiários, indicando que a maioria teve alguma exposição a educação formal. No entanto, o facto de mais de 40,0 por cento não ter frequentado a escola aponta para uma lacuna substancial que tem de ser colmatada para melhorar os resultados educativos.

Uma análise mais detalhada da frequência escolar por município revela disparidades significativas. Municípios como o Nzeto (73,8 por cento), Icolo-Bengo (76,5 por cento) e Bailundo (74,8 por cento) registam as taxas de frequência mais elevadas. Estas áreas podem servir de modelo para programas de divulgação e apoio educativo. Em contraste, Belize (13,6 por cento), Luquembo (35,1 por cento) e Gambos (35,8 por cento) apresentam as taxas de frequência mais baixas, indicando uma necessidade crítica de intervenções educativas nestas regiões. Estas diferenças põem em evidência a distribuição desigual dos recursos e oportunidades educativas, que deve ser abordada para garantir um acesso equitativo à educação.

Entre os beneficiários que frequentaram a escola, a distribuição pelos diferentes níveis de ensino é reveladora. A maioria tem o ensino primário, com 27,5 por cento a completar 1-3 anos de ensino e 42,6 por cento a completar 4-6 anos. As proporções de frequência diminuem à medida que o nível de escolaridade aumenta, com apenas 19,8 por cento a concluírem o Ciclo 1 (7-9 anos), 7,4 por cento a concluírem o Ciclo 2 (10-12 anos) e apenas 2,8 por cento a atingirem níveis mais avançados.



**Tabela 3.3.** Nível de escolaridade dos beneficiários do Programa

Ciclo Escolar	Homem		Mulher		TOTAL	
	[ N ]	[ % ]	[ N ]	[ % ]	[ N ]	[ % ]
<b>TOTAL</b>	<b>2 296</b>	<b>100,0</b>	<b>2 114</b>	<b>100,0</b>	<b>4 410</b>	<b>100,0</b>
<b>Já frequentou a Escola</b>						
Sim	2 296	73,6	2 114	47,7	4 410	58,4
Não	825	26,4	2 316	52,3	3 141	41,6
<b>Nível de escolaridade*</b>						
Primário (1-3 Classe)	516	22,5	696	32,9	1 212	27,5
Primário (4-6 Classe)	946	41,2	932	44,1	1 878	42,6
Ciclo 1 (7-9 Classe)	559	24,3	312	14,8	871	19,8
Ciclo 2 (10-12 Classe)	209	9,1	118	5,6	327	7,4
Avançado (= />13 Classe)	66	2,9	56	2,6	122	2,8

\* Agrupados para fins deste estudo

Uma análise mais aprofundada da distribuição dos géneros pelos níveis de ensino apresentados na **Tabela 3.3** revela que, embora mais mulheres tenham concluído os níveis mais baixos do ensino primário, a proporção de homens aumenta significativamente nos níveis





de ensino mais elevados. Esta tendência sugere que, mesmo quando as mulheres têm acesso à educação, é menos provável que continuem para além dos níveis básicos do que os seus homólogos masculinos.

### **3.3. Meios de Vida e Estratégias de Sobrevivência**

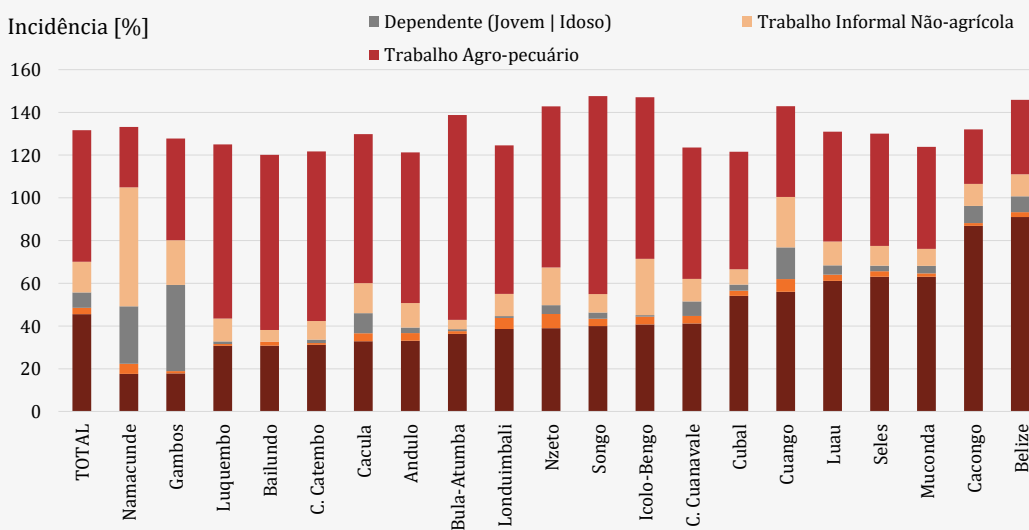
A terceira secção deste capítulo aborda a dimensão demográfica dos meios de vida. A avaliação de um programa de TSM no contexto rural de Angola deve começar com a avaliação dos meios de sustento prevalentes. Esta avaliação é crucial, pois fornece informações sobre o ambiente sócio-económico local, informando como as TSM devem ser estruturadas para apoiar efectivamente a comunidade. Factores críticos como as condições económicas locais, as normas culturais e as estruturas sociais existentes devem ser meticulosamente considerados para otimizar a concepção e a implementação das TSM. Uma abordagem personalizada garante que os programas se alinhem com os meios de vida e as necessidades únicas das comunidades rurais, promovendo a sustentabilidade e a eficácia a longo prazo (Hidrobo, M., Peterman, A., & Heise, L. 2016). Ao incorporar o contributo da comunidade e ao adaptar-se às realidades locais, as intervenções tornam-se mais significativas e impactantes, aumentando assim o sucesso global destas iniciativas. Compreender as nuances da dinâmica rural é essencial para fomentar a resiliência, promover a auto-suficiência e promover mudanças significativas na vida dos beneficiários (Barca, V., Brook, S., Holland, J., Otulana, M., and Pozarny, P. 2014).

O ambiente rural em Angola reflecte um modo de vida simples e tradicional, com acesso limitado à tecnologia moderna e à literacia. Predomina, em grande escala, a agricultura familiar e, em muitos municípios, as aldeias são frequentemente dispersas e isoladas, com condições de vida básicas. Apenas uma pequena parte da população tem acesso a água potável e saneamento básico e há uma notável escassez de infra-estruturas sociais, o que também contribui para as altas taxas de analfabetismo. O Programa KWENDA está a ser implementado neste contexto, o que torna relevante a avaliação do seu impacto na sustentabilidade dos meios de sustento locais.

Os meios de vida ou sustento referem-se ao conjunto de capacidades, activos (estoques, recursos, direitos e acessos) e actividades requeridas para se obter sustento. Para que um meio de vida seja sustentável devem verificar-se, pelo menos, três condições: (i) suportar crises, mantendo elevadas as suas capacidades e os seus activos; (ii) prover um meio de vida sustentável para a próxima geração e (iii) contribuir em cadeia com benefícios para outros meios de sustento ao nível local e global, no curto e no longo prazos (Chambers e Conway, 1992).

No contexto do KWENDA, o ideal seria que as actividades do Programa contribuíssem para a sustentabilidade dos meios de vida nas áreas de intervenção, satisfazendo pelo menos uma das três condições acima referidas. Para que isso aconteça, importa conhecer

**Figura 3.2.** Incidência das principais fontes de renda dos beneficiários do Programa



e perceber a estrutura de base e os mecanismos de sobrevivência empregues pelos seus beneficiários. As principais fontes de rendimento e a sua sazonalidade – discutidos nesta secção – estão entre os principais factores a ter em conta na construção do conhecimento dos meios de vida dos beneficiários.

### 3.3.1. Fonte de renda dominante

Nas zonas rurais de África, a agricultura é a principal fonte de rendimento. As famílias pobres dedicam-se à agricultura, com o objectivo principal de alimentar as suas famílias. Os produtos excedentes são, normalmente, trocados nos mercados locais por outros bens de primeira necessidade. O sucesso destas actividades agrícolas varia muito entre os agregados. Os que não podem praticar a agricultura por falta de terra ou de capacidade física, dependem de alimentos oferecidos por familiares e da recolha de recursos naturais, como lenha e carvão, da pesca e da agricultura de pequena escala. O gado também desempenha um papel importante como fonte de rendimento, servindo como mecanismo de poupança para emergências e como símbolo de estatuto social. Além disso, o pequeno comércio surge, entre os respondentes do inquérito, como uma fonte de rendimento relativamente importante, proporcionando um meio de baixo risco e, apesar do baixo lucro, auxilia as despesas de consumo, embora muitas vezes tenha um elevado custo de oportunidade de tempo que poderia ser gasto na agricultura.

As fontes de renda declaradas pelos beneficiários foram agrupadas em cinco grandes categorias conforme mostra a sua distribuição na **Figura 3.2**. Relatos de entrevistados em grupos focais ao longo deste estudo de avaliação confirmaram os indicadores acima referidos. Grande parte dos entrevistados tem como principal meio de vida a agricultura de subsistência, voltada para a sobrevivência do grupo familiar, com recurso a mão-de-obra essencialmente familiar. As culturas são basicamente destinadas ao consumo e uma proporção menor a comercialização. A distribuição das fontes de rendimento dos agregados familiares fornece informações cruciais sobre a base económica de uma região. Nesta análise exploram-se as várias fontes de rendimento dos agregados familiares, destacando a dependência significativa do trabalho agrícola e pecuário, seguida da venda da produção agrícola e piscatória.

#### **Fonte primária de rendimento: trabalho agrícola e pecuário**

O trabalho agrícola e pecuário é a fonte de rendimento familiar prevalecente, tendo sido registado por 61,5 por cento dos agregados familiares, o que evidencia a natureza agrária da

economia. De entre os municípios, os do Luquembo, Bailundo e Bula-Atumba apresentam percentagens particularmente elevadas, com 81,5 por cento, 82,0 por cento e 95,9 por cento, respectivamente. Estes números realçam o papel crítico que a agricultura e a pecuária desempenham nestas regiões. Em termos de distribuição etária, os grupos mais jovens, especificamente os das faixas dos 15-19 anos e 20-24 anos, são significativamente dependentes desta fonte de rendimento, com 76,1 por cento e 64,6 por cento respectivamente. Isto indica que os indivíduos mais jovens estão mais envolvidos em actividades agrícolas, o que pode dever-se ao acesso limitado a oportunidades alternativas de emprego ou à natureza tradicional destas actividades nas suas comunidades.

Para além desta actividade, os entrevistados relataram igualmente que realizam o trabalho sazonal na lavra de outrém (destronca, preparação de terras, sacha e sementeira), sendo pagos em produto ou em dinheiro. A renda proveniente deste trabalho, para além de sazonal, é muito reduzida, como nos diz um entrevistado do Londuimbali: *“Tenho oportunidade de fazer biscatos nas lavras dos outros no tempo chuvoso. Nos contratam para fazer todo o trabalho da terra e pagam mil Kwanzas para fazer um talhão. Não compensa, mas já ajuda em casa”*. O mesmo valor foi referido noutros municípios e, aparentemente, é idêntico para qualquer tipo de trabalho em lavras. Praticam também a caça e a pesca para consumo e venda, a criação de pequenos animais e a recolha de recursos naturais (recolha de cogumelos, larvas e insectos, frutos silvestres e material lenhoso para confecção de carvão). Em Cabinda, a pesca de rio e mar é muito praticada, mas há fases em que não é permitida a pesca. Também a caça foi limitada pelo impacto ambiental negativo que *“estava a ter sobre espécies em vias de extinção”*, como revelou o Administrador Comunal do Dinje.



***“Capinar na lavra do outro é só quando você está à rasca com dinheiro para comprar sabão ou, às vezes, estás mesmo à rasca com sal, não tens onde tirar o dinheiro. Então vais fazer o socorro de capinar.”***

### **Fonte significativa de rendimento: venda da produção agrícola e da pesca**

A venda da produção agrícola e piscatória é outra fonte significativa de rendimento dos agregados familiares, representando 45,5 por cento dos casos. Isto indica que um número substancial de agregados familiares se envolve na comercialização do produto das suas actividades agrícolas e pesqueiras para gerar rendimento. Em municípios como Cacongo e Belize, a dependência desta fonte de rendimento é ainda maior, com 86,9 por cento e 91,0 por



cento respectivamente. Isto reflecte a importância do acesso ao mercado e das actividades comerciais nestas regiões.

Em termos de idade, esta fonte de rendimento é mais comum entre os grupos etários mais velhos, particularmente os de 60-64 anos e 65-69 anos, onde 55,9 por cento e 54,0 por cento dos indivíduos respectivamente, dependem dela. O facto de os indivíduos mais velhos dependerem mais desta fonte de rendimento sugere que podem ter operações agrícolas ou de pesca mais estabelecidas, ou talvez menos oportunidades alternativas de emprego.

### **Contribuição moderada: trabalho informal não-agrícola**

O trabalho informal não-agrícola contribui moderadamente para o rendimento do agregado familiar, representando 14,4 por cento dos casos. Este tipo de trabalho inclui várias actividades económicas de pequena escala, muitas vezes não regulamentadas, fora do sector agrícola. Em municípios como Luquembo e Namacunde, percentagens notáveis de agregados familiares, 10,7 por cento e 55,7 por cento respectivamente, dependem do trabalho informal. Isto sugere que, em algumas áreas, o trabalho informal desempenha um papel crítico no sustento dos agregados familiares. A faixa etária que mostra um maior envolvimento no trabalho informal não-agrícola é a dos 30-34 anos, com 16,0 por cento dos indivíduos a dependerem dele. Este facto pode dever-se à flexibilidade e acessibilidade do trabalho informal, que pode atrair os que estão nos primeiros anos de trabalho e procuram equilibrar múltiplas responsabilidades ou complementar o seu rendimento através de outras fontes.

Há uma considerável franja de entrevistados na zona Norte do país, nomeadamente na Província do Uíge, que sobrevivem do comércio. Apesar de grande parte dos produtos vendidos serem provenientes das suas lavras, existem ainda outras formas de negócio que passam pela produção e venda de quicuanga (alimento derivado da mandioca), bolinhos diversos, pinchos e outras carnes grelhadas, produção e venda de lunguila (bebida derivada da cana de açúcar), entre outros.

Vale destacar que nas regiões Norte e Leste que foram alvo deste estudo existe uma grande participação das mulheres na produção e comercialização dos produtos do campo e de bens industriais. A título de exemplo, em áreas onde a mandioca é a principal cultura de produção, são as mulheres as responsáveis por bombocar a mandioca (retirar a casca e colocá-la na água), secar e, posteriormente, recolher o bombó para venda em zonas próximas às suas residências ou nos mercados municipais. O produto destas vendas cobre as despesas da casa e eventuais excedentes permitem mais investimentos no alargamento de lavras ou em outros negócios.

Foram igualmente debatidas com os entrevistados as oportunidades de emprego em indústrias locais. As empresas de pequeno porte, usualmente de comércio, absorvem pouca mão-de-obra. Empresas de médio porte, de construção civil, recolha de inertes, recuperação de estradas com recurso a mão-de-obra intensiva, ou resorts, restaurantes e hospedarias raramente fazem recurso a mão-de-obra das aldeias. Segundo os entrevistados, isso fica a dever-se ao baixo nível de escolaridade que prevalece nas aldeias e não corresponderem, portanto, aos padrões e critérios de selecção das empresas em termos de qualificações profissionais. Muitos dos entrevistados que declararam ter uma profissão para lá da actividade produtiva principal da família, aprenderam as profissões por via familiar. As muito raras excepções são de empresas de reparação de estradas e a contratação é de mão-de-obra não especializada, barata e temporária.

### **Contribuição limitada: pequenas profissões**

O trabalho das pequenas profissões (serralheiro, pedreiro, carpinteiro, etc.) é responsável por uma pequena parte do rendimento do agregado familiar, representando 3,0 por cento dos casos. Esta categoria inclui ocupações que exigem competências ou formação específicas, tais como trabalhos técnicos, serviços profissionais e artesanato. Os municípios do Cuango e do Songo apresentam as maiores percentagens de agregados familiares envolvidos nestes tipos de trabalhos, com 6,0 por cento e 3,4 por cento respectivamente. Isto indica que certas regiões podem ter mais oportunidades de mão-de-obra relativamente qualificada ou uma maior procura por estes serviços. O grupo etário que mais se dedica a este tipo de trabalho é o dos 40-44 anos, com 4,1 por cento dos indivíduos a dependerem dele. Isto sugere que as pessoas nesta faixa etária podem ter acumulado a experiência e as competências necessárias para exercer pequenas profissões, que podem proporcionar um rendimento mais estável e potencialmente mais elevado em comparação com outros trabalhos informais.

Foi também referida a existência nas aldeias de profissões como pedreiro, carpinteiro, mecânico, padeiro, barbeiro e motoqueiro. Contudo, estes profissionais não beneficiam de mercados ampliados. De um modo geral, o seu mercado é restrito à aldeia de residência e têm, por isso, como clientes outros residentes em igual situação de vulnerabilidade. A renda obtida nestas circunstâncias é muito baixa e, por vezes, chegam a não a ser pagos pela prestação dos seus serviços, pelo espírito de solidariedade prevalecente em comunidades rurais e pobres. A necessidade de gerar renda para as suas famílias, leva vários destes profissionais a deslocarem-se para localidades com mercados mais desenvolvidos a fim de encontrar trabalho e melhor remuneração.



A profissão de padeiro é usualmente exercida por mulheres e é um negócio circunscrito à aldeia. Trata-se de um negócio intermitente pela incapacidade de aquisição de matéria-prima localmente. A profissão de motoqueiro é usualmente feita por homens para os proprietários da motorizada. Os ganhos resultantes destas duas actividades são muito limitados e permitem, na maioria dos casos, apenas garantir uma parca alimentação do agregado e alguma despesa inesperada de saúde.

### **Contribuição moderada: dependentes (crianças/idosos)**

Dos beneficiários inquiridos, 7,2 por cento dos casos refere-se a jovens e idosos que dependem de remessas regulares ou ajudas extemporâneas. Municípios como Namacunde e Gambos apresentam percentagens mais elevadas, com 26,9 por cento e 40,3 por cento respectivamente, indicando que, em algumas regiões, o apoio a dependentes desempenha um papel crucial na economia familiar. Os idosos, particularmente aqueles com 75 anos ou mais, mostram uma dependência notável deste modo de sobrevivência, com 9,9 por cento dos indivíduos neste grupo etário a dependerem dela. Este facto realça a importância das redes de segurança social e do apoio à família para assegurar o bem-estar dos indivíduos mais vulneráveis, que podem já não estar em condições de exercer uma actividade profissional activa.

*“Desde que recebemos o dinheiro do KWENDA os nossos maridos já não estão a emigrar. Agora com o dinheiro do KWENDA já conseguimos alargar as lavras, porque a vida está um pouco equilibrada.”*

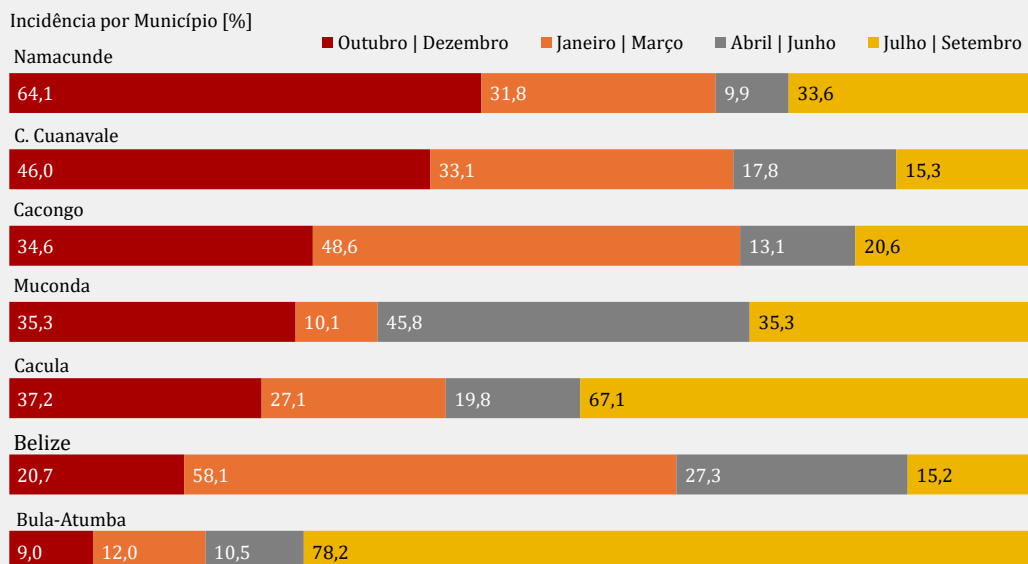


De um modo geral, o Programa KWENDA teve efeitos positivos sobre estes meios de vida e o elevado grau de vulnerabilidade e pobreza em que estas comunidades se encontravam. É de destacar a redução da migração na procura por trabalho noutros municípios ou províncias, o que, conseqüentemente, delimita a “desestruturação familiar”. Outros efeitos serão analisados ao longo deste relatório, particularmente no capítulo sobre o uso do benefício recebido do KWENDA.

### 3.3.2. Sazonalidade das fontes de rendimento rurais

*Compreender as variações sazonais de oferta de trabalho expressas pelos beneficiários é vital para a concepção de programas de protecção social eficazes. Os dados sublinham a importância de alinhar as intervenções com os ciclos de menor disponibilidade de trabalho. Ao reforçar a renda durante os períodos intermédios, o Programa pode melhorar significativamente a resiliência e o bem-estar das comunidades beneficiárias dependentes do trabalho agrícola e do comércio informal de pequena escala.*

**Figura 3.3.** Incidência de épocas de baixa disponibilidade de trabalho



O sector da agricultura familiar em Angola está profundamente dependente da disponibilidade e utilização de mão-de-obra sazonal, que desempenha um papel crucial no sucesso das operações agrícolas. As oportunidades de emprego neste sector surgem durante períodos específicos alinhados com as principais actividades agrícolas, incluindo a preparação da terra, a plantação, a monda e a colheita. Estas actividades distribuem-se ao longo do ano, ditadas pelo calendário agrícola e pelas condições climáticas propícias a cada tarefa.

Durante estes picos, a procura por mão-de-obra intensifica-se, proporcionando emprego temporário a muitos pequenos produtores que são, frequentemente, compensados com base no seu rendimento de produção ou através de acordos contratuais de curto prazo. Este método de pagamento, embora alinhado com as necessidades imediatas das operações agrícolas, introduz um grau significativo de variabilidade no rendimento desses pequenos produtores. Os seus rendimentos podem variar muito, dependendo do volume de trabalho disponível e da produtividade alcançada durante estes períodos críticos.

Um padrão semelhante de variabilidade de rendimentos é evidente no sector informal não-agrícola em Angola. Aqui, a geração de rendimentos está, frequentemente, sujeita a atrasos e incertezas, contribuindo ainda mais para a instabilidade financeira vivida pelos agregados familiares que procuram uma fonte de rendimento extra. Por exemplo, os comerciantes e artesãos de pequena escala podem enfrentar períodos de grande procura seguidos de períodos de vendas mínimas, o que pode perturbar o seu fluxo de caixa e a sua estabilidade financeira no geral.

A natureza cíclica da procura de mão-de-obra, tanto no sector agrícola, como no informal, exerce uma forte influência na disponibilidade de renda e tem profundas implicações no bem-estar económico das famílias. Durante os períodos de maior procura de mão-de-obra, as famílias podem vivenciar um aumento temporário do rendimento, aumentando a sua capacidade de satisfazer as necessidades básicas e de investir em oportunidades futuras. Inversamente, durante os períodos de menor procura, a escassez de trabalho pode levar a uma redução do rendimento das famílias, tornando difícil a manutenção dos seus padrões de vida. A resolução destas flutuações é essencial para melhorar a resiliência financeira e a estabilidade a longo prazo das famílias que dependem do trabalho sazonal, dado que elas constituem a grande maioria dos beneficiários do Programa KWENDA.

Dos 7 551 beneficiários respondentes ao inquérito, 3 159 beneficiários, ou 41,8 por cento, passam por períodos do ano sem trabalho, destacando um desafio significativo na manutenção de uma fonte de rendimento consistente. Por outro lado, 4 392 beneficiários, ou 58,2 por cento, não enfrentam tais períodos, sugerindo que têm uma fonte de renda estável ou meios alternativos para o sustento dos agregados ao longo do ano. Este contraste sublinha os diferentes graus de estabilidade de trabalho (embora precário) entre os beneficiários do KWENDA, tornando crucial compreender os factores que contribuem para estas diferenças.

### Mapear os períodos de menor disponibilidade de trabalho

Existem calendários sazonais de meios de sustento, comumente publicados nos relatórios de segurança alimentar e de zonagem agro-económica, que oferecem uma visão ampla dos padrões de actividades geradoras de renda predominantes em todas as regiões. Estes calendários destacam nitidamente os períodos de actividade agrícola, os períodos do ano em que há maior ou menor oferta de trabalho, períodos de subidas de preços dos alimentos e alturas com maior probabilidade de escassez de alimentos e mecanismos alternativos de sobrevivência<sup>1</sup>. Estas informações, já padronizadas, permitem uma melhor compreensão da dinâmica económica local e regional. No entanto, para efeitos do presente estudo, os beneficiários inquiridos forneceram informações sobre períodos específicos dos últimos 12 meses em que os seus fluxos regulares de rendimento foram interrompidos, levando a uma privação do consumo do agregado familiar. Os dados do inquérito, compilados e apresentados na **Figura 3.3**, proporcionam uma visão geral dos períodos de instabilidade de rendimentos, informação que pode servir de referência na planificação e implementação de programas e acções de protecção social. Dados completos dos municípios podem ser consultados no **Anexo A3-2**.

O período de baixa oferta de trabalho refere-se às alturas do ano em que os beneficiários não têm trabalho e, conseqüentemente, têm pouca capacidade de gerar rendimentos. Esta análise explora os padrões dos períodos de pouco trabalho, segmentados por diferentes categorias e regiões em quatro trimestres: Outubro-Dezembro, Janeiro-Março, Abril-Junho e Julho-Setembro. Os períodos de três meses foram definidos de acordo com o padrão agro-ecológico de Angola, que tem uma forte influência nas actividades geradoras de rendimento nas zonas rurais. Este padrão agro-ecológico segue o calendário agrícola, afectando a disponibilidade de trabalho e os tipos de oportunidades de emprego que surgem ao longo do ano. Ao identificar estes padrões, o Programa pode responder melhor às necessidades dos bene-

---

<sup>1</sup> ANGOLA Livelihood Zones and Descriptions FEWS NET November 2013  
[https://fews.net/sites/default/files/documents/reports/Angola\\_LHZ\\_Report\\_Final\\_Nov13\\_EN\\_0.pdf](https://fews.net/sites/default/files/documents/reports/Angola_LHZ_Report_Final_Nov13_EN_0.pdf)



ficiários e criar intervenções direccionadas. Estes períodos são críticos, pois têm um impacto directo nos meios de sustento de indivíduos e famílias que dependem de emprego contínuo para satisfazer as suas necessidades básicas.

### **Impacto da sazonalidade**

Como já foi referido acima, o **Anexo A3-2** apresenta a tabela completa dos dados por município. Mas importa fazer uma breve referência a alguns municípios que constam da **Figura 3.3**. Em Namacunde, a maior percentagem de beneficiários (64,1 por cento) assinalou o período de Outubro a Dezembro como o mais crítico, deixando as famílias com oportunidades limitadas de rendimento. Já o município dos Gambos regista um pico acentuado de casos de baixos rendimentos entre os meses de Julho e Setembro (77,8 por cento). Do mesmo modo, Bula-Atumba também enfrenta um grave desafio sazonal, com a maioria dos casos (78,2 por cento) de baixa de rendimentos a ocorrer entre Julho e Setembro. Entretanto, os meses de Janeiro a Março apresentam uma percentagem mais baixa de casos de limitação de rendimentos na generalidade dos municípios. Este período corresponde a uma fase pós-colheita, onde prevalece uma segurança alimentar relativamente melhor e um aumento do rendimento fruto das vendas agrícolas. Embora as oportunidades de trabalho possam diminuir, a disponibilidade de alimentos provenientes da colheita atenua o impacto no bem-estar do agregado familiar.

O fim da época agrícola, período seco sem chuvas, marca uma queda significativa na disponibilidade de trabalho, exacerbando os desafios económicos para as populações beneficiárias. E esse período torna-se ainda mais crítico se a colheita de cereais não providenciar stocks para mais de quatro meses. Portanto, para os agregados mais vulneráveis, com idosos, crianças e taxas de dependência alta, o término da época agrícola dominante deixa as famílias com recursos limitados para se sustentarem, aumentando a sua dependência das transferências monetárias.

Esta análise indica que a vulnerabilidade da população rural está intimamente ligada ao ciclo agrícola e que as intervenções de protecção social poderiam ser calendarizadas de acordo com os períodos de maior necessidade. Para a planificação de TSM seria ideal que os meses de pagamento tivessem em conta os períodos de potenciais vulnerabilidades. Por exemplo, se o Programa decidir efectuar pagamentos trimestrais alinhados com a sazonalidade dos rendimentos dos beneficiários, isso poderá ter benefícios sociais extraordinários. Se forem considerados planos de pagamento semestrais, o ideal seria que o pagamento cobrisse um trimestre de meses de alta vulnerabilidade, tendo em conta o contexto específico de cada município.

### **3.3.3. Razões adicionais para a baixa de rendimento**

As respostas ao inquérito em vários municípios revelam que as questões de saúde, a dependência climática, as limitações físicas relacionadas com a idade, a instabilidade económica e razões diversas, como o bem-estar emocional e os sistemas de apoio social, são os principais factores que influenciam os períodos de desemprego e de ausência de trabalho. Estes dados evidenciam a natureza multifacetada dos desafios de emprego enfrentados pelos indivíduos nestas regiões. Para resolver estas questões, são necessárias intervenções específicas centradas na melhoria do acesso aos cuidados de saúde, no desenvolvimento da estabilidade económica, no apoio às micro-empresas, no reforço da produção agrícola e na prestação de serviços de saúde mental e de apoio social. Ao implementar estratégias abrangentes e localizadas, é possível reduzir os períodos de desemprego e melhorar a qualidade de vida global dos residentes nestes municípios.

O desemprego e a ausência do trabalho são questões importantes que afectam vários municípios e que se devem a uma multiplicidade de factores. Esta secção examina os dados qualitativos que revelam as razões comuns para estes períodos de ausência do trabalho em diferentes regiões. Temas chave como questões relacionadas com a saúde, condições sazonais e meteorológicas, idade e limitações físicas, factores económicos e de emprego e razões diversas surgem como principais contribuintes para este fenómeno. Ao compreender estas causas subjacentes, podem abordar-se melhor os desafios multifacetados enfrentados pelos indivíduos nestes municípios.

#### **Questões relacionadas com a saúde**

Os problemas relacionados com a saúde são uma razão predominante nos períodos de desemprego ou ausência do trabalho em muitos municípios. Em regiões como Nzeto, Cambundi Catembo, Luquembo, Cubal e Songo, as menções frequentes a problemas de saúde realçam o seu impacto significativo na força de trabalho. Condições específicas, como doenças, febre, dores de pescoço e deterioração geral da saúde são comumente citadas. Estes problemas de saúde conduzem, frequentemente, a ausências prolongadas do trabalho ou a uma incapacidade total para trabalhar, sublinhando a necessidade crítica de melhorar o acesso aos cuidados de saúde e o apoio nestas áreas.

## **Condições sazonais e climatéricas**

As condições sazonais e climatéricas influenciam significativamente o emprego, particularmente nos municípios dependentes da agricultura. Em zonas como Londuimbali, Luau e Cacongo, os padrões climáticos irregulares, as estações secas e o tempo frio dificultam a capacidade de trabalho. Os trabalhadores agrícolas, cujos meios de sustento dependem fortemente de condições meteorológicas favoráveis, são especialmente afectados. Por exemplo, durante as estações secas prolongadas, as colheitas podem diminuir drasticamente, levando à redução do rendimento e ao aumento dos períodos de desemprego. Do mesmo modo, o tempo frio pode atrasar os calendários de plantação e de colheita, perturbando ainda mais o ciclo de emprego. Esta dependência resulta em períodos de desemprego durante a ocorrência de condições climatéricas adversas, o que realça a necessidade de estratégias para mitigar o impacto das condições climatéricas na produtividade agrícola e na estabilidade do emprego. Os investimentos em sistemas de irrigação, tecnologia de previsão meteorológica e fontes alternativas de rendimento durante as épocas baixas poderiam ajudar a atenuar estes desafios, assegurando uma taxa de emprego mais consistente ao longo do ano.

## **Idade e limitações físicas**

A idade e as limitações físicas são factores significativos que contribuem para os períodos de desemprego e a ausência de trabalho. Em municípios como Nzeto e Cuango, muitos idosos enfrentam a incapacidade física de realizar tarefas de trabalho intensivo. Esta incapacidade física obriga-os, muitas vezes, a depender dos seus filhos ou do apoio da comunidade para o seu sustento. O declínio físico associado ao envelhecimento torna progressivamente mais difícil para os adultos mais velhos envolverem-se num trabalho de modo consistente, levando a períodos mais longos de desemprego. Além disso, os idosos podem sofrer de doenças crónicas que agravam ainda mais a sua incapacidade para trabalhar, como artrite, problemas de visão e de mobilidade.

Para além da saúde física, existem impactos psicológicos do envelhecimento que contribuem para o desemprego. Muitos indivíduos mais velhos podem sentir-se inadequados ou reacear não conseguir acompanhar os trabalhadores mais jovens, o que os pode desencorajar de procurar oportunidades de emprego. Além disso, é frequente a falta de oportunidades de emprego adaptadas às capacidades e experiências dos adultos mais velhos, o que limita as suas opções de emprego.

Estes desafios sublinham a importância de proporcionar apoio e oportunidades específicas aos adultos mais velhos. Isto pode incluir a criação de funções menos exigentes do ponto de vista físico, a oferta de programas de reciclagem para os dotar de novas competências e a criação de programas comunitários que proporcionem interação social e estímulo mental. O acesso a serviços de saúde que tratem de questões de saúde física e mental é crucial para que mantenham a capacidade de trabalhar. A resposta a estas necessidades pode ajudar a reduzir os períodos de desemprego entre os idosos e melhorar a sua qualidade de vida.

### **Factores económicos e oportunidades de trabalho**

A instabilidade económica e os factores que influenciam a disponibilidade de trabalho contribuem sobremaneira para os períodos de desemprego em vários municípios. Em áreas como Nzeto e Namacunde, a falta de oportunidades de emprego é um problema importante, levando a longos períodos sem trabalho. A instabilidade económica agrava ainda mais este problema, com as flutuações nas economias locais a resultarem numa disponibilidade de emprego imprevisível. As falências ou o fraco desempenho das pequenas empresas também desempenham um papel importante, uma vez que muitos indivíduos dependem destas empresas para obter emprego.

As restrições financeiras são outro aspecto dos factores económicos que afectam o emprego. Em muitos municípios, o custo de vida pode ultrapassar os rendimentos, tornando difícil aos indivíduos manterem um emprego consistente. Isto pode levar a um ciclo de pobreza, em que a incapacidade de assegurar um trabalho estável resulta em dificuldades financeiras, o que, por sua vez, torna ainda mais difícil encontrar e manter um emprego.

Para resolver estas questões, são necessárias iniciativas de desenvolvimento económico que possam criar oportunidades de emprego estável e apoiar as pequenas empresas. Os investimentos em infra-estruturas, educação e formação profissional podem ajudar a construir uma economia local mais resistente. Além disso, os programas de apoio financeiro, como micro-empréstimos e subsídios, podem ajudar as pequenas empresas a manterem a sua operacionalidade e a criar emprego. Ao promover a estabilidade económica e a criação de emprego, podem reduzir-se os períodos de desemprego e melhorar a qualidade de vida geral dos residentes nestes municípios.

## Razões diversas

Para além dos factores de saúde, climatéricos, etários e económicos, há várias outras razões que contribuem para os períodos de desemprego e de ausência do trabalho. Em alguns municípios, como o Songo, factores emocionais, como a perda de familiares, são citados como razões para não trabalhar. Este facto realça a importância da saúde mental e do bem-estar emocional na manutenção de um emprego consistente. Os sistemas de apoio social e comunitário também desempenham um papel importante, uma vez que alguns indivíduos dependem de ajuda ou de recursos comunitários quando não há trabalho disponível.

Além disso, em algumas regiões, existem circunstâncias locais únicas que influenciam os padrões de trabalho. Por exemplo, nos Gambos são mencionados períodos de trabalho altamente variáveis, com os residentes a passarem longos períodos sem emprego devido a uma combinação de problemas de saúde, instabilidade económica e outras questões localizadas. Esta variabilidade indica a complexa interacção de múltiplos factores que podem perturbar o emprego.

Para lidar com estas razões diversas, é necessária uma abordagem multifacetada. A melhoria do apoio à saúde mental e a sensibilização para a importância do bem-estar emocional podem ajudar a reduzir o desemprego devido a factores emocionais. O reforço dos sistemas de apoio social e o incentivo à auto-suficiência e à resiliência também podem atenuar os períodos prolongados sem trabalho. As intervenções personalizadas, que têm em conta as circunstâncias locais únicas de cada município, são essenciais para abordar eficazmente estas diversas razões para o desemprego.



### **Percepções específicas de cada município**

A análise dos períodos sem trabalho entre os beneficiários de transferências sociais revela padrões sazonais distintos, influenciados por factores sectoriais e regionais específicos. De um modo geral, o período de desemprego mais elevado ocorre em Julho-Setembro, enquanto o mais baixo é o de Abril-Junho. Este efeito sazonal é evidente em vários tipos de trabalho, particularmente na agricultura e nos sectores informais, onde as oportunidades de trabalho flutuam significativamente com o calendário agrícola e os ciclos económicos.

A compreensão destes padrões é crucial para os gestores do Programa conceberem intervenções direccionadas que abordem o desemprego durante os períodos de menores oportunidades de trabalho e baixos rendimentos. Estratégias como programas de emprego sazonal, formação para o desenvolvimento de competências e diversificação económica podem ajudar a atenuar os efeitos adversos destes períodos. Além disso, a implementação de medidas de protecção social durante os períodos de baixo rendimento familiar pode constituir uma rede de segurança para as populações mais vulneráveis, garantindo que os beneficiários de transferências sociais monetárias possam satisfazer necessidades básicas, mesmo quando as oportunidades de emprego são escassas. Em conclusão, enfrentar os desafios colocados pelos períodos de inactividade requer uma abordagem multifacetada que tenha em conta as dinâmicas sectoriais e regionais e estes dados podem apoiar no processo de planificação de programas sociais.

### **3.4. Estratégias e Mecanismos de Sobrevivência**

É importante referir que as actividades produtivas geradoras de renda discutidas acima variam em função do município, da zona agro-económica e das potencialidades que cada uma delas oferece, como os recursos naturais disponíveis, habilidades pessoais e tradições culturais. Por outro lado, e de um modo geral, os entrevistados não consideram suficientes os rendimentos resultantes da sua actividade principal, por se tratar de uma actividade sujeita a grande instabilidade – influência de factores climáticos, dificuldades no escoamento dos produtos, carência de meios de produção para alargamento de área de produção ou de aumentos de produtividade.

Nos municípios da região Sul registou-se, em 2019-2020, uma das piores secas dos últimos 40 anos como já referido. A componente qualitativa integrou dois municípios que foram abrangidos por essa situação e os relatos dos entrevistados revelaram o impacto severo sobre o meio de vida principal e suas consequências. Foi o caso dos municípios do Londuimbali, no Huambo, e Cacula, na Huíla, onde houve relatos trágicos de fome.



*“Época de seca as pessoas assavam manga para comer... manga verde, sopa de manga, aquilo é cascar a manga e depois cozinhar... Houve mesmo muita fome aqui, por isso agradecemos a chegada do dinheiro. Só quando o dinheiro chegou é que as pessoas começaram a comprar comida.”*



O conceito de estratégia de sobrevivência está ligado aos recursos de que as famílias dispõem e às suas habilidades para responder a crises e choques, de modo a garantir a sua sobrevivência. Em países onde a protecção social é limitada e os pobres não têm acesso a ela, os agregados têm que lidar com a pobreza e a vulnerabilidade ajustando-se ou sobrevivendo a eventos negativos e choques tentando manter um difícil equilíbrio físico e emocional. A pobreza e os choques estão associados a vivências e mudanças negativas na vida, são acompanhadas de grande stress e implicam algum tipo de ajuste e adaptação. Em Angola, uma recessão económica prolongada entre 2015-2020, seguida da pandemia de COVID-19, criaram as condições para o agravamento da situação de pobreza e da vulnerabilidade de uma percentagem crescente dos agregados familiares.

O grau de vulnerabilidade e as respostas diferenciaram-se entre municípios. Onde a degradação da situação económica, o tamanho dos agregados e sua taxa de dependência já eram elevados e as oportunidades de diversificação de actividades geradoras de renda limitadas, a seca severa levou à adopção gradual de mecanismos de sobrevivência cada vez mais extremos, desde reduzir despesas, vender activos de produção e animais à eliminação de refeições completas, submetendo o organismo a stress extremo e morte.

O impacto foi mais pronunciado para os agregados com múltiplos filhos, famílias monoparentais, residentes em áreas rurais longínquas, idosos, doentes, em resumo, todos aqueles que não beneficiam de qualquer tipo de protecção social e têm poucas habilidades de enfrentamento das crises. O enfrentamento de crises e choques, tratando-se de um processo e não de um evento, pode englobar diferentes estratégias e mecanismos de resposta. Esses mecanismos dependem do tipo de choque, da localização geográfica e das características sócio-demográficas e económicas dos agregados. As tradicionais redes de apoio – a família e a comunidade – encontravam-se em idêntico estado de vulnerabilidade e não constituíam uma alternativa eficaz de resposta.



## 4. CADASTRAMENTO E VALIDAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

---

*Uma abordagem de cadastramento baseada no diálogo, aliada à validação comunitária e institucional, garante que o processo de selecção de beneficiários seja adaptado ao contexto local. Esse alinhamento de expectativas promove um amplo envolvimento da população, garantindo transparência e confiança no Programa.*

---

No domínio das transferências sociais monetárias (TSM), a concepção e execução das operações no terreno são fundamentais para o seu sucesso. Estes programas, destinados a aliviar a pobreza e a promover a estabilidade social e económica, dependem de uma planificação exaustiva e de uma implementação cuidadosa das actividades no terreno. Operações eficazes de terreno garantem que os recursos são distribuídos de forma eficiente, que os beneficiários são identificados com exactidão e que o impacto global do programa é maximizado. Este capítulo, assim como o seguinte, analisam as componentes críticas das operações no terreno, explorando a forma como contribuem para a eficácia, transparência e sustentabilidade das iniciativas de transferências sociais monetárias em ambientes rurais.

#### **4.1. Processo de Abordagem do KWENDA a nível local**

Para garantir o sucesso da implementação das transferências sociais monetárias nas zonas rurais é vital elaborar uma estratégia abrangente de comunicação e educação. Esta estratégia visa preparar, educar e informar eficazmente as comunidades sobre os objectivos, benefícios e processos de um programa. Os esforços de comunicação quando adaptados aos contextos sociais e culturais únicos das populações-alvo, utilizando as línguas locais e materiais culturalmente relevantes, maximizam a compreensão e o envolvimento de todos. Além disso, a componente educativa abrange sessões de sensibilização e formação da comunidade, assegurando que todos os seus membros, incluindo os mais marginalizados, estejam suficientemente informados e sejam capazes de participar no programa. A par disso, é indispensável o envolvimento activo das instituições governamentais locais no processo, com os funcionários da Administração a receberem formação completa e recursos para apoiarem o lançamento do Programa. O seu envolvimento é crucial para facilitar uma coordenação harmoniosa, abordar potenciais desafios e promover a confiança entre o Governo e a população local. Ao integrar estes elementos, a estratégia não só aumenta a eficácia das transferências sociais monetárias, como também capacita as comunidades e reforça as estruturas de governação local.

### 4.1.1. Mecanismos de sensibilização e educação local

O Programa KWENDA teve, em 2020, uma fase piloto de seis meses em cinco municípios do país, nas províncias do Cuando Cubango, Cunene, Huíla, Malanje e Zaire, representando contextos geográficos, sócio-culturais e económicos diferenciados. Esta fase visou (i) validar o processo e a metodologia da operação; (ii) validar as hipóteses de planificação e (iii) apoiar a municipalização da acção social, com a implantação e reforço institucional de Centros de Acção Social Integrados (CASI).

Esta fase permitiu efectuar a apresentação do Programa a Administrações municipais, líderes associativos e religiosos e autoridades tradicionais, para além de inúmeros aspectos técnicos relacionados com a operacionalização das transferências monetárias, a integração entre o sistema de informação do KWENDA (SIIPS) e o do MASFAMU (SIGAS), o apoio à Municipalização da Acção Social (MAS) com a implantação e o reforço institucional dos Centros de Acção Social Integrados (CASI). Desta fase, foi importante reter as lições que permitiram ao Programa o desenvolvimento de uma abordagem contextualizada das instituições, do nível provincial ao comunal, e das próprias comunidades. Na **Tabela 4.1** destacam-se oito lições relevantes para este estudo.

**Tabela 4.1.** Lições extraídas da fase piloto do Programa

Principais Lições	Descrição e Atributos
<b>Reforçar os canais de comunicação para uma coordenação mais eficaz</b>	Uma boa comunicação e coordenação com as instituições e comunidades locais foram decisivas para a operacionalização do Programa e para a gestão de expectativas. Ao promover canais de comunicação claros e consistentes, o Programa foi capaz de criar confiança e garantir que todas as partes interessadas estivessem informadas e alinhadas com os objectivos e processos do Programa.
<b>Envolvimento das instituições provinciais para um apoio sustentado ao Programa</b>	O envolvimento dos Governos Provinciais na selecção dos municípios foi um passo crucial no envolvimento institucional. Não só facilitou a sua operacionalização, como assegurou que o Programa tivesse o apoio político e administrativo necessário ao seu sucesso e sustentabilidade.

Principais Lições	Descrição e Atributos
<p><b>Optimização dos processos de gestão internos para uma execução eficiente do Programa</b></p>	<p>Ao não terceirizar processos essenciais, o Programa foi capaz de conter custos e reforçar as instituições do Estado. Esta abordagem promoveu o sentido de apropriação pelas instituições locais, assegurando investimentos plenos no processo de trabalho e nos resultados.</p>
<p><b>Capacitação do pessoal e das comunidades locais através de uma formação abrangente</b></p>	<p>A formação do pessoal local e dos ADECOS foi fundamental para garantir que o Programa fosse bem compreendido pelas comunidades. Garantiu também a adesão ao sistema de reclamações, pois os indivíduos estavam mais bem equipados para comunicar os seus procedimentos à comunidade e isso promoveu transparência e confiança.</p>
<p><b>Uso estratégico da segmentação geográfica</b></p>	<p>A segmentação geográfica, através do mapeamento de microáreas destinadas às operações do Programa, facilitou um maior alcance e impacto. Permitiu ao Programa afectar eficazmente os recursos e chegar aos beneficiários pretendidos.</p>
<p><b>Participação activa dos chefes de família no processo</b></p>	<p>O envolvimento activo do chefe do agregado foi crucial no processo de cadastramento e em todas as actividades subsequentes. Garantiu que a informação fosse transmitida com exactidão e que os membros do agregado estivessem conscientes e envolvidos nos processos, aumentando a sua credibilidade e eficácia.</p>
<p><b>Capitalizar a influência dos líderes comunitários para o sucesso do Programa</b></p>	<p>O envolvimento dos líderes comunitários foi essencial para mobilizar as comunidades e garantir a comunicação rápida e eficaz de mensagens sobre TSM e protecção social. Como figuras de confiança, desempenharam um papel fundamental na defesa do Programa e na garantia de que os membros da comunidade estavam informados e envolvidos.</p>
<p><b>Adaptar soluções locais para lidar com os desafios operacionais</b></p>	<p>Encontrar soluções locais para o funcionamento do Programa foi fundamental para prestar melhores serviços às comunidades. Um exemplo foi o uso de correspondentes bancários para facilitar um acesso mais eficiente ao benefício. As soluções locais melhoraram a prestação de serviços e garantiram soluções cultural e contextualmente adequadas.</p>

Tratou-se de um processo longo de abordagem das instituições locais e das comunidades sobre os objectivos, o processo das transferências monetárias e os seus critérios de inclusão, como já referido. Findo esse período o KWENDA, sem prejuízo das necessárias adequações ao contexto de cada província, sistematizou o processo, resumindo-o em 10 etapas reflectidas na **Tabela 4.2**, que constitui elaboração dos pesquisadores com base em conversas com funcionários séniores e o Manual de TSM do Programa.

Este viria a ser o quadro adoptado de abordagem das instituições e das comunidades a nível local para extensão ao resto do país. Todo este processo permitiu que quer as instituições, como os beneficiários tivessem acesso a informação ampla sobre o Programa KWENDA. Permitiu também estabelecer mecanismos de sensibilização e educação, canais de comunicação mais adequados e garantir fontes seguras de informação sobre o Programa e seus critérios de elegibilidade. Mas permitiu ainda, e de modo não menos relevante, que as instituições locais fossem incluídas ao longo de todo o processo, tendo-se estabelecido um quadro de responsabilidades partilhadas na execução do Programa.

Nos grupos focais efectuados, foi possível determinar que estes mecanismos de sensibilização e educação das comunidades funcionaram nas diferentes fases do processo. Os sobas recebem as mensagens e comunicam-nas à população “porque as pessoas não podem sair da aldeia para serem encontradas em casa na altura do cadastramento”. Nalguns casos, os beneficiários não conseguem precisar de quem receberam a informação, mas descrevem as pessoas fazendo referência aos meios e técnicos do FAS, como “a mota que tinha o símbolo do FAS e o homem que falou, na roupa tinha esse mesmo símbolo do FAS”. No entanto, os ADECOS são os mais citados como agentes mobilizadores da população. Essa ênfase tem a ver com o facto de serem os que mais interagem com as comunidades, por serem por elas eleitos para se ocuparem das questões relacionadas com o Programa, como se verá nos **Capítulos 5 e 11**.

Todo este processo permitiu que a generalidade dos respondentes tivesse percepções correctas sobre os objectivos do Programa e sobre os seus critérios de elegibilidade. Durante as entrevistas, citando informações transmitidas pelos coordenadores de bairro, sobas, ADECOS e outros agentes de sensibilização, a maioria dos entrevistados demonstrou ter conhecimento correcto sobre o Programa, incluindo a forma de identificar o beneficiário directo entre os membros do agregado familiar. Mesmo no caso das zonas urbanas de Cabinda, onde o cadastramento visou categorias específicas de pessoas (idosos, doentes crónicos, famílias monoparentais, albinos), constatou-se ao longo das entrevistas que, também neste caso, os beneficiários perceberam os critérios de referenciação e cadastramento.



**Tabela 4.2.** Lições extraídas da fase piloto do Programa

<b>Etapas</b>	<b>Descrição do Processo</b>
<b>Primeira Etapa</b>	Apresentação e informação à Administração Municipal sobre a chegada do Programa ao município, eleito com base nos quintis de pobreza multidimensional.
<b>Segunda Etapa</b>	Obtenção da Administração Municipal da lista de aldeias, número de habitantes e infra-estruturas de cada aldeia.
<b>Terceira Etapa</b>	Deslocações conjuntas da Administração e da equipa do Programa ao terreno para verificação da lista, durante as quais se faz o preenchimento de uma matriz com dados sobre cada aldeia.
<b>Quarta Etapa</b>	Classificação das matrizes e atribuição de códigos de micro-áreas.
<b>Quinta Etapa</b>	Reunião com os Conselhos de Auscultação e Concertação Social do município, que integram diferentes actores a nível municipal (administradores e seus adjuntos, coordenadores de bairro, autoridades tradicionais, representantes de partidos políticos, ONG e instituições religiosas em número que pode variar entre 100-150 pessoas) para apresentação do Programa e da selecção de aldeias efectuada. Neste momento, podem os presentes concordar ou discordar da lista apresentada e podem, portanto, ser incluídas ou excluídas aldeias.
<b>Sexta Etapa</b>	Formação de ADECOS sobre o diálogo comunitário e os procedimentos, critérios de cadastramento e o preenchimento do questionário em KoboCollect.
<b>Sétima Etapa</b>	Os ADECOS procedem, nas suas micro-áreas, ao diálogo comunitário sobre o Programa e o processo de cadastramento que se aproxima.
<b>Oitava Etapa</b>	A Administração Municipal é avisada sobre o plano de cadastramentos e atribuição de funções e responsabilidades e, por sua vez, procede aos avisos às comunidades sobre as datas de cadastramento.
<b>Nona Etapa</b>	Recolha de dados do agregado.



*“Apareceu aqui no bairro uma equipa de trabalho que estão à frente do KWENDA. Juntaram todo o povo e começaram a nos esclarecer: ‘Bem povo, aqui o Governo está pronto para ajudar no Programa de KWENDA. Este programa vamos registar mais velhos de 60 anos para cima que já não podem trabalhar, diminuídos físicos, os que têm doenças, as viúvas com 5, 6, 7 filhos, que não têm quem lhes ajuda, quer dizer todos aqueles que estão no direito para receber dinheiro de KWENDA devem ser registados.’”*

Pode afirmar-se que as fontes de informação sobre o Programa são variadas e são pessoas em quem as comunidades confiam, ainda que não sejam funcionários directos do FAS. Conforme referido acima, é estabelecida uma corrente que começa a nível provincial e se desdobra até às autoridades tradicionais de cada aldeia. As mensagens e informações trabalhadas aos níveis provincial, municipal e comunal, chegam por via dos ADECOS até aos coordenadores de bairro e sobas que *“fazem uma apelação ao povo. O coordenador mandou alguém para apelar e as pessoas estavam já no local. Foi um apelo antes da equipa chegar”*.

São estes mesmos ADECOS e entidades do bairro a quem os beneficiários se dirigem para eventuais reclamações e esclarecimentos à volta do desenrolar do Programa e é neles que buscam solução e orientação para resolver, por exemplo, problemas de atraso no cadastramento, como afirmam em Calucinga: *“não se inscrevi quando vieram registar porque eu estava na lavra. Depois o ADECOS me deu a pista [orientação] que já ia começar e é assim que eu me inscrevi”*. Essa relação fica, por vezes, beliscada por factores que serão mais tarde analisados nos **Capítulos 5 e 11**.

No que diz respeito ao conhecimento do Programa pode, portanto, afirmar-se que o KWENDA chegou às aldeias mais longínquas, é conhecido pelo seu público-alvo e foi capaz de esbater os receios e hesitações iniciais de uma parte dele. Os ADECOS também se referiram a este trabalho com realce para *“o diálogo comunitário onde explicam um pouco mais do KWENDA e os benefícios que poderia trazer posteriormente para as famílias”*.

#### **4.1.2. Engajamento institucional**

A nível institucional, esta fase piloto foi referida pelas instituições entrevistadas, quer a nível municipal e comunal, como a nível provincial como um processo de teste e aprendiza-

gem e também de inclusão das instituições locais no processo. Segundo a Vice-Governadora para a Área Social da Huíla, “o KWENDA tem duas dimensões: uma dimensão nacional, de definição de estratégias e outra a nível provincial, onde há um processo de criação e adaptação e as instituições locais que se engajam na implementação do Programa...Há sempre um processo de diálogo, de acertos, de discussão entre os actores provinciais e de definição dos municípios e, a seguir, de criação das equipas até à formação e ao trabalho nas comunidades”. Nem todos os Governos Provinciais e Administrações tiveram o mesmo grau de engajamento, mas o KWENDA mantém a sua abordagem de modo idêntico, adaptando-se às condicionantes locais e buscando alternativas também locais e o máximo de implicação das instituições locais. A nível municipal, “fazemos o acompanhamento do Programa com o FAS e continuamos, aliás, a trabalhar juntos e esperamos que os próximos projectos também venham a ter a mesma abordagem e sucesso que o KWENDA teve aqui no nosso município”, como referiu a Administradora Municipal do Andulo.

O KWENDA revelou ser o primeiro programa de protecção social executado com a implicação efectiva dos seus próprios beneficiários e de um amplo leque de instituições a nível local. Redinamizou, em muitos casos, o funcionamento dessas instituições, capacitou os seus quadros, proporcionou-lhes um conhecimento abrangente da realidade das suas comunas, aldeias, bairros e das condições precárias de vida dos seus munícipes, integrou serviços públicos a prestar às populações e constituiu o exemplo de um modelo diferenciado de gestão das relações entre cidadãos e a administração pública. Por outro lado, permitiu que processos tecnicamente exigentes fossem apropriados por funcionários do sector público e por interlocutores eleitos pelas próprias comunidades (ADECOS).

***“O KWENDA começou por Cacula. Então, este Programa orgulha-nos! Considero que é uma experiência básica para o sistema de segurança social das famílias no país em si. Envolve-nos a todos!”***



O processo de abordagem às instituições locais e às comunidades deve, por isso, ser mantido e aprofundado pelo impacto que teve em varias áreas como (i) redinamização, em muitos casos, do funcionamento das instituições locais; (ii) conhecimento abrangente e profundo das condições de vida das populações; (iii) capacitação de quadros do serviço público; (iv) integração de diferentes serviços públicos prestados às populações; (v) exemplificação de um modelo diferenciado de gestão da relação entre cidadãos e administração pública e (vi) capacitação de interlocutores eleitos pelas próprias comunidades.

## 4.2. Processo de Cadastramento

O cadastramento, que corresponde ao registo massivo de agregados familiares, marca uma das fases mais importantes do processo operacional do KWENDA, na medida em que afecta todos os processos subsequentes. A preparação deste processo começa, como se viu no ponto anterior, com uma série de actividades que se tornam progressivamente mais técnicas. Mas para que este processo seja eficaz e eficiente, é necessário que o critério primário de selecção do beneficiário seja a sua condição efectiva de vulnerabilidade, independentemente da classificação geográfica de pobreza estabelecida a nível do município. Apresentam-se abaixo algumas considerações à abordagem de selecção, à prática de cadastramento e ao processo de validação.

### 4.2.1. Atributos do processo de cadastramento

A concepção do processo de cadastramento do KWENDA primou pela fácil manuseabilidade e transparência do processo, garantindo que os potenciais beneficiários pudessem ser registados sem encontrar obstáculos desnecessários. O cadastramento incluiu plataformas digitais intuitivas de fácil utilização e navegação, aplicações móveis versáteis que oferecem a conveniência do registo em movimento e instalações tradicionais presenciais, que são cruciais em áreas onde a conectividade à Internet e a infra-estrutura tecnológica podem ser inexistentes.

Também a existência de mecanismos sólidos de validação e verificação das informações dos beneficiários cadastrados é essencial para evitar fraudes e garantir que a ajuda chega aos que dela realmente necessitam. Isto pode implicar o cruzamento de dados com outras bases de dados governamentais, a validação comunitária ou controlos periódicos de verificação no terreno.

Os beneficiários entrevistados ao longo da avaliação indicaram que a transparência ao longo do processo de cadastramento e de validação foram vitais para manter a sua confiança no Programa. Para isso contribuiu a comunicação clara e consistente relativamente a todos os aspectos do processo, incluindo os requisitos de elegibilidade, os critérios de selecção e os direitos e responsabilidades dos beneficiários como já referido. Esta abordagem não só desmistificou o processo junto dos envolvidos, como ajudou a fomentar a confiança e a cooperação com as equipas de técnicos de cadastramento no terreno, garantindo que todos estavam em sintonia. No entanto, apesar destes esforços, houve casos pontuais em que famílias não elegíveis tentaram apresentar-se como vulneráveis para beneficiarem do Programa. Estes



desafios sublinharam a importância de ter mecanismos de validação rigorosos e a necessidade do reforço contínuo de práticas transparentes para manter a integridade do Programa e garantir que os recursos sejam atribuídos aos verdadeiros necessitados.

Este facto realça a importância de critérios de selecção bem definidos e de um processo sistemático e transparente de identificação dos necessitados como chave para uma selecção bem-sucedida. Embora o KWENDA tenha aperfeiçoado os seus critérios de validação ao nível das aldeias, é necessário dar especial atenção aos cidadãos idosos que vivem com familiares pobres, para garantir que não são excluídos do cadastramento devido às suas condições de vida.

#### **4.2.2. Identificação dos beneficiários elegíveis**

A selecção adequada dos agregados familiares que devem beneficiar é crucial para a eficácia dos programas sociais de transferência monetária. Para maximizar o impacto, o programa deve ser direccionado aos agregados familiares mais pobres e mais vulneráveis. Uma vez que a identificação dos beneficiários envolve múltiplos factores sociais, é vital que as partes interessadas na redução da pobreza participem na concepção e na aplicação das estratégias de selecção. Na **Tabela 4.3** apresentam-se, em resumo e de acordo com os técnicos de campo do Programa, os passos considerados para o cadastramento nas comunidades seleccionadas.

**Tabela 4.3.** Etapas do processo de cadastramento

Etapas	Descrição do Processo
<b>Primeira Etapa</b>	Mapeamento das micro-áreas: os mapas definem os limites geográficos e identificam número e características de agregados aí residentes, bem como eventuais activos sociais e económicos das localidades e respectivos acessos.
<b>Segunda Etapa</b>	Cada micro-área é associada a um Ponto Fixo de focalização geográfica, para efeitos de planificação administrativa e territorial dos municípios e para a inscrição e monitoria dos beneficiários no sistema de informação e gestão do Programa (SIIPS).
<b>Terceira Etapa</b>	Treinamento de ADECOS e atribuição de <i>smartphone</i> encriptado ao SIIPS com formulários de cadastramento.
<b>Quarta Etapa</b>	A identificação e cadastramento de potenciais beneficiários por via de visita domiciliar. Nesta etapa (i) comunicam-se os objectivos do Programa; (ii) aferem-se as condições de habitabilidade das famílias e (iii) efectua-se o cadastramento dos agregados e seus membros. Os dados são enviados para o sistema de informação via <i>internet</i> .

O cadastramento é feito por supervisores de ADECOS, por ADECOS dos municípios em operação e liderado por técnicos do FAS. Contudo, e segundo o Manual das Transferências Monetárias do KWENDA, em caso de necessidade o Departamento Provincial do FAS pode mobilizar ADECOS de outras micro-áreas ou cadastradores provenientes de outras instituições devidamente treinados (por exemplo, escuteiros, jovens religiosos, estagiários comunitários, etc.) para apoiar o processo. Esta última opção ocorre quando as micro-áreas seleccionadas não dispõem de ADECOS suficientes.

### 4.2.3. Identificação dos beneficiários elegíveis

A eficiência da identificação dos beneficiários elegíveis nos programas de transferências sociais monetárias em África varia significativamente de acordo com a sua concepção, a disponibilidade de recursos e as condições locais. A integração da tecnologia móvel e de bases de dados digitais melhorou significativamente a eficiência destes programas em países como o Quênia e o Gana, permitindo pagamentos mais rápidos e seguros directamente aos beneficiários (S. Handa et al., 2012). No entanto, uma infra-estrutura de dados inadequada dificulta significativamente o processo de identificação de potenciais beneficiários. Por outro



lado, dados populacionais incompletos ou desactualizados, acesso digital limitado e o alcance limitado dos serviços governamentais em áreas remotas resultam, frequentemente, em erros de exclusão significativos. Alguns programas utilizam métodos de selecção baseados na comunidade, envolvendo os líderes locais e os membros da comunidade na identificação e verificação dos beneficiários. Embora esta abordagem promova a transparência e se adapte bem aos contextos locais, também pode ser vulnerável a preconceitos ou manipulações por parte de líderes ou autoridades locais.

O processo de cadastramento em Cabinda ilustra que a eficiência também pode ser influenciada pela forma como o Programa pode cruzar dados com outros sistemas governamentais e não-governamentais. Esta colaboração pode colmatar lacunas nos dados e recursos e melhorar o processo de identificação de beneficiários. A vontade política e as estruturas de governação que implementam os programas sociais de transferências monetárias têm um impacto profundo na sua eficiência. Um forte apoio governamental e políticas claras que deem prioridade à protecção social são essenciais para o sucesso a longo prazo destas iniciativas.

Finalmente, embora existam exemplos de eficiência e sucesso na identificação de beneficiários elegíveis nos municípios (Cabinda em particular), o quadro geral permanece misto, com um conjunto de experiências que variam entre os municípios – o que se observa no **Anexo A4-1**. Contudo, o investimento contínuo em soluções tecnológicas, gestão de dados, estratégias de comunicação, envolvimento da comunidade e das estruturas de governação é fundamental para melhorar o alcance e a eficácia de todo o processo de cadastramento.

### **Opinião dos beneficiários sobre o processo de cadastramento**

O processo de cadastramento foi, em geral, bem recebido, com uma clara maioria de beneficiários a expressar experiências positivas. Isto sugere que a concepção e a implementação do processo de registo foram eficazes na resposta às necessidades dos beneficiários. As experiências dos beneficiários em torno do processo foram agrupadas em quatro factores-chave: (i) atrasos na resolução de questões de cadastramento, (ii) inconveniência devido ao consumo de tempo, (iii) celeridade e eficiência e (iv) sem opinião formada. Estes factores, apresentados na **Tabela 4.4** proporcionam uma compreensão abrangente das experiências dos beneficiários, salientando tanto os pontos fortes, como os pontos fracos do processo. Os dados revelam padrões significativos nos níveis de satisfação, destacando áreas de sucesso e potenciais melhorias, particularmente no que diz respeito às diferenças entre géneros e grupos etários. A identificação destes padrões é crucial para aperfeiçoar o

processo de registo de modo a servir melhor todos os beneficiários. A **Tabela 4.4** desagrega as respostas dos beneficiários por sexo e grupo etário, sendo estes os factores demográficos que mais influenciam estas percepções sobre o cadastramento. Tabelas mais completas a nível provincial encontram-se no **Anexo A4-1**.

### **Desvendar a satisfação dos beneficiários com o registo**

Os resultados do inquérito indicam um elevado nível de satisfação, com 80,2 por cento dos beneficiários a descreverem o processo como “*rápido e bem organizado*”, indicando que, para a maioria, o procedimento de cadastramento foi eficiente e correspondeu às expectativas. A ênfase na rapidez e na organização contribuiu provavelmente para esta percepção positiva, uma vez que os beneficiários apreciam um processo simplificado que minimize o seu tempo e esforço. Apenas uma pequena percentagem (2,8 por cento) referiu problemas com atrasos, enquanto 8,9 por cento consideraram o processo inconveniente e moroso. Estas áreas de insatisfação destacam oportunidades de melhoria, como a optimização do processo para reduzir os tempos de espera e simplificar os procedimentos.

Entretanto, 8,1 por cento dos beneficiários não tinha opinião formada, o que reflecte um grupo relativamente pequeno sem sentimentos fortes em relação ao processo. Isto pode dever-se a vários factores, como a falta de expectativas claras ou uma experiência anterior limitada com processos de registo semelhantes. Uma investigação mais aprofundada poderia explorar as razões subjacentes a esta neutralidade, revelando potencialmente formas de envolver e apoiar melhor estes beneficiários durante o processo de registo.

### **Satisfação por género: revelar as principais diferenças nas experiências de cadastramento**

As diferenças de experiências surgiram quando os dados foram analisados por género. Os homens revelaram uma satisfação ligeiramente superior em comparação com as mulheres. Os homens também foram mais decisivos no seu feedback, com menos homens (4,5 por cento) a não expressarem qualquer opinião do que as mulheres (10,6 por cento). Esta tendência sugere que os homens podem ter interacções mais claras ou mais directas com o pessoal do cadastramento do que as mulheres.

Os potenciais factores que contribuem para esta diferença podem incluir diferentes níveis de conforto técnico ou diferentes estilos de comunicação por parte do pessoal de re-

gisto. Seria benéfico explorar melhor estas tendências baseadas no género para identificar áreas específicas de melhoria, garantindo que o processo seja equitativo e de fácil utilização para todos os beneficiários. Além disso, os homens foram marginalmente mais afectados pelos atrasos no processo, ao passo que as mulheres consideraram o processo ligeiramente mais inconveniente devido ao tempo e a complexidade do processo digital. Estas diferenças subtis realçam a importância de considerar a dinâmica de género na concepção e implementação do processo de cadastramento.

**Tabela 4.4.** Experiências dos beneficiários sobre o processo de cadastramento

<b>Características</b>	<b>Atrasos na resolução de questões de cadastramento</b>	<b>Inconveniência devido ao consumo de tempo</b>	<b>Celeridade e eficiência</b>	<b>Sem opinião</b>	<b>TOTAL</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2,8</b>	<b>8,9</b>	<b>80,2</b>	<b>8,1</b>	<b>100,0</b>
<b>Sexo</b>					
Masculino	3,0	8,8	81,8	4,5	100,0
Feminino	2,7	8,9	79,1	10,6	100,0
<b>Grupo Etário</b>					
[15-19]	4,3	4,3	89,2	2,2	100,0
[20-24]	3,6	6,3	84,4	6,7	100,0
[25-29]	2,8	6,7	82,3	5,5	100,0
[30-34]	2,6	8,3	82,8	4,0	100,0
[35-39]	3,6	8,5	83,1	4,3	100,0
[40-44]	1,8	6,1	85,2	5,6	100,0
[45-49]	2,3	9,7	80,7	7,8	100,0
[50-54]	3,3	6,7	81,7	7,5	100,0
[55-59]	3,0	7,2	74,4	15,6	100,0
[60-64]	2,1	11,7	74,7	12,2	100,0
[65-69]	3,2	14,4	73,2	11,6	100,0
[70-74]	3,5	16,3	72,5	14,4	100,0
[= / > 75]	2,9	12,5	77,4	10,2	100,0



### **Dos jovens aos séniores: como a idade molda as experiências de cadastramento**

A idade parece desempenhar um papel significativo nas experiências dos beneficiários, com variações notáveis entre os diferentes grupos etários. Os beneficiários mais jovens, especialmente os que têm entre 15 e 24 anos, registaram os níveis de satisfação mais elevados, sendo poucos os que consideraram o processo inconveniente. Este facto deveu-se provavelmente à sua maior familiaridade e conforto com as tecnologias digitais e os processos administrativos. A satisfação manteve-se forte nos grupos de meia-idade (25-54 anos), embora se tenha registado um pico de relatos de inconveniência entre os beneficiários da faixa etária dos 45-49 anos. Este facto pode ser potencialmente atribuído ao aumento das responsabilidades na vida e às restrições de tempo neste grupo etário. Poderiam ser exploradas opções de registo mais flexíveis ou procedimentos simplificados para melhor acomodar este grupo demográfico.

#### **4.2.4. Desafios do cadastramento**

A envergadura de uma operação como esta não é isenta de desafios. Sobretudo na fase piloto do Programa e nos primeiros municípios de intervenção em cada província, o prin-





principal problema esteve relacionado com a desfocalização dos beneficiários, isto é, o registo incorrecto no formulário de cadastramento do código da micro-área de residência de cada beneficiário, e também com a mobilidade dos agregados.

Também ocorreram problemas relacionados com o facto de os ADECOS não conhecerem muitas vezes municípios diferentes dos seus e não terem a percepção tão apurada das tentativas de fraudar o sistema que podiam ocorrer nessas zonas e que necessitam ser tratadas posteriormente na validação. Estes problemas foram sendo ultrapassados após a fase piloto e a experiência de cadastramento no primeiro município de cada província. À data da avaliação, o KWENDA efectuava um cadastramento 'limpo' e praticamente sem desfocalizações.

Mas a dimensão e complexidade do cadastramento nas aldeias determinou vários outros desafios significativos, conforme relatado pelos beneficiários. Estes desafios podem ser resumidos em três categorias principais: o calendário do anúncio, os períodos de pico agrícola e as ausências por várias razões. A compreensão destes problemas comuns é crucial para melhorar a eficiência e a eficácia dos futuros processos de cadastramento. Ao efectuar uma calendarização dos avisos dos períodos de cadastramento alinhada com a disponibilidade da população e considerando as diversas razões para as ausências, o Programa pode garantir taxas de participação mais elevadas e actividades de cadastramento mais fáceis.

## **O “timing” do aviso**

Um dos problemas mais significativos relatados foi o prazo tardio do aviso dado às comunidades sobre a actividade de cadastramento. A grande maioria dos beneficiários são pequenos produtores que trabalham em explorações agrícolas localizadas longe das suas casas, por vezes até 20 quilómetros de distância. Este factor coloca dois grandes desafios. Primeiro, o tempo da viagem de longas distâncias que os membros da família têm, frequentemente, que efectuar para informar o chefe de família sobre a data do cadastramento. Esta viagem é demorada e pode impedir o chefe de família de regressar a casa a tempo.

Segundo, para alguns respondentes foi difícil conciliar o momento do cadastramento com o seu trabalho sem comprometer as suas actividades agrícolas, que são vitais para a subsistência dos seus agregados.

Em contraste, algumas comunidades relataram que os avisos para o cadastramento foram feitos demasiado cedo, levando a tempos de espera prolongados. Esta notificação prematura resultou na desmobilização dos beneficiários, que tiveram de esperar longos períodos até que o cadastramento fosse efectivamente realizado ou serem registados em fase posterior.

## **Períodos de pico agrícola**

O agendamento das actividades de cadastramento durante os períodos de pico da agricultura, como a preparação da terra, a sementeira e a colheita, constituiu outro problema. Durante estes períodos, há uma grande procura por mão-de-obra e tanto os produtores, como os chefes de família, passam a maior parte do tempo nos campos, longe das aldeias. Esta intensa actividade agrícola faz com que muitos potenciais beneficiários não estejam disponíveis para se inscreverem, pois estão ocupados com tarefas agrícolas essenciais ou à procura de trabalho ocasional para complementar o seu rendimento.

## **Ausências por motivos diversos**

Vários beneficiários comunicaram ausências devido a diferentes razões inevitáveis, incluindo doença, migração e falecimentos. A incidência por doença impediu os indivíduos de estarem presentes no cadastramento. Alguns indivíduos, particularmente homens, migram temporariamente para outras áreas em busca de trabalho ou por outras razões, tornando-os indisponíveis durante o período de cadastramento. A ausência do cadastramento por parti-



cipação em cerimónias fúnebres de um membro da família pode levar a ausências enquanto as famílias lidam com as consequências e obrigações relacionadas.

Segundo os ADECOS, para além destas ausências, também se registaram casos de não-cadastramento por recusa dos habitantes presentes. As recusas tiveram por base um conjunto de factores que estiveram ligados a pressões externas ou ao julgamento dos próprios relativamente a programas e projectos já ensaiados e com reduzida taxa de sucesso: (i) interferência de partidos políticos da oposição considerando o Programa como um “caça votos”; (ii) influência de igrejas e seitas que acreditam em propósitos maiores para a vida do que a aquisição de bens materiais e (iii) descrédito relativamente a programas e projectos governamentais pelo não cumprimento de promessas.

Alguns ADECOS referiram ter havido inicialmente dificuldades no cadastramento, porque um número reduzido de pessoas nas comunidades rejeitavam ser cadastradas, embora não conseguissem fornecer números. Mas afirmaram que, após o início do primeiro pagamento do benefício, as mesmas pessoas *“vendo que o pagamento do benefício que se prometia estava a ser feito, estão a andar à nossa trás para ver qual é o dia que vão fazer o novo cadastramento. Isso foi alguns, não são todos, que entenderam que fosse um compromisso de um partido ou uma política”*. Por outro lado, consideram que o Programa, apesar das difíceis condições da operação, tem sempre em atenção os casos de pessoas particularmente vulneráveis como idosos, doentes e deficientes com limitações de locomoção ou grávidas em avançado estado de gestação, porque *“foi possível chegar até nas suas casas”*.

Esta ideia foi igualmente apresentada por beneficiários que revelam que pessoas da vizinhança chegaram a fugir dos cadastradores por entenderem que as actividades do KWENDA tinham bases políticas por terem sido realizados na véspera de eleições gerais. Não acreditavam em programas do género, queriam evitar ter expectativas frustradas, pensando *“que estavam a ir nas casas delas para lhes tirar fotografias, que às vezes é para meter os nomes do partido, estão a tirar os nossos nomes para ir no MPLA ou estão a tirar os nossos nomes para ir na UNITA e andavam a fugir”*. Numa óptica menos política, mas de resultados semelhantes houve *“uns que não aceitaram, porque sempre lhes registam, mas eles só levam os nomes e nunca lhes dão nada, então eles ignoraram”*. Mas estas desconfianças foram ultrapassadas à medida que o KWENDA progredia na sua implementação e os benefícios eram entregues aos legítimos beneficiários. Hoje, dificilmente se encontram pessoas nas aldeias ou bairros que não conheçam o Programa e que não reconheçam os seus efeitos nas suas vidas.



*“Alguns depois de verem os outros que receberam e a vida está a mudar, começam a dizer: ‘só cadastraram a vocês, a nós não’, quando afinal no momento que estava a se cadastrar ignoraram; depois do frio lhe apertar é que se lembra da coberta que estavam a lhe oferecer.”*

Embora o Programa tenha como meta 1 608 000 agregados familiares e, portanto, critérios de selecção para abranger os mais vulneráveis e cobrir todos os municípios do país dos quintis mais pobres, o impacto do benefício na vida das famílias e nas dinâmicas locais levou a que tanto as instituições, como as próprias comunidades pretendessem ser integralmente incluídas. Alguns administradores municipais e comunais referiram-se a populações ainda por cadastrar. Em comunas como o Dando, no município da Nharea, ou em Calucinga, no Andulo, *“foram cadastradas só 2 000 famílias, mas a comuna por si tem 9 000 habitantes de acordo ao Censo Populacional de 2014”* ou *“de 203 aldeias, 103 entraram e o desenvolvimento já é outro, é visível.... Nessas 100 aldeias que não foram registadas gostaríamos que o Governo ainda desse mais um bocadinho de tempo para se alargar o programa nessas aldeias”*. Na comuna de Cassumbe, no Andulo, *“acompanhamos 102 aldeias, destas apenas 20 entraram e estão mesmo diferentes”*. Os administradores comunais foram unânimes a revelar que seria útil um alargamento do cadastramento *“porque queremos é que o Programa ainda volte a cadastrar as famílias que restaram, porque isto pode ajudar muito as famílias vulneráveis”*.

Na província de Cabinda, o cadastramento teve duas fases distintas. A primeira, em 2021, nos municípios de Belize e Bucu Zau, onde se efectuou cadastramento geral da população nas aldeias. Na segunda fase, foi iniciado o teste de realizar transferências monetárias em zona urbana e, neste caso, o cadastramento abrangeu categorias de beneficiários por referência dos serviços de saúde e da acção social dos respectivos municípios. As categorias de beneficiários consideradas para Cacongo e para a sede da província incluíram idosos, mães chefes de família com mais de três filhos, viúvas, pessoas com doenças crónicas e/ou deficiência e albinos.

O caso dos municípios piloto, onde as metodologias estavam em teste e existia uma complexidade logística da operação, houve razões para eventuais falhas no cadastramento. A complexidade da operação está ligada às condições de transitabilidade no país, à fragilidade da rede de comunicações e aos custos envolvidos num processo de cadastramento. Uma parte destas pessoas acabou por ser cadastrada posteriormente, durante o processo

de pagamento, mas persistem ainda alguns focos de pessoas por cadastrar em quase todos os municípios da amostra. Um supervisor de ADECOS confirma estas situações, também relatadas do Andulo, de Malanje e do Uíge: *“Fizeram validação para as comunidades e aí também muitas pessoas conseguiram cadastrar-se...Nós aqui em Angola por vezes ignoramos, mas depois quando houver benefício é que vem a correr, mas tarde e a má hora. Nem todos conseguiram”*.

Como referido antes, esta fase do processo é efectuada nas aldeias e casa-a-casa. Esta medida, em si própria, determina que não existam quaisquer custos de cadastramento para os beneficiários. Há relatos de gastos incorridos por pessoas que se encontravam fora das suas localidades (lavras, sedes comunais ou municipais e outras províncias) por trabalho, questões pessoais ou familiares e que, ao tomarem conhecimento do início do cadastramento nas suas aldeias, decidiram rapidamente voltar às áreas de residência. Isso implicou que tivessem que incorrer em custos com meios de transporte para chegar o mais rapidamente possível, mas esta despesa não é atribuível ao Programa e nem os beneficiários ou os ADECOS a entendem como tal.

De realçar que o Programa, apesar de ter um único indicador de género – isto é, paridade no número de beneficiários directos cadastrados – soube, desde o início, adaptar-se aos contextos locais e progressivamente ir cadastrando as mulheres como principais beneficiárias. Instituições e ADECOS referem-se a esta situação, detectada *“na fase do pagamento, os homens se ausentavam muito, porque tem sempre aquelas pessoas que buscam actividades para ver se ganha qualquer coisa e estavam muito ausentes, só vinham as esposas. Como a fotografia foi tirada no marido, então não tinha como ser paga. Então, o Programa começou a cadastrar as senhoras”* e isso determinou uma imediata maior cobertura dos pagamentos e alguns benefícios no uso dos valores monetários como se verá no **Capítulo 6**. Em Agosto de 2024, o KWENDA já havia efectuado cadastramentos em 94 municípios, com um total de 1 667 906 agregados familiares cadastrados e 1 061 746 agregados efectivamente pagos. Desse número, 70,2 por cento são mulheres.

### 4.2.5. Dos desafios às soluções

A resolução dos problemas referidos pelos beneficiários relativamente às actividades de cadastramento de potenciais beneficiários das TSM é essencial para melhorar a acessibilidade e a eficácia do Programa. Para mitigar alguns desses problemas, o Programa pode considerar a adopção de abordagens de calendarização mais flexíveis, tendo como referência os calendários

sazonais de actividades de geração de renda, planificar os avisos de forma atempada e alinhar as operações aos cronogramas sazonais dos pequenos produtores, possivelmente durante períodos fora dos picos agrícolas. Por outro lado, podem manter-se períodos de cadastramento flexíveis ou várias oportunidades de cadastramento para acomodar aqueles que possam estar ausentes devido a doença, migração ou outras razões, como, por exemplo, a possibilidade de cadastramento complementar nos períodos de validação e por altura dos pagamentos. Ao tomar estas medidas, as futuras actividades de cadastramento podem ser mais inclusivas e mais bem adaptadas às necessidades e circunstâncias dos beneficiários, garantindo que mais indivíduos elegíveis possam aceder às transferências sociais monetárias a que têm direito.

Mas importa realçar que os problemas relatados e registados durante o processo de cadastramento do KWENDA não suplantam os seus benefícios, nem afectaram as suas metas em termos de pessoas beneficiadas. O principal problema relatado relaciona-se com os avisos, pelo que seria recomendável que os avisos sobre datas de cadastramento possam, sempre que possível, serem feitos com maior antecedência e o cadastramento efectuado em períodos que não coincidam com as lavouras ou períodos eleitorais. É pouco provável que, após quatro anos de execução, as populações possam ainda pôr em causa a finalidade do Programa, mesmo em períodos eleitorais. Mas parece aconselhável ser cuidadoso e reforçar as mensagens de educação e sensibilização nestes períodos.

Manter o diálogo com as comunidades sobre os objectivos do Programa, seus critérios de inclusão e exclusão e sobre o significado do direito a protecção social mantém os ADECOS activos e as comunidades mobilizadas e só pode ter mais benefícios a prazo. Manter o cadastramento das mulheres como beneficiárias preferenciais do Programa, sempre que o contexto local o permita, parece ser a decisão mais acertada, quer do ponto de vista da operação em si, como da influência do benefício para um maior equilíbrio nas despesas relacionadas com a própria mulher e as crianças.

### 4.3. Processo de Validação

O processo de validação dos dados e informações sobre os agregados cadastrados é uma etapa de grande importância em todo o processo da operacionalização das transferências monetárias. Para além de um processo tecnicamente aturado e rigoroso, ele envolve a participação muito activa de diferentes instituições a nível local e dá voz às comunidades beneficiárias para se pronunciarem sobre a lisura dos procedimentos implementados, reclamarem sobre o seu direito de inclusão no Programa e dele participarem. A **Tabela 4.5** descreve, de modo resumido, as etapas do processo de validação.

**Tabela 4.5.** Etapas do processo de validação

<b>Etapas</b>	<b>Descrição do Processo</b>
<b>Primeira Etapa</b>	Classificação dos agregados registados, de acordo com os critérios de elegibilidade para TSM e também para a componente de Inclusão Produtiva (IP). Estes critérios são pré-definidos no sistema de informação (SIIPS) ou em função de programas sectoriais existentes a nível local.
<b>Segunda Etapa</b>	Seleção automatizada pelo SIIPS e geração de dois tipos de listas: as listas provisórias de agregados propostos para inscrição nas TSM e as listas dos que não foram seleccionados. Ambas as listas são submetidas, posteriormente, a três tipos de validação: (i) validação comunitária; (ii) validação institucional e (iii) validação técnica.
<b>Terceira Etapa</b>	Validação comunitária. Consiste numa sessão organizada com todos os habitantes e lideranças das aldeias e as administrações comunais, com o objectivo de: (i) comunicar quais os agregados que cumprem ou não com os requisitos de elegibilidade para as TSM; (ii) confirmar os erros de inclusão ou de exclusão de beneficiários ocorridos nas listas e (iii) confirmar o cadastramento de potenciais beneficiários.
<b>Quarta Etapa</b>	Validação institucional municipal. Trata-se de uma sessão de validação com as instituições do município para certificar a elegibilidade de cada agregado proposto para as TSM, mediante o cruzamento da base de dados do Programa com as bases de dados institucionais (SIGFE, INSS, etc.).
<b>Quinta Etapa</b>	Validação técnica. Trata-se da consolidação dos dois processos anteriores de validação no sistema informático SIIPS, a partir do qual se geram as listas definitivas. Estas listas são distribuídas novamente às instituições e publicadas em Pontos Fixos nas micro-áreas.
<b>Sexta Etapa</b>	O SIIPS emite as listas de pagamento para validação pela Direcção Geral do FAS, atribuindo a cada beneficiário um número de identificação único e um meio de pagamento. Simultaneamente, geram-se fichas de inscrição com os respectivos dados bancários, folhas de prova, passes e recibos de pagamento de cada beneficiário.
<b>Sétima Etapa</b>	É elaborado um plano de pagamentos, acordado com o agente de pagamento antecipadamente negociado para cada município.



### **Fixação das listas de validação: o pilar da transparência a nível da comunidade**

O processo de validação dos beneficiários das TSM após o cadastramento é a pedra angular de qualquer programa que funcione bem. Para o KWENDA, o elemento central deste processo é a apresentação pública das listas provisórias para validação, sendo uma prática integrada na Estratégia de Comunicação do Programa. Este elemento do processo de validação não pode ser subestimado, uma vez que desempenha um papel fundamental na manutenção da transparência e da responsabilidade, que são críticas para o sucesso e credibilidade do Programa.

Durante o processo de validação, a população da aldeia reúne-se num Ponto Fixo designado, onde um membro da equipa do Programa lê em voz alta os nomes constantes da “*lista provisória*” para validação da comunidade. Aqueles cujos nomes são chamados são separados para pagamento, enquanto os indivíduos cujos nomes não aparecem na lista são também chamados e informados do seu estatuto de não-validados. Isto permite reclamações imediatas dos que não foram validados, dirigidas às equipas do KWENDA.



O processo é, por vezes, afectado por desafios logísticos, tais como a falta de acesso a muitas localidades, a falta de electricidade e condições meteorológicas adversas, particularmente durante a estação das chuvas. Estes factores exigem, frequentemente, o anúncio verbal de nomes em vez da afixação de listas. Contudo, alguns ADECOS revelaram que a ausência de afixação das listas de validação pode conduzir a problemas significativos, levando a fortes debates e agitação nas suas comunidades, porque *“cria-se um ambiente propício à suspeita, em que tanto os beneficiários, como os não-beneficiários podem questionar a integridade do processo”*. Esta falta de transparência pode minar gravemente a confiança em que o Programa se baseia para funcionar eficazmente.

Ao tornar estas listas acessíveis à comunidade, o Programa permite que os indivíduos participem activamente na supervisão do processo de selecção de beneficiários. Esta abertura permite que os membros da comunidade exerçam o seu direito de escrutinar quem foi seleccionado para assistência, assegurando que o processo adere aos princípios de justiça e equidade. Se surgirem discrepâncias ou injustiças, os membros da comunidade podem levantar questões e procurar esclarecimentos, promovendo assim uma cultura de responsabilização. Contudo, a prática de afixação de listas só é viável em áreas onde a população possui um certo nível de literacia. Em locais onde os níveis de literacia são muito reduzidos, a afixação de listas torna-se impraticável, dificultando ainda mais o processo de validação.

De qualquer forma, a transparência é fundamental para criar e manter a confiança na comunidade, uma vez que assegura aos beneficiários que a atribuição de recursos é efectuada de forma imparcial e em estrita conformidade com as directrizes do Programa. Além disso, em casos excepcionais em que todos os agregados familiares registados são considerados vulneráveis, a fase de validação pode ser contornada e a lista de pagamentos dos beneficiários é processada directamente. Esta excepção sublinha a flexibilidade e o empenho do Programa em responder eficazmente às necessidades urgentes e aos contextos locais, mantendo a transparência e o sentido de equidade geral nas aldeias.


Portanto, a publicação consistente e visível das listas de validação não é apenas uma formalidade processual, mas uma prática indispensável para manter a integridade e a credibilidade do programa de transferências monetárias. Garante que o programa continua a ser responsável perante os seus intervenientes e que quaisquer queixas podem ser tratadas de forma rápida e justa. Na sua essência, a transparência através da validação pública é a base sobre a qual assenta o sucesso de toda a iniciativa de transferência monetária. Sem ela, o programa arrisca-se a perder a confiança das próprias comunidades que pretende apoiar.

## Desafios no processo de validação e elegibilidade dos beneficiários

O processo de validação das TSM é um mecanismo crítico concebido para garantir que a assistência chegue aos mais necessitados. Este exaustivo processo de validação destina-se a excluir indivíduos que não cumprem os rigorosos critérios de ajuda, maximizando assim o impacto do Programa junto das populações empobrecidas e vulneráveis e, por conseguinte, elegíveis. No entanto, o processo não está isento de desafios, uma vez que as inconsistências e os obstáculos logísticos podem comprometer a sua eficácia.

Para se qualificarem para a assistência, os indivíduos devem cumprir critérios específicos que dão prioridade aos que se encontram em circunstâncias económicas difíceis. A exclusão do Programa ocorre em várias condições. Por exemplo, os indivíduos residindo fora da aldeia ou bairro em cadastramento são automaticamente desqualificados para registo nessa aldeia. Do mesmo modo, as pessoas que possuam bens económicos ou rendimentos estáveis, especialmente se estes forem iguais ou superiores ao salário mínimo nacional, são consideradas inelegíveis. Além disso, ser proprietário de uma cantina ou de um serviço de moto-táxi, receber outros benefícios, como pensões de reforma ou subsídios mensais do Estado, ou envolver-se em actividades ilegais, como trabalho infantil exploratório, também pode resultar em exclusão do Programa. Estes critérios rigorosos garantem que apenas aqueles que são verdadeiramente necessitados são incluídos, alinhando-se com o objectivo do Programa de dar prioridade às famílias que vivem em áreas empobrecidas e vulneráveis.

Apesar do rigor imprimido ao processo, o procedimento de validação está repleto de desafios que podem afectar a sua eficácia global. Os ADECOS envolvidos no processo de validação destacaram várias discrepâncias na forma como o processo é efectuado. Por exemplo, em Muconda, na Lunda Sul, alguns nomes foram validados, enquanto outros, de beneficiários igualmente qualificados, não o foram, deixando as queixas dos requerentes por resolver. Esta incoerência levanta preocupações sobre a equidade e transparência do processo de validação.



*“Mais vale trabalhar com as famílias nas aldeias, porque estão sempre na mesma casa. Essas famílias dos bairros mudam de residência muitas vezes e os nomes nem sempre estão conforme. Podemos levar algum tempo para corrigir estas situações nas bases de dados, mas o beneficiário não deixa de usufruir do seu direito; o benefício sempre chega às suas mãos...!”*

Além disso, no Andulo, os ADECOS salientaram as complexidades introduzidas pelo facto de as famílias mudarem frequentemente de residência. Esta mobilidade torna o processo de validação mais complexo, uma vez que os indivíduos que se registaram num bairro podem mudar de residência na altura em que os pagamentos são efectuados. Consequentemente, os seus nomes podem não aparecer na lista actualizada, gerando atrasos no pagamento do benefício. As famílias afectadas por este problema passam, frequentemente, dias inteiros nos pontos de pagamento, esperando em vão, enquanto as chamadas de beneficiários ausentes ficam sem resposta devido à sua mudança de residência. Esta situação não só causa frustração às famílias afectadas, como também evidencia a necessidade de o sistema se adaptar às características de mobilidade dos seus beneficiários.

### **Superando desafios ao longo da caminhada**

Embora o processo de validação das TSM tenha sido concebido para dar prioridade aos mais vulneráveis, o sistema enfrenta desafios que vão sendo superados ao longo do caminho. Problemas de concordância de nomes e as questões logísticas relacionadas com a mobilidade dos beneficiários são problemas inerentes à dinâmica demográfica do país e que transcendem a capacidade de resolução dos técnicos localmente. Contudo, o reforço do diálogo comunitário sobre a importância da validação, como ela é efectuada, implicações da mudança de residência e a necessidade de a comunicar com antecedência são aspectos que devem ser reforçados na comunicação com as comunidades, que podem ajudar a que possam ser esbaidas algumas das dúvidas e insatisfações que o processo levanta junto dessas comunidades. É importante reforçar e divulgar amplamente as vias de reclamação: ADECOS, CASI, mas também a via telefónica. Mas, independentemente desses desafios, o Programa assegura que se cumpre com o objectivo pretendido – prestar assistência atempada e adequada aos que dela mais necessitam.

Por fim, as lições aprendidas do processo de operacionalização do Programa KWENDA destacam a importância do envolvimento de todas as pessoas e instituições interessadas, da comunicação efectiva e de soluções adaptadas ao contexto local. Ao incorporar estas lições, futuros programas podem melhorar a sua eficiência operacional, a aceitação da comunidade e o impacto sobre o bem-estar geral da comunidade. Deste modo, o KWENDA constitui um valioso estudo de caso para o desenvolvimento de iniciativas sustentáveis e eficazes centradas na comunidade.



## 5. ACESSO AO BENEFÍCIO

---

*Pagamento, a fase de maior expectativa dos beneficiários. Mas decidir sobre a modalidade de pagamento apropriada para cada município é provavelmente uma das tarefas de gestão mais desafiadoras.*

---

A escolha entre pagamentos em numerário e com cartão para os beneficiários é multifacetada. Ambos os métodos têm os seus pontos fortes e desafios. A decisão deve ser orientada por um conhecimento profundo do contexto local, das infra-estruturas e das necessidades e preferências específicas dos beneficiários. Ao considerar estes factores, os gestores do Programa podem fazer a opção que aumente a eficácia e o impacto junto dos beneficiários.

A fase de pagamentos corresponde àquela em que os agregados recebem o valor monetário das transferências sociais, altura em que se concretiza o direito a protecção social e se contribui efectivamente para a redução da vulnerabilidade. O processo de pagamento é autónomo na sequência da validação e inscrição de beneficiários no SIIPS e inclui as etapas constantes da **Tabela 5.1**.

O questionário recolheu dados sobre a eficiência e a eficácia do processo de pagamento aos beneficiários do Programa. O objectivo foi determinar se todos os beneficiários haviam recebido os seus pagamentos atempadamente e se foram apresentadas reclamações relativamente ao processo de pagamento. Esta informação é fundamental para avaliar a eficácia do Programa e garantir que os beneficiários estão a receber o apoio de que necessitam em tempo útil. Ao analisar os dados recolhidos, podem identificar-se as áreas a melhorar e efectuar os ajustamentos necessários para simplificar o processo de pagamento aos beneficiários.

## **5.1. Modalidade de Pagamento**

Para os contextos de transferências sociais monetárias rurais, a escolha do método de pagamento adequado é fundamental para garantir o desembolso atempado e eficiente dos fundos. Esta secção explora os principais métodos de pagamento utilizados pelo KWENDA, destacando os benefícios e desafios únicos de cada um. Desde a segurança e acessibilidade dos pagamentos por conta bancária até à tangibilidade imediata dos pagamentos em numerário, analisa-se a eficácia destes métodos em contextos rurais. Além disso, discutem-se os vários custos incorridos pelos beneficiários na obtenção destes benefícios, fornecendo uma

análise exaustiva para ajudar as partes interessadas a tomar decisões informadas que melhor sirvam as necessidades das comunidades rurais.

**Tabela 5.1.** Etapas do processo de pagamento

<b>Etapas</b>	<b>Descrição do Processo</b>
<b>Primeira Etapa</b>	Através do SIIPS, é enviado um pedido de pagamento ao prestador de serviço (agência bancária operadora de rede móvel), cartas de débito e os respectivos ficheiros de suporte contendo (i) o nome dos representantes dos agregados familiares; (ii) o respectivo número de conta; (iii) o montante a pagar e (iv) a data do pagamento.
<b>Segunda Etapa</b>	O prestador de serviços de pagamento recebe do SIIPS a ordem de pagamento aos beneficiários.
<b>Terceira Etapa</b>	A nível provincial, os bancos preparam envelopes de pagamento nominalizados e com números de identificação, com base nas listas do SIIPS. Os departamentos provinciais do FAS criam listas finais, formulários de registo, passes, folhas de prova e recibos de pagamento para utilização em pontos de pagamento pré-determinados.
<b>Quarta Etapa</b>	Antes de cada pagamento, os ADECOS devem realizar sessões de diálogo comunitário para informar os beneficiários porta-a-porta sobre: (i) quem vai receber o subsídio; (ii) como é que os beneficiários doentes e os que têm dificuldades de locomoção serão pagos; (iii) como utilizar o cartão pré-pago ou o cartão de telemóvel/SIM; (iv) o período de pagamento; e (vi) as precauções de segurança para evitar a perda, o roubo ou o extravio dos cartões, caso sejam utilizados como método de pagamento.
<b>Quinta Etapa</b>	Para os subsequentes pagamentos (Pagamentos Recorrentes ou Recorrências), os ADECOS devem manter o diálogo comunitário, quer através de sessões colectivas, quer porta-a-porta.

### 5.1.1. Principais formas de pagamento

Na implementação do Programa KWENDA destacam-se duas modalidades de pagamento – numerário e cartão multicaixa – aplicadas com base na localização geográfica, na disponibilidade de serviços bancários e na natureza dos acordos entre o FAS e as agências de pagamento locais. Dos 7 551 beneficiários inquiridos, aproximadamente três em cada quatro receberam os seus pagamentos em dinheiro, estabelecendo-o como o método predominante.



A Ficha Informativa do Programa, no início deste relatório, proporciona uma visão abrangente da intervenção, enquanto a **Figura 5.1** ilustra a distribuição dos métodos de pagamento em seis dos 20 municípios da amostra. De notar que 14 destes municípios optaram por efectuar todos os pagamentos (100 por cento) em numerário, razão pela qual não estão representados na **Figura 5.1**. Por outro lado, os municípios dos Gambos, Belize e Cacula utilizaram exclusivamente o cartão multicaixa, enquanto Cacongo, Cuito Cuanavale e Nzeto implementaram uma combinação de ambos os métodos de pagamento, cada um deles em proporções variáveis. Estas diferentes abordagens reflectem a adaptabilidade do Programa às condições locais, mas também levantam questões sobre a acessibilidade e a conveniência destes métodos de pagamento para os beneficiários, particularmente em regiões com infra-estruturas financeiras limitadas.

Para efectivar o pagamento, o Programa faz recurso a prestadores de serviços, que são entidades devidamente autorizadas pelo Banco Nacional de Angola. Também utiliza correspondentes bancários e/ou pequenos comerciantes locais, com credibilidade, idoneidade e capacidade financeira para, no caso dos pagamentos com cartões multicaixa, os beneficiários poderem receber de imediato os seus valores monetários.

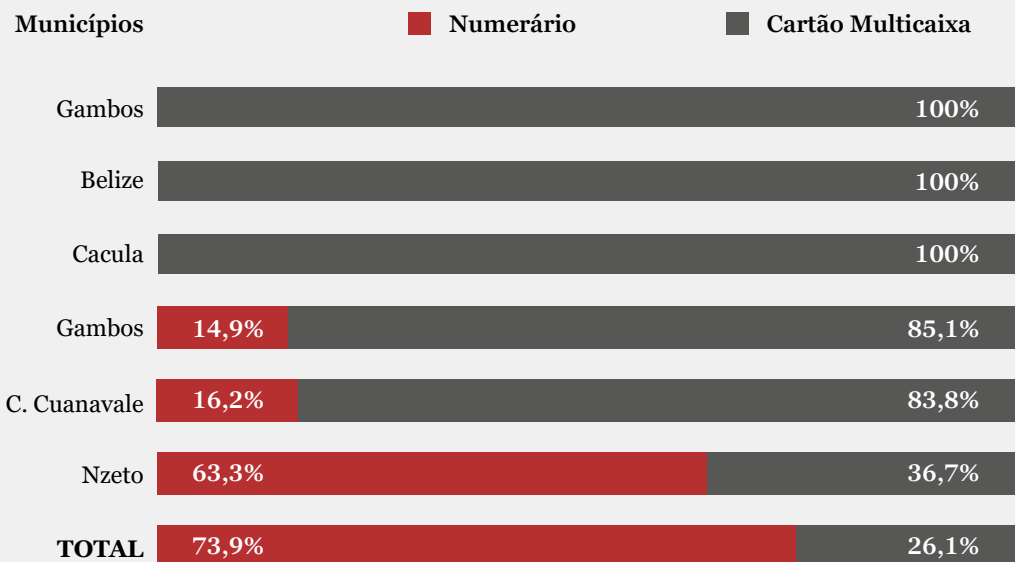
Todos os métodos de pagamento apresentam vantagens e desvantagens na sua aplicabilidade. O pagamento em numerário é o processo com custos operacionais mais elevados e maiores riscos associados para o Programa. O pagamento pela via de cartões multicaixa é a modalidade que menos custos operacionais teria para o Programa e permitiria, simultaneamente, garantir não só a inclusão digital e financeira dos beneficiários, como uma periodicidade regular dos pagamentos. Contudo, esta modalidade apresentou algumas desvantagens dignas de realce como, por exemplo, a perda ou troca de cartões, perda ou troca de PIN, não carregamento de cartões e ausência de banco e de ATM nas comunidades. A centralização da emissão de cartões multicaixa nas sedes dos Bancos em Luanda e a sua emissão caucionada ao KWENDA, determina que todo o processo de reemissão de novos cartões, devido aos problemas antes referidos, tenha que ser feito em Luanda. Isto determina um tempo de espera prolongado, gerando dificuldades aos agregados beneficiados. De igual modo, para além do número de agentes e correspondentes bancários a nível local ser reduzido, a falta de liquidez de muitos deles provoca grandes atrasos nos pagamentos.

O Programa ensaiou uma terceira modalidade de pagamento via mobile money em Dembos-Quibaxi e Quiculungo (Bengo e Cuanza Norte respectivamente), mas que teve aplicação limitada e também apresentou inconvenientes. A parca cobertura da rede de te-

lecomunicações no país, a capacidade diminuta do próprio operador e o reduzido domínio de tecnologias digitais por parte dos beneficiários não permitiram o alargamento desta modalidade a uma escala maior.

O FAS tem vindo, ao longo da implementação do Programa, a ensaiar novas formas de emissão de cartões multicaixa baseados em contas próprias dos beneficiários junto dos bancos municipais ou nas sedes provinciais. Contudo, é um processo que ainda necessita de ser melhor avaliado e trabalhado. O Director de Departamento Provincial do FAS Uíge revelou essa busca incessante por soluções que possam acelerar os pagamentos e encontrar modalidades de pagamento mais adequadas a cada situação. Para este gestor do Programa, *“o mobile money nunca se apresentou como uma opção viável para os municípios do Uíge. Seria bem pior e teria muitos transtornos. O multicaixa para nós também não é opção pela inexistência de bancos nos municípios. A opção dos correspondentes bancários foi a primeira com que começámos no município do Songo e mostrou-se ineficaz, pois ficávamos dias parados no campo à espera que o correspondente bancário conseguisse ter algum dinheiro para trazer”*. Os Departamentos Provinciais do FAS têm tentado incentivar outros correspondentes e comerciantes a aderirem a este serviço na tentativa de obter alguma descentralização do serviço da capital provincial, mas as negociações são morosas.

**Figura 5.1.** Distribuição percentual das formas de pagamento segundo o inquérito



Em Malanje foi também referido que a falta de liquidez dos correspondentes bancários é um grande desafio para efectivar os pagamentos. *“Garantir uma soma enorme, como 70 milhões de Kwanzas, num único dia é um desafio formidável, muitas vezes confrontado com restrições logísticas e financeiras significativas”*. Os bancos, por exemplo, podem enfrentar problemas de liquidez, admitindo que só podem fornecer uma fracção do montante, frequentemente de cerca de 20 milhões. Esta limitação não é exclusiva dos bancos, pois estende-se à rede de correspondentes bancários. Estes correspondentes operam, frequentemente, com os seus próprios fundos, desembolsando dinheiro previamente sem esperar pelo retorno financeiro. Esta abordagem pró-activa é essencial, porque a alternativa – esperar que os retornos financeiros gerem os fundos necessários – pode resultar em atrasos intermináveis, prejudicando a eficiência e a capacidade de resposta que as transacções financeiras do Programa exigem.

Situações similares foram verificadas noutras localidades, como no caso do Chivaulo, no município do Andulo. A modalidade inicial de pagamento por cartão multicaixa no primeiro pagamento, foi abandonada a favor do pagamento em numerário devido a problemas semelhantes e ao elevado custo em que os beneficiários incorriam para levantar os seus valores, como reflectido na **Caixa 5.1**.

### **5.1.2. Custos incorridos na recepção do benefício**

*Garantir que os beneficiários possam aceder aos seus pagamentos sem incorrer em custos adicionais é crucial para manter a integridade e a eficácia dos programas de transferência sociais monetárias. A resolução de desafios logísticos, particularmente em regiões remotas e distantes dos centros de actividade económica das províncias, é essencial para aumentar o alcance e o impacto das iniciativas de protecção social.*

Os pagamentos aos beneficiários do KWENDA são efectuados em Pontos Fixos pré-determinados no plano de pagamentos, abrangendo um conjunto de aldeias. Esses pontos fixos não podem estar a mais de 5 km de cada uma das aldeias consideradas. No caso de pessoas idosas, doentes ou deficientes, o Programa disponibiliza viaturas e meios para o transporte destes beneficiários ou uma equipa do Programa desloca-se a casa dos beneficiários nessas condições para proceder ao pagamento. De modo geral, nos municípios desta amostra não houve relatos de grandes gastos com deslocações para a recepção do pagamento.

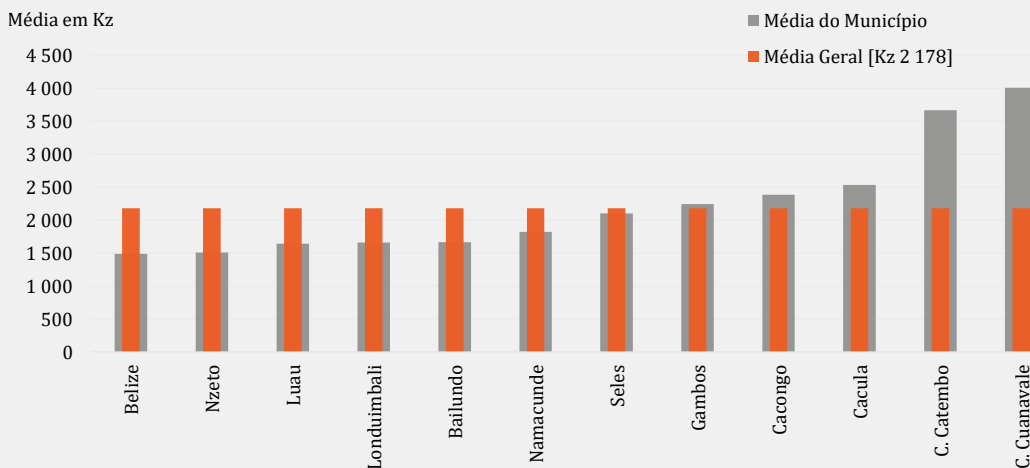
Os dados do inquérito revelam que a grande maioria (94,4 por cento) dos beneficiários não incorreu em despesas de transporte para receber os seus pagamentos, indicando que os

pontos de pagamento foram bem planificados e garantindo uma boa acessibilidade por parte dos beneficiários. No entanto, 5,6 por cento dos beneficiários tiveram de suportar despesas de transporte como evidencia a **Figura 5.2**, sublinhando a necessidade de se prestar alguma atenção às opções de pagamento nas regiões com fraca infra-estrutura e serviços financeiros.

A maior incidência de custos de transportes recai sobre os municípios de Cacula com 28,5 por cento, Bailundo (11,0 por cento), Nzeto (10,5 por cento) e Gambos (9,8 por cento), que registam uma maior percentagem de beneficiários com despesas de transporte para aceder ao local de levantamento do valor monetário. Estas áreas correspondem a uma maior percentagem de beneficiários que receberam fora das suas aldeias, reforçando ainda mais a noção de que a acessibilidade é um factor crucial na sustentabilidade financeira dos programas de transferências sociais monetárias. Por outro lado, os beneficiários em regiões como Icolo-Bengo, Cuango, Muconda e Songo registaram custos mínimos de transporte, o que se correlaciona com as suas elevadas taxas de acesso ao dinheiro dentro da aldeia.

Uma breve análise das despesas com transporte de 421 respondentes (5,6 por cento dos inquiridos), mostram uma variação considerável entre os municípios, com valores que vão de Kz 1 488, em Belize, a Kz 4 008, no Cuito Cuanavale. A despesa média, calculada em Kz 2 178, serve de referência para identificar os municípios em que os beneficiários se situam significativamente acima ou abaixo desta média. Enquanto alguns municípios operam muito perto da média, outros apresentam desvios acentuados, o que sugere condições locais diversas.

**Figura 5.2.** Custo médio de deslocação para aceder ao dinheiro





### **Caixa 5.1. Experiência do Chivaulo: o longo caminho para aceder ao benefício pago por cartão multicaixa**

Nas remotas aldeias de Chivaulo, a falta de serviços na proximidade dificulta a vida quotidiana. Para os beneficiários destas aldeias, a transferência social trimestral é uma tábua de salvação, uma quantia modesta que ajuda a manter as suas famílias. No entanto, obter esse dinheiro foi tudo menos simples quanto receberam pela primeira vez em cartão multicaixa. Apesar do trabalho dos técnicos, “*que se esforçavam no sentido de encontrar soluções para os beneficiários*”, o caminho para aceder a estes fundos estava repleto de desafios.

A comuna não tem bancos, nem ATM, nem sequer uma pequena loja onde as pessoas pudessem levantar dinheiro. Os beneficiários precisavam recorrer aos comerciantes locais para levantar algum dinheiro. Os bancos mais próximos ficavam a 110 quilómetros de distância, na cidade do Andulo, e a viagem até lá é dispendiosa. Para levantar os seus valores, os beneficiários gastavam Kz 10 000 em uma viagem de ida e volta à sede municipal. Mas, infelizmente, os obstáculos não se ficavam por aqui. Mesmo quando utilizavam o cartão multicaixa para levantar dinheiro nas lojas locais, os beneficiários incorriam numa taxa adicional, que variava entre Kz 1 500 e Kz 2 000, cobrada pelos comerciantes como parte do seu negócio.

Para muitos beneficiários no Chivaulo, isto significava que, quando finalmente tinham o dinheiro em mãos, quase metade do benefício já tinha sido gasto. Um benefício trimestral de Kz 25 500 reduzia-se a apenas Kz 13 500 depois de deduzidas as despesas de transporte e de levantamento junto de comerciantes. Face a estas dificuldades, o Programa teve de mudar a modalidade de pagamento, optando pelo pagamento em numerário, a fim de atenuar algumas destas perdas.



Um grupo significativo de municípios apresenta despesas com transportes abaixo da média de Kz 2 178. Nestes incluem-se Belize, Nzeto, Luau, Londuimbali, Bailundo, Namacunde e Seles, com despesas que variam entre Kz 1 488 e Kz 2 100. Em contraste, um grupo mais pequeno de municípios apresenta despesas significativamente mais elevadas, com Gambos, Cacong, Cacula, Cambundi Catembo e Cuito Cuanavale a liderar este grupo.

Os custos associados ao pagamento diferenciam-se segundo a modalidade. A maioria destes custos é coberta pelo próprio Programa, tais como (i) a emissão do primeiro cartão multicaixa; (ii) a emissão de segundas vias dos cartões multicaixa e (iii) a taxa de serviço do agente local durante o pagamento. No caso de serem usados agentes locais de pagamento (correspondentes bancários ou comerciantes locais), estes procedem à descarga dos montantes electrónicos dos cartões multicaixa dos beneficiários, a quem entregam o correspondente valor em dinheiro. No final das operações de pagamento nos municípios é feita a reconciliação dos valores pagos. Existe um custo associado previamente acordado com o FAS, que é descontado ao beneficiário por esse serviço. É de realçar, entretanto, que a deslocação destes correspondentes bancários é feita em função do volume de massa monetária a movimentar, na medida em que influencia a margem que esses correspondentes possam ter com a operação. Caso o beneficiário não pretenda receber os seus valores no dia do pagamento junto do correspondente bancário, os custos de deslocação ao ATM mais próximo decorrem por sua conta.

Como já referido acima, no primeiro ano do Programa, muitos beneficiários enfrentaram desafios significativos no acesso aos seus pagamentos, gastando frequentemente grandes quantias em transportes para ter acesso efectivo ao benefício. Estes custos de deslocação não se deviam apenas à falta de serviços bancários nas proximidades, mas também ao facto de os beneficiários faltarem aos dias de pagamento programados. Alguns estavam ausentes das suas aldeias no dia marcado, o que os obrigava a deslocar-se a outro local para levantar o dinheiro e, naturalmente, tiveram custos de transporte. Outros mudaram de residência entre ciclos de pagamentos e viram-se impossibilitados de receber os seus benefícios no dia programado.

Estes problemas foram particularmente pronunciados durante os primeiros dois anos do Programa, quando muitas pessoas foram forçadas a gastar uma parte significativa do seu subsídio apenas para ter acesso a ele. No entanto, à medida que o Programa foi evoluindo, as melhorias nos mecanismos operacionais e de manutenção de registos locais ajudaram a reduzir estes encargos, tornando mais fácil para os beneficiários receberem os seus pagamentos sem incorrerem em custos de deslocação excessivos.



### 5.1.3. Periodicidade de pagamentos

Determinar a periodicidade ideal dos pagamentos das TSM é crucial para maximizar o seu impacto nas comunidades rurais. Esta secção explora o equilíbrio entre a periodicidade ideal e o que é viável, tendo em conta os constrangimentos logísticos e económicos destas regiões. Analisam-se as implicações de diferentes calendários de pagamento na estabilidade financeira e no bem-estar dos beneficiários.

#### O ideal *versus* o exequível

O pagamento de transferências sociais monetárias, quer numa base mensal, quer trimestral, envolve diferentes implicações logísticas e económicas. Cada opção tem o seu conjunto único de vantagens e desvantagens, que devem ser consideradas tendo em conta o contexto local, as necessidades dos beneficiários e os objectivos do programa de transferências sociais monetárias.

O fluxo regular de rendimentos mensais proporciona um rendimento consistente e previsível que ajuda os beneficiários a gerir as despesas quotidianas e reduz a volatilidade dos rendimentos. Também incentiva uma melhor orçamentação e planificação financeira, uma



vez que as famílias podem prever quando chegará o próximo pagamento. No que diz respeito às estratégias de sobrevivência, o fluxo mensal de rendimentos é mais eficaz para responder às necessidades imediatas, como a alimentação, os cuidados de saúde e as despesas domésticas urgentes. As entradas mensais regulares podem levar a despesas mais consistentes, o que pode estimular a economia local.

Por outro lado, o pagamento mensal acarreta custos administrativos mais elevados. Transações mais frequentes podem levar a custos mais elevados em termos de processamento e distribuição das transferências. O aumento da frequência dos pagamentos pode afectar os recursos, especialmente em zonas remotas onde a entrega do benefício pode ser logisticamente difícil para um número de beneficiários usualmente reduzido.

Devido aos desafios associados aos pagamentos mensais, o Programa optou por pagamentos trimestrais e semestrais. O principal destes atributos é a redução dos custos operacionais, uma vez que menos ciclos de pagamento podem diminuir a carga logística e administrativa das agências de implementação. Os montantes fixos revelaram-se vantajosos para os beneficiários que recebem montantes mais elevados de uma só vez e que podem ser utilizados para investimentos significativos, como a criação de um pequeno negócio, a compra de gado ou a realização de compras domésticas de maior dimensão.

No entanto, os pagamentos de montante fixo também têm os seus próprios desafios. Os beneficiários podem ter dificuldade em gerir eficazmente somas maiores de dinheiro durante um período mais longo, o que pode levar a uma potencial má gestão ou utilização indevida. O maior intervalo entre pagamentos pode causar dificuldades na cobertura de despesas quotidianas ou inesperadas, levando alternadamente a ciclos de escassez ou abundância. As injeções pouco frequentes de dinheiro podem levar a padrões de despesa flutuantes, o que pode afectar a estabilidade dos mercados locais.

*Tem de ser uma coisa ou outra? Poderá haver uma opção de equilíbrio?* A escolha entre pagamentos mensais e trimestrais deve ter em conta os comportamentos económicos, as necessidades e as condições da população-alvo. Por exemplo, em zonas onde a literacia financeira é baixa e as necessidades diárias são prementes, os pagamentos mensais podem ser mais vantajosos. Por outro lado, em regiões onde a tónica é colocada na utilização das TSM para investimentos a longo prazo e onde existem sistemas de poupança estabelecidos, os pagamentos trimestrais podem ser mais vantajosos. Em última análise, a decisão sobre a frequência dos pagamentos também deve ser alinhada com a capacidade do sistema de

distribuição para lidar com a carga administrativa, garantindo que os pagamentos chegam aos beneficiários de forma fiável e eficiente. A monitorização e a avaliação dos impactos da frequência de pagamento escolhida também serão cruciais para a introdução de melhorias nos programas TSM nas zonas rurais.

### 5.1.4. Experiências de pagamentos

Durante os primeiros anos de implementação, o KWENDA pagou trimestralmente o correspondente a Kz 8 500 mensais aos agregados familiares beneficiários, o que perfazia um total de Kz 25 500 em quatro prestações anuais. Esse valor foi alterado para Kz 11 000 em Junho de 2023<sup>1</sup>. Os municípios deste estudo foram, na sua maioria municípios piloto do Programa ou municípios piloto dentro de cada província, ou seja, os primeiros municípios a beneficiar do KWENDA na província. Este facto fez com que grande parte dos entrevistados tivessem recebido uma primeira prestação Kz de 25 500 e devessem receber em intervalos regulares mais três prestações idênticas.

Com o avanço do Programa, este prazo teve de ser alterado, com vista a minimizar os custos operacionais, o desgaste dos meios rolantes e do pessoal e também reduzir os períodos intermédios entre pagamentos. Em Maio de 2022, o Programa optou por pagamentos semestrais e pagamentos anuais nos municípios de acessibilidade muito difícil, com impacto de condições climáticas desfavoráveis e a ocorrência de casos de insegurança. Esta alteração foi previamente informada às comunidades beneficiárias.

Apesar desta medida de alargamento do intervalo entre pagamentos para se ter capacidade de cumprir com os prazos de entrega do benefício nas datas aguardadas pelas famílias, ainda se registou alguma irregularidade nos pagamentos. Em diferentes localidades foi referido que *“entre o primeiro e o segundo pagamento não levou muito tempo, mas esse agora está a levar muito tempo”*.

### **Desafios sistémicos na regularidade dos pagamentos: uma questão multifacetada**

As irregularidades nos pagamentos representam um desafio considerável, especialmente quando as transacções são predominantemente realizadas em numerário. Esta questão merece alguma atenção pelo facto de 78 por cento dos inquiridos terem declarado receber os

---

<sup>1</sup> Decreto Presidencial n.º 132/23, de 1 de Junho (DR 99, I Série).





seus pagamentos em numerário. As razões por detrás destas irregularidades são complexas e podem ser atribuídas a vários factores, incluindo as políticas das instituições financeiras, as limitações das infra-estruturas, a capacidade de resposta dos bancos, a centralização da tomada de decisões, os ainda frágeis sistemas de mobile money, as infra-estruturas de telecomunicações e os recursos do Programa para efectuar os pagamentos.

As instituições financeiras desempenham um papel crucial na determinação da facilidade com que as transacções são processadas. Alguns bancos podem ter relutância em facilitar os pagamentos em numerário, dando prioridade às transferências electrónicas. Esta preferência pode levar a atrasos ou outras perturbações, especialmente quando os pagamentos em numerário são necessários ou os preferidos pelos destinatários. Em regiões onde a banca electrónica é menos acessível, este desfasamento de políticas das instituições pode criar desafios significativos.

A inadequação das infra-estruturas bancárias agrava ainda mais a questão. Em certas zonas, existe uma escassez de correspondentes bancários com liquidez suficiente para satisfazer a procura de pagamentos em numerário. Esta escassez cria estrangulamentos, levando a atrasos ou irregularidades no processo de pagamento. A falta de numerário prontamente disponível nas instalações bancárias pode perturbar a regularidade das tran-





sacções, afectando os beneficiários que dependem destes pagamentos. O problema é agravado pelo facto de os bancos demorarem, frequentemente, longos períodos a preparar os ciclos de pagamento. Nalguns casos, os bancos podem demorar até quatro meses a declarar a sua disponibilidade para iniciar os pagamentos. Esta lentidão prejudica a capacidade de assegurar desembolsos regulares e atempados, o que é crucial para manter a confiança e a fiabilidade dos sistemas financeiros.

Outro factor significativo que contribui para as irregularidades nos pagamentos é a excessiva centralização da tomada de decisões nos bancos, especialmente no que diz respeito à emissão de cartões multicaixa. Quando as decisões são tomadas de forma centralizada, sem ter em conta as necessidades e os contextos locais, o processo pode ficar atolado em burocracia. Esta centralização torna o processo de pagamento mais lento, criando mais atrasos e inconsistências na forma como os pagamentos são distribuídos.

A experiência de pagamentos com mobile money também emergiu como um componente crítico na resolução ou exacerbação das irregularidades de pagamento. Empresas como a Unitel têm o potencial de facilitar pagamentos mais regulares através de serviços de dinheiro móvel, proporcionando liquidez e mobilidade que podem contornar algumas das restrições bancárias tradicionais. No entanto, a eficácia dos pagamentos com mobile money depende,

em grande medida, da capacidade das empresas de telecomunicações de alargarem os seus serviços ao terreno. Se estas empresas não puderem ou não quiserem apoiar as transacções móveis de forma consistente, a regularidade dos pagamentos pode ser comprometida.

A disponibilidade e a fiabilidade da infra-estrutura de telecomunicações desempenham um papel crucial na implementação bem-sucedida dos pagamentos com mobile money. De acordo com o Instituto Angolano de Comunicações (INACOM)<sup>2</sup>, Angola enfrenta desafios contínuos com a cobertura das telecomunicações. Enquanto 74 por cento do país tem cobertura de telemóvel, apenas 30 por cento tem acesso à Internet. Esta distribuição desigual da conectividade cria “zonas cinzentas” onde os pagamentos podem sofrer atrasos ou tornar-se irregulares devido à falta de disponibilidade da rede. Uma infra-estrutura de telecomunicações fiável é essencial para garantir que os beneficiários, especialmente os que se encontram em zonas remotas ou mal servidas, possam receber os seus pagamentos atempadamente.

### **Factor tempo: os benefícios e os desafios da frequência dos pagamentos na protecção social**

Sendo um Programa de Protecção Social e Desenvolvimento Local de apoio a famílias pobres e vulneráveis, a previsibilidade de recepção de um benefício é o que permite o padrão de recuperação conseguido com um primeiro pagamento. Em situações de crise é essencial que se garantam prestações sociais adequadas para acautelar perdas significativas de rendimento dos agregados e também dos seus níveis de consumo alimentar. Vários estudos levados a cabo em África demonstram que a frequência e a regularidade nos pagamentos garantem uma espécie de segurança, delimitando as incertezas e as flutuações de rendimento resultantes da actividade económica principal destes agregados – a agricultura. Decisões económicas entre consumir ou investir podem estar dependentes disso (Correa et al, 2023). Manter estável o nível de consumo de um agregado com as transferências monetárias pode permitir que este tome decisões económicas como poupar ou investir capital na diversificação das suas actividades e isso é determinante para uma estratégia de protecção social que pretenda manter os agregados fora de um ciclo vicioso de pobreza.

Perante a irregularidade do benefício, muitos beneficiários veem-se impossibilitados de fazer investimentos progressivos na melhoria dos meios de vida, sobretudo naqueles mu-

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.tpa.ao/ao/videos/angola-com-74-de-cobertura-de-telefoniamovel-e-30-de-internet/>



nicípios em que os choques foram acentuados e o primeiro pagamento foi gasto quase que exclusivamente em alimentação, não permitindo qualquer tipo de investimento. Os que investiram na produção agrícola ou em pequenos negócios (pequenas bancadas de revenda, venda de bolos, janelas abertas em casa) conseguem manter-se por mais tempo mesmo sem a prestação seguinte, mas foram referidos casos de pessoas cujos negócios não puderam vingar e de dívidas contraídas com base na expectativa de uma prestação que acabou por não chegar no momento esperado. Muitos antevêm voltar ao trabalho sazonal agrícola de baixo rendimento e podem optar por emigrar ou vender meios de produção. Para além de acabar por ter um efeito económico de curto prazo sobre os agregados, afecta variáveis mais psicológicas do comportamento por cancelarem adicionalmente a esperança criada com as transferências monetárias e na própria capacidade de vencer o ciclo de pobreza.

Um período de espera demasiado prolongado entre pagamentos levou a relatos, de modo localizado, de alguns constrangimentos vividos pelos agregados, que acabaram, por exemplo, a novamente contrair dívidas, penhorando os cartões, ou a perder os seus pequenos negócios. Decorrente desta situação *“tivemos algumas consequências, porque antes do KWENDA vivíamos com várias dificuldades, desenrascando mesmo. Quando beneficiamos pela primeira vez nos aliviou a vida, mas desde então o KWENDA ficou ainda parado sete meses, antes do segundo pagamento e voltamos nas dificuldades de viver a desenrascar”*. Não poderem dar sequência a um projecto foi alvo de referência por muitos beneficiários, que dizem que o primeiro pagamento *“permitiu chegar no estado de agradecer, mas o distanciamento dos pagamentos não chega para a pessoa conseguir realizar o projecto que quer efectuar e nessa demora nós estamos a sofrer. As cadeiras e o colchão já ficaram mal”*.

### **Previsibilidade versus montantes fixos: estratégias de transferência de dinheiro para os mais vulneráveis**

As pessoas em situação de vulnerabilidade e pobreza podem optar por receber um único montante fixo, ao invés de pagamentos mais frequentes. Esses montantes mais elevados permitem que os agregados façam aquisições a grosso e bens duradouros e que façam investimentos de maior monta em negócios ou na sua actividade principal. Mas dependendo da situação concreta ou a ocorrência de um choque, podem preferir pagamentos menores, mas mais frequentes. Esta questão dividiu opiniões entre beneficiários e instituições e não se pode dizer que haja consenso. O caso de Caçongo foi o único em que houve unanimidade durante a realização dos grupos focais, pois tratam-se de categorias de pessoas vulneráveis que necessitam de efectuar despesas regulares em medicamentos ou tratamentos. Uma

avaliação do Programa Kenya GiveDirectly analisou o efeito diferencial de pagamentos mensais ao longo de 9 meses versus um pagamento único do mesmo valor a 503 agregados em 60 aldeias. Os resultados apontaram que os pagamentos mensais regulares haviam tido mais impacto na situação de segurança alimentar dos agregados do que o pagamento único, embora este tivesse sido mais efectivo a garantir o aumento de activos dos mesmos agregados (Correa et al, 2023). As opções devem, por isso, ser cautelosamente contextualizadas e avaliadas com os beneficiários.



*“Não é um dinheiro que beneficia de uma planificação. É um dinheiro que levantou, tem na mão e tem mil problemas...é um dinheiro que não tem timings, é incerto. Pelo menos que dissessem, de dois em dois meses ou de três em três meses, regularmente vai cair. Mas é quando cai, caiu, gastou e fica sempre aquela luz a piscar de esperança.”*

Para além das irregularidades nos pagamentos, foram referidos casos de avisos com pouca antecedência, à semelhança do que ocorreu no cadastramento. Esse aviso em muito curto espaço de tempo não permite que os beneficiários possam estar presentes nos pagamentos, como relata um ADECOS do Andulo: *“Um exemplo, esse tempo do cultivo no mês de Outubro, o aviso vem às vezes um dia, dois dias antes. Nas lavras não há condições de redes. O aviso vem hoje, dois dias depois vamos naquele bairro fazer pagamento. A criança não vai ter condições de ir ter com a mãe na lavra onde ela está, depois de uma semana a família vem e faz reclamação no CASI. Assim vai receber no próximo pagamento talvez, mas tem que esperar”*. Para além do custo de oportunidade perdida, tem impacto na recuperação da vulnerabilidade do agregado. Estas questões foram igualmente abordadas e muito realçadas pelos administradores municipais e comunais e pelos directores municipais das áreas sociais entrevistados.

## 5.2. A Missão de fazer chegar o Benefício ao Beneficiário

Apesar das limitações descritas na secção acima, o Programa demonstrou ser notavelmente eficaz na entrega dos seus benefícios. Os desafios logísticos de chegar a aldeias remotas e a complexa teia de processos burocráticos não impediram a sua missão – assegurar que o benefício chega directamente aos beneficiários pretendidos, no local onde estes residem. Analisam-se abaixo os padrões de distribuição dos pagamentos entre os beneficiários que

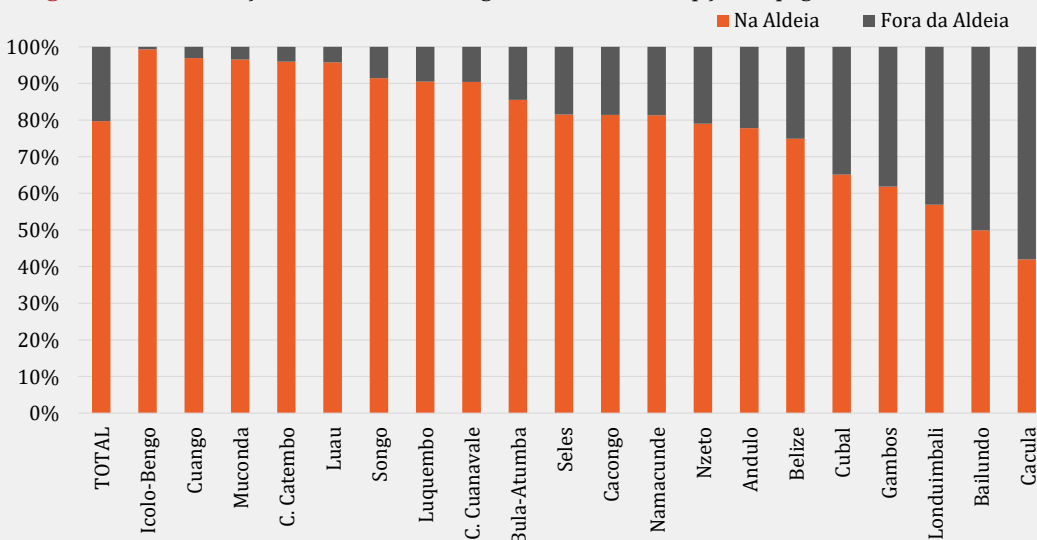


receberam os seus pagamentos “na aldeia” versus “fora da aldeia” e os custos de transporte associados. Os dados revelam disparidades regionais importantes que realçam as implicações mais amplas da acessibilidade na eficácia dos programas de protecção social.

Como se pode observar na **Figura 5.3**, uma maioria significativa dos beneficiários, 79,7 por cento, recebeu os seus pagamentos na sua aldeia de residência, enquanto 20,3 por cento tiveram de se deslocar para fora da sua aldeia (consultar tabelas completas no **Anexo A5-2**).

Esta distribuição reflecte as variações logísticas e infra-estruturais entre as regiões. Algumas zonas, tais como Icolo-Bengo (99,3 por cento), Cuango (96,9 por cento), Muconda (96,5 por cento), Cambundi Catembo (95,9 por cento) e Luau (95,7 por cento), apresentaram uma percentagem excepcionalmente elevada de beneficiários que puderam receber os seus pagamentos na sua aldeia. Esta elevada taxa de acesso na aldeia sugere que estas regiões têm pontos de pagamento bem estabelecidos, ou que os beneficiários residem em áreas densamente povoadas onde os serviços são mais facilmente acessíveis.

**Figura 5.3.** Distribuição dos beneficiários segundo o local de recepção do pagamento



*“Seria bom que o tempo dos pagamentos fosse cumprido. As pessoas têm aquele entusiasmo, aquela vontade de fazer alguma coisa, depois tem um problema na lavra e tira do negócio com aquela esperança: quando o KWENDA voltar vamos repor. Mas, às vezes volta à estaca zero. Se fosse consistente, as famílias estariam num estágio diferente.”*

Por outro lado, em regiões como Cacula (58,0 por cento), Bailundo (50,1 por cento), Londuimbali (43,1 por cento) e Gambos (38,2 por cento) registaram uma maior proporção de beneficiários que se deslocaram para fora da sua aldeia para receber os seus pagamentos. Esta tendência levanta preocupações sobre as potenciais barreiras enfrentadas pelos beneficiários nestas áreas, particularmente em termos de acessibilidade e do esforço adicional necessário para obter os seus fundos. A necessidade de viajar para fora da aldeia pode ser indicativa de população mais dispersa (por exemplo, os Gambos), o que dificulta a criação de pontos de pagamento convenientes.

### 5.3. Preferência de modalidade de pagamento

#### O que é melhor, numerário ou cartão?

A resposta depende não só de objectivos de inclusão financeira e digital do próprio Programa, mas também do contexto específico da zona rural em matéria de acessibilidade, em termos de infra-estruturas bancárias e de rede de comunicações. O numerário é, frequentemente, mais prático em zonas com infra-estruturas limitadas e baixa literacia financeira e digital, enquanto os cartões podem oferecer segurança e benefícios de inclusão financeira se existirem as infra-estruturas e a educação necessárias. A primeira modalidade representa um desafio logístico e financeiro mais elevado do que a segunda para o Programa. Esta última modalidade, para além de ser significativamente menos onerosa para o Programa, permite responder aos desafios da regularidade nos períodos de pagamento aos beneficiários, com relevante repercussão na sua eficácia e impacto globais.

Uma abordagem mista, que permita aos beneficiários escolherem com base nas suas circunstâncias, pode ser a estratégia mais eficaz. A adaptação do método de pagamento ao contexto local, a melhoria das infra-estruturas e o investimento na educação financeira são fundamentais para garantir que as TSM são eficazes e benéficas para os beneficiários.

A distribuição dos beneficiários que optam pelo pagamento em numerário ou via banco revela padrões influenciados por factores como o género, a educação e a idade, como detalhado na **Tabela 5.2**. A **Tabela 5.3** analisa as razões pelas quais os beneficiários preferem os pagamentos em dinheiro, segmentados por sexo, nível de educação e grupo etário, e abre perspectivas sobre como estas preferências podem informar as decisões de políticas no sector. O entendimento destes padrões é crucial para a concepção de programas de protecção social eficazes. A adaptação dos métodos de pagamento às preferências e neces-

sidades dos diferentes grupos demográficos pode melhorar a acessibilidade, a eficiência e o impacto global destes programas.

**Tabela 5.2.** Preferência de pagamento expressa pelos beneficiários segundo o inquérito

Características	Numerário		Via Bancária		TOTAL	
	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]
<b>TOTAL</b>	5 770	76,4	1 781	23,6	7 551	100
<b>Sexo do Respondente</b>						
Masculino	2 165	69,4	965	30,6	3 121	100
Feminino	3 605	81,4	825	18,6	4 430	100
<b>Nível de Escolaridade*</b>						
Primário (1-3 Classe)	915	75,5	297	24,5	1 212	100
Primário (4-6 Classe)	1 431	76,2	447	23,8	1 878	100
1º Ciclo (7-9 Classe)	562	64,5	309	35,5	871	100
2º Ciclo (10-12 Classe)	171	52,3	156	47,7	327	100
Avançado (= />13ª Classe)	80	65,6	42	34,4	122	100
<b>Grupo Etário</b>						
[15-19]	32	69,6	14	30,4	46	100
[20-24]	401	76,2	125	23,8	526	100
[25-29]	506	73,4	183	26,6	689	100
[30-34]	617	74,2	215	25,8	832	100
[35-39]	600	75,3	197	24,7	797	100
[40-44]	492	75,0	164	25,0	656	100
[45-49]	703	76,2	219	23,8	922	100
[50-54]	517	76,5	159	23,5	676	100
[55-59]	529	79,4	137	20,6	666	100
[60-64]	450	73,2	165	26,8	615	100
[65-69]	308	76,2	96	23,8	404	100
[70-74]	258	82,4	55	17,6	313	100
[= />75]	337	88,0	46	12,0	383	100

\*Agrupado para fins deste estudo

Os dados de 7 551 beneficiários revelam que uma maioria significativa, precisamente 76,4 por cento, prefere receber os seus pagamentos em numerário. Esta preferência é



atribuída a vários factores, como as necessidades imediatas de liquidez, a falta de acesso a serviços bancários ou uma inclinação cultural para o dinheiro tangível – alguns destes apresentados na **Tabela 5.3**.

Por outro lado, uma proporção menor, mas ainda assim significativa, de beneficiários, que representa 23,6 por cento da amostra, prefere pagamentos via banco ou outras formas não monetizadas. Este grupo inclui indivíduos com melhor acesso a infra-estruturas bancárias, uma preferência pela segurança e comodidade das transacções digitais, ou aqueles que estão mais habituados a práticas financeiras modernas.

### **Diferenças de género nas preferências de pagamento**

Os dados indicam uma clara disparidade de género nas preferências de métodos de pagamento, com 81,4 por cento das mulheres a optarem por pagamentos em dinheiro em comparação com 69,4 por cento dos homens. Isto sugere que as mulheres podem enfrentar barreiras no acesso a serviços financeiros ou ter preferências culturais a lidar com dinheiro. Os programas de protecção social devem ter em conta estas diferenças para garantir a inclusão. Os programas podem integrar iniciativas de literacia financeira dirigidas às mulheres, particularmente em áreas onde a infra-estrutura bancária é menos acessível ou culturalmente desconhecida. Para além disso, a oferta de soluções de banca móvel ou de serviços financeiros baseados na comunidade pode abordar estas barreiras e encorajar uma mudança gradual para métodos que não envolvam dinheiro entre as mulheres beneficiárias.

*As razões destas preferências de mulheres e homens indicam diferenças substanciais?* Ao examinar as preferências por sexo, os dados revelam diferenças subtis nas preferências dos homens e das mulheres. Embora ambos os sexos demonstrem preocupações semelhantes relativamente à ausência de contas bancárias e à distância até aos pontos de levantamento de dinheiro, os homens (12,2 por cento) estão notoriamente mais preocupados com os custos de manter uma conta bancária do que as mulheres (6,8 por cento). Isto sugere que as considerações financeiras são maiores entre os homens, possivelmente devido a diferentes responsabilidades financeiras ou maior percepção dos custos bancários.

### **Influência da educação nos métodos de pagamento**

A educação parece desempenhar um papel fundamental na determinação das preferências de pagamento. À medida que o nível de educação aumenta, a preferência por pagamentos que não sejam em numerário também aumenta. Por exemplo, os indivíduos com



o Ciclo 2 (10a-12a classes) é o grupo que apresenta preferências por pagamentos em numerário mais baixo (52,3 por cento). Apesar de haver uma baixa proporção da população rural com níveis de escolaridade alto, esta tendência pode indicar que uma escolaridade mais elevada está correlacionada com uma maior literacia financeira e maior confiança nos sistemas bancários formais. Os programas de protecção social podem tirar partido deste facto, promovendo métodos de pagamento que não sejam em numerário entre os beneficiários mais instruídos, reduzindo potencialmente os custos administrativos e melhorando a transparência. No entanto, é essencial manter opções flexíveis para as pessoas com níveis de escolaridade mais baixos para evitar a exclusão ou a redução do acesso às prestações.

*Diferentes níveis de escolaridade influenciam as razões para as preferências declaradas?*

O nível de educação influencia, decidida e significativamente, as razões apresentadas pelos beneficiários. Os indivíduos com apenas o ensino primário demonstram maior confiança no processo de entrega directa, com os indivíduos das categorias 1<sup>a</sup>-3<sup>a</sup> classes (39,6 por cento) e 4<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classes (42,9 por cento) a liderarem. Por outro lado, à medida que aumenta o nível de escolaridade, aumenta também a preocupação com os custos de manutenção de uma conta bancária. Esta tendência atinge o seu pico entre as pessoas com habilitações académicas de nível superior (48,7 por cento), que provavelmente possuem uma maior consciência financeira e estão mais atentas às potenciais desvantagens das comissões bancárias. Curiosamente, as pessoas com mais habilitações são menos susceptíveis de citar a ausência de uma conta bancária como motivo para preferir pagamentos em numerário, o que sugere que níveis de escolaridade mais altos estão associados a um maior acesso ou familiaridade com os serviços bancários.

**Tabela 5.3.** Razões que determinam a preferência pelo pagamento em numerário

Características	Maior confiança no processo de entrega directa		Não ter conta bancária		Custos de manter uma conta bancária		Pontos de levantamento longe da aldeia/bairro		TOTAL	
	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]
<b>TOTAL</b>	<b>1 814</b>	<b>39,3</b>	<b>988</b>	<b>21,4</b>	<b>413</b>	<b>9</b>	<b>1 397</b>	<b>30,3</b>	<b>4 612</b>	<b>100</b>
<b>Sexo do Respondente</b>										
Masculino	672	36,6	388	21,1	223	12,2	552	30,1	1 835	100
Feminino	1 142	41,1	600	21,6	190	6,8	845	30,4	2 777	100
<b>Nível de Escolaridade*</b>										
Primário (1-3 Classe)	304	39,6	214	27,9	24	3,1	225	29,3	767	100
Primário (4-6 Classe)	485	42,9	282	24,9	41	3,6	323	28,6	1 131	100
1º Ciclo (7-9 Classe)	224	41,4	66	12,2	114	21,1	137	25,3	541	100
2º Ciclo (10-12 Classe)	64	25,3	23	9,1	116	45,8	50	19,8	253	100
Avançado (= / > 13ª Classe)	34	30,1	10	8,8	55	48,7	14	12,4	113	100
<b>Grupo Etário</b>										
[15-19]	10	47,6	3	14,3	0	0,0	8	38,1	21	100
[20-24]	142	41,6	71	20,8	49	14,4	79	23,2	341	100
[25-29]	165	37,8	99	22,7	58	13,3	115	26,3	437	100
[30-34]	198	38,2	114	22,0	63	12,1	144	27,7	519	100
[35-39]	188	37,7	102	20,4	59	11,8	150	30,1	499	100
[40-44]	160	38,6	101	24,4	36	8,7	117	28,3	414	100
[45-49]	212	40,2	101	19,1	42	8,0	173	32,8	528	100
[50-54]	164	39,1	102	24,3	27	6,4	126	30,1	419	100
[55-59]	162	43,0	78	20,7	26	6,9	111	29,4	377	100
[60-64]	132	39,5	75	22,5	23	6,9	104	31,1	334	100
[65-69]	92	39,3	54	23,1	12	5,1	76	32,5	234	100
[70-74]	82	37,3	45	20,5	9	4,1	84	38,2	220	100
[= / > 75]	105	40,2	40	15,3	9	3,4	107	41,0	261	100

\* Agrupado para fins deste estudo





## Impacto da idade nas preferências de pagamento

A idade é outro factor crítico, com os grupos etários mais velhos a mostrarem uma preferência acentuada pelos pagamentos em dinheiro. Nomeadamente, 88,0 por cento dos beneficiários com 75 anos ou mais preferem o numerário, o que revela um potencial desconforto ou falta de familiaridade com os serviços digitais ou bancários entre os indivíduos mais velhos. Esta tendência sublinha a necessidade de abordagens sensíveis à idade na concepção de programas de protecção social. Para os beneficiários mais velhos, manter a opção de pagamentos em dinheiro é essencial para garantir que continuem a receber os seus benefícios sem dificuldades. Ao mesmo tempo, podem ser feitos esforços para introduzir e familiarizar gradualmente os grupos etários mais jovens com os métodos não monetizados, possivelmente através de programas de sensibilização da comunidade ou de formação tecnológica.

Que razões têm os mais idosos e os mais jovens na preferência por um método ou por outro? A idade influencia nas razões para se optar pelo método de transferência em numerário. Os grupos etários mais jovens (15-19 anos) não só expressam a maior confiança na entrega directa, como também são mais propensos a citar o facto de não terem uma conta bancária como motivo da sua preferência (14,3 por cento). Isto pode reflectir um acesso limitado aos serviços bancários ou uma falta de independência financeira entre os beneficiários mais jovens. Já os grupos etários mais velhos, particularmente os de 70-74 e 75+ anos, estão mais preocupados com a distância dos pontos de levantamento de dinheiro (38,2 por cento e 41,0 por cento, respectivamente). Este facto realça os desafios físicos e logísticos enfrentados pelos idosos no acesso aos serviços financeiros, sublinhando a necessidade de métodos de entrega de dinheiro mais acessíveis para os beneficiários mais velhos.

*“Dinheiro na mão”: Por que razão os beneficiários preferem os pagamentos directos monetizados às soluções digitais?*

### Confiança na entrega directa: o factor dominante

Em todos os grupos demográficos, “maior confiança no processo de entrega directa” surge como a razão mais citada para preferir pagamentos em dinheiro, com 39,3 por cento dos inquiridos a indicarem esta preferência. Esta tendência é particularmente forte entre as mulheres (41,1 por cento) e os grupos etários mais jovens (15-19 anos), que revelam o maior percentual de confiança na entrega directa (47,6 por cento). As entrevistas aos beneficiários em grupo focal sugerem que a entrega directa de dinheiro é vista como mais



fiável e menos propensa a “*complicações*” do que outros métodos, tornando-a uma escolha preferida, especialmente entre aqueles que podem ter uma literacia financeira limitada ou experiência com sistemas bancários formais.

### **Implicações para a concepção de programas de protecção social**

Os programas de protecção social devem ser concebidos com um conhecimento profundo das variações demográficas entre os beneficiários. Isto significa oferecer uma gama de métodos de pagamento que atendam às necessidades e preferências específicas de diferentes grupos. Por exemplo, os adultos mais velhos e os indivíduos com níveis de educação mais baixos sentem-se frequentemente mais confortáveis com as opções tradicionais de dinheiro. Estes grupos podem enfrentar desafios na adopção de sistemas de pagamento digitais devido ao acesso limitado à tecnologia ou à falta de familiaridade na sua utilização. Por conseguinte, manter as opções de numerário para estes indivíduos é essencial para garantir que possam aceder facilmente aos seus benefícios sem stress ou barreiras adicionais. Por outro lado, os beneficiários mais jovens e os que têm níveis de educação mais elevados são normalmente mais hábeis na utilização de ferramentas digitais e podem preferir a conveniência e a eficiência dos métodos de pagamento que não sejam em numerário. A promoção de opções digitais como a banca móvel ou as transferências electrónicas entre estes grupos pode melhorar a sua experiência e simplificar a distribuição de benefícios.



Para abordar a disparidade nas preferências de métodos de pagamento e promover uma inclusão financeira mais ampla, especialmente entre as mulheres e os indivíduos menos escolarizados, os programas futuros devem incorporar iniciativas abrangentes de alfabetização e inclusão financeira e digital. Essas iniciativas podem envolver a colaboração com bancos locais para fornecer serviços financeiros personalizados que atendam às necessidades exclusivas desses grupos. A parceria com fornecedores de serviços bancários móveis pode também oferecer soluções bancárias digitais convenientes e seguras. As organizações comunitárias podem desempenhar um papel crucial neste esforço, facilitando workshops educativos e fornecendo apoio contínuo para ajudar os beneficiários a compreender e utilizar eficazmente estas ferramentas financeiras. Estas iniciativas não só colmatam o fosso entre as preferências monetizadas e não monetizadas, como capacitam os indivíduos, aumentando a sua literacia financeira e confiança.

É vital que as componentes de TSM dos programas de protecção social futuros se mantenham adaptáveis ao contexto local, permitindo aos beneficiários a flexibilidade de alternar entre diferentes métodos de pagamento à medida que as suas circunstâncias pessoais evoluem. Por exemplo, um jovem que inicialmente prefere pagamentos em dinheiro pode sentir-se mais confortável com o banco digital ao longo do tempo, especialmente à medida que ganha mais exposição e experiência com a tecnologia. Por isso, os programas devem dar aos beneficiários a opção de fazer a transição para métodos que não sejam em numerário quando estiverem prontos, garantindo que estas opções digitais são convenientes e fiáveis. Esta flexibilidade pode acomodar alterações nas preferências e necessidades dos beneficiários, tornando o sistema global mais reactivo e fácil de utilizar. Ao considerar estas estratégias detalhadas, os programas de protecção social podem responder melhor às diversas necessidades dos seus beneficiários, promovendo um ambiente inclusivo e de apoio que se adapta às circunstâncias em mudança e aos avanços tecnológicos.



## **6. IMPACTO DO KWENDA NO BEM- ESTAR DO AGREGADO**

---

*Ao entregar recursos financeiros, o KWENDA capacitou os agregados familiares a afectar fundos a necessidades prementes, tais como alimentos, bens domésticos e investimentos em áreas de geração de rendimento. Muitas famílias utilizaram os fundos para melhorar a sua habitação, investir na educação ou nos cuidados de saúde, ou criar micro-empresendimentos – mudanças que tiveram um impacto duradouro e positivo no seu bem-estar.*

---

As Transferências Sociais Monetárias (TSM) são cada vez mais essenciais para melhorar os meios de sustento das pessoas na África rural (Pega et al., 2022). A justificação para esta abordagem é influenciada pela tendência crescente de efectuar transferências de dinheiro para diferentes grupos-alvo, a fim de melhorar o seu nível de vida. As transferências monetárias mostraram ter efeitos benéficos para o bem-estar das famílias na América Latina e, mais recentemente, na África Austral. No entanto, a maioria dos estudos concentrou-se principalmente nos seus efeitos indirectos, como a despesa em bens nos mercados locais e teve um foco mínimo no impacto directo das transferências nas decisões sobre despesas das famílias. O estudo do KWENDA visa, em parte, preencher essa lacuna, esclarecendo a influência das transferências monetárias nos processos de tomada de decisão dos agregados familiares beneficiários.

Programas como o KWENDA, que efectua pagamentos em dinheiro directamente aos agregados familiares, visam capacitar os beneficiários para que tenham autonomia no uso dos fundos, de acordo com as suas necessidades mais urgentes. Este capítulo examina os diversos impactos das TSM do KWENDA nas comunidades beneficiárias, investigando a sua utilização pelos beneficiários e as vantagens sociais e económicas mais amplas que promovem. O capítulo avalia o impacto global do KWENDA nos meios de sustento locais, concentrando-se na aquisição de activos produtivos e domésticos, aquisição de alimentos para a segurança alimentar dos agregados beneficiários, utilização do dinheiro para acesso a serviços públicos, como educação e saúde, e outras despesas sociais e económicas.

Esta avaliação tratou de perceber como os beneficiários do KWENDA raciocinaram e que comportamentos adoptaram ligados à gestão dessa renda e como isso voltou a conferir

alguma dignidade e capacidade de sustento às famílias. Essa capacidade de tomar decisões também é afectada pelo estado emocional da pessoa. Um estado emocional negativo ou stress pode conduzir a decisões financeiras menos boas ou reflectidas, na medida em que não ter o mínimo para garantir o bem-estar pessoal ou da família tende a ser uma experiência stressante.

O estudo avaliou o uso do benefício em duas situações bem diferenciadas. Uma fase inicial em que os modos de vida das populações mais vulneráveis, sobretudo na região Centro-Sul, haviam sido gravemente afectados, não só pela pandemia da COVID-19 e pela situação económica do país, mas também pela ocorrência de uma seca prolongada e que correspondeu à fase piloto e ao início da fase de expansão do Programa, em 2020-2021. Uma segunda fase correspondeu a situações de grande precariedade, mas de menor severidade relativamente à fase inicial em que o uso do benefício foi canalizado, em grande medida, para restabelecer modos de vida em ruptura.

O pressuposto adoptado na análise foi de que o *stress* induzido afectou as decisões sobre o uso do benefício, pelo menos no que diz respeito à fase inicial do Programa KWENDA. O montante dos pagamentos teve também influência nas decisões dos agregados sobre as prioridades a atribuir, determinando a ocorrência de despesas e/ou de investimentos. Em regra, o primeiro pagamento correspondeu, nos municípios trabalhados, a uma só prestação de valor menor, enquanto os pagamentos subsequentes (recorrências) podem ter englobado dois ou mais recebimentos, correspondendo a um valor maior. Desta forma, constatou-se que as decisões sobre o uso do benefício variaram de acordo com: (i) montante recebido; (ii) periodicidade das prestações e (iii) nível de stress e vulnerabilidade à partida.

### 6.1. Contexto na fase inicial do Programa

Embora esta avaliação não estabeleça uma relação directa entre a intervenção do KWENDA e a redução da pobreza nos municípios visados, é importante reconhecer que o Programa é implementado em áreas com níveis de pobreza significativos, conforme destacado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no seu relatório sobre a pobreza multidimensional, abordado brevemente no **Capítulo 3**.


Os modos de vida das populações beneficiárias do KWENDA e que este estudo investiga, diferenciam-se pela dimensão e natureza do stress e dos choques vividos como já

referido na sessão sobre meios de vida e estratégias de sobrevivência. Na fase inicial do Programa e de um modo quase generalizado, os beneficiários consideraram que *“as transferências monetárias ajudaram a resolver o problema da fome. Aqui na Cacula passámos muita fome, muita gente morreu, tanto faz os adultos, como as crianças. Não se pensava mesmo noutra problema, tudo dependia da fome”*. Efectivamente, a destituição e a fome são caracterizados pela falta de nutrientes essenciais para a manutenção do organismo e conformam uma situação de insegurança alimentar severa. Têm consequências graves para a saúde dos indivíduos, pela deficiência de vitaminas, a subnutrição e a desnutrição. Essa condição pode comprometer o organismo e facilitar a ocorrência de outras doenças pela redução da imunidade e conduzir mesmo à morte. No caso das crianças pode afectar o seu desenvolvimento ou provocar a morte.

Os ADECOS que efectuaram os cadastramentos em Cacula, e que tiveram contacto muito directo com as condições de vida das populações antes do pagamento do primeiro benefício, relatam condições indiciadoras de uma situação de insegurança alimentar severa nesse município: *“Fomos a uma comunidade para cadastrar e o nosso lanche tivemos que dar na pessoa que íamos cadastrar, porque foram dois anos de seca. Uns comiam só sopa de manga verde, de oloncha ou lonhandi [frutos silvestres], era uma fase muito crítica. Recolham raízes de bananeira, estendiam e faziam papa...Quando cadastrámos, havia pessoas que já não saíam fora de casa, não andavam mais”*. Também no Londuimbali, o Administrador Municipal referiu que o KWENDA surge numa altura em que a vida das pessoas estava muito afectada pelos efeitos de condições climáticas adversas. Além da COVID-19, o ano de 2020-2021 foi um ano mau para a agricultura por causa da seca: *“Os beneficiários não tinham reservas nenhuma”*.

A situação da população, como ilustrado nesses dois municípios da região Centro-Sul, era de grande destituição. A agricultura não tinha sucesso, os animais foram fonte de alimentação ou acabaram por morrer, não havia dinheiro para os cuidados primários de saúde, para a educação das crianças e ainda menos para pequenos negócios e, como estratégia de sobrevivência, os agregados foram-se progressivamente endividando: *“Tínhamos muitas dívidas de comida nas lojas e nos vizinhos”*. A vida resumia-se, segundo vários beneficiários, *“a deambular pelas matas à procura de qualquer coisa para pôr na boca”*. A população mais nova tentava fazer biscatos para obter algum dinheiro para alimentos, mas que apenas dava para dois ou três dias. Os biscatos eram escassos, na medida em que a seca afectava também as plantações maiores. No caso da população mais idosa, esses *“era sentar e esperar a morte.”*

Embora noutros municípios as situações de vulnerabilidade fossem menos gravosas, mas eram igualmente de enorme escassez de recursos para fazer face a necessidades básicas de saúde, de educação das crianças, de habitação e também de alimentação: “Quando não recebíamos ainda o KWENDA, sofriamos muito com as crianças. Até os nossos filhos perderam mesmo o estudo por causa da falta de dinheiro, mas com o KWENDA agora estão a estudar”. Muitos agregados tinham dívidas contraídas perante a escassez em que viviam, dívidas que se estendiam aos postos médicos e lojas de pequeno comércio pela necessidade de suprir necessidades alimentares básicas. A alimentação era precária. Relatos indicam que as pessoas deixaram de consumir óleo ou açúcar e não conseguiam comprar sabão há muitos meses. “Os idosos nem conseguiam fazer nada”, segundo relatado pelo Director Municipal da Saúde do Andulo, o Município debatia-se com um problema grave de malnutrição em crianças principalmente, mas também em adultos vulneráveis que vivem praticamente sozinhos.



*“Todos somos vulneráveis, mas em diferentes níveis. Porque há vulneráveis que podem ficar 10 anos sem conseguir ver 5 000 Kwanzas... Encontrámos pessoas que desde que nasceram, hoje têm 25, 30 anos de idade, mas nunca calçaram um sapato!... Já casou, mas nunca viu 10 000 Kwanzas! Criança que nunca se cobriu com uma manta!... Há famílias que passam dois dias só a comer produtos tipo frutos da mata, não conseguem se alimentar e outras que até hoje nunca chegaram até à sede da comuna onde vivem, ficam só mesmo na aldeia!... Tem casas de 4 m2 que vivem por ali 10 pessoas... As pessoas vivem mesmo mal, até nos escorreram lágrimas pela cara.”*

### **Impacto reflectido no aumento do poder de aquisição**

A melhoria do bem-estar dos agregados familiares pode ser avaliada de forma eficaz se analisada a forma como os beneficiários aplicaram o seu dinheiro para satisfazer as necessidades essenciais do agregado. Este indicador capta o alívio e o apoio financeiro directo do Programa, destacando a medida em que as TSM permitem às famílias satisfazer necessidades básicas, reduzir o stress financeiro e melhorar as suas condições de vida. Ao analisar as despesas em itens essenciais como habitação, educação, saúde e alimentação, é possível compreender o impacto do Programa na estabilidade e qualidade de vida das famílias.



Embora se deva reconhecer que o KWENDA contribuiu significativamente para o restabelecimento da situação de base anterior ao Programa e que isso representa uma indicação importante do seu impacto, o quadro conceptual concebido para esta avaliação considera que o impacto do KWENDA deve ser medido por indicadores primários de “resultados”. A melhoria do bem-estar dos agregados familiares beneficiários é um desses indicadores e é medido, alternativamente, pelas diferenças estatísticas nas despesas relacionadas com o bem-estar entre os quatro grupos de beneficiários descritos no **Capítulo 2**. O pressuposto é que os beneficiários que receberam as quatro prestações (Grupo 4) teriam níveis mais elevados de despesas sociais e económicas do que aqueles que receberam apenas uma ou duas prestações (Grupo 1). Quanto mais significativa for a diferença estatística entre grupos de beneficiários, maior será o impacto do Programa KWENDA.

## **6.2. Distribuição do Benefício Monetário entre Despesas do Agregado**


Nesta secção, aprofunda-se a afectação estratégica das prestações monetárias às despesas familiares, analisando a forma como as famílias estabeleceram prioridades e geriram os seus recursos financeiros. O foco é a utilização do primeiro pagamento, que estabeleceu as bases para as decisões financeiras subsequentes. De seguida, exploram-se os padrões de despesa nos pagamentos subsequentes, destacando as tendências nas despesas feitas para cobrir necessidades básicas, a aquisição de electrodomésticos e melhoramentos da habitação, a compra de bens de produção e a importância de diversificar as fontes de rendimento para aumentar a capacidade de poupança. Através desta análise abrangente, pretende-se fornecer uma visão completa de como as prestações monetárias foram efectivamente distribuídas para apoiar tanto as necessidades imediatas, como a estabilidade financeira a longo prazo.

### **6.2.1. O impacto do primeiro pagamento**

Apesar de não haver dados sobre a prevalência de desnutrição e de doenças entre a população e sobre os níveis de produção nos anos de seca, os relatos indicam que, à data do primeiro pagamento do KWENDA, existia uma situação de insegurança alimentar de emergência, caracterizada por períodos longos de falta de consumo de alimentos, revelando desnutrição aguda elevada e a ocorrência de mortes acima da média, adoptando estratégias de sobrevivência severas. Dada a relevância do primeiro pagamento, importa perceber que montante financeiro os beneficiários receberam nesta primeira prestação e como foi distribuído por municípios.

Como se destaca na **Caixa 6.1**, em praticamente todos os municípios da amostra foi efectuado um primeiro pagamento de 25 500 Kwanzas por família, correspondendo a uma prestação. O uso deste valor foi integralmente usado para o alívio imediato da fome no caso dos municípios onde se registou seca. Segundo os ADECOS de Cacula, “ninguém conseguiu comprar uma galinha. A pessoa está a receber o dinheiro e está a tremer, através da fome. Então pegou no dinheiro e foi comprar comida”. Tratava-se fundamentalmente de repor nutrientes. “Na primeira etapa, quando o KWENDA chegou, aconteceu uma pandemia, ninguém conseguiu naqueles 25 mil comprar qualquer coisinha para criação ou outras coisas. Aquilo foi só mesmo para fazer a despesa de alimentação”. As despesas dos agregados nestas áreas foram sobretudo de cereais (fuba de bombó, de milho ou arroz), óleo e leguminosas, como feijão.

Estes alimentos eram complementados por folhas, usualmente a pouca rama de mandioca ou batata-doce, cultivadas em muito pequena escala à volta das residências. Relativamente à situação precedente, pode dizer-se que os agregados passaram a comer melhor, mas isso não significou melhoria na qualidade e diversidade da dieta. Alguns agregados compraram sabão, um produto que escasseava havia tempo e que, por isso, havia registo de doenças de pele, sobretudo sarna. Registaram-se casos muito esporádicos de agregados que adquiriram animais (mas esses foram poucos), ampliação ou reabilitação de paredes e tectos das habitações, sobretudo no caso de famílias que haviam ficado sem parte das suas casas, e negócios de pequena monta.



***“Como esse primeiro pagamento veio no tempo das chuvas, em Outubro, alguns conseguiram comprar sementes de milho e feijão. Cultivaram 3 meses e depois começaram a colher. Onde tinham posto o valor de 15 000 Kwanzas de 30 Kg de semente de feijão, conseguiram colher 600 Kg de feijão. Venderam e a vida começou a melhorar. Isto ocorreu naquelas aldeias onde as pessoas estão mesmo habituadas a trabalhar a terra, aldeias de Nhongo, Catala, Nijila, Ngando e Bunja.”***

Perante necessidades múltiplas, nas regiões em que a escassez hídrica é persistente, as apostas de investimento parecem ser mais centradas na compra de animais e em pequenos negócios do que na agricultura, que tem custos mais elevados e retorno estendido no tempo e incerto. O investimento nas lavras é feito quando a disponibilidade de valores é maior e não se antecipam riscos de perdas das culturas. Caso contrário, argumentam alguns beneficiários, é preferível investir na compra de cabras que oferecem maior segurança de retorno. Be-

beneficiários dos Gambos sustentam que: *“Uma cabra por ano pare duas vezes, então é aí que tem que investir. No campo há momentos que você ganha e há momentos que você perde, então, sempre vale a pena juntar um pouco do dinheiro do KWENDA e comprar animais”*.

### **Empoderar comunidades vulneráveis com o primeiro pagamento: perspectivas dos beneficiários**

Nas regiões menos afectadas pela seca, o primeiro pagamento já serviu distintos objectivos e, nalguns casos, registou-se mesmo algum investimento por parte dos agregados. Mas a compra de alimentos foi, ainda assim, uma prioridade. Nestas zonas, os agregados mantinham a sua produção agrícola, à excepção de idosos, deficientes ou mães solteiras e viúvas com taxas de dependência elevadas. Mesmo nestes casos, os agregados tentaram sempre fazer algum investimento, por pequeno que fosse, para garantirem a sua alimentação a prazo. Compraram, por exemplo, pequenos animais ou cultivaram uma pequena horta. Embora a aquisição de produtos alimentares não produzidos localmente tivesse constado da lista de aquisições (arroz, óleo, sal e açúcar sobretudo), o facto de os agregados manterem a sua produção agrícola permitiu que aplicassem parte desse valor no pagamento de dívidas e despesas sociais, como óbitos ou recolocar os seus filhos na escola.

Entrevistados em Nharea também referem o uso do valor do KWENDA, desde o primeiro pagamento, na cultura do feijão: *“O primeiro dinheiro meti na lavra. Cultivei três sacos de feijão. Este mesmo feijão é que andamos também a comer. Depois meti novamente o feijão na terra e consegui um dinheiro que guardei. No segundo pagamento aumentei a semente, cultivei e, assim que colhi, consegui comprar uma motorizada”*.

Esta aposta de investir o primeiro pagamento numa cultura de rendimento que, como o feijão, permite uma recuperação rápida de renda por ter um ciclo produtivo curto de apenas três meses e ter um valor de mercado elevado, permitiu aos agregados recuperar a situação de vulnerabilidade de modo mais rápido. Andulo e Nharea fazem parte de um circuito de comercialização de feijão importante que abrange também parte do Huambo. Os preços de mercado do feijão entre 2021-2022 variavam entre Kz 300 - Kz 600 por quilograma, mas no ano seguinte subiram para os Kz 700 - Kz 1 000 por quilograma. A situação constatada nesta região realça a necessidade de um programa de protecção social da envergadura do KWENDA apostar seriamente na educação dos agregados sobre a aplicação dos valores monetários e ter o concurso paralelo e robusto do sector da Agricultura, com apoios à produção familiar destes beneficiários. Nas zonas mais a Sul do país também



### **Caixa 6.1. Valores monetários recebidos no primeiro pagamento**

Os dados do inquérito a 7 551 beneficiários revelam diferentes padrões de afectação da primeira parcela de valores monetários. Cada beneficiário recebeu montantes variáveis, de acordo com os critérios operacionais específicos do KWENDA, reflectindo uma estrutura escalonada de assistência financeira. A maioria, ou seja, 64 por cento dos beneficiários, recebeu um montante global de Kz 25 500, totalizando 4 855 indivíduos. A uma parte significativa, 23 por cento, correspondendo a 1 714 beneficiários, foi atribuído um montante de Kz 51 000. Adicionalmente, 771 beneficiários, perfazendo 10 por cento da amostra, receberam um montante substancial de Kz 66 000, evidenciando um esforço direccionado para atender diferentes níveis de necessidade. Um grupo seleccionado de 175 beneficiários, ou dois por cento, recebeu um montante ligeiramente superior de Kz 76 500, indicando uma estratégia de distribuição mais estratificada. Esta repartição detalhada evidencia esforços deliberados e calculados para garantir uma distribuição equitativa e baseada nas necessidades dos beneficiários.

A distribuição por município revela disparidades e tendências significativas no desembolso de fundos, sugerindo uma estratégia de alocação inicialmente padronizada. Nos municípios de Londuimbali, Cacula, Cambundi Catembo, Luquembo e Cuango, todos os beneficiários (100 por cento) receberam Kz 25 500, reflectindo uma abordagem uniforme nestas regiões. Juntam-se a este padrão os municípios do Songo, com notáveis 90,4 por cento, e Belize com 84,1 por cento dos seus beneficiários.

À medida que nos aprofundamos nas tendências e padrões de distribuição de fundos, começa a surgir uma narrativa que revela as complexidades do planeamento financeiro nos municípios. A estratégia de afectação em Namacunde, Gambos, Cubal, Bailundo e Bula-Atumba tiveram uma alocação de Kz 51 000 para a quase totalidade dos beneficiários apenas no primeiro pagamento (o que corresponde a duas prestações).

Há um terceiro conjunto de municípios que espelha uma abordagem ligeiramente mais diversificada. Icolo-Bengo apresentou uma abordagem mista, com 94,6 por cento a receber Kz 25 500 e 3,7 por cento a rece-

ber Kz 76 500 (correspondendo a três prestações), evidenciando uma alocação de fundos mais elevada. Seles seguiu um padrão semelhante, com 71,2 por cento a receber Kz 25 500 e 26,1 por cento a receber Kz 76 500, indicando uma estratégia de distribuição mais diversificada. A estratégia de afectação do Nzeto foi também intermédia, com 62,7 por cento dos beneficiários a receber Kz 51 000. Em contraste, no município de Cacongo, 97,1 por cento dos beneficiários receberam Kz 66 000, o que ilustra uma concentração substancial de fundos mais elevados nesta área.

A concentração de montantes específicos reflecte as condições de operação que cada província ou município oferece. Assim, a distribuição e alocação destes montantes aos beneficiários revelam uma complexa e intrincada tarefa de planeamento financeiro, sublinhando a abordagem deliberada e ponderada adoptada para responder às diversas necessidades locais, revelando um padrão rico de considerações sócio-económicas em jogo.



houve relatos de agregados que afirmam ter conseguido comprar animais para cria, ovelhas, cabritos e alargar também as lavras. Alguns tiveram, inclusivamente, a oportunidade de ter trabalhadores nas suas lavras. Mas também houve quem tivesse adquirido cobertura para as casas e colocado as crianças na escola.

Nas regiões mais a Norte, Malanje e Uíge, alguns agregados apostaram no alargamento da cultura da mandioca. Como relatado por um beneficiário do Uíge: *“Com os 25 mil fiz lavra de mandioca, mas só vai sair daqui a 18 meses, se a chuva não estragar a mandioca”*. Investir um valor reduzido numa cultura alimentar de ciclo tão longo como a mandioca, que pode levar até 18 meses para poder ser colhida, não parece ter sido uma aposta que garanta um efeito multiplicador de renda no curto prazo. Na realidade, embora a mandioca seja uma cultura que garante a segurança alimentar dos agregados em tempo de crise, pela oportunidade de ser colhida ao longo do ano e ficar armazenada no solo, o seu ciclo excessivamente longo não aconselha a investimentos numa situação de crise já instalada e onde as necessidades dos agregados entram em conflito. Este tipo de debate é o que se espera que os ADECOS estejam capazes de ter com os beneficiários do KWENDA quando realizam aquilo a que denominam “educação financeira” das comunidades. Como os próprios afirmaram e se constatou durante este estudo, eles necessitam de ter alguma orientação mais técnica nas áreas de finanças e agricultura, que é a principal actividade geradora de rendimentos da vasta maioria dos beneficiários do KWENDA.

No Leste, na Lunda Sul, face a um mercado muito restrito e poucas alternativas de outras aplicações, o uso do valor monetário na abertura de novas lavras de mandioca foi algo praticamente generalizado. Mas não só a mandioca ali tem um ciclo ainda mais longo, de dois anos ou mais, como uma praga que prevalece nalguns municípios da província há já mais de dois anos, leva a que o investimento se perca. Isso levou muitos agregados a procurarem lavras cada vez mais longe das áreas de residência, por vezes até 40 Km, para abrir novas lavras de mandioca, na esperança de que não sejam ali atingidas pela praga. Mas houve casos de sucesso nessa aposta, quando feita em associação com outras aplicações do valor monetário, como é o caso da D. Mariazinha, cuja história se apresenta mais à frente neste capítulo.

### **Escassez, afectação de recursos e estabilidade psicológica**

Refazer um tecto ou uma parede caída da habitação, visitar uma mãe ou poder contribuir para um óbito fez todo o sentido para o bem-estar emocional dos agregados. Não ter o mínimo para garantir o bem-estar pessoal ou da família tende a ser uma experiên-





### **Caixa 6.2. Uma história inspiradora de superação da adversidade**

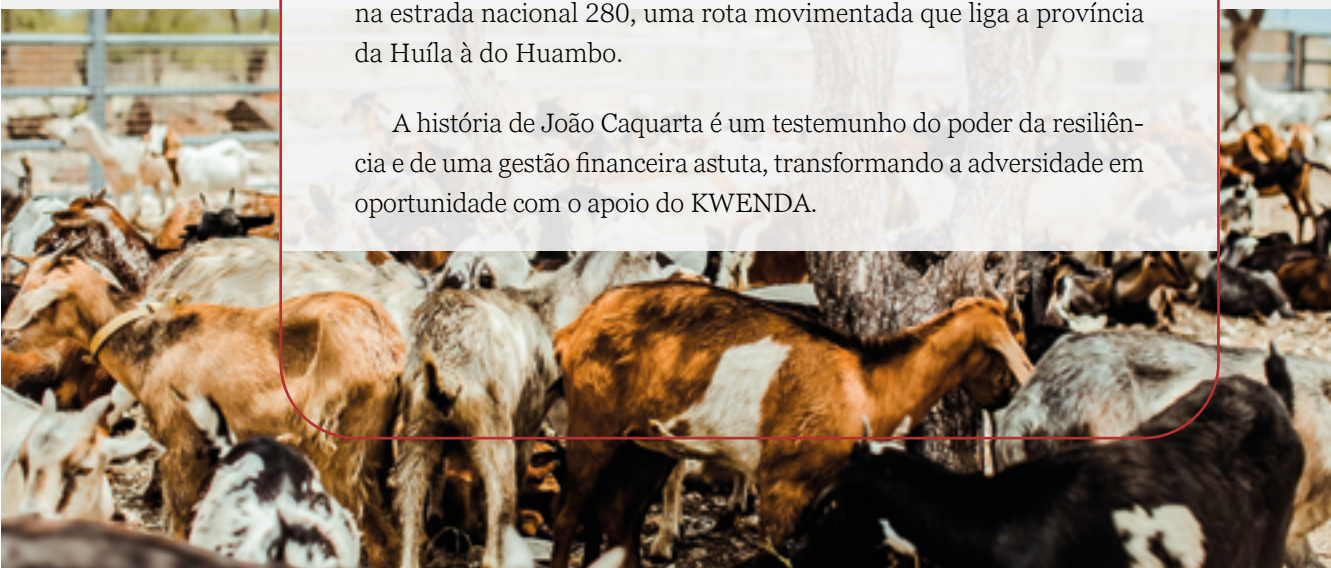
João Caquarta, um jovem de um bairro de Cacula (Huíla), é um exemplo de visão e resiliência na utilização dos fundos recebidos de KWENDA. Vivendo com uma família pequena e possuindo apenas algumas cabras que sobreviveram a uma seca prolongada, João enfrentou desafios significativos, uma vez que o preço dos animais tinha disparado devido à escassez de oferta.

A sua “viagem” começou com o dinheiro do KWENDA. João utilizou parte dos fundos para comprar alimentos básicos para a sua família e uma “cesta básica”, que depois vendeu a retalho nos bairros. Este começo modesto marcou o início da sua aventura empresarial.

Com o segundo pagamento, João expandiu o seu negócio de venda ambulante, complementando-o com a venda das suas cabras. Hoje, gere com orgulho uma pequena cantina no seu bairro e está em vias de abrir uma loja de lubrificantes perto da estrada principal.

O montante inicial era insuficiente para ter um local fixo de venda. João começou como vendedor ambulante com um pequeno cesto, juntando gradualmente dinheiro de várias fontes, incluindo o trabalho nas quintas de outras pessoas. A sua perseverança deu frutos e, hoje, diversifica as suas actividades comerciais. Sempre atento às exigências do mercado, João identificou os lubrificantes como um produto de grande procura, especialmente porque Cacula está localizada na estrada nacional 280, uma rota movimentada que liga a província da Huíla à do Huambo.

A história de João Caquarta é um testemunho do poder da resiliência e de uma gestão financeira astuta, transformando a adversidade em oportunidade com o apoio do KWENDA.



cia stressante e a sobrecarga cognitiva é um dos aspectos de uma vida de escassez quase permanente. Ter poucos recursos significa escolher entre suprir uma necessidade básica e fazer outras opções de gastos. Apesar do valor monetário ser “reduzido”, aplicar parte do valor nestas questões garante estabilidade psíquica, permitindo que se faça melhor uso dos próprios talentos e capacidades para lidar com a situação de privação de forma menos traumática e tomar decisões mais assertivas.

Foi o caso de Feliciano Nanga, de 66 anos de idade da aldeia de Cariongo, no Andulo: *“Em Novembro recebi 25 mil. O gerador é de 1 litro só e me custou 20 mil. Os 5 mil que restou comprei sabão, óleo e sal. Comprei lá gerador para a casa ficar acesa e para carregar o telefone para falar com os meus netos, porque a minha filha vive no Maquela do Zombo e o meu filho está no Huambo. Não posso ficar assim sem falar com eles e também porque eu fiquei com sete netos dos meus três filhos falecidos”*. A Feliciano foi muito criticada pelos vizinhos por ter gasto o valor monetário do KWENDA a adquirir um gerador numa situação em que não tem uma fonte de renda estável, já que compra fruta e verduras na estrada e revende no bairro com uma margem muito pequena e a sua lavra tem uma dimensão reduzida – 0,45 hectares, onde cultiva milho e mandioca apenas para “consumir com as crianças”. Mas ela defendeu, de modo seguro e sem qualquer arrependimento, o seu ponto de vista: *“Estou a ficar velha, tenho 22 netos e o marido já foi. Os filhos e os netos estão dispersos. Os sete que estão comigo, tenho que preparar o futuro deles, mas preciso falar com os outros filhos. Não posso andar 7 km daqui da aldeia até na sede do município e ficar lá horas para carregar telefone. Voltas e não faz dois dias tens que voltar mais só para carregar o telefone. Não posso, porque tenho que fazer o meu negócio. Estou mesmo contente com o meu gerador. Só lhe ligo para acender as luzes de vez em quando, carregar o telefone e falar com os meus netos, que me dá muita alegria.”*

Cacongo, em Cabinda, no conjunto dos municípios da amostra constituiu um caso particular de primeiro pagamento que juntou duas prestações com o valor já actualizado de 66 000 Kwanzas. Neste município, os beneficiários do KWENDA são idosos, doentes crónicos, deficientes, mães solteiras ou viúvas e albinos referenciados pelo sistema de Saúde, a Acção Social ou as Administrações Comunitárias. Por esse facto, a aplicação do valor do KWENDA é limitada, apesar do montante ser mais elevado. Neste caso, o uso dado ao benefício foi muito direccionado para a compra de medicamentos e tratamentos, parte deles adquiridos ou realizados mesmo além fronteiras, na República do Congo. Mas, alguns idosos ainda activos, mães solteiras e viúvas aplicaram parte destes valores em pequenos negócios de compra e venda de peixe ou de produtos como quicunga, óleo de palma, produtos agrícolas (tomate,

cebola, folhas) e bens industriais, sobretudo o óleo e o sal, e ainda no fabrico de micates [bolos caseiros]. Tratam-se de vendas de pequena monta, usualmente feitas em bancadas à frente das casas nos próprios bairros e, mais esporadicamente, em mercados próximos.

Como referiram entrevistados da Nharea, este primeiro pagamento de Kz 25 500 permitiu salvar pessoas e atender outras necessidades básicas e, nalguns casos e regiões, efectuar um investimento mesmo que precário. Mas o valor “*não demorou porque chegava naquele momento cheio de dívidas por causa da doença e pôr as crianças na escola. Tínhamos dívidas nos postos médicos, nas lojas*”. Colocar os filhos na escola foi uma preocupação expressa por todos os beneficiários, sobretudo as mulheres, que usualmente têm a seu cargo as questões relacionadas com a escolaridade das crianças.

Numa situação de grande vulnerabilidade e pobreza, a crise impõe diferentes estratégias e uma delas é a retirada dos filhos da escola para colmatar a falta de meios para pagar mão-de-obra eventual para trabalhar nas lavras. Isso também ocorre porque os agregados deixam de ter a capacidade de adquirir os bens necessários para a escola, como batas, cadernos, lápis e roupa para as crianças. Não ter como “*comprar roupa e sapatos e ir com a fome na escola junto com os filhos dos funcionários*” foram as razões sempre invocadas para não permitir que os filhos fossem à escola.





*“Para além de trabalharem nas lavras, os pais também têm vergonha de enviar os filhos à escola com um calção ou uma camisola gastos, rotos, sujos e descalços, porque na escola outras crianças estão bem vestidas e calçadas. Sentem-se inferiorizados. Depois do KWENDA conseguiram colocar os filhos na escola iguais aos outros. É uma dimensão de dignidade!”* [referência de um Administrador Municipal].

Com o benefício do KWENDA, os pais voltaram a ter essa capacidade financeira e, durante o trabalho de campo desta avaliação, viam-se as crianças a dirigirem-se para a escola de manhã cedo saindo das aldeias e bairros, calçados e com uma bata, os seus cadernos na mão e, frequentemente, uma cadeira plástica pequena ao ombro para se sentarem. Segundo as Direcções municipais da Educação, esse efeito foi evidenciado nas taxas de matrículas no ano lectivo subsequente aos pagamentos.

### 6.2.2. Uso de pagamentos subsequentes

A secção anterior destacou a importância crítica do primeiro pagamento aos beneficiários, especialmente aqueles que habitam em municípios mais vulneráveis. Embora o impacto deste primeiro pagamento não possa ser quantificado de forma isolada, há provas convincentes que indicam que o Programa KWENDA melhorou significativamente a situação de muitos beneficiários. O pagamento inicial de Kz 25 500 foi particularmente transformador para os beneficiários, o que justificou dedicar toda a **Secção 6.2.1** a estes factos. Nesta secção explora-se a dinâmica mais complexa das despesas relacionadas com o pagamento total recebido, conforme ilustra a **Figura 6.1**. Os testes estatísticos efectuados na análise entre grupos de beneficiários determinam o impacto da intervenção, como já foi referido anteriormente.

#### **Revelando prioridades: análise detalhada dos padrões de despesa dos beneficiários do KWENDA**

Os padrões de despesas dos beneficiários do KWENDA revelam a perspicácia das suas prioridades financeiras em oito categorias distintas. Os alimentos representam 23,1 por cento do total das despesas, reflectindo a necessidade universal de garantir a segurança alimentar e satisfazer as necessidades nutricionais básicas. Os Grupos 1 e 4 são os que mais afectam recursos à alimentação, com 26,2 por cento e 24,6 por cento, respectivamente, destacando a importância crucial da alimentação para o bem-estar das famílias. Entretanto, os bens domésticos e a habitação surgem como a principal categoria de despesas, consumindo 30,4 por



cento dos fundos, com o Grupo 1 a dedicar 34,1 por cento à garantia de condições de vida estáveis, sublinhando a necessidade humana fundamental de abrigo e estabilidade doméstica. O investimento na produção segue-se de perto, representando 19,9 por cento da despesa total, com o Grupo 2 a liderar com 21,4 por cento, o que indica uma estratégia enfática no reforço das capacidades produtivas e dos futuros fluxos de rendimento.

Num contexto de carência, não surpreende que a aplicação e gestão do dinheiro na kixikila<sup>1</sup>, ou poupança, com 3,4 por cento, recebam a menor alocação. Contudo, o Grupo 4 atribui a percentagem mais elevada nesta categoria, com 4,4 por cento, o que indica uma eventual maior literacia financeira e competências de gestão. As outras despesas sociais, com 2,1 por cento, são as menos prioritárias, o que reflecte uma concentração geral nas necessidades imediatas em detrimento das actividades sociais e culturais. Por último, as outras despesas económicas, embora constituam uma categoria menor (4,1 por cento), registam um investimento significativo do Grupo 4 (5,4 por cento), o que sugere uma abordagem diversificada da participação e do investimento económico. No seu conjunto, estes padrões de despesas ilustram as prioridades financeiras e as decisões estratégicas dos beneficiários do KWENDA para responder às suas diversas necessidades e aspirações.

### **Tendências das despesas por município: descobrir as prioridades regionais e os investimentos estratégicos**

A afectação de fundos a várias despesas pelos beneficiários é apresentada na **Figura 6.1**, oferecendo uma visão granular dos padrões de despesa. Ao nível do município, estes dados são ilustrados na **Figura 6.2** e no **Anexo A6.1**, evidenciando uma perspectiva mais ampla dos comportamentos financeiros regionais. Embora o âmbito do estudo não permita comparações directas entre municípios, é, no entanto, interessante examinar as diferenças nas prioridades de despesa entre estas regiões. Esta variação realça a influência dos contextos locais na tomada de decisões financeiras pelos beneficiários. Por exemplo, as condições pré-KWENDA foram um factor significativo na determinação das prioridades de despesa em certos municípios, como se reflecte nos dados apresentados na **Figura 6.2**. Este facto determina a importância de compreender as nuances regionais ao analisar os padrões de despesas dos beneficiários, uma vez que as circunstâncias locais podem moldar profundamente as prioridades e os comportamentos financeiros.

---

<sup>1</sup> Kixikila é um sistema de inter-ajuda, que permite que, num grupo de indivíduos, cada um deles possa fazer, de modo rotativo, investimentos de maior vulto.

## **Tendências e padrões municipais**

A análise da distribuição das despesas nos municípios revela variações significativas nas prioridades entre os beneficiários de diferentes municípios, reflectindo as suas estratégias de desenvolvimento e necessidades locais únicas. Gambos e Namacunde, com taxas de despesas alimentares de 47,7 por cento e 45,9 por cento, respectivamente, revelam um enfoque pronunciado na nutrição e em potenciais questões de segurança alimentar, ultrapassando largamente a média geral de 23,1 por cento. Este facto revela a importância crítica da alimentação nestas áreas, por sinal regiões afectadas pela seca. Os beneficiários nos municípios de Belize e Songo afectam 22,3 por cento e 19,4 por cento dos seus orçamentos, respectivamente, na educação e saúde, significativamente acima da média de 11,2 por cento.

O investimento na produção é particularmente forte no Songo e no Nzeto, onde se registam despesas de 26,1 por cento e 24,0 por cento dos orçamentos, respectivamente. Luquembo e Andulo destacam-se no investimento na pecuária, com despesas de 15,0 por cento e 11,4 por cento, comparativamente à média de 5,8 por cento. No caso de Belize e Cacongo, o foco foi a poupança, que atingiu 9,0 por cento e 6,7 por cento dos orçamentos respectivamente. As outras despesas sociais são priorizadas por Cambundi Catembo e Muconda, com despesas de 4,7 por cento e 3,1 por cento, ultrapassando a média de 2,1 por cento. Por último, os beneficiários de Seles e Bula-Atumba concentram-se nas outras despesas económicas, dedicando 7,1 por cento e 6,3 por cento dos seus orçamentos a estas áreas. Estes padrões de despesa especializados, como a ênfase no investimento na produção no Songo, sublinham as diferentes prioridades e focos estratégicos e reflectem objectivos de desenvolvimento únicos de cada município.

## **Padrões de despesa diversificados: um olhar mais atento às prioridades e estratégias dos Grupos**

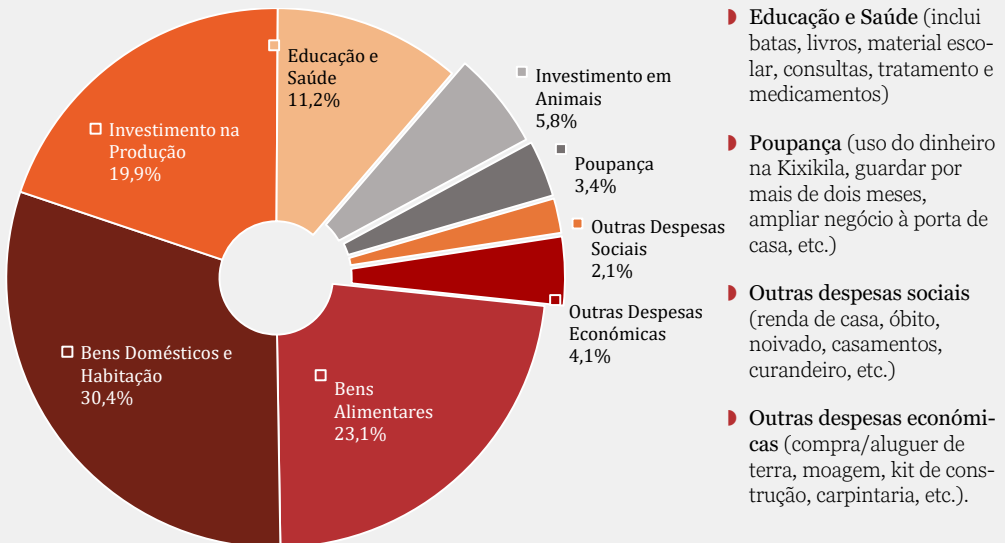
Os padrões de despesa dos vários grupos revelam distintas prioridades e afectações de recursos, revelando as estratégias económicas e as escolhas de estilos de vida intrínsecas a cada grupo. Os beneficiários do Grupo 1, por exemplo, concentram-se predominantemente nos bens de uso doméstico e habitação, que constituem 34,1 por cento da sua despesa total, e nos géneros alimentares, com 26,2 por cento, o que indica uma priorização das despesas essenciais à vida. Este grupo atribui comparativamente menos à educação e saúde (9,3 por cento) e às outras despesas económicas (2,3 por cento), o que sugere uma abordagem mais conservadora em relação às despesas comuns e diversas. Em contrapartida, os beneficiários



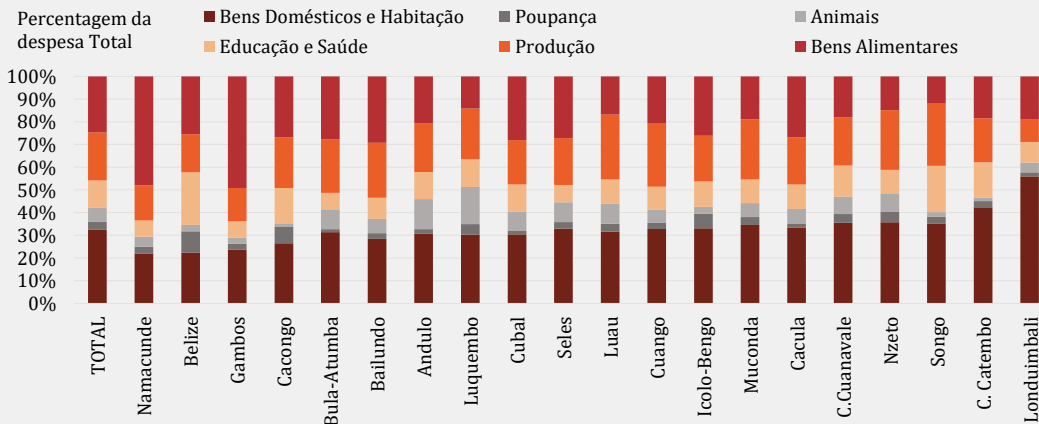
do Grupo 2, apesar de continuarem a privilegiar os bens de uso doméstico e habitação (29,5 por cento) e os géneros alimentares (20,8 por cento), demonstram um investimento significativo na produção (21,4 por cento) e na educação e saúde (12,5 por cento), reflectindo uma estratégia económica mais equilibrada e, eventualmente, orientada para o crescimento.

O Grupo 3 adopta um modelo de despesa equilibrado, com foco na alimentação (24,4 por cento) e nos bens de uso doméstico e habitação (29,2 por cento), mantendo um investimento moderado em várias categorias, incluindo a poupança (2,8 por cento) e as outras despesas sociais (1,9 por cento), o que indica uma abordagem diversificada na afectação de recursos. Por último, o Grupo 4 apresenta uma despesa consistentemente elevada em géneros alimentares (24,6 por cento) e bens de uso doméstico e habitação (31,0 por cento); atribui mais valores a outras despesas económicas (5,4 por cento), mas apresenta a despesa mais baixa em educação e saúde (8,7 por cento), o que pode reflectir uma preferência por investimentos económicos directos. Estas observações reflectem o conjunto de prioridades e estratégias económicas únicas de cada grupo, oferecendo uma compreensão matizada dos seus padrões de despesa e valores subjacentes.

**Figura 6.1.** Distribuição do valor monetário por categoria de despesas no agregado familiar



**Figura 6.2.** Distribuição percentual do valor médio monetário por categoria de despesas por município



### O que terá influenciado a distribuição das despesas observadas acima?

O segundo pagamento correspondeu, na maioria dos municípios da amostra, a valores entre os 51 000 Kwanzas e os 66 000 Kwanzas. O pagamento de duas prestações em conjunto teve algum impacto no uso que os agregados deram ao benefício, permitindo, em alguns casos, estender as despesas a outros bens não alimentares e alargar investimentos já antes efectuados. Para além das despesas mais comuns em alimentação e habitação, os investimentos, novos ou em complemento de investimentos anteriores, incluíram a agricultura – alargamento de lavras ou aquisição de terra, contratação de mão-de-obra agrícola, compra de sementes e fertilizantes, instrumentos agrícolas e, nalguns casos, fitofármacos. A pecuária, que engloba a aquisição de pequenos animais, sobretudo cabras, porcos e galinhas para criação e reprodução e casos mais esporádicos de aquisição de um animal de grande porte, sobretudo para trabalho agrícola.



*“A segunda fase [de pagamentos] nos encontrou com um bocado, mas aumentámos mais comida. Também ajudou a fechar a outra parte de negócio que tínhamos começado e queríamos fechar da primeira fase. Então, agora comprámos crias, outros aplicaram nas lavras mesmo.”*

A contribuição das transferências monetárias para a melhoria da dieta alimentar das famílias pobres e vulneráveis foi evidenciada em todos os relatos de beneficiários, ADECOS e instituições. Contudo, a sua segurança alimentar é algo que não pode ser recuperado apenas mediante a aquisição de alimentos, na medida em que exige que várias outras dimensões inibidoras de crises alimentares ocorram para garantir o acesso e a disponibilidade permanente a alimentos e o consumo pleno do ponto de vista nutricional.

Os técnicos de campo argumentam que o segundo pagamento teve um impacto significativo em vários agregados, particularmente naqueles que souberam rentabilizar o primeiro e haviam criado alguma estabilidade. Para os mais prudentes e com visão de futuro, este pagamento serviu como um capital inicial crucial, permitindo-lhes embarcar em pequenos empreendimentos e negócios locais. Estes negócios não só fomentam o crescimento económico pessoal, como contribuem para o progresso da comunidade em geral. No entanto, a reacção ao pagamento tem sido diversa. Alguns beneficiários, por falta de perspicácia financeira, geriram mal os fundos, não conseguindo obter quaisquer benefícios a longo prazo. Outros, considerando o pagamento insuficiente, optaram por gastá-lo imediatamente em gratificações de curto prazo. Apesar destas reacções variadas, um segmento notável da população optou por investir o dinheiro de forma judiciosa. A sua esperança é aproveitar esta oportunidade para construir uma auto-suficiência sustentável e garantir um futuro mais estável. Este espectro de respostas sublinha as diferentes estratégias financeiras e mentalidades dentro das comunidades, destacando tanto os desafios, como as oportunidades apresentadas por tais intervenções financeiras.

A par da aquisição de alimentos, os pequenos produtores familiares beneficiários do KWENDA consideram que, recuperada parte da sua estabilidade e tendo em conta o valor recebido, deveriam fazer investimentos na produção agrícola, na pecuária de pequeno porte e encontrar fontes complementares de renda para garantir a sua capacidade futura de resposta a crises. Esses investimentos ocuparam um lugar central nas opções dos agregados no segundo pagamento e a produção agrícola e os pequenos animais continuaram a ser a prioridade, o que é compreensível tendo em conta o modo de vida predominantemente agrícola entre os beneficiários do KWENDA.





### **6.2.3. Média da despesa feita em Kwanzas**

Quanto foi efectivamente gasto em média por categoria de despesa? A **Tabela 6.1** contém dados sobre o montante médio gasto por agregado familiar beneficiário nas oito categorias de despesas, desagregadas pela média global, sexo do respondente, grupos de beneficiários e forma de pagamento. As diferenças estatísticas entre estas opções de despesas são discutidas na **Secção 6.5**, revelando o impacto da intervenção do KWENDA na melhoria do bem-estar dos agregados familiares beneficiários.

#### **Gasto médio geral – o equilíbrio entre necessidades imediatas e aspirações futuras**

Os padrões de despesa dos inquiridos revelam uma afectação diversificada e estratégica de fundos em várias categorias essenciais e discricionárias, dando uma imagem abrangente

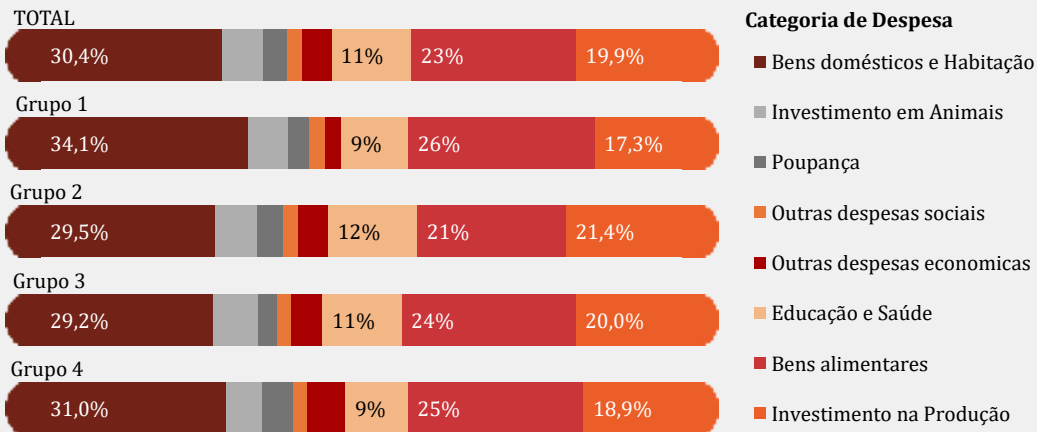




te das suas prioridades financeiras. A liderar a lista de despesas estão os bens domésticos, com os indivíduos a afectarem uma média significativa de Kz 24 369, destacando a centralidade da manutenção das despesas domésticas e do conforto. Logo a seguir, os bens alimentares merecem uma atenção e um investimento expressivos, com uma despesa média de Kz 18 367, sublinhando a natureza indispensável do sustento e da nutrição. As despesas em educação e saúde representam uma parte substancial do orçamento, com uma média de Kz 9 033, reflectindo o seu papel fundamental na vida quotidiana. Os investimentos na produção, com uma média de Kz 16 614 indicam uma abordagem proactiva no sentido de melhorar a capacidade produtiva e garantir a estabilidade económica a longo prazo.

Além disso, os inquiridos demonstram um claro envolvimento na criação de pequenos ruminantes e aves ou em actividades relacionadas, gastando uma média de Kz 4 784 em animais. O conhecimento financeiro é evidente na sua abordagem à gestão do dinheiro, com uma despesa média de Kz 2 798 em planeamento financeiro. Outras despesas sociais, com

**Figura 6.3.** Distribuição do valor monetário por categoria de despesas por grupo de beneficiários



uma média de Kz 1 641 por beneficiário, abrangem uma variedade de actividades sociais e compromissos com a comunidade, realçando a importância do bem-estar social e da conectividade. Por último, as outras despesas económicas, que abrangem uma série de pequenas actividades de geração de renda, têm uma média de Kz 3 569 por beneficiário, captando a amplitude das interações económicas dos inquiridos. Esta análise pormenorizada e diferenciada sublinha a natureza multifacetada e essencial dos hábitos de despesas dos inquiridos, revelando uma abordagem equilibrada à gestão das necessidades imediatas e das aspirações futuras em várias categorias.

### **Prioridades financeiras específicas por género: análise dos padrões de despesa entre homens e mulheres**

Os padrões de despesa entre homens e mulheres revelam paradigmas interessantes em várias categorias, lançando luz sobre as prioridades financeiras específicas de cada género. As mulheres afectam significativamente mais fundos a bens alimentares, com uma despesa média de Kz 20 951 em comparação com os Kz 15 728 dos homens. Por outro lado, os homens gastam mais do que as mulheres em bens domésticos, investindo em média Kz 26 557, enquanto as mulheres gastam Kz 23 822. No domínio da educação e da saúde, as mulheres voltam a liderar com Kz 9 681, ultrapassando os Kz 8 626 gastos pelos homens.



No que diz respeito ao investimento na produção, os homens demonstram um maior empenhamento financeiro, gastando em média Kz 17 951 em comparação com os Kz 16 349 das mulheres. Esta tendência continua no investimento em animais, onde os homens gastam Kz 5 267, ultrapassando os Kz 4 640 das mulheres. Curiosamente, as mulheres mostram uma maior inclinação para a poupança, dedicando Kz 3 067, um valor ligeiramente superior aos Kz 2 574 gastos pelos homens.

Em termos de outras despesas sociais como óbitos e casamentos, ambos os géneros apresentam comportamentos de despesa semelhantes, com os homens ligeiramente atrás, com uma média de Kz 1 664, em comparação com os Kz 1 691 das mulheres. Por último, no que se refere a outras despesas económicas associadas a geração de renda, os homens gastam ligeiramente mais, com uma média de Kz 3 742, em comparação com os Kz 3 592 das mulheres.

De um modo geral, estes dados revelam que as mulheres tendem a gastar mais em bens alimentares, educação, saúde e em poupanças, enquanto os homens fazem mais despesas em bens domésticos, investimento na produção, investimento em animais e em outras despesas económicas. As despesas sociais permanecem relativamente equilibradas entre os géneros. Estas diferenças sublinham as prioridades financeiras distintas dos homens e das mulheres, realçando a importância de considerar as perspectivas de género na análise económica e na elaboração de políticas de protecção social.

### 6.3. Impacto Geral do Benefício

#### **Diferença de despesas entre grupo de beneficiários**

Como mencionado anteriormente, o impacto do KWENDA é avaliado através de três indicadores de resultados primários. Esta secção centra-se no primeiro indicador: melhoria do bem-estar do agregado familiar. Este indicador pode ser avaliado eficazmente examinando a forma como os beneficiários afectam os seus recursos para satisfazer as necessidades essenciais do agregado familiar. O indicador capta o alívio e o apoio financeiro directo do Programa, ilustrando como as TSM permitem que as famílias tenham acesso a dinheiro para satisfazer as necessidades básicas, reduzem o stress financeiro e melhoram as suas condições de vida. Ao analisar as despesas em itens essenciais, como habitação, educação, alimentação, cuidados de saúde, pode-se discernir o efeito do Programa na estabilidade e qualidade de vida das famílias.

**Tabela 6.1.** Despesa média em Kwanzas por categoria de despesa segundo o género, grupo de beneficiários e forma de pagamento

<b>Categoria</b>	<b>Unidade</b>	<b>Bens Alimentares</b>	<b>Bens Domésticos</b>	<b>Educação &amp; Saúde</b>	<b>Investimento na Produção</b>	<b>Investimento em Animais</b>	<b>Poupança</b>	<b>Outras Despesas Sociais</b>	<b>Outras Despesas Económicas</b>
<b>TOTAL</b>	[N]	7 551	7 551	7 551	7 551	7 551	7 551	7 551	7 551
	Média (Kz)	18 367	24 369	9 033	16 614	4 784	2 798	1 641	3 569
<b>Sexo do Respondente</b>									
	[N]	3 034	3 034	3 034	3 034	3 034	3 034	3 034	3 034
Homens	Média (Kz)	15 728,01	26 557	8 626	17 951	5 267	2 574	1 664	3 742
	[N]	4 342	4 342	4 342	4 342	4 342	4 342	4 342	4 342
Mulheres	Média (Kz)	20 951	23 822	9 681	16 349	4 640	3 067	1 691	3 592
<b>Grupo de Beneficiários</b>									
	[N]	1 296	1 296	1 296	1 296	1 296	1 296	1 296	1 296
Grupo 1	Média (Kz)	10 943	12 190	3 591	7 419	2 137	1 283	762	967
	[N]	3 460	3 460	3 460	3 460	3 460	3 460	3 460	3 460
Grupo 2	Média (Kz)	14 640	22 078	9 289	15 950	4 406	2 650	1 589	3 190
	[N]	1 850	1 850	1 850	1 850	1 850	1 850	1 850	1 850
Grupo 3	Média (Kz)	25 642	31 142	11 752	21 518	6 752	2 924	2 055	4 719
	[N]	770	770	770	770	770	770	770	770
Grupo 4	Média (Kz)	34 299	44 425	12 561	27 067	7 298	6 350	2 737	7 699
<b>Forma de Pagamento</b>									
	[N]	5 449	5 449	5 449	5 449	5 449	5 449	5 449	5 449
Numerário	Média (Kz)	1 860	26 140	8 985	18 376	5 587	2 688	1 854	3 915
	[N]	1 927	1 927	1 927	1 927	1 927	1 927	1 927	1 927
Cartão Multicaixa	Média (Kz)	18 641	21 574	9 989	13 141	2 949	3 365	1 188	2 916

A análise inferencial, apresentada a seguir, indica que os agregados beneficiários que recebem menos pagamentos têm benefícios sociais mais baixos do que os que recebem mais pagamentos ou que já receberam o benefício na totalidade. As diferenças estatisticamente significativas nas despesas médias entre estes grupos reflectem o impacto positivo do KWENDA no bem-estar dos agregados familiares. A avaliação do impacto do Programa é feita para as principais categorias de despesas: habitação e bens domésticos, produtos alimentares, educação e saúde, investimentos na produção agrícola e pecuária, e contribuições para a poupança. Estes resultados são detalhados no **Anexo A6-2**.

### 6.3.1. Aquisição de bens alimentares

A análise abrangente do impacto do KWENDA na segurança alimentar dos agregados familiares é explorada em pormenor no **Capítulo 8**. No entanto, uma vez que os dados sobre as despesas alimentares são importantes para o bem-estar dos agregados, é pertinente discutir aqui, ainda que brevemente, as diferenças observadas nas despesas médias entre os grupos de beneficiários.

Os resultados indicam uma disparidade altamente significativa nas despesas entre o Grupo 1 e o Grupo 4, como evidenciado pelos resultados estatísticos ( $F = 591,684$ ,  $p < 0,001$ ). É notável o facto de o Grupo 4, que recebeu uma maior transferência de dinheiro, alocar substancialmente mais fundos para a alimentação, com uma diferença média de gastos de Kz 23 355 comparativamente ao Grupo 1. Esta diferença aponta para o papel fundamental que o aumento dos recursos financeiros desempenha no reforço da segurança alimentar e nutricional das famílias rurais. As transferências monetárias mais elevadas permitem um maior poder de compra, facilitando assim um melhor acesso a alimentos nutritivos e contribuindo para o bem-estar geral do agregado familiar. Esta evidência sublinha a importância de intervenções financeiras direccionadas para combater a insegurança alimentar e melhorar a qualidade de vida das populações vulneráveis.

Os padrões de despesa alimentar revelam variações significativas nas despesas em bens alimentares entre os diferentes grupos, enfatizando as diversas estratégias e prioridades financeiras que os agregados adoptaram. Em média, as despesas com alimentação estão estimadas em Kz 18 367 do total recebido. No entanto, o Grupo 1 destaca-se pela sua notável moderação em despesas alimentares, gastando menos Kz 7 424 do que a média geral. Da mesma forma, o Grupo 2 também pratica gastos conservadores, embora em menor grau, com despesas de Kz 3 727 abaixo da média, sugerindo uma abordagem equilibrada, mas cautelosa, ao orçamento alimentar.



Em contraste, os beneficiários do Grupo 3 apresentam uma propensão para gastos mais elevados, com despesas que atingem Kz 7 275 acima da média, reflectindo talvez uma maior possibilidade de escolhas alimentares ou gastos com alimentos de qualidade superior. Este facto pode ficar a dever-se a uma maior disponibilidade financeira. Esta inclinação para despesas mais elevadas é ainda mais pronunciada no Grupo 4, que gasta Kz 15 932 acima da média, indicando um investimento significativo numa alimentação mais diversificada (**ver Capítulo 8**). A disparidade acentuada entre os grupos revela como as condições económicas podem moldar profundamente os comportamentos em despesas alimentares. Quando se acumula a prestação melhora-se a disponibilidade e o acesso aos bens alimentares.

### **6.3.2. Bens de utilidade doméstica e melhoria da habitação**

#### **Diferenças nas despesas em bens domésticos entre grupos de beneficiários**

A análise revela uma diferença estatística altamente significativa ( $F = 504,296$ ,  $p < 0.001$ ) nos padrões de despesa em bens domésticos entre os diferentes grupos, com o Grupo 4 a gastar uma média de Kz 32 234 a mais do que o Grupo 1. Este aumento substancial na despesa revela o impacto crítico das transferências monetárias de maior valor nos investimentos familiares. Especificamente, os recursos financeiros adicionais permitem que as famílias comprem bens domésticos essenciais que melhoram significativamente as suas condições de vida. Estes bens incluem uma vasta gama de artigos, tais como mobiliário, electrodomésticos e outros produtos duradouros. Ao afectar mais fundos a estes bens essenciais, as famílias estão não só a melhorar o seu ambiente de vida imediato, mas também a investir em activos

a longo prazo que proporcionam benefícios sustentáveis. Esta tendência realça a importância dos programas de transferências monetárias no fomento da estabilidade económica e na promoção de melhores padrões de vida entre os beneficiários.

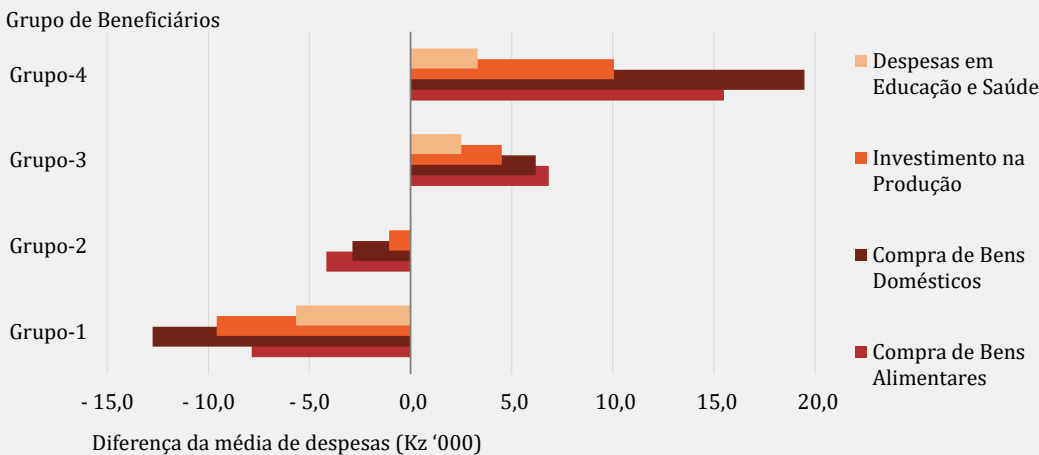
Quando se examinam os montantes médios das despesas com bens de utilidade doméstica (rádio, telefone, fogão, mesa, cadeiras, colchão e vestuário) observam-se diferenças notáveis na capacidade de aquisição entre os vários grupos de beneficiários, evidenciando o impacto do Programa. A despesa média total nesta categoria é de Kz 24 947, mas este valor varia significativamente entre os diferentes grupos. O Grupo 1, por exemplo, gastou menos Kz 12 179 do que a média, resultando numa despesa total de Kz 12 768. Em contrapartida, as despesas do Grupo 2 aproximam-se da média, com uma despesa de Kz 22 656, ou seja, menos Kz 2 291 do que a média global. No extremo superior do espectro, o Grupo 3 gastou mais Kz 6 773 do que a média, elevando a sua despesa total para Kz 31 720. O Grupo 4 de beneficiários foi o que apresentou as despesas mais elevadas, com um gasto de Kz 45 003, ou seja, Kz 20 056 acima da média. Estas diferenças reflectem a variedade de comportamentos e prioridades financeiras entre os diferentes grupos de beneficiários, com alguns a gastar significativamente abaixo e outros muito acima da média. Esta variação nas despesas com bens de utilidade doméstica pode ser atribuída a uma multiplicidade de factores, incluindo o número de pagamentos recebidos, a dimensão do agregado familiar e as preferências individuais, que, no seu conjunto, dão uma imagem abrangente dos padrões de despesa dos beneficiários.

A introdução das transferências monetárias provocou mudanças transformadoras na dinâmica familiar, nomeadamente através da aquisição de bens domésticos essenciais. Os beneficiários deram prioridade ao investimento em electrodomésticos e utensílios de cozinha. Um exemplo foi a adopção de fogões a gás energeticamente eficientes e que constituem uma alternativa mais saudável aos métodos tradicionais de cozinhar. Isso foi possível em algumas comunidades próximas das sedes comunais onde há fornecedores de gás, como foi o caso de nos municípios do Songo e Cambundi Catembo, situados na região Norte do país. Este investimento não só aliviou o esforço físico e os constrangimentos de tempo associados às rotinas diárias, como também apresenta benefícios ambientais substanciais.

A mudança para fogões a gás marca uma transformação fundamental entre as famílias beneficiárias que fizeram esta opção, reduzindo consideravelmente a dependência da lenha e do carvão vegetal. Esta transição desempenha um papel crucial na conservação dos ecossistemas locais, reduzindo a desflorestação e preservando a biodiversidade. Além disso, a adopção de fogões a gás atenua os efeitos adversos para a saúde associados aos

métodos tradicionais de cozinhar. A redução da inalação de fumo conduz directamente a uma diminuição das doenças respiratórias, melhorando a saúde e o bem-estar geral dos membros da comunidade.

**Figura 6.4.** Diferença da despesa relativamente à média por grupo de beneficiários



Esta mudança não se resume à adopção de novas tecnologias; representa um passo mais amplo no sentido da sustentabilidade ambiental e da melhoria da saúde pública. As transferências monetárias, neste contexto, funcionam como um catalisador, assegurando que as famílias rurais têm os meios financeiros para efectuar esta transição benéfica. Ao promover a melhoria dos resultados sanitários e a sustentabilidade ambiental, estas transferências desempenham um papel multifacetado na melhoria significativa da qualidade de vida nas comunidades onde se registaram iniciativas do género.

### **Melhoria das condições de habitação**

Despesas com a habitação foram das mais relatadas após as prioridades com a alimentação, a saúde, a educação das crianças e o pagamento de dívidas. Efectivamente, habitação digna é considerada uma das necessidades básicas do ser humano e as famílias nas zonas rurais enfrentam desafios consideráveis no que diz respeito à habitação. As residências são geralmente muito modestas e adaptadas ao ambiente, feitas com materiais locais, usualmente de pau-a-pique, às vezes de adobes e cobertura de capim. Não têm acesso a



electricidade ou água canalizada, nem mobiliário e as suas dimensões são, frequentemente, exíguas para o tamanho do agregado. Além disso, os fundos das transferências sociais monetárias são utilizados, assiduamente, para comprar bens domésticos, como pequenos painéis solares ou fogões melhorados, aprimorando as condições de vida e reduzindo os custos recorrentes com combustível e energia.

Muitos beneficiários, cujas casas tinham tido quedas de paredes, usaram, de imediato, o primeiro pagamento para refazer as paredes e os tectos devido à proximidade das chuvas, como referem entrevistados de Cambundi Catembo, em Malanje: *“As nossas casas estavam mal, aquilo quando chove fica tipo é na rua, água entrava mesmo e tudo ficava molhado; então assim que recebemos, aquilo foi ir a correr comprar folhas de chapa e é isso que está a nos aguentar até hoje”*. Alargar a habitação, colocar chapas de zinco no tecto e comprar mobiliário foi um investimento feito com o segundo pagamento e os rendimentos obtidos de algum investimento num pequeno negócio ou na lavra. *“Tirei 22 mil Kwanzas e comprei colchões. Precisávamos muito, porque nós todos dormíamos mal”, como refere um entrevistado de Cacongo, em Cabinda. Outros referem ter comprado portas, mesas e cadeiras, loiça, fogões de mesa ou “comprámos lá manta para os bebés. Aqui [Andulo] faz frio e os bebés sofriam com tosse, por isso, reforçar a casa era a nossa prioridade”*.

***“É dinheiro que você não pensava um dia ter, porque aqui muitos nunca tiveram emprego ou trabalho e esperar no fim do mês para ser pago. E conseguimos comprar muitas coisas, que nunca tínhamos comprado. Até outros nunca conseguiram viajar só até Cacula, mas agora chegam lá.”***



Embora a compra de terrenos não seja uma prática expandida nas localidades, vários beneficiários referiram a aquisição de terrenos para auto-construção, sobretudo os que viviam em casas arrendadas, nas zonas próximas das sedes municipais, onde esta prática já é uma realidade. *“Eu já tinha o meu terreno, mas vivia na casa de renda, não tinha possibilidades para construir a casa e comprar as chapas, mas graças a Deus consegui, com o dinheiro do primeiro e do segundo [pagamento] consegui e já estou a viver na minha casa”*. Dados os custos elevados associados à auto-construção, jovens de Cambundi Catembo, em Malanje, juntaram-se para construir as casas de uns e de outros, num regime de entre-ajuda: *“Juntei os meus amigos para construir a minha casa e depois construímos a casa do vizinho, porque aqui trabalhamos mesmo todos para bater os adobes. Uma*

*mão lava a outra*”. Houve ainda beneficiários que melhoraram as casas com reboco de cimento e pagaram a mão-de-obra de mestres locais para fazer parte do trabalho. Tudo isto criou dinâmicas comerciais, de ocupação de profissionais locais e isso foi atribuído a uma oportunidade criada pelo KWENDA que, por outro lado, permitiu a muitos beneficiários cumprir um sonho que nunca pensaram ser possível.

### **6.3.3. Investimento na produção agrícola e pecuária**

#### **Compra de sementes, fertilizantes e instrumentos agrícolas**

Uma melhoria mais significativa operada pelas TSM nos meios de subsistência locais consistiu em permitir que as famílias adquirissem bens produtivos. Com o afluxo regular de dinheiro, as famílias puderam investir em instrumentos e equipamentos que melhorassem as suas actividades económicas, particularmente na agricultura, a base de muitas economias rurais. As famílias puderam comprar sementes, fertilizantes ou mesmo gado, o que pode aumentar a produção agrícola e, subsequentemente, o rendimento familiar.

O investimento na produção é um factor crítico para o aumento da produtividade agrícola e para a promoção do crescimento económico sustentável. A análise revela diferenças significativas nos níveis de investimento entre os diferentes grupos, com o Grupo 4 de beneficiários a investir mais Kz 19 648 do que o Grupo 1, conforme indicado pelos resultados estatísticos ( $F = 244,215$ ;  $p < 0,001$ ). Esta disparidade substancial reflecte os potenciais benefícios de um maior investimento em actividades agrícolas. Para as famílias do Grupo 4, o investimento adicional pode traduzir-se em maiores rendimentos agrícolas, melhores níveis de rendimento e um futuro económico mais estável. Ao canalizarem mais recursos para a produção, estas famílias estão mais bem posicionadas para tirar partido de técnicas agrícolas modernas, adquirir insumos de qualidade e adoptar práticas inovadoras que aumentem a produtividade. Consequentemente, este investimento não só melhora o seu bem-estar financeiro imediato, como também contribui para a sustentabilidade a longo prazo e para o crescimento do sector agrícola. Estas melhorias económicas podem repercutir-se no exterior, elevando a saúde económica geral da comunidade e promovendo uma sociedade mais resiliente e próspera.

O investimento total na produção ascendeu a uma média de Kz 17 008, distribuídos de forma desigual por quatro grupos distintos. O Grupo 1 gastou menos Kz 9 195 do que a despesa média, reflectindo baixa disponibilidade de dinheiro para afectar a esta categoria de despesa. Em contraste, as despesas do Grupo 2 estavam relativamente mais próximas



da média, com apenas Kz 664 abaixo da média, indicando um compromisso financeiro moderado e equilibrado. Por outro lado, os beneficiários do Grupo 3 excederam a média em Kz 4 904, reflectindo uma capacidade de investimento mais agressiva com vista a retornos potencialmente mais elevados. Já o Grupo 4 registou uma despesa de Kz 10 453 acima da média, demonstrando um gasto digno de realce, provavelmente impulsionado por objectivos de produção ambiciosos e um forte empenho em maximizar a produção. Esta alocação diversificada de fundos destaca as diferentes prioridades estratégicas e os comportamentos de risco dentro dos grupos, cada um com o objectivo de otimizar os seus resultados de produção de formas diferentes, mas amplamente determinado pelo tamanho do benefício recebido.

### **Compra de animais de pequeno porte**

O investimento em animais tem-se evidenciando uma área de estudo interessante, revelando disparidades significativas nos padrões de investimento entre diferentes grupos de beneficiários. A análise reflecte diferenças com um resultado estatístico surpreendente ( $F = 55.693$ ,  $p < 0,001$ ), destacando uma diferença média substancial de Kz 5 160. Isto indica que um grupo está notavelmente mais inclinado a investir recursos em animais do que outro. Estas conclusões podem ser fundamentais para os gestores do Programa e as partes interessadas nos sectores da Pecuária e da Agricultura, uma vez que fornecem informações sobre a afectação de recursos e os seus potenciais impactos económicos. A compreensão dos factores subjacentes que determinam estas decisões de investimento pode conduzir a estratégias mais

informadas que podem, por sua vez, melhorar o bem-estar dos animais, aumentar a produtividade e, em última análise, contribuir para um desenvolvimento mais sustentável. Os dados estatísticos sólidos do estudo servem de base para a investigação futura e a formulação de políticas destinadas a otimizar o investimento nas indústrias relacionadas com os animais.



### **Caixa 6.3. Expressões de vitalidade e resiliência nas aldeias beneficiadas do Programa**

Irmãos na fé e no campo! Albano Coxe, de 32 anos, Adelino Salupi, de 40, Francisco Samunda, de 48, e Eugénio Moisés, de 28, não são apenas moradores da aldeia de Ngola, localizada na comuna de Chivaulo; são também “irmãos da mesma igreja”. A sua comuna, Chivaulo, fica situada a 42 quilómetros da sede municipal do Andulo, uma distância considerável, que realça a sua dedicação e compromisso com a sua comunidade.

Estes quatro homens produtores, unidos pela fé partilhada e o espírito comunitário, tomaram a decisão consciente de juntar os seus recursos dos dois pagamentos que receberam. Optaram por investir num empreendimento que não só os beneficiaria a eles próprios, mas também à sua aldeia: o cultivo de tomate. Inicialmente, com o valor do primeiro pagamento de Kz 25 500, embarcaram na sua viagem agrícola, iniciando a produção de tomate numa modesta parcela de terreno. Este primeiro passo foi apenas o início do seu ambicioso projecto.

O segundo pagamento deu um impulso importante aos seus esforços, uma vez que combinou duas prestações no valor de Kz 51 000 para cada um deles. Esta soma substancial permitiu-lhes expandir consideravelmente as suas operações. Com este dinheiro, prepararam um campo de tomate comunitário maior. As sementes para a sua cultura foram obtidas em Esulambanda, uma zona de produção de tomate de renome, situada a 60 quilómetros da sua aldeia. A distância que percorreram para obter estas sementes reflecte a sua determinação e os esforços que estavam dispostos a fazer para garantir o sucesso do pequeno empreendimento agrícola.

Para além de garantirem sementes de qualidade, o dinheiro que juntaram também foi utilizado para pagar mão-de-obra adicional, essencial

para gerir a escala crescente do seu campo de tomate. Investiram em produtos fitofarmacêuticos para proteger as suas culturas de doenças e pragas, assegurando que os tomateiros cresceriam saudáveis e robustos. Além disso, compraram caixas para armazenar e transportar a produção colhida, um passo essencial para manter a qualidade e a comercialização dos seus produtos.

Com todos estes preparativos em curso, Albano, Adelino, Francisco e Eugénio estão esperançados e otimistas quanto ao rendimento que irão obter. O esforço de colaboração constitui um testemunho do poder da comunidade e dos objectivos comuns, facilitados, em parte, pelo Programa. Ao combinarem os recursos proporcionados pelo KWENDA, as competências e o trabalho conjunto, não só reforçaram os seus laços como “irmãos da mesma igreja”, mas também contribuíram para a vitalidade e o crescimento económico da sua aldeia. A história é um exemplo brilhante de como o apoio do KWENDA aliado à união e ao trabalho árduo podem levar a resultados promissores, mesmo perante os desafios.

O investimento médio global em animais foi de Kz 4 898, mas este valor escondeu diferenças importantes entre os distintos grupos de beneficiários. O Grupo 1 afectou uns modestos Kz 2 251 ao seu investimento em animais, ficando Kz 2 647 abaixo da média e reflectindo, talvez, uma abordagem mais conservadora ou recursos limitados. Em contrapartida, as despesas dos beneficiários do Grupo 2 foram de Kz 4 520, apenas Kz 378 abaixo da média, o que indica uma estratégia de investimento mais equilibrada. O Grupo 3 demonstrou um empenho consideravelmente maior, investindo Kz 6 866, sugerindo uma forte priorização das actividades relacionadas com os animais. Numa posição de liderança, os beneficiários do Grupo 4, com maior disponibilidade financeira, dedicaram uma quantia substancial de Kz 7 412 a investimentos em animais, excedendo a média em Kz 2 514, pondo em evidência os seus maiores recursos ou a sua prioridade nesta área.

Estas variações sublinham a diversidade de prioridades e capacidades financeiras de cada grupo, esclarecendo os diferentes níveis de importância atribuída ao investimento em pequenos animais. Em geral, a compra de activos está associada a um sentimento de realização ou

a uma nova esperança para o futuro, tal como expresso por alguns dos inquiridos. Normalmente, isto implica que o agregado familiar junte várias transferências ou poupe algumas das transferências durante um período de 1-3 meses para efectuar a compra de animais.

### **Implicações gerais dos investimentos em actividades agrícolas**

O investimento na agricultura pode assumir muitas formas, todas destinadas a aumentar os ganhos futuros, melhorando as actividades já existentes com taxas de retorno mais elevadas. Isto inclui o investimento em instrumentos e materiais utilizados na produção de alimentos e outros bens. Os beneficiários do Huambo e do Bié utilizaram o dinheiro recebido para comprar enxadas, fertilizantes, sementes de milho e pesticidas. Este investimento aumentou a quantidade de produtos que podiam produzir e o excedente que podiam vender.

Este tipo de investimento é comum entre os pequenos produtores, que têm, amiúde, elevadas taxas de retorno sobre pequenas despesas em fertilizantes e outros factores de produção. É também uma estratégia adequada para os agregados familiares pobres dos municípios do Leste, onde pequenos aumentos de produtividade podem levar a uma regularização do consumo e a um aumento das reservas alimentares, sem exigir trabalho excessivo. Muitos agregados familiares chefiados por mulheres nestas áreas utilizaram o dinheiro do KWENDA para contratar mão-de-obra masculina para limpar novas terras agrícolas e expandir a produção de culturas semi-perenes como a mandioca.

Em Muconda, na região Leste, a agricultura é próxima de uma economia de subsistência. A mandioca é a cultura predominante, praticada durante todo o ano e constitui a base alimentar da população e também a sua principal fonte de rendimento depois de transformada. Os solos não permitem uma cultura extensa de milho ou de hortícolas e apenas a agricultura comercial consegue efectua-las com eficácia. Os grandes mercados para escoamento localizam-se entre Saurimo, 190 Km para Norte, e o Luau, na província do Moxico, 100 Km para Sul e têm, por isso, que pagar preços elevados de transporte pelos sacos de bombó. Segundo os ADECOS da zona, a população *“faz mesmo mandioca. Depois bobicam, secam e fazem bombó. Mas para vender o tal bombó, têm que ir no Saurimo ou no Luau”*. Mas esta zona é afectada há cerca de 2 anos ou mais por uma doença da mandioca que vem provocando a perda de lavras inteiras. A intervenção do sector da Agricultura mostra-se indispensável, na medida em que vários beneficiários perderam todo o investimento feito. Nestas condições, a opção radica em ter lavras muito longe da zona afectada e fazer aplicações financeiras em duas actividades com retorno de capital diferenciado que permita alimentarem-se mutuamente.



O escoamento para mercados longínquos também tem impacto no rendimento que estes agregados poderiam obter se a rede de escoamento comercial funcionasse de modo regular.

No Andulo e Nharea, no Bié, a aposta na agricultura, sobretudo em feijão e hortícolas, catapultou a vida de muitos beneficiários para um patamar completamente diferenciado. Dois irmãos beneficiários do KWENDA, António Parente e António Sikila, de 66 e 33 anos de idade respectivamente, residentes na aldeia Sulambanda, do Andulo, são um destes casos. Decidiram apostar os dois pagamentos de Kz 25 500 e Kz 51 000 que cada um recebeu em algumas economias próprias, na cultura de milho e hortícolas diversas, mas com foco no tomate. Juntaram os seus valores e compraram sementes e adubo e tiveram um rendimento acima de 1 milhão de Kwanzas cada um deles. Com esse dinheiro, Sikila comprou um kaleluia [motocarro] de Kz 450 000, pagou os trabalhadores e o resto foi para despesas da casa e aposta no ciclo seguinte. No ciclo seguinte, cultivaram tomate, mas *“apanhou peste e não deu quase nada, porque não tinha dinheiro para comprar pesticidas”*. Mas voltaram a cultivar um terceiro ciclo de tomate, contraindo empréstimos e os rendimentos foram muito bons. Sikila tem o seu motocarro a fazer fretes e aumentou a sua habitação por ter uma família grande.

Este exemplo, de aposta em culturas de elevado valor de mercado e com vários ciclos de colheita ao longo do ano, revela-se um investimento que pode rapidamente retirar beneficiários de situações de vulnerabilidade e permitir a recuperação rápida da sua base produtiva. Neste caso, há a referir que o irmão mais velho já tinha experiência anterior com a cultura do tomate e isso faz toda a diferença na escolha de uma cultura tão sensível como o tomate. Mas a visão de juntar benefícios para permitir um investimento mais significativo, na expectativa de um resultado maior, é uma via que foi seguida por outros beneficiários com bons resultados.

#### **6.3.4. Diversificação das fontes de rendimento e capacidade de poupança**

*“KWENDA: um catalisador para a diversificação de rendimentos e resiliência económica nas comunidades rurais”*

Pode-se concluir das secções anteriores que o KWENDA desempenhou um papel fundamental na diversificação das fontes de rendimento das famílias. Este é um dos maiores ganhos no contexto das economias rurais, onde a diversificação das fontes de rendimento constitui uma protecção contra vulnerabilidades futuras. As famílias puderam reforçar as

suas actividades agrícolas tradicionais e explorar outros negócios de pequena escala com recursos financeiros adicionais. Por exemplo, algumas famílias começaram a dedicar-se ao pequeno comércio, ao artesanato ou a pequenas operações de retalho. Esta diversificação é vital, uma vez que reduz a vulnerabilidade do agregado familiar aos riscos agrícolas, como as secas ou as invasões de pragas, criando condições económicas mais estáveis e resistentes. Além disso, a diversificação das fontes de rendimento melhora o capital social, uma vez que as famílias se envolvem mais nos mercados e nas redes comunitárias.

O KWENDA, pedra angular das estratégias de rendimento das famílias em muitos municípios, tem sido um raio de esperança para a população rural dependente da agricultura. A sua influência nas actividades agrícolas tem sido significativa, com numerosos agregados familiares a comunicarem um aumento das despesas com insumos agrícolas e a expandirem as suas explorações para terras anteriormente não utilizadas. Este progresso tangível é um testemunho da eficácia do Programa e do seu potencial para revolucionar os meios de subsistência rurais.

Os beneficiários dos municípios do Centro-Sul demonstraram uma capacidade significativamente maior de investir em actividades agrícolas, reflectindo uma tendência positiva na capacitação económica regional. Este sub-conjunto de beneficiários, que representa 25,1 por cento da amostra total do estudo de 7 551 inquiridos, apresenta uma gama diversificada de níveis de investimento. Em média, estes investimentos são estimados em Kz 23 977. No entanto, existe uma variação substancial nos montantes investidos nos diferentes municípios. No extremo inferior do espectro, o município do Andulo registou um valor mínimo de investimento de Kz 1 350. Em contraste, os municípios do Cubal e do Bailundo registaram os valores mais elevados de investimento, atingindo até Kz 117 000. Esta disparidade sublinha as diferentes condições e oportunidades económicas na região Centro-Sul, evidenciando tanto o potencial de crescimento, como os desafios que subsistem para alcançar um desenvolvimento equitativo.

### **Equilíbrio: gestão do rendimento e poupança apesar da pobreza**

Como demonstram os relatos feitos até aqui sobre o uso do benefício, as populações pobres desenvolvem algumas formas criativas de trocas económicas, ainda que circunscritas à gestão de pequenos negócios. Como também já referido, a pobreza não pode ser vista apenas como privação material ou ausência de renda, mas como a privação de um conjunto de capacidades, entendidas no sentido de oportunidades, para investir e poupar.

As decisões de gestão de renda, como investir num negócio ou poupar dinheiro exigem planificação, saber calcular riscos e saber abrir mão de um ganho imediato para obter um mais elevado no futuro. A tendência das pessoas em situação de pobreza é a de favorecer o ganho imediato, porque vivem numa condição em que precisam lidar com necessidades elementares urgentes da vida. Mas entendendo poupança como uma parcela de renda que não é gasta ou consumida quando é recebida e é guardada para utilização futura, pode afirmar-se que houve beneficiários que fizeram um esforço para efectuar poupanças por um período de três a quatro meses após o terceiro pagamento. Poupanças feitas numa vertente micro-económica, a nível individual ou do agregado e de curto prazo.

A análise da gestão dos rendimentos e das poupanças em situação de pobreza exige um cuidado, face às disparidades significativas na afectação dos fundos entre os beneficiários nos vários municípios como evidenciado na **Figura 6.5**. No estudo dos 20 municípios, observou-se uma disparidade acentuada na afectação das poupanças. Alguns beneficiários atribuíram menos de metade do montante médio para a poupança, enquanto outros atribuíram mais do dobro da média, o que evidencia a variação das prioridades e das capacidades socioeconómicas. Por exemplo, os beneficiários em municípios como Bula-Atumba e Londuimbali, com alocações mais baixas, variando de Kz 835 a Kz 1 969, conseguiram poupar significativamente menos do que a média. Em Bula-Atumba, as poupanças reportadas de Kz 835 eram cerca de 63,0 por cento inferiores à média, indicando maiores constrangimentos financeiros. Por outro lado, os beneficiários em municípios como Belize e Namacunde, com alocações mais elevadas, variando de Kz 2 620 a Kz 5 512 em média, conseguiram alocar substancialmente mais para poupanças. Icolo-Bengo, em particular, relatou a maior alocação, representando aproximadamente 143 por cento superior à média, demonstrando um forte contraste na priorização e capacidade de escalonar a despesa ao longo de vários meses.

Não tendo dados para medir o nível de pobreza e analisar os rendimentos dos beneficiários do Programa ou determinar o acesso à educação e à saúde, as condições de habitação, saneamento básico, acesso a água, enquanto indicadores da sua situação de vulnerabilidade, não foi possível aplicar quaisquer instrumentos para medir o viés cognitivo que estes agregados poderiam ter perante diferentes opções de pagamento do benefício e de poupança. Mas, pagamentos regulares, dentro de um período de tempo estipulado podem ter impacto não só nos investimentos que possam fazer, mas também na planificação das suas poupanças em função de metas ou objectivos que tenham estabelecido para as suas vidas. A pequena poupança, individual ou do agregado, permitiu a vários beneficiários – não a todos claramente

– adquirir meios de transporte, geradores, efectuar melhorias nas suas habitações e adquirir mobiliário e roupa, ampliar negócios e as suas actividades permanentes de geração de renda. E, neste sentido, a poupança reveste-se de importância enquanto instrumento de protecção social e de desenvolvimento local e também de protecção contra choques.

As transferências monetárias apenas podem ter um efeito de protecção social parcial se promoverem o aumento do consumo dos agregados e de apoio a investimentos que, de outra forma, não poderiam fazer. Por essa razão, as transferências monetárias devem ser acompanhadas de acções conjugadas e não em paralelo, de investimento na actividade económica principal dos beneficiários, de capacitação dirigida, de geração de oportunidades de renda complementares e de integração no mercado local.

As instituições entrevistadas nos municípios abrangidos pela avaliação consideram que muitas destas apostas necessitam efectivamente de algum acompanhamento e de ‘educação financeira’ para terem sustentabilidade, mas consideram que *“a educação financeira dos beneficiários é necessária, porque quem tem conta, tem físico e tem educação financeira vai cuidar melhor do seu valor, mas o principal problema está na produção. Temos muita produção que sai, mas não tem retorno. Os produtores produzem com muito esforço e nem conseguem quantificar o que gastam e depois por 1 kg de milho recebem 150 Kwanzas e acham que está correcto, é legal, mas não conseguem comprar 1 litro de óleo ou 1 kg de açúcar. Pode lhes dar educação financeira, mas o preço do produto dele, ele não consegue controlar”*.

Mas houve beneficiários que apostaram integralmente no negócio, usualmente actividades com retorno de capital rápido e um capital de giro próprio líquido importante para o alargamento do negócio. Aldeias distantes e bairros mais pobres têm uma grande carência de comércio e serviços. A abertura de um negócio nestas localidades tem a vantagem de ter clientes previamente garantidos, porque as pessoas residem nas redondezas e há pouca oferta. Os empreendedores têm noções básicas do que fazer, mas não uma planificação de gastos e de stocks, de registos contábeis, de fixação e comparação de preços ou de se legalizarem à medida que o volume de negócios aumenta e isso é algo que pode ser melhorado com a ‘educação financeira’ a que os ADECOS se referem. A compra e venda de alimentos e bebidas é, de longe, o negócio de bens mais corrente. Mas também há negócios de animais de pequeno porte, de roupa, de calçado, serviços de táxi, moagens, etc.

## 6.4. Diferenças na Modalidade de Pagamento

### Terá a modalidade de pagamento influenciado no padrão de despesas dos beneficiários?

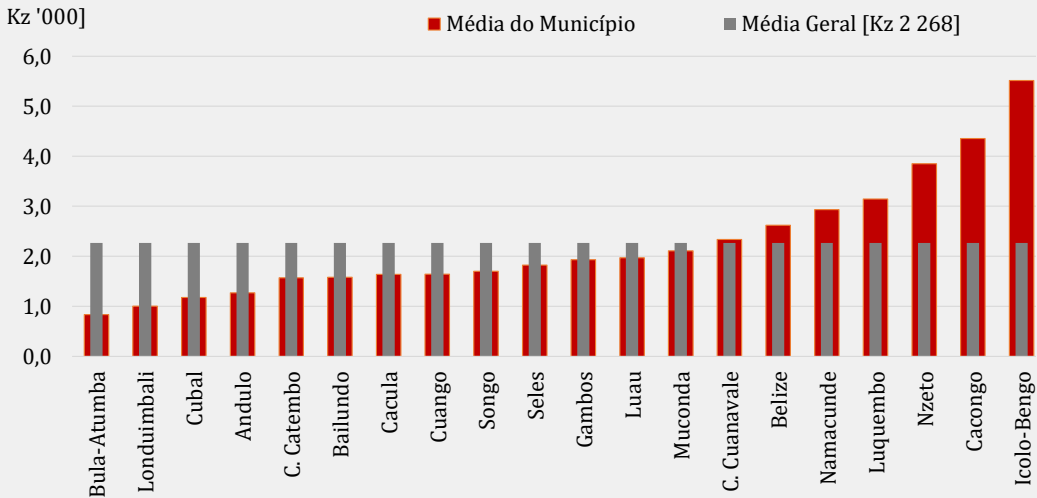
No caso específico do KWENDA, não se tratou de uma opção de escolha dos beneficiários, mas sim a implementação da modalidade mais assertiva no contexto específico de cada município. De qualquer forma, a opção de pagamento influenciou o nível de disponibilidade e acesso ao dinheiro, afectando, conseqüentemente, o padrão de despesas. A influência do método de pagamento pode ser avaliada de forma abrangente através da análise das diferenças médias e da correspondente significância estatística, indicada pelos valores de *p*.

Os resultados na **Tabela 6.2** revelam que o método de pagamento – seja em numerário ou com cartão multicaixa – tem um impacto significativo no comportamento dos gastos na maioria das categorias de despesa. Por exemplo, os consumidores tendem a gastar de forma diferente em compras, investimento e cuidados pessoais, consoante o método de pagamento utilizado. Isto sugere que a conveniência e os factores psicológicos associados a cada método de pagamento podem estar na origem destas diferenças. No entanto, é de salientar que certas categorias, como as despesas com educação e saúde e, potencialmente, as poupanças, não apresentam variações estatisticamente significativas em função do método de pagamento. Tal implica que as despesas nestas áreas são menos influenciadas pela escolha entre numerário e cartão, possivelmente devido à natureza normalizada e necessária dessas despesas. Por conseguinte, embora o método de pagamento molde geralmente o comportamento de despesa dos consumidores, a sua influência não se faz sentir uniformemente em todas as categorias de despesa.

### Dinheiro *versus* cartão nas compras de alimentos: reveladas as diferenças

A análise das compras de alimentos com pagamento em dinheiro e com cartão revela uma visão intrigante dos padrões de despesas. A **Tabela 6.2** apresenta comparações detalhadas dos valores médios das despesas, a variabilidade das despesas e a significância estatística das diferenças entre esses métodos de pagamento. A despesa média no caso de pagamentos em dinheiro em bens alimentares foi de Kz 18 860, ligeiramente superior aos Kz 18 641 para pagamentos com cartão, uma diferença marginal de Kz 219. Esta pequena diferença levanta a questão da sua importância numa pequena economia rural. No entanto, ao compararem-se as duas formas de pagamento conclui-se que não há diferença significativa nos valores

**Figura 6.5.** Valor médio de poupança entre beneficiários por município



médios das despesas para os dois métodos de pagamento ( $t=0,4870$ ;  $p=0,6260$ ). Esses resultados implicam que, embora haja uma variação considerável nos padrões de despesas, dependendo do método de pagamento, o montante médio gasto em compras de alimentos não difere significativamente entre os pagamentos em dinheiro e com cartão.

A diferença mínima entre os gastos em numerário e cartão é provavelmente atribuível ao facto de que muitos beneficiários do KWENDA compram os seus alimentos em lojas formais onde o pagamento com cartão é aceite. Esses resultados sugerem que tanto os responsáveis pelo Programa, como os retalhistas devem avaliar os custos administrativos e os benefícios associados aos dois métodos de pagamento, tomar decisões mais informadas sobre quais os métodos de pagamento que proporcionam maiores retornos ao Programa.

### **Dinheiro versus cartão: desvendando as diferenças de gastos nas compras de bens de utilidade doméstica**

O método de pagamento influencia significativamente as despesas com bens de consumo, tal como demonstrado pela análise estatística. Ao comparar as compras efectuadas em



numerário com as efectuadas com cartão para bens domésticos, os dados revelam uma diferença digna de nota. Com uma sub-amostra de 5 449 beneficiários para pagamentos em numerário e 1 927 para pagamentos com cartão, a despesa média para transacções em numerário é de Kz 26 140. Em contrapartida, a despesa média com as transacções com cartão é de Kz 21 574. O resultado da análise de comparação das médias ( $F=46,823$ ;  $p=0,000$ ) indica uma diferença estatisticamente significativa nas despesas entre os dois métodos de pagamento. Reforçando ainda mais esta conclusão, o teste ( $t=7,8970$ ;  $p=0,000$ ) sublinha a diferença significativa nas despesas.

A diferença média de Kz 4 566 destaca que, em média, os indivíduos gastam mais em bens domésticos quando pagam em dinheiro em comparação com a utilização de um cartão. Tanto os resultados da diferença da variância, como do teste t apoiam firmemente a conclusão de que o método de pagamento influencia efectivamente o comportamento de despesa, com valores p significativos, que sugerem que esta diferença não é atribuída ao acaso. Assim, os dados indicam marcadamente que as pessoas tendem a gastar mais quando utilizam dinheiro em vez de um cartão para as compras do agregado familiar.

### **Métodos de pagamento e despesas com educação e saúde: desvendando a disparidade dos gastos entre valores recebidos em dinheiro ou em cartão**

O método de pagamento influencia significativamente a quantidade de dinheiro gasto em educação e saúde, como demonstrado pela análise estatística apresentada no **Tabela 6.2**. Os dados revelam que os pagamentos efectuados em numerário têm uma despesa média de Kz 8 985, enquanto os pagamentos efectuados com cartão apresentam uma despesa média mais elevada de Kz 9 989. Os resultados do teste ( $F=20,935$ ;  $p=0,0000$ ) indicam uma diferença estatisticamente significativa entre as duas formas de pagamento, sendo o valor p bastante inferior ao limiar de 0,05. Este facto sugere uma variação substancial nos padrões de despesa com base no método de pagamento. Além disso, os resultados ( $t=-2,4420$ ;  $p=0,015$ ) corroboram estas conclusões, sublinhando ainda mais o significado estatístico. O valor t negativo indica que, em média, os pagamentos em numerário resultam em despesas inferiores às dos pagamentos com cartão em cerca de Kz 1 003. Por conseguinte, os resultados da análise estatística apoiam de forma conclusiva a noção de que o método de pagamento desempenha um papel crucial na determinação do montante gasto em educação e saúde, salientando uma disparidade de realce entre as transacções em numerário e com cartão.

**Tabela 6.2.** Análise da diferença do valor médio gasto segundo a forma de pagamento

<b>Categoria de Despesas</b>	<b>Forma de Pagamento</b>	<b>N</b>	<b>Média(Kz)</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>F</b>	<b>Sig. (valor-p)</b>	<b>t</b>	<b>Sig. (valor-p)</b>	<b>Diferença Média</b>
<b>Bens Alimentares</b>	Numerário	5 449	18 860	17892,018	80,626	0,000	0,4870	0,6260	218,737
	Cartão Multicaixa	1 927	18 641	13973,476					
<b>Bens domésticos</b>	Numerário	5 449	26 140	22426,477	46,823	0,000	7,8970	0,0000	4565,577
	Cartão Multicaixa	1 927	21 574	19979,303					
<b>Educação e Saúde</b>	Numerário	5 449	8 985	14807,937	20,935	0,000	-2,4420	0,0150	-1003,34
	Cartão Multicaixa	1 927	9 989	17325,914					
<b>Investimento na Produção</b>	Numerário	5 449	18 376	19737,639	108,578	0,000	10,5180	0,0000	5234,859
	Cartão Multicaixa	1 927	13 141	15752,632					
<b>Investimento em Animais</b>	Numerário	5 449	5 587	12097,38	184,634	0,000	8,7190	0,0000	2637,502
	Cartão Multicaixa	1 927	2 949	9210,1					
<b>Poupança</b>	Numerário	5 449	2 688	9584,523	24,594	0,000	-2,5070	0,0120	-676,698
	Cartão Multicaixa	1 927	3 365	11709,432					
<b>Outras Despesas Sociais</b>	Numerário	5 449	1 854	8345,414	33,909	0,000	3,1870	0,0010	666,664
	Cartão Multicaixa	1 927	1 188	6437,424					
<b>Outras Despesas Econômicas</b>	Numerário	5 449	3 915	12684,807	43,193	0,000	3,1670	0,0020	998,762
	Cartão Multicaixa	1 927	2 916	9325,393					

### **Métodos de pagamento e investimento na produção agrícola: evidências estatísticas revelam a predominância dos gastos no pagamento em dinheiro**

O método de pagamento influencia significativamente o montante de dinheiro investido na produção agrícola, como evidenciado pelos dados estatísticos. A análise da média e do desvio-padrão revela que os pagamentos em numerário resultaram num investimento médio mais elevado (média = Kz 18 376) do que os pagamentos com cartão (média = Kz 13 141). Esta disparidade é ainda confirmada por um teste ( $F=108,578$ ;  $p=0,000$ ), que indica uma diferença estatisticamente significativa nos investimentos médios entre os dois métodos de pagamento. Os resultados da análise ( $t=10,5180$ ;  $p=0,000$ ) reforçam esta constatação, mostrando uma diferença média substancial de Kz 5 235. Os valores de  $p$  altamente significativos de ambos os testes sugerem que as diferenças observadas não se devem ao acaso, mas são efectivamente significativas.

Consequentemente, os dados sugerem, de modo evidente, que o método de pagamento desempenha um papel crucial na determinação dos montantes de investimento na produção vegetal, estando os pagamentos em dinheiro associados a investimentos mais elevados em comparação com os pagamentos com cartão. Esta evidência estatística sublinha a importância de considerar os métodos de pagamento no planeamento financeiro e nas estratégias de investimento para a agricultura.

### **Diferenças nos gastos em dinheiro *versus* cartão multicaixa entre as principais categorias de despesas. Preferência ou conformidade?**

A análise das despesas dos consumidores revela padrões intrigantes no uso de dinheiro *versus* o cartão de débito multicaixa para vários tipos de compras. Ao analisar as despesas efectuadas em numerário *versus* as efectuadas com o cartão multicaixa, é evidente que existe uma diferença significativa nos padrões de despesa. Especificamente, para várias despesas económicas como a compra ou o arrendamento de terras, moagem, compra de material de construção e carpintaria, o montante total gasto em dinheiro foi de Kz 3 915, em comparação com Kz 2 916 gastos com o cartão multicaixa. Esta observação sugere uma maior preferência por transacções em dinheiro nestas actividades económicas diversas. A razão subjacente a esta preferência pode ser atribuída à maior flexibilidade e aceitação alargada do numerário, o que pode não ser o caso dos pagamentos com cartão em determinados contextos. As transacções em numerário proporcionam, frequentemente, um processo mais simples e fácil, especialmente em ambientes onde os sistemas de pagamento electrónico não estão totalmente integrados ou são preferidos pelos vendedores. Esta tendência evidencia a dependência contínua do numerário em sectores económicos específicos, apesar da crescente disponibilidade de opções de pagamento digital.



## 7. EFEITOS DE REPERCUSSÃO

---

### ***O benefício do KWENDA atravessa as fronteiras municipais.***

*A intervenção do KWENDA, que desembolsa fundos aos beneficiários nos seus próprios municípios, mostra que as transferências tiveram um efeito multiplicador a nível local. Os beneficiários são capazes de gerar dinâmicas produtivas e comerciais que ultrapassam as fronteiras dos municípios de intervenção, provocando efeitos de repercussão positivos e abrangentes.*

---

O conceito de efeito de repercussão no contexto das transferências sociais monetárias nas zonas rurais de África é sublinhado por uma grande quantidade de pesquisas, que destacam os benefícios económicos e sociais multifacetados destes programas. As evidências indicam que quando os agregados familiares recebem assistência monetária, afectam esse dinheiro predominantemente a despesas locais, injectando capital nas suas comunidades imediatas. Este aumento na despesa local catalisa a procura de bens e serviços, o que, subsequentemente, revigora a economia local (Zezza, 2010). Mas importa referir que os agregados familiares não beneficiários, particularmente os envolvidos em negócios de pequena escala ou actividades agrícolas, também colhem os frutos deste estímulo económico, desfrutando de rendimentos aumentados apesar de não serem beneficiários directos das transferências monetárias, como relatado em muitos dos municípios de implementação do KWENDA.

Para além das vantagens económicas, os efeitos de repercussão permeiam as dimensões sociais, manifestando-se no aumento da segurança alimentar e na melhoria do bem-estar comunitário, conforme documentado em vários estudos que examinam o reforço dos laços sociais dentro das comunidades (Fisher et al., 2017). Para além do impacto imediato da utilização do benefício monetário discutido nos capítulos anteriores, os efeitos positivos das repercussões sociais e económicas – ou efeitos em cadeia – constituem também um indicador crucial do impacto mais vasto do Programa. No entanto, a intervenção do KWENDA em municípios muito dispersos mostra que a magnitude e a natureza destes efeitos secundários dependem de numerosas variáveis, incluindo a magnitude das transferências monetárias, o quadro económico pré-existente da comunidade e o grau de integração no mercado. Consequentemente, embora as TSM sejam um instrumento promissor de geração de repercussões positivas, a sua concepção e implementação devem ser meticolosamente adaptadas, de modo a otimizar o seu impacto e assegurar uma distribuição equitativa dos benefícios nas comunidades rurais.



A injeção de fundos das TSM nas economias locais catalisa um aumento significativo do comércio e da actividade económica tanto a nível local, como municipal. À medida que os beneficiários recebem e gastam a sua ajuda financeira, as pequenas empresas locais assistem a um aumento da procura dos seus bens e serviços. Este aumento da actividade económica promove um ambiente em que são criados novos postos de trabalho, as pequenas e micro-empresas existentes prosperam e as condições de mercado melhoram em geral. Portanto, o efeito de repercussão resultante estende-se para além do alívio financeiro imediato proporcionado aos principais beneficiários do Programa. Este ciclo interligado de despesa e crescimento sublinha a importância do KWENDA, uma vez que não só promove o crescimento dos beneficiários individualmente, como também contribui para a estabilidade sócio-económica e a prosperidade da região em geral. Através desta intervenção, o Programa contribui para um modelo de desenvolvimento económico mais inclusivo e sustentável, assegurando que os benefícios sejam generalizados e duradouros.

### 7.1. Efeitos sobre a Economia Local

A intervenção do KWENDA, que desembolsa fundos para os beneficiários nos seus próprios municípios, suscitou questões sobre os padrões de despesa destes beneficiários. Mais especificamente, é essencial compreender se os beneficiários gastam o seu dinheiro principalmente nos seus municípios de residência, ou se se aventuram fora deste para satisfazer as suas necessidades de aquisição de artigos que o município não dispõe. Esta questão é analisada nos dados constantes na **Tabela 7.1** e na **Figura 7.1**, que permitem observar o padrão das opções geográficas feitas pelos beneficiários para oito dos principais produtos que compõe a cesta de despesas dos beneficiários do Programa.

O Programa KWENDA efectuou transferências monetárias no montante global de 108 374 212 626 Kwanzas em 63 municípios das 18 províncias do país até Agosto de 2024. Contudo, a probabilidade dessa massa monetária ser toda ela absorvida nos municípios alvo suscita alguma reflexão.

A opinião comum de quem administra municípios é que “*é muito dinheiro despendido numa comunidade pacata, que não tem bancos, não tem uma rede comercial muito grande. Criou-se uma dinâmica comercial com as lojas daqui e com pessoas a vir do Lubango para vender e também para serem correspondentes bancários do KWENDA*”.



**Tabela 7.1.** Percentagem de beneficiários que obteve produtos fora dos seus municípios

Município	Sementes de culturas alimentares	Fertilizantes para produção agrícola	Instrumentos de produção agrícola	Material de construção (Paredes)	Material de construção (Tecto)	Roupas e Calçados	Rádio e televisão	Fogão e acessórios
	[%]	[%]	[%]	[%]	[%]	[%]	[%]	[%]
<b>TOTAL</b>	<b>31,2</b>	<b>45,4</b>	<b>53,2</b>	<b>36,2</b>	<b>56,9</b>	<b>18,9</b>	<b>21,6</b>	<b>45,8</b>
Caongo	10,8	0,0	52,0	61,5	66,7	47,1	66,7	80,0
Belize	16,1	0,0	33,3	62,5	0,0	48,7	27,3	92,3
Nzeto	60,0	81,5	66,7	53,8	71,4	26,0	50,0	66,7
Songo	38,2	55,6	73,3	45,2	83,1	16,5	15,8	60,0
Icolo-Bengo	61,8	81,3	74,2	50,0	63,8	29,9	44,4	55,2
Seles	7,5	16,7	34,1	23,8	25,0	12,1	33,3	50,0
C. Catembo	23,8	0,0	53,8	53,8	63,3	29,1	30,0	36,4
Luquembo	42,2	62,1	54,5	52,4	66,1	4,0	16,7	50,0
Cuango	26,4	35,1	50,9	31,6	64,6	14,2	0,0	100,0
Cubal	23,9	33,3	64,4	34,8	73,3	5,8	9,5	33,3
Bailundo	31,2	29,4	48,5	41,2	50,0	21,8	7,1	0,0
Londumbali	42,9	0,0	52,1	39,1	42,1	26,8	35,7	50,0
Andulo	31,7	66,7	56,8	18,8	50,0	11,0	6,3	25,0
Luanu	37,9	41,4	66,7	64,3	58,8	27,0	20,0	0,0
K. Kuanaval	18,0	20,0	22,2	23,8	45,8	9,0	9,1	50,0
Cacula	12,8	50,0	54,5	8,7	33,3	7,8	0,0	20,8
Gambos	49,0	50,0	76,2	21,9	66,7	26,7	60,0	11,1
Namacunde	25,7	60,0	27,0	14,3	20,7	12,3	0,0	30,0
Muconda	29,0	41,7	42,9	27,8	56,4	5,4	0,0	22,2
Bula-Atumba	43,5	57,1	26,7	36,0	58,1	8,8	20,0	0,0



O uso dado ao benefício do KWENDA, tratado no **Capítulo 6**, demonstra bem que na presença de um incentivo tão forte como as transferências monetárias, a grande maioria dos beneficiários tomou decisões no sentido de repor a sua capacidade produtiva e garantir alguma renda derivada dessa actividade, tentando criar e manter uma segunda fonte complementar de renda e ainda fez melhorias nas suas condições de habitação ou na educação das crianças. As transferências monetárias tiveram, portanto, algum efeito multiplicador a nível local, sobretudo nas zonas menos afectadas por choques como a seca.

Dá-se muita atenção às transferências em si, tentando perceber se são entregues efectivamente aos beneficiários e como decorre todo o difícil processo operacional por detrás delas ou às modalidades com melhor custo-benefício, mas presta-se menos atenção aos efeitos nas dinâmicas económicas locais. Os resultados mostram que os beneficiários são capazes de gerar dinâmicas produtivas e comerciais locais nada negligenciáveis. Uma aposta mais significativa quer da componente de Inclusão Produtiva do Programa, quer dos sectores implicados na acção económica, poderia gerar efeitos significativos e desencadear dinâmicas interessantes de desenvolvimento económico local. As famílias recebem transferências monetárias e tendem a gastar parte significativa desses recursos em bens e serviços locais. O grande diferencial da economia local é manter esse dinheiro dentro da comunidade, criando demanda por produtos e serviços e fazê-lo de modo sustentado. Dessa forma, crescem negócios, surgem micro-empresas e pequenos empreendedores, diminuem-se custos logísticos por se criar fornecedores e capacidade de armazenamento local e aumenta a arrecadação de impostos.

Na generalidade, os Governos Provinciais, Administrações Municipais e Comunais, reconheceram os significativos volumes monetários colocados à disposição de consumidores que tinham enormes dificuldades para reactivar ou alargar a sua produção agrícola, melhorar as suas condições de vida ou empreender. O comércio era, na generalidade dos municípios,

limitado, reduzido a menos de meia dúzia de lojas e existia muito pouca circulação de mercadorias e produtos agrícolas entre aldeias, comunas, a sede municipal e menos ainda com as capitais de província e outras províncias. Nos municípios, votados a grande isolamento, havia pouca circulação de pessoas e bens e os serviços estavam reduzidos a praticamente um sector de serviços públicos em estado de grande prostração. Com o KWENDA, *“a vida animou-se, sobretudo na vertente da produção agrícola e do comércio”*.

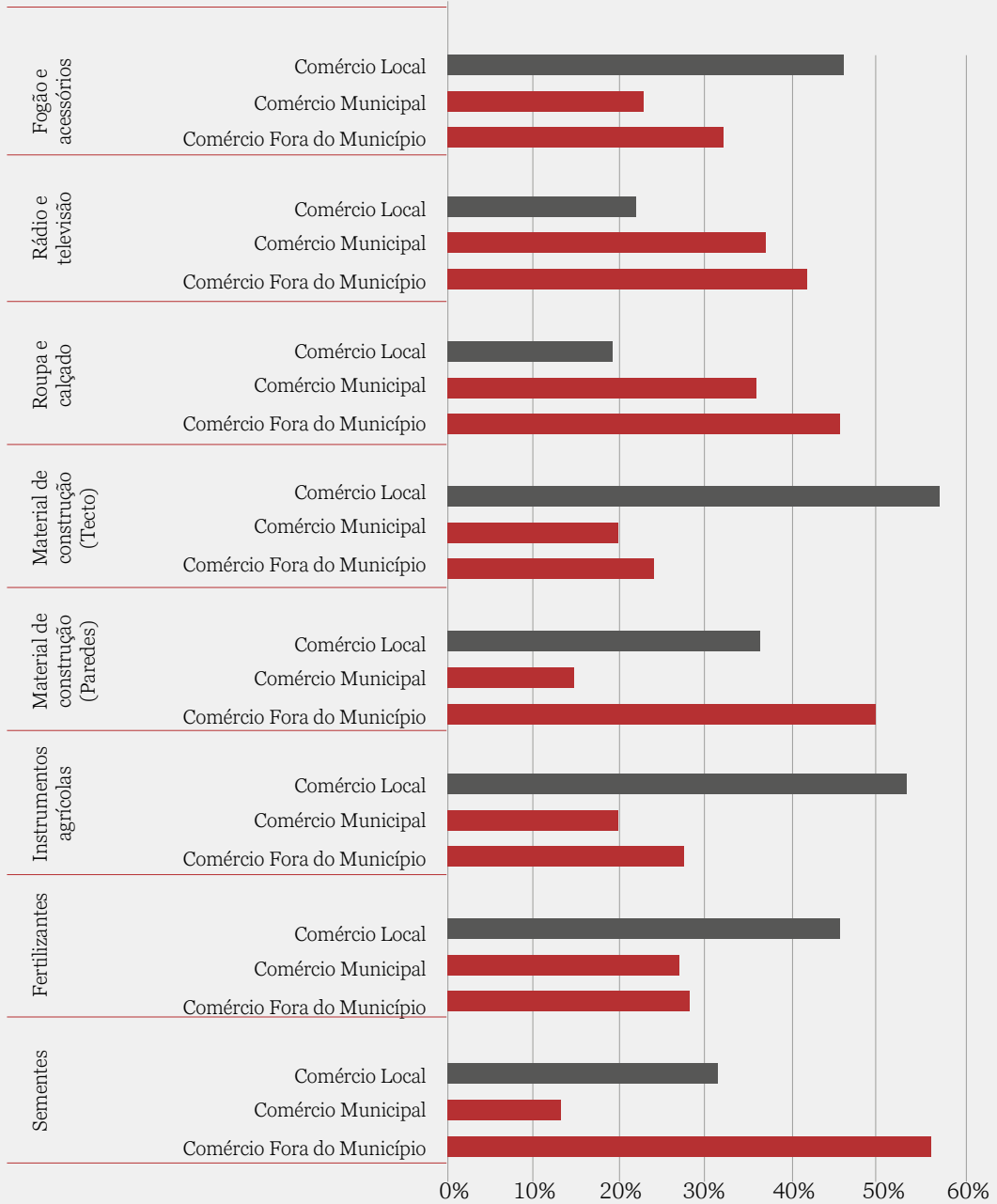
### **Onde foi gasto o dinheiro do KWENDA? Fora ou dentro do município de residência?**

No início das operações do KWENDA, era expectável que os beneficiários em municípios com pouca actividade comercial gastassem o seu dinheiro fora dos limites do município. Para efeitos desta análise, foram definidas três áreas geográficas de comércio distintas para categorizar as zonas onde os beneficiários fazem as suas compras: “Local” (dentro da aldeia ou comuna), “Municipal” (dentro dos limites do município), e “Fora do município” (incluindo outras províncias e países vizinhos), conforme mostra a **Figura 7.1**.

Os beneficiários têm autonomia para gastar os seus valores monetários em qualquer uma destas áreas e esta flexibilidade resulta, muitas vezes, em efeitos de repercussão, na medida em que os benefícios económicos se estendem para além dos limites geográficos imediatos das residências dos beneficiários. Os dados indicam que existe uma quantidade substancial de actividades de compra que ocorrem fora dos municípios-alvo, particularmente no que diz respeito a bens não essenciais. Esta tendência sublinha a natureza interligada das economias locais e destaca o impacto económico mais vasto que as despesas dos beneficiários podem ter, influenciando mercados e comunidades para além dos seus próprios.

Os dados revelam tendências dignas de nota. Uma percentagem significativa de beneficiários compra uma variedade de produtos fora das suas áreas locais. Por exemplo, 31,2 por cento dos beneficiários compram sementes para culturas alimentares e 45,4 por cento compram fertilizantes para a produção agrícola, enquanto uma percentagem substancial de 53,2 por cento adquire instrumentos de produção agrícola fora dos seus municípios. Além disso, os materiais de construção para paredes e tetos das habitações são comprados fora da área de influência residencial por 36,2 por cento e 56,9 por cento dos beneficiários, respectivamente, o que indica uma tendência notável para viajar além do município para obter materiais de construção.

**Figura 7.1.** Local geográfico de aquisição de produtos



No que respeita aos bens pessoais, 18,9 por cento dos beneficiários compram roupa e calçado e 21,6 por cento adquirem rádios e televisores fora dos seus municípios. Além disso, os fogões e acessórios registam uma percentagem ainda mais elevada, com 45,8 por cento dos beneficiários a comprarem estes artigos fora das suas localidades. Estes dados sugerem que um número significativo de beneficiários do KWENDA tem necessidade de se deslocar para fora dos seus municípios para aceder a vários bens essenciais e não essenciais, evidenciando potenciais lacunas na disponibilidade e acessibilidade local destes produtos.

### **A proximidade aos grandes centros de comércio provoca efeito percursor maior**

A hipótese de que os beneficiários que residem em municípios próximos de grandes mercados tendem a gastar o seu dinheiro fora desses municípios é apoiada por níveis variados de dependência de fontes externas para diferentes produtos, reflectindo condições económicas e logísticas diversas. O município de Icolo-Bengo, em particular, apresenta a maior dependência de fontes externas para sementes de culturas alimentares (61,8 por cento), fertilizantes (81,3 por cento) e instrumentos de produção agrícola (74,2 por cento), indicando uma dependência significativa dos mercados externos para estes insumos agrícolas essenciais. Por outro lado, o município de Cacongo mostra uma dependência pronunciada de fontes externas para uma gama mais ampla de produtos, incluindo materiais de construção para construção e reparação de paredes (61,5 por cento) e tectos (83,1 por cento), roupa e calçado (47,1 por cento), bem como rádio e televisão (66,7 por cento) e fogões (80,0 por cento). Este facto sugere uma forte dependência dos mercados externos tanto para a construção, como para os bens de consumo.

O Songo também apresenta uma elevada dependência de fontes externas para materiais de construção (tectos) e instrumentos de produção agrícola, enquanto Cacula demonstra consistentemente uma menor dependência em várias categorias, indicando uma melhor disponibilidade local ou uma menor dependência de fontes externas. Bailundo e Londuimbali apresentam níveis de dependência variados, com o Bailundo a não apresentar qualquer dependência de fogões e acessórios, e o Londuimbali a não apresentar qualquer dependência em matéria de fertilizantes. No geral, Icolo-Bengo e Cacongo destacam-se pela sua elevada dependência de fontes externas em numerosas categorias, enquanto Cacula apresenta a menor dependência, destacando as variadas paisagens económicas e dinâmicas logísticas destes municípios.





*O dinheiro do KWENDA tem o potencial de reforçar os meios de subsistência locais ao promover o comércio regional. Será que os beneficiários dos municípios fronteiriços estão mais inclinados a comprar bens fora dos seus mercados locais?*

Esta questão sugere um olhar específico aos municípios na **Tabela 7.1** localizados próximos das fronteiras, dentre eles Belize, Cuango, Luau, Namacunde e Muconda. Para identificar tendências e padrões nos dados nestes municípios, analisaram-se os dados, categoria por categoria. Para as sementes de culturas alimentares, o Luau apresenta a maior percentagem de beneficiários com 37,9 por cento, sugerindo uma maior dependência de fontes externas, enquanto Belize apresenta a menor percentagem com 16,1 por cento, indicando uma melhor disponibilidade local ou uma menor dependência de fontes externas. No caso dos fertilizantes para a produção agrícola, Namacunde tem a maior dependência, com 60,0 por cento, enquanto Belize não apresenta qualquer dependência, revelando um forte contraste entre a dependência local e a externa.

Quando se trata de instrumentos agrícolas, o Luau mostra novamente uma dependência significativa de fontes externas, com 66,7 por cento dos beneficiários a adquirir estes bens fora do município, enquanto outros municípios dependem mais de fontes locais. Relativamente aos materiais de construção, sobretudo cimento, o Luau tem uma dependência





elevada de 64,3 por cento de fontes externas, enquanto Namacunde tem uma dependência muito menor de 14,3 por cento. Do mesmo modo, no que diz respeito aos materiais para tectos, os beneficiários do Cuango demonstram uma elevada dependência, com 64,6 por cento dos beneficiários a adquirirem fora do município, enquanto os do Belize não recorreram a qualquer mercado externo. Em termos de vestuário e calçado, Belize tem a maior dependência, com 48,7 por cento, enquanto Muconda tem a menor, com 5,4 por cento.

No geral, os beneficiários do Luau destacam-se com a maior dependência de fontes externas em várias categorias, indicando uma potencial escassez local. Belize, por outro lado, mostra baixa dependência de fontes externas para fertilizantes e materiais para os tectos, mas maior dependência para roupa, calçado e bens electrónicos. Cuango e Namacunde apresentam dependências variadas, com o Cuango fortemente dependente de fontes externas para fogões e acessórios e Namacunde para fertilizantes, mas ambos mostram dependência zero de fontes externas para bens electrónicos. Muconda exhibe uma menor dependência de fontes externas, especialmente para roupa, calçado e bens electrónicos. Estes padrões reflectem as condições únicas de abastecimento local e as diferentes dinâmicas económicas e logísticas em cada área, destacando os diferentes graus de dependência de fontes externas nos municípios.

### **Quão significativa é a média da despesa feita fora do município?**

O volume de despesas transferido para fora do município é um aspecto fundamental a considerar quando se avalia o impacto económico das injeções financeiras. Embora os dados desta avaliação não permitam uma quantificação absoluta dos montantes gastos fora dos municípios relativamente ao montante neles injectado, é possível fazer inferências sobre a sua relevância e dimensão. Esta análise, baseada nos dados do **Anexo A7** (diferenças estatísticas do valor médio gasto por beneficiários entre municípios) destaca o nível de significância do efeito de repercussão. A compreensão destes padrões é essencial se o Programa e outras partes interessadas pretenderem otimizar os benefícios económicos das intervenções financeiras e assegurar uma distribuição equilibrada dos recursos pelas diferentes regiões.

### **Desvendar os padrões de despesa: como o vestuário, calçado e os rádios se sobrepõem aos fogões no comércio local e municipal**

A análise da diferença dos gastos em vestuário, calçado, rádios e fogões entre o comércio no município e fora dele revela que, embora existam diferenças significativas na variação das despesas médias, isso não se observa na compra de fogões, o que indica maior disponibilidade deste artigo nas lojas locais. Ao analisar as despesas médias, as diferenças das variações e a significância estatística, tenta-se evidenciar as implicações deste padrão para as economias locais.

### **Diferencial de gastos em vestuário e calçado**

Os dados revelam diferenças significativas entre o volume de compras efectuadas nas lojas locais, municipais e fora do município. A média geral de despesas feitas nesta categoria de artigos está estimada em Kz 10 482. Os beneficiários que optaram por fazer as compras a nível local gastaram, em média, Kz 9 573, enquanto o comércio na sede dos municípios absorveu em média Kz 10 951. A maior despesa nesses artigos foi feita por beneficiários que se deslocaram para além do município de residência, gastando em média Kz 11 778. Os testes estatísticos ( $F=14,522$ ,  $p=0,000$ ) revelam uma diferença estatisticamente significativa na média de gastos em vestuário e calçado entre os diferentes mercados. As análises de comparações múltiplas mostram igualmente diferenças médias significativas entre os valores absorvidos pelo comércio local e o municipal (-Kz 1 378,823,  $p=0,000$ ).

A diferença é significativamente mais alta quando se compara o comércio local com municípios mais distantes (-Kz 2 205,  $p=0,000$ ), o que estará associado à falta de disponibili-

de destes produtos nos mercados locais. Tratando-se de vestuário e calçado é provável também que factores de escolha e preferências de estilo tenham jogado algum papel na decisão de procurar por esses produtos em outros municípios.

### **Variações nas despesas com rádios em diferentes localidades**

As despesas com rádios e aparelhos electrónicos semelhantes revelaram contrastes notáveis entre os três pontos de comércio. Em média, os beneficiários do KWENDA gastaram Kz 9 601, com as lojas locais a obterem uma média de Kz 7 069, não muito diferente do que se consumiu nas sedes municipais, que absorveram Kz 7 844. Curiosamente, uma parte significativa destes gastos ocorreu fora dos municípios de origem dos beneficiários, onde a despesa média subiu para Kz 17 448. O resultado estatístico ( $F=15,783$ ,  $p=0,000$ ) confirma uma diferença significativa na despesa média com rádios nestas localidades.

A disponibilidade de rádios nos mercados locais parece ser bastante limitada, como indica a parte substancial do benefício afectado às lojas nas sedes municipais (Kz 9 604,  $p=0,000$ ). Além disso, as preferências por determinadas qualidades e marcas contribuem, provavelmente, para as diferenças acentuadas nas despesas entre as lojas locais e as dos municípios mais distantes (Kz 10 379,  $p=0,000$ ), que absorveram uma parte notável dos fundos dos beneficiários alocados para este artigo. Isto sugere que factores como a preferência, a qualidade e a marca desempenham um papel crucial na decisão das despesas em artigos de maior valor observadas nos locais mais distantes.

### **Poucas variações nas despesas com fogões: desvendando a dinâmica económica**

Não houve um volume alto de aquisição de fogões, mas explorar os padrões de compra deste bem entre os beneficiários oferece uma visão interessante sobre questões de género e comportamento económico, apesar do número modesto de transacções registadas (apenas 203 beneficiários). O estudo revela que as lojas locais absorveram uma média de Kz 27 334 por beneficiário, seguindo-se de perto os Kz 28 063 gastos na sede municipal. Mas curiosamente metade dos beneficiários viajou para fora dos seus municípios para fazer adquirir fogões, gastando uma média de Kz 29 928. Apesar destas variações, os dados não mostram qualquer diferença estatisticamente significativa nos gastos médios com o fogão nos três locais de compra ( $F=0,513$ ,  $p=0,599$ ). Embora as compras efectuadas fora do município apresentem um gasto médio mais elevado e as compras locais um pouco mais

baixo, a diferença insignificante nos gastos entre estes locais ( $F=1,865$ ;  $p=1,000$ ) sugere que a disponibilidade local satisfaz adequadamente a modesta procura dos beneficiários. Esta exploração das despesas com fogões não só põe em evidência os desafios económicos enfrentados pelos beneficiários, como também sublinha a importância de soluções energéticas acessíveis e sustentáveis para promover práticas de preparação de alimentos mais saudáveis e respeitadoras do ambiente.

Apesar do baixo volume comercial, considera-se positivo o facto de o município alvo ter retido a maior parte da despesa alocada a este bem. Para além disso, e como já foi referido acima, esta avaliação defende a promoção de fontes de energia alternativas, como fogões solares e fornos portáteis eficientes em termos de combustível, para aliviar a pressão sobre florestas próximas das aldeias e garantir maior sustentabilidade dos meios de vida sustentados em recursos naturais. Estes resultados estão em sintonia com a literatura existente sobre a adopção de tecnologias energeticamente eficientes em contextos de baixos rendimentos.

### **Colmatando lacunas: perspectivas sobre a uniformidade das despesas com insumos agrícolas no comércio local e municipal**

A análise diferencial dos gastos em insumos agrícolas, como sementes, fertilizantes e instrumentos agrícolas em três pontos geográficos de aquisições – Comércio Local, Comércio Municipal e Comércio Fora do Município – oferece uma visão das opções de gastos dos beneficiários. O texto que se segue visa proporcionar uma compreensão abrangente das opções de despesa de alguns produtos agrícolas feitas pelos beneficiários.

### **Potencial efeito fiscal**

Apesar dos efeitos na produção agrícola e na comercialização de animais de pequeno porte, as instituições encontram maior visibilidade na vertente comercial: *“Foram quase dois mil milhões de Kwanzas injectados na economia da Nharea e isso fez com que houvesse mais arrecadação de receitas, mais circulação monetária”*. O mesmo foi referido pela Administradora Municipal do Andulo que considerou que ‘o aumento da arrecadação anual que se registou na área do comércio foi, certamente, devida ao valor que os consumidores gastaram na aquisição de bens diversos’. Sem dados agrícolas fidedignos sobre a produção agrícola e pecuária do sector familiar antes e depois da intervenção do KWENDA, essa visão pode enfermar de algum viés, na medida em que a produção agrícola não é imediatamente visível, enquanto o movimento nas lojas e de trocas comerciais foi imediato após o primeiro

**Tabela 7.2.** Valor médio gasto dentro e fora dos municípios-alvo por produto

Produto	Ponto Geográfico	N	Média(Kz)	Desvio Padrão	df	F	Sig. (valor-p)	(I) Fora do Município	(J1) & (J2)	Diferença Média (I-J)	Sig. (valor-p)
<b>Sementes</b>	Comércio Local	938	11 810	11897,938	2	2,398	0,091	(1)	(J1)	-1039,82	0,255
	Comércio Municipal	224	10 362	8516,017	2	2,398	0,091	(1)	(J2)	408,57	1,000
	Fora do Município	526	10 771	10518,187	2	2,398	0,091	(1)			
<b>Fertilizantes</b>	Comércio Local	100	14 471	11487,070	2	1,195	0,304	(1)	(J1)	1549,12	0,881
	Comércio Municipal	97	16 995	13085,770	2	1,195	0,304	(1)	(J2)	-974,72	1,000
	Fora do Município	164	16 020	10720,830	2	1,195	0,304	(1)			
<b>Instrumentos de produção</b>	Comércio Local	186	11 142	9032,513	2	1,975	0,140	(1)	(J1)	1552,42	0,377
	Comércio Municipal	133	10 795	7681,397	2	1,975	0,140	(1)	(J2)	1899,24	0,287
	Fora do Município	363	12 694	13167,531	2	1,975	0,140	(1)			
<b>Roupa e calçado</b>	Comércio Local	1 358	9 573	8267,335	2	14,522	0,000	(1)	(J1)	2204,980*	0,000
	Comércio Municipal	1 070	10 952	8320,712	2	14,522	0,000	(1)	(J2)	826,16	0,224
	Fora do Município	565	11 778	11201,653	2	14,522	0,000	(1)			
<b>Rádio   televisão</b>	Comércio Local	96	7 070	7134,956	2	15,783	0,000	(1)	(J1)	10378,208*	0,000
	Comércio Municipal	85	7 845	8841,796	2	15,783	0,000	(1)	(J2)	9603,282*	0,000
	Fora do Município	50	17 448	18719,315	2	15,783	0,000	(1)			
<b>Fogão e acessórios</b>	Comércio Local	64	27 334	18423,848	2	0,513	0,599	(1)	(J1)	2593,58	1,000
	Comércio Municipal	46	28 063	16319,877	2	0,513	0,599	(1)	(J2)	1864,91	1,000
	Fora do Município	93	29 928	15049,768	2	0,513	0,599	(1)			
<b>Melhoria do tecto</b>	Comércio Local	181	25 333	15168,220	3	6829,65	0,000	(1)	(J1)	2619,030*	0,000
	Comércio Municipal	149	27 190	15398,108	3	6829,65	0,000	(1)	(J2)	762,25	0,644
	Fora do Município	436	27 952	15987,345	3	6829,65	0,000	(1)			

(J1) Comércio Local (J2) Comércio Municipal

\*. A diferença média é significativa ao nível de 0,05.



pagamento do Programa. Pelas mesmas razões, também não é possível avaliar o efeito específico do KWENDA no sector comercial. Os dados da arrecadação comercial referidos pelos administradores e directores municipais são agregados e não foi possível daí derivar qual o percentual atribuível aos consumidores do KWENDA, mas funcionários da AGT confirmaram a subida da arrecadação do sector comercial formal.



*“Na verdade tem mais impacto no comércio, porque temos muitas cantinas e lojas que não havia antes. Na comuna o número de lojas aumentou, tínhamos aí umas 34 lojas, hoje temos 47. Enquanto não houve esse dinheiro nem os comerciantes apareciam É uma valia!”*

Estas informações dizem respeito apenas à arrecadação no sistema formal de comércio, mas é importante realçar que uma parte significativa de transacções comerciais ocorre num quadro de informalidade e contribuem certamente e com grande peso para a dinâmica da economia local. Na verdade, em alguns municípios, como o de Nharea, foi referido o aumento do número de lojas e cantinas que, à data deste estudo, ainda não estariam legalizadas e, portanto, a contribuir para a receita, mas que são reflexo da dinâmica criada localmente.

Há que ressaltar aqui o caso de Cacongo, em Cabinda, uma sede municipal com relativamente maior dinâmica comercial e onde o KWENDA não efectuou uma selecção e um cadastramento universais, mas apenas de algumas categorias de pessoas vulneráveis. Por essa razão, os valores monetários injectados em Cacongo foram significativamente inferiores aos dos restantes municípios.

Não foi possível detectar quaisquer efeitos do valor injectado sobre os preços dos alimentos e outros bens, por falta de dados históricos sobre preços. Segundo os relatos, alguns comerciantes tentaram, aparentemente, subir os preços nos momentos dos pagamentos, mas nem todos o fizeram. Essa diferenciação na mesma cidade e mesmo entre lojas contíguas determinou que as pessoas consumissem nas lojas com os preços mais baixos. Mas isso acabou também por “forçar” uma regularização entre as diferentes lojas. Em zonas remotas, as populações terão, eventualmente, vivido uma redução do subsídio real devido a preços que serão ali mais elevados.

A experiência da Nharea demonstra que a injeção de milhões de Kwanzas nas economias locais pelo KWENDA resultou num aumento das receitas comerciais e arrecadação fiscal, embora o impacto específico seja difícil de isolar devido às transacções informais e à falta de dados dos preços abrangentes.



## 7.2. Efeitos Sociais

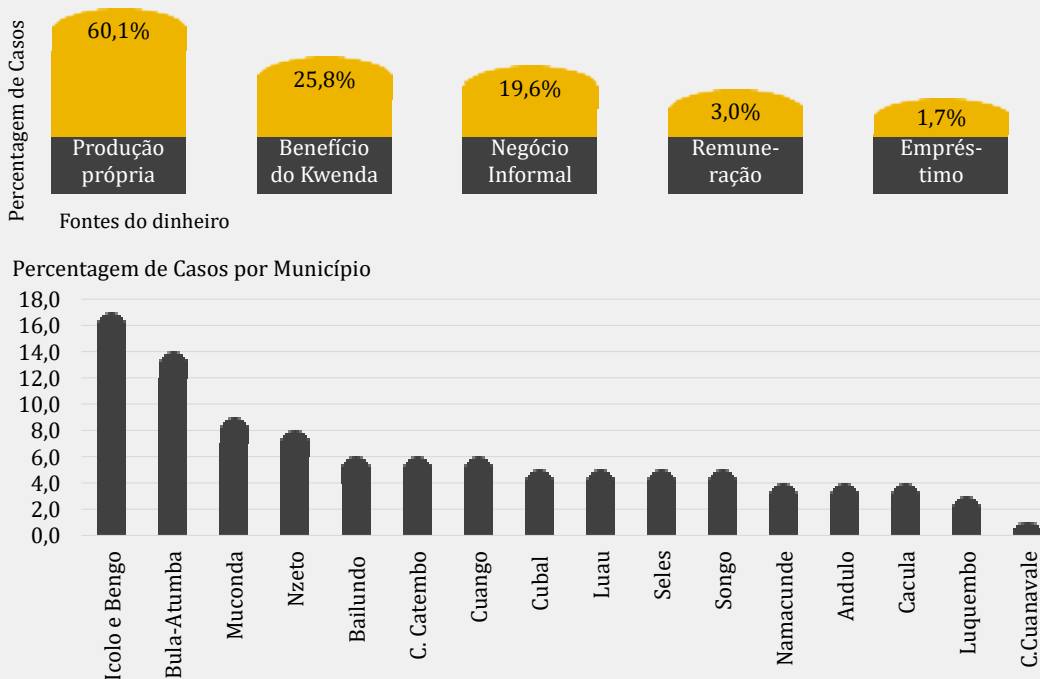
### O dinheiro do KWENDA ajuda muita gente

Importa voltar à pergunta: “*Onde foi gasto o dinheiro do KWENDA?*” A secção anterior trouxe elementos de diferenciação entre a média dos valores gastos dentro e fora dos municípios-alvo na aquisição de determinados artigos. A análise permitiu identificar padrões de opções de compra dos beneficiários e desenvolver alguma percepção sobre ganhos para as economias locais. Contudo, há uma parte do benefício – pequena, mas de alto valor social – que não é contabilizado como despesa dos beneficiários, mas atravessa as fronteiras do município. A expressão “*esse dinheiro está a ajudar muitos familiares*” fez com que este relatório dedicasse alguma atenção a esta questão.

Em muitas partes de África, particularmente nas zonas rurais, a prática de enviar remessas para apoiar os membros da família é um fenómeno relevante. Estas remessas destinam-se, frequentemente, a crianças em idade escolar, pais idosos ou deficientes e familiares que lutam contra doenças. O inquérito revelou que, dos 7 551 inquiridos, 1 297 (17,2 por cento) tinham enviado dinheiro para apoiar familiares fora do seu município nos 12 meses anteriores ao inquérito. De notar que a principal fonte destes fundos foi a produção agrícola dos próprios beneficiários, reportada por 60,2 por cento deles, enquanto 25,8 por cento utilizou as contribuições do Programa para este fim, como se observa na **Figura 7.2**. Isto sugere que o KWENDA teve um efeito de repercussão social significativo, uma vez que os beneficiários optaram por utilizar uma parte das suas transferências monetárias para ajudar as suas redes familiares mais alargadas.

Os municípios de Icolo e Bengo e Bula-Atumba foram particularmente proeminentes a este respeito, com as maiores proporções de beneficiários que utilizaram os fundos do KWENDA para apoiar outros membros da família. Este facto é de realce, uma vez que estes municípios tinham um número significativo de beneficiários do Grupo 4, que tinham recebido várias parcelas do benefício e tinham, portanto, mais rendimentos para partilhar. Os dados também destacaram variações significativas nos comportamentos de partilha entre os diferentes municípios, com Bula-Atumba e Belize a exibirem taxas de partilha mais elevadas, enquanto Londuimbali e Gambos não efectuaram qualquer remessa de valores monetários para familiares. Embora não tenha surgido uma tendência regional clara, os dados sugerem que factores culturais ou sócio-económicos localizados podem influenciar os comportamentos de partilha.

**Figura 7.2.** Percentagem de beneficiários que fez remessas com o dinheiro do KWENDA e distribuição por município



O potencial dos programas de transferências monetárias gerarem efeitos positivos nos agregados familiares beneficiários também tem sido explorado noutros contextos. Estudos concluíram que tais programas podem ter impactos intra-familiares e inter-geracionais, beneficiando não só as crianças visadas, mas também as restantes crianças do agregado familiar. Por exemplo, uma avaliação do programa de subsídios incondicionais destinado a crianças da Zâmbia concluiu que os agregados familiares gastaram mais em educação, particularmente em uniformes e calçado, que são citados como as principais barreiras à matrícula escolar nas áreas de estudo. Do mesmo modo, um estudo sobre o impacto do programa brasileiro de transferências condicionais Bolsa Família revelou efeitos indirectos positivos na utilização dos cuidados de saúde dos irmãos mais velhos (Shei et al., 2014). No contexto do Zimbabué, um ensaio controlado aleatório por grupos sobre os efeitos das transferências monetárias encontrou impactos diferenciados com base em factores de risco como o estatuto de órfão e os bens do agregado familiar (Crea et al., 2015).



Os resultados do Programa KWENDA sugerem que as transferências sociais monetárias podem ter efeitos de grande alcance, indo além dos beneficiários directos e apoiando a rede familiar em geral. À medida que os decisores políticos e os investigadores continuam a explorar os impactos destes programas, será crucial considerar o potencial dos efeitos de repercussão positivos que podem amplificar os benefícios sociais globais.

### **Potenciais vantagens e desvantagens das repercussões do KWENDA**

As secções acima fornecem evidências de que as TSM proporcionam os meios financeiros para os beneficiários adquirirem os bens e serviços necessários. No entanto, estes têm a flexibilidade de gastar as suas transferências monetárias localmente, dentro ou fora do seu município. Viu-se também que este comportamento da despesa pode levar a efeitos de repercussão, em que as despesas se estendem para além da espaço geográfico imediato de residência dos beneficiários.

Em conclusão, as repercussões provocadas pela intervenção do KWENDA apresentam um conjunto de vantagens e potenciais desvantagens para o comércio local. Embora possam proporcionar aos beneficiários o acesso a bens não disponíveis localmente, a redução de custos e a promoção da integração económica também podem drenar as economias locais, aumentar os custos de transacção e exacerbar as desigualdades. Por essa razão, o Programa deve procurar equilibrar estes efeitos, apoiando o desenvolvimento do mercado local e assegurando que os beneficiários estão bem informados sobre as suas opções de compra. Ao promover um ambiente de mercado mais integrado e equitativo, o KWENDA pode maximizar o seu impacto positivo na redução da pobreza e no crescimento económico para lá dos municípios de intervenção.





# 8. IMPACTO DO KWENDA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



---

### ***Contribuição do KWENDA para a segurança alimentar e nutricional.***

*O Programa KWENDA facilitou um acesso mais seguro das famílias a abastecimento alimentar. As pessoas que recebem mais prestações monetárias podem diversificar as suas refeições, o que é essencial para aumentar o estado nutricional e o bem-estar geral. De facto, um grande número de beneficiários está agora em melhores condições de segurança alimentar, com 40,1 por cento a evidenciar níveis adequados e 29,6 por cento a atingir níveis aceitáveis de consumo alimentar.*

---

Uma área crítica onde as TSM têm tido um impacto profundo é a da melhoria da segurança alimentar e nutricional. Os agregados familiares que recebem estas transferências dão, frequentemente, prioridade às despesas em géneros alimentícios essenciais, o que conduz a uma maior diversidade alimentar e a uma maior frequência das refeições. Este facto é atribuído ao aumento do poder de compra, que permite um melhor acesso a alimentos nutritivos (BMJ Global Health, 2020). Estudos realizados em países como o Quénia e a Zâmbia demonstraram que o acesso a transferências monetárias está associado a um maior consumo de proteínas e legumes, o que indica uma melhoria dos padrões nutricionais (Haushofer J, Shapiro J., 2016). Para além da segurança alimentar imediata, o acesso consistente e seguro a alimentos ajuda a combater a desnutrição crónica e os problemas de saúde a ela associados, lançando as bases para a resiliência da saúde comunitária a longo prazo<sup>1</sup>.

A premissa desta avaliação é que as TSM permitem que as famílias beneficiárias escapem às estratégias de sobrevivência prejudiciais que são frequentemente utilizadas em resposta a choques nos seus meios de subsistência, evitando um declínio na sua segurança alimentar e nutricional. Isto baseia-se no pressuposto de que estratégias de sobrevivência prejudiciais são sintomáticas da pobreza, que é um factor determinante da insegurança alimentar. No Malawi, por exemplo, o Programa de Transferências Sociais Monetárias melhorou significativamente a segurança alimentar ao permitir que as famílias comprassem uma maior variedade de alimentos, contribuindo assim para melhorar os padrões nutricionais (Kilburn K, et al., 2015).

---

<sup>1</sup> Institutos Americanos de Investigação. The impacts of social cash transfers on food security and nutrition in central and southern Africa (O impacto das transferências sociais monetárias na segurança alimentar e na nutrição na África Central e Austral). Washington, DC: American Institutes for Research; 2015. Disponível em: <https://www.air.org/resource/impacts-social-cash-transfers-food-security-and-nutrition-central-and-southern-africa>

Este capítulo explora a forma como as TSM do KWENDA contribuíram para melhorar a segurança alimentar e nutricional dos agregados familiares nas zonas de intervenção, centrando-se na disponibilidade e no acesso a alimentos, na frequência do consumo de alimentos e na diversificação da dieta dos beneficiários. A segurança nutricional é inferida a partir do Índice de Diversificação da Dieta do Agregado (IDDA/HDDI), isto é, valores altos de IDDA reflectem maior segurança nutricional.

### 8.1. Breve Abordagem Conceptual

A análise da segurança alimentar foi efectuada através de duas lentes críticas: disponibilidade de alimentos e diversificação da dieta. Abaixo apresenta-se um quadro conceptual que irá orientar as discussões sobre estes aspectos-chave. Este quadro é uma versão refinada das directrizes sobre segurança alimentar do Programa Alimentar Mundial (PAM)<sup>2</sup>, adaptadas ao contexto do desenvolvimento agrícola em Angola. As adaptações incluem tratar os cereais, as raízes e os tubérculos como grupos distintos, apesar do seu peso nutricional igual nas análises-padrão. Ao reconhecer os papéis culturais, económicos e agrícolas únicos que estes grupos de alimentos desempenham em várias comunidades, pode realizar-se uma análise mais precisa e significativa. Esta diferenciação permite compreender melhor os padrões de consumo, abordar deficiências nutricionais específicas e desenvolver intervenções melhor direccionadas, enquadradas nas práticas e preferências locais.

Estas modificações, juntamente com outras elaboradas ao longo deste capítulo, garantem que o quadro analítico é simultaneamente robusto e relevante para o contexto das despesas em alimentação dos beneficiários do KWENDA. Por exemplo, foram integrados na avaliação os ciclos agrícolas específicos das várias regiões, os factores sócio-económicos e os hábitos alimentares locais. Esta abordagem abrangente permite captar a complexidade da segurança alimentar de uma forma que os modelos tradicionais poderiam ignorar, proporcionando uma compreensão mais holística dos desafios e oportunidades presentes nas áreas de intervenção do Programa. A **Tabela 8.1** proporciona uma descrição detalhada deste quadro analítico.

Aumentar a disponibilidade e o acesso aos alimentos tem sido um dos principais objectivos do Programa KWENDA e as evidências preliminares indicam vários graus de sucesso na consecução deste objectivo. No entanto, ainda não está claro se esta maior disponibilidade de

---

<sup>2</sup> Comprehensive Food Security & Vulnerability Analysis Guidelines January 2009, World Food Programme (WFP), Food Security Analysis Service (Pg. 212). Disponível em: [https://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/manual\\_guide\\_proced/wfp203208.pdf](https://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/manual_guide_proced/wfp203208.pdf)



alimentos se está a traduzir numa maior ingestão de alimentos, maior diversidade na dieta e melhores resultados nutricionais para as famílias. Para melhor perceber estas questões, o inquérito recolheu dados abrangentes sobre o consumo de 35 itens alimentares que poderiam ter sido incluídos no cabaz alimentar do agregado familiar nos sete dias anteriores à entrevista. Foi pedido aos beneficiários que identificassem quais desses itens alimentares foram consumidos e a frequência do seu consumo por todos os membros do agregado familiar durante a semana anterior ao inquérito.

Estes 35 itens foram categorizados em sete grandes grupos de alimentos: Cereais, Raízes e Tubérculos, Proteínas Vegetais, Proteínas Animais, Lactícínios, Gorduras e Óleos, Vegetais e Frutas e Açúcares. Utilizando estes dados, desenvolveram-se dois índices-chave: o Índice de Diversidade da Dieta do Agregado (IDDA/HDDI) e a Pontuação do Consumo Alimentar (PCA/FCS). Cada grupo de alimentos foi ponderado pelo seu valor nutricional para avaliar a adequação da dieta, medida pela PCA.

**Tabela 8.1.** Quadro conceptual de análise da segurança alimentar

Grupo de Alimentos	Peso Nutricional	Derivação do índice de consumo e diversificação alimentar	Definições-chave
Óleos   Gorduras   Açúcares	1	$PCA = (x_i f_i) a_i + \dots \dots \dots (x_i f_i) a_i$ Onde: $x_i =$ número de dias em que os alimentos foram consumidos durante a semana $f_i =$ número de vezes que o alimento foi consumido por dia $a_i =$ peso nutricional de cada grupo	Frequência alimentar: é definida como a frequência (em termos de dias de consumo num período de sete dias) com que um determinado alimento ou grupo de alimentos é consumido no agregado familiar.  PCA: A pontuação da diversidade alimentar ponderada pela frequência - é uma pontuação calculada utilizando a frequência de consumo de diferentes grupos de alimentos consumidos por um agregado familiar durante os sete dias anteriores ao inquérito.
Raízes   Tubérculos	2		
Cereais	3		
Vegetais   Frutas   Folhas	1		
Carne   Peixe	2		
Leguminosas	3	Classificação dos agregados segundo a curva normal com tendência positiva	Diversidade alimentar (HDD): é definida como o número de diferentes alimentos ou grupos de alimentos consumidos durante um período de sete dias, e não como a frequência de consumo.
Leite   Lácteos   Ovos	4	$Z_{ij} = (Y_{ij} - \bar{y}_j) / S_j$ $Y_j =$ valor absoluto observado do PCA para cada agregado $\bar{y}_j =$ Média da distribuição $S_j =$ Desvio padrão	

Esta abordagem metodológica assegura uma análise rigorosa e diversificada dos padrões alimentares, permitindo correlacionar a disponibilidade de alimentos com o consumo efetivo e os resultados nutricionais. Esta abordagem não só fornece uma imagem mais clara do impacto do Programa, como também destaca as áreas que necessitam de mais intervenção, assegurando que o KWENDA pode continuar a evoluir e a abordar eficazmente os desafios da segurança alimentar a nível dos agregados familiares.

As directrizes para uma Análise Abrangente da Segurança Alimentar e da Vulnerabilidade (ASAV/CFSVA) sublinham que a Pontuação do Consumo Alimentar do Agregado Familiar (PCA) está intrinsecamente ligada ao acesso de um agregado familiar a alimentos, tornando-a um indicador crucial para avaliar a segurança alimentar global. Os indicadores de consumo alimentar são concebidos para captar tanto a quantidade, como a qualidade das dietas das pessoas, garantindo uma visão holística dos padrões alimentares. Este indicador de substituição mede, de modo efectivo, a diversidade alimentar e o conteúdo nutricional, abrangendo os macro e os micro-nutrientes dos alimentos consumidos pelas famílias beneficiárias.

**Tabela 8.2.** Categorias de segurança alimentar

<b>Categoria de Consumo</b>	<b>Principal Característica</b>
<b>Consumo Alimentar Alto</b>	Os agregados familiares com elevado consumo alimentar apresentam uma diversidade e frequência alimentares excepcionais; incorporam regularmente proteína animal como carne, peixe, ovos, leite e produtos lácteos nas suas refeições.
<b>Consumo Alimentar Adequado</b>	Incluem frequentemente óleos e leguminosas e, pelo menos uma vez por semana, incorporam fontes de proteína como carne, peixe, ovos ou lacticínios.
<b>Consumo Alimentar Razoável (Aceitável)</b>	Agregados familiares que consomem, diária e consistentemente, alimentos básicos e vegetais, com a inclusão ocasional de óleo e leguminosas várias vezes por semana.
<b>Consumo Precário (Pobre)</b>	Agregados familiares que, na sua dieta diária, consomem alimentos básicos e vegetais e raramente alimentos ricos em proteínas, como carne e lacticínios.

A PCA baseia-se em três componentes principais: diversidade alimentar (a variedade de alimentos consumidos por um agregado familiar durante um período de referência específico), frequência alimentar (a frequência com que um determinado alimento é consumido, normalmente em dias) e a importância nutricional relativa dos diferentes grupos de alimentos. Os agregados familiares foram classificados em quatro categorias distintas com base na

sua PCA: consumo alimentar Alto, Adequado, Razoável, e Precário (comumente referido como Pobre). Estas classificações aglutinam agregados familiares com padrões alimentares semelhantes, reflectindo a sua frequência de consumo, a diversidade de ingestão de alimentos, bem como o acesso geral aos alimentos. Ao delinear estes perfis de consumo alimentar, a PCA permite uma compreensão compósita da adequação da dieta e destaca as áreas onde as intervenções nutricionais podem ser necessárias.

## 8.2. Disponibilidade e Acesso a Alimentos

Os dados qualitativos e quantitativos da avaliação mostram que, com um rendimento estável das TSM, as famílias podem comprar alimentos com mais regularidade, o que aumenta a frequência das suas refeições. Antes de receberem as TSM, muitas famílias foram forçadas a saltar ou a reduzir as porções das refeições devido a restrições financeiras – isto é particularmente crítico nos municípios onde os primeiros pagamentos das TSM foram usados principalmente para comprar alimentos (ver **Capítulo 6**). A natureza regular e previsível das transferências monetárias garante que as famílias não tenham de suportar períodos prolongados sem alimentos, reduzindo assim a fome, melhorando a saúde geral e a produtividade dos membros da comunidade. O consumo regular de refeições é fundamental não só para a manutenção da saúde básica, mas também para apoiar o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças que vivem nesses agregados familiares.

### 8.2.1. Frequência de consumo alimentar

O Programa KWENDA transformou significativamente o panorama da disponibilidade e do acesso aos alimentos para numerosos agregados familiares, assegurando que muito mais famílias disponham de fontes de alimentos consistentes e diversificadas. Através desta iniciativa, os agregados familiares que recebem o maior número de pagamentos aumentaram consideravelmente a capacidade de diversificar as dietas. Esta diversificação não é apenas um luxo, mas um factor crítico para melhorar a segurança alimentar e nutricional em geral. Ao incorporar uma maior variedade de grupos de alimentos nas suas refeições diárias, estes agregados conseguem satisfazer as necessidades nutricionais de todos os membros da família, desde as crianças aos idosos.

Além disso, o impacto do Programa é quantificável e substancial. Uma proporção significativa dos seus beneficiários alcançou melhores níveis de segurança alimentar. Especificamente, 40,1 por cento destes agregados familiares enquadram-se agora na categoria

“Adequado” de segurança alimentar, o que significa que têm acesso suficiente e estável a uma variedade de alimentos nutritivos. Além disso, 29,6 por cento dos agregados familiares estão classificados como tendo níveis de segurança alimentar aceitáveis, o que indica um nível mais baixo, mas ainda assim significativo, de suficiência e estabilidade alimentar. Estas estatísticas sublinham o sucesso do Programa não só na redução da fome, mas também na promoção de uma dieta mais equilibrada e saudável entre os seus participantes. Este progresso marca um passo essencial para a segurança alimentar e nutricional a longo prazo, contribuindo para o bem-estar geral e a resiliência das comunidades. À medida que o Programa evolui, mais famílias podem vir a obter níveis mais elevados de segurança alimentar.

A **Figura 8.1** categoriza a segurança alimentar em quatro níveis: Precário (Pobre), Razoável, Adequado e Alto, definidos pela frequência de consumo de sete grupos de alimentos na semana anterior ao inquérito. Os dados ilustram o número médio de dias por semana em que os beneficiários consumiram diferentes grupos de alimentos, divididos pela sua classificação de segurança alimentar.

Os beneficiários com uma classificação de segurança alimentar mais elevada (nível Alto) consomem, consistentemente, uma maior variedade de grupos de alimentos e com mais frequência em comparação com aqueles com menor segurança alimentar (nível Pobre/Precário). Existem disparidades significativas no consumo de vegetais, frutas, folhas, bem como de carne e peixe, entre os níveis mais altos e mais baixos de segurança alimentar.

As fontes de proteína animal, incluindo carne, peixe, leite, laticínios e ovos são as menos consumidas em todas as categorias. No entanto, os beneficiários do nível “Alto” conseguem incluir estas fontes de proteínas na sua dieta cerca de três dias por semana. Isto evidencia uma lacuna significativa no consumo de proteínas, que é crucial para uma dieta equilibrada, particularmente entre aqueles com menor segurança alimentar.

**Figura 8.1.** Frequência do consumo de alimentos na semana anterior ao inquérito

Grupo de Alimentos	Alto	Adequado	Razoável	Precário
Óleos Gorduras Açúcares	6,1	6,2	6,1	5,4
Raízes Tubérculos	5,6	5,2	5,0	4,5
Cereais	5,3	5,1	4,9	4,9
Vegetais Frutas Folhas	5,7	5,3	5,0	2,4
Carne Peixe	5,5	3,8	2,4	1,4
Leguminosas	4,5	3,1	2,1	1,5
Leite Lácteos Ovos	3,7	2,3	1,5	1,1



Esta repartição pormenorizada sublinha a importância de melhorar o acesso e a disponibilidade de alimentos para garantir uma dieta mais equilibrada e nutritiva para todos os beneficiários. A figura ilustra a correlação directa entre os níveis de segurança alimentar e a diversidade da dieta, enfatizando a necessidade de intervenções específicas para colmatar as lacunas nutricionais observadas nas categorias de segurança alimentar mais baixas.

A maioria das proteínas animais na dieta local provém do gado bovino, porco, cabra, galinha, peixe e ovos. De modo ideal, as proteínas e os minerais destas fontes deveriam ser consumidos uma ou duas vezes por semana, especialmente se o agregado familiar puder complementar a sua dieta com proteínas vegetais suficientes. No entanto, dois terços dos agregados familiares não consumiram qualquer proteína animal na semana anterior ao inquérito e apenas um em cada quatro agregados familiares consumiu pelo menos um tipo de proteína animal num a dois dias da semana. Entre as várias fontes, a galinha surgiu como a mais consumida, com 36 por cento dos agregados familiares a incluírem-na na sua dieta um a dois dias por semana. Estes dados realçam as variações nos hábitos alimentares nestas regiões e sublinham a necessidade de uma maior consciencialização e disponibilidade de diversas fontes de proteínas para garantir uma nutrição equilibrada.

As culturas hortícolas, os vegetais de folha e os frutos formam, colectivamente, um grupo alimentar crucial, que deve ser integrado nas dietas diárias para garantir uma nutrição adequada. Apesar da sua importância, os frutos continuam a ser os menos consumidos neste grupo, com 23 por cento dos agregados familiares a não consumirem qualquer fruta numa semana e apenas 17 por cento a conseguirem incluir fruta na sua dieta durante 6-7 dias por semana. Os legumes de folha, que estão mais facilmente disponíveis, têm um desempenho ligeiramente melhor, com 46 por cento dos agregados familiares a consumi-los quase que diariamente.

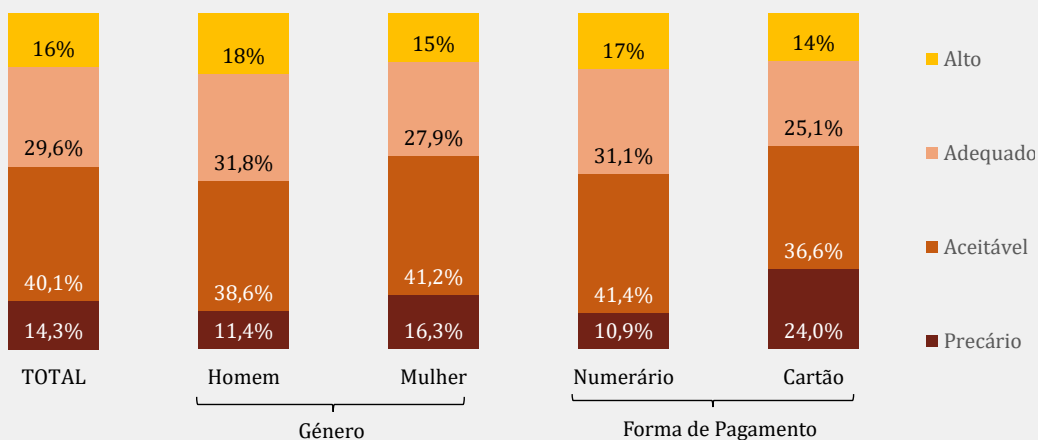
No entanto, os vegetais crucíferos, predominantemente cultivados por pequenos produtores em regiões como o Huambo e o Bié, não chegam às mesas de muitos agregados familiares com a regularidade necessária. Esta disparidade no consumo não se deve a uma falta de capacidade de produção, mas resulta de uma lacuna significativa na dieta e na educação nutricional. Por exemplo, o açúcar, um alimento não essencial adquirido em lojas, é consumido com mais frequência do que muitos alimentos vitais de produção local que fornecem vitaminas e minerais essenciais. Este desalinhamento nos padrões de consumo levanta uma questão importante: pode uma melhor educação alimentar e nutricional reformular as prioridades alimentares das famílias, promovendo um consumo mais saudável e equilibrado de nutrientes essenciais, contribuindo desta forma para o desenvolvimento do capital humano? Deve o Programa promover maior educação nutricional a nível do agregado familiar?

### **8.2.2. A diferença do KWENDA na disponibilidade e acesso à alimentação**

Os dados das **Figuras 8.2 e 8.3**, complementados pelos dados da **Tabela 8.3** mostram o impacto dos pagamentos das transferências monetárias na segurança alimentar das famílias. Os dados mostram a distribuição da segurança alimentar entre os grupos de beneficiários, género e forma de pagamento. A análise baseia-se em testes de significância estatística, a partir dos quais se estabelecem as relações entre variáveis e se determina o impacto do Programa.

A partir da amostra de 7 551 beneficiários, a análise evidencia que 1 078 indivíduos, ou 14,3 por cento, caem na categoria de segurança alimentar “Precário”, reflectindo os desafios significativos que ainda persistem no acesso a alimentos. Em contraste, o maior segmento, compreendendo 3 029 indivíduos ou 40,1 por cento, é classificado como “Aceitável”, indicando um nível moderado de segurança alimentar. Adicionalmente, 2 232 indi-



**Figura 8.2.** Distribuição dos níveis de segurança alimentar segundo o género e tipo de pagamento

víduos, representando 29,6 por cento da população inquirida, são considerados como tendo um nível de segurança alimentar “Adequado”, sugerindo um estado de disponibilidade e acesso a alimentos relativamente estável. Finalmente, a categoria “Alto” engloba 1 212 agregados familiares, representando 16,1 por cento do total, que registam o nível mais elevado de segurança alimentar.

Esta distribuição realça que enquanto a maioria da população goza de níveis aceitáveis a elevados de segurança alimentar, continua a haver uma necessidade crítica de abordar as preocupações de segurança alimentar dos 14,3 por cento na categoria “Precário”, enfatizando a importância de intervenções e políticas direccionadas para colmatar esta lacuna e assegurar o acesso equitativo aos recursos alimentares para todos.

### Diferenças de género

Os dados da **Figura 8.2**, aprofundados na **Tabela A8.1** em anexo (Diferenças estatísticas de segurança alimentar entre beneficiários), revelam diferenças significativas de género no estado de segurança alimentar entre os beneficiários do Programa ( $\chi^2=55,843$ ;  $p=0,000$ ), destacando o papel crítico que o género desempenha na determinação da segurança alimentar. Os dados indicam que as mulheres são mais vulneráveis à insegurança alimentar, com 16,3 por cento destas a caírem na categoria de segurança alimentar “Precário” em comparação com apenas 11,4 por cento dos homens.

Esta disparidade de género estende-se para além da insegurança alimentar severa. Uma percentagem mais elevada de mulheres (41,2 por cento) experimenta uma segurança alimentar aceitável em comparação com os homens (38,6 por cento), demonstrando que, embora as mulheres enfrentem um maior risco nos extremos, muitas também têm níveis moderados de segurança alimentar. Por outro lado, há mais homens nas categorias de segurança alimentar “Adequado” (31,8 por cento *vs* 27,9 por cento) e “Alto” (18,1 por cento *versus* 14,6 por cento), sugerindo que os homens desfrutam, de um modo geral, de uma melhor segurança alimentar.

Estes resultados sublinham a necessidade de abordar as disparidades de género na segurança alimentar, enfatizando a necessidade de intervenções direccionadas para apoiar os mais vulneráveis, particularmente os agregados liderados por mulheres, nos seus esforços para mitigar a insegurança alimentar. Ao concentrarem-se em estratégias sensíveis ao género, as várias componentes do Programa podem abordar melhor as causas profundas da insegurança alimentar e trabalhar para uma distribuição mais equitativa dos recursos alimentares.

### **Diferenças entre as formas de pagamento**

O estudo examina o impacto dos métodos de pagamento na condição de segurança alimentar, comparando os beneficiários que receberam pagamentos em numerário com os que receberam por via do cartão de débito multicaixa. Para os beneficiários de pagamentos em numerário, uma parte significativa (quase 50 por cento) tinha uma segurança alimentar “Aceitável” ou “Adequado”. No entanto, cerca de 11 por cento desses beneficiários demonstrou acesso deficiente a alimentos. Em contraste, entre os utilizadores de cartões, uma percentagem mais elevada (24 por cento) teve uma segurança alimentar fraca e apenas 25,1 por cento alcançaram uma segurança alimentar do nível “Adequado”.

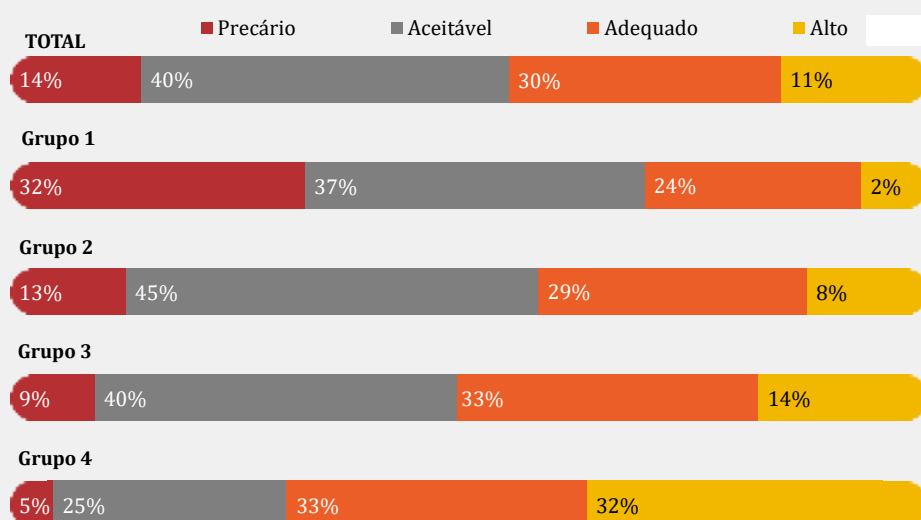
Estes resultados indicam que a forma de pagamento pode influenciar o estado de segurança alimentar dos beneficiários, o que é suportado pelos valores ( $\chi^2=207,070$ ,  $p=0,000$ ) que indicam uma diferença significativa na segurança alimentar entre os dois grupos. Os dados revelam que aqueles que recebem pagamentos em numerário têm melhor nível de segurança alimentar do que aqueles que usam cartões multicaixa. Isto sugere que os pagamentos em dinheiro podem ser mais eficazes na satisfação das necessidades imediatas de segurança alimentar devido à sua flexibilidade e imediatismo, permitindo que as famílias respondam directamente às suas necessidades alimentares mais urgentes.

## Diferença entre grupos de beneficiários

A **Figura 8.3** aprofunda a complexa dinâmica da segurança alimentar entre os quatro grupos de beneficiários, de acordo com o nível de benefícios recebidos à data do inquérito. As diferenças entre os grupos são fortemente influenciadas pela maior ou menor disponibilidade de dinheiro para aquisição de bens alimentares que os agregados não produzem. Esta análise é aprofundada na **Tabela 8.3**, onde se observam diferenças significativas na Pontuação de Consumo Alimentar (PCA) entre estes grupos, todas estatisticamente significativas ao nível de 0,05.

O Grupo 1 destaca-se com uma PCA notavelmente mais baixa em comparação com os outros, evidenciando uma grande disparidade no acesso a alimentos. Uma parte significativa das 1 308 famílias neste grupo enfrenta desafios diários, com 32,1 por cento (420 famílias) a lutar contra a insegurança alimentar e a cair na categoria “Pobre”. Esta dura realidade sublinha a necessidade premente de intervenções e apoios mais direccionados. No entanto, há um vislumbre de esperança, uma vez que 37 por cento (484 indivíduos) conseguiram atingir um nível de segurança alimentar “Aceitável”, sugerindo que, com os recursos e assistência adequados, é possível obter melhorias na condição da segurança alimentar. Adicionalmente, 23,5 por cento (308 famílias) atingiram o limiar “Adequado”, indicando um estado mais estável, mas ainda vulnerável. Os restantes 7,3 por cento (96 famílias) gozam de um nível de segurança alimentar “Elevado”, realçando o potencial para alcançar a estabilidade alimentar em todo o grupo uma vez pagas as restantes prestações. Estes números pintam um quadro complexo da segurança alimentar dentro do Grupo 1, revelando tanto os desafios, como os sucessos que podem orientar os esforços futuros para garantir que ninguém passe fome.

**Figura 8.3.** Distribuição dos grupos de beneficiários segundo o nível de segurança alimentar



Em contrapartida, as famílias beneficiárias no Grupo 2 apresentam uma PCA melhor do que as do Grupo 1, mas ainda ficam aquém do Grupo 3 e do Grupo 4. O Grupo 2 envolve uma comunidade maior, de 3 539 famílias beneficiárias, e revela uma narrativa marcadamente diferente em relação à segurança alimentar. Dentro deste grupo, apenas uma pequena fração, 12,6 por cento ou 445 indivíduos, está a lutar contra a insegurança alimentar grave, uma condição classificada como “Pobre”. Em contraste, um segmento significativamente maior, 44,9 por cento ou 1 589 famílias, apresentam um nível de segurança alimentar “Aceitável”, indicando um grau moderado de estabilidade no seu acesso aos alimentos. Para além disso, as variações no Grupo 2 mostram que 29,3 por cento das famílias caem na categoria “Adequado”, desfrutando de um abastecimento alimentar relativamente estável e suficiente. Curiosamente, 13,2 por cento ou 467 famílias neste grupo estão a prosperar com uma segurança alimentar na categoria “Elevado”, sugerindo que têm um acesso consistente e diversificado a alimentos nutritivos. Esta distribuição evidencia um cenário mais optimista para o Grupo 2, com a maioria dos seus membros a experimentar, pelo menos, um nível “Aceitável” de segurança alimentar e uma parte deles a atingir um nível elevado de segurança alimentar, reflectindo uma comunidade bem apoiada e resiliente.

O Grupo 3, compreendendo um total de 1 912 famílias, inclui um espectro alargado da segurança alimentar dentro das suas fileiras. Dentro desta comunidade, calcula-se que 9,2 por cento, ou seja, 176 famílias, debatem-se com a insegurança alimentar e caem na classificação “Precário”. No outro extremo do espectro, 18,5 por cento, ou 354 famílias, gozam de um nível de segurança alimentar “Elevado”, indicativa do seu acesso estável e seguro a alimentos nutritivos. O maior segmento deste grupo, representando 39,5 por cento, ou seja 755 famílias, caem na categoria de segurança alimentar “Aceitável”, reflectindo um nível de acesso a alimentos que satisfaz as necessidades dietéticas básicas, embora com algumas incertezas ocasionais. Entretanto, 32,8 por cento, equivalente a 627 famílias, alcançam um nível de segurança alimentar “Adequado”, sugerindo um acesso geralmente estável e suficiente a alimentos que satisfazem, de forma segura, as suas necessidades nutricionais. Esta distribuição reflecte os diferentes desafios e sucessos das famílias do Grupo 3.

Finalmente, no Grupo 4, com apenas 792 beneficiários, a narrativa é diferente. Apesar da sua dimensão, a história do Grupo 4 é uma história de resiliência e progresso muito devido à participação no Programa. Apenas 4,7 por cento (37 indivíduos) lutam contra a insegurança alimentar, categorizada no nível “Precário”, o que reflecte um forte contraste com os seus homólogos de outros grupos. Entretanto, 25,4 por cento (201 famílias) mantêm uma segurança alimentar “Aceitável”, demonstrando uma base modesta, mas estável. Significativos 32,7 por cento atingem o nível “Adequado”, marcando uma melhoria signi-

**Tabela 8.3.** Diferenças estatísticas de segurança alimentar entre grupos de beneficiários

Índice de Diversidade Alimentar (IDDA Index=100)							Comparações Múltiplas	Variável Dependente: Índice (PCA)				
(I) Zscore: Grupos de Beneficiários	N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão	dfI	Valor-P	F	Sig. (valor-p)	(J) Zscore: Grupos de Beneficiários	Diferença de Médias (I-J)	Erro Padrão	Sig. (valor-p)
Grupo 1	1308	0,34	0,157	0,004	3	0,000	255,031	0,000	Grupo-2	-.066*	0,005	0,000
									Grupo-3	-.100*	0,006	0,000
									Grupo-4	-.191*	0,007	0,000
									Grupo-1	.066*	0,005	0,000
Grupo 2	3539	0,40	0,150	0,003	3	0,000	255,031	0,000	Grupo-3	-.033*	0,005	0,000
									Grupo-4	-.124*	0,006	0,000
									Grupo-1	.100*	0,006	0,000
									Grupo-2	.033*	0,005	0,000
Grupo 3	1912	0,44	0,165	0,004	3	0,000	255,031	0,000	Grupo-4	-.091*	0,007	0,000
									Grupo-1	.191*	0,007	0,000
									Grupo-2	.124*	0,006	0,000
									Grupo-3	.091*	0,007	0,000
Grupo 4	792	0,53	0,185	0,007	3	0,000	255,031	0,000	Grupo-1	.191*	0,007	0,000
									Grupo-2	.124*	0,006	0,000
									Grupo-3	.091*	0,007	0,000
									TOTAL	7551	0,41	0,167

\*. A diferença média é significativa ao nível de 0,05.



ficativa no seu estado de segurança alimentar. Entretanto, 37,2 por cento (295 famílias) desfrutam do mais alto nível de segurança alimentar, o que indica o bem-estar geral de famílias que receberam quatro pagamentos.

Estas diferenças entre os grupos não são apenas variações estatísticas; elas narram uma história convincente de disparidade e esperança. Os resultados do teste estatístico ( $\chi^2=784,822$ ,  $p=0,000$ ) revelam disparidades significativas, com o Grupo 1 a suportar o peso da insegurança alimentar, enquanto o Grupo 4 se apresenta como um farol de esperança. Esta análise revela uma mensagem vital: um maior acesso a valores monetários estão profundamente associados a uma maior segurança alimentar, oferecendo um roteiro para futuras intervenções e apoios. Ao centrarem-se nos êxitos do Grupo 4, programas sociais semelhantes podem obter informações valiosas sobre estratégias eficazes para combater a insegurança alimentar e promover o bem-estar sustentável em todas as comunidades.

Compreender os contrastes no Índice de Consumo Alimentar entre estes grupos permite ter uma imagem mais clara dos desafios enfrentados e dos progressos efectuados. O sucesso do Grupo 4 demonstra o que pode ser alcançado com pagamentos regulares aos beneficiários, enquanto a tendência observada no Grupo 1 destaca áreas que necessitam de atenção. A **Tabela 8.3** mostra mais do que coeficientes – lança luz sobre as histórias humanas por detrás das estatísticas, enfatizando o que se pode alcançar em termos de segurança alimentar quando as populações têm acesso a recursos financeiros adequados e regulares.



### 8.3. Diversificação da Dieta Alimentar

O Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) fez a afirmação ousada de que “*a causa mais directa da malnutrição é a falta de acesso aos alimentos*” (FAO, 2023). Implícita nesta afirmação está a concepção de segurança alimentar como uma função da disponibilidade, acesso e utilização de alimentos. Uma dieta diversificada tem, por si só, um valor instrumental intrínseco para uma vida saudável e bem nutrida. Isto deve-se ao facto de, em praticamente todos os contextos africanos, a agricultura familiar continuar a ser o modo de vida e a fonte de alimentação dominante.

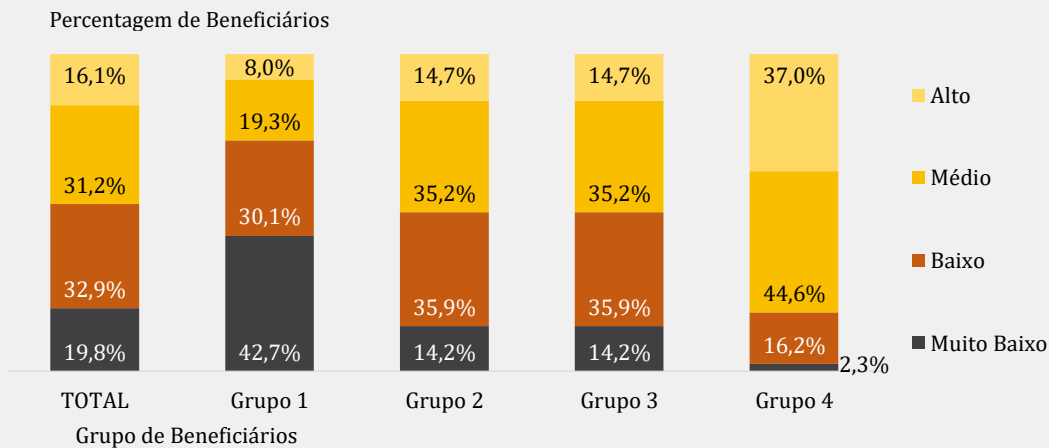
As medidas monetárias da pobreza são, frequentemente, instrumentos inadequados para avaliar o bem-estar das populações rurais pobres. Em contrapartida, as medidas baseadas na alimentação chamam mais a atenção para os mais pobres e para os mecanismos através dos quais têm acesso aos alimentos. Isto é particularmente preocupante quando se avalia a pobreza e o bem-estar no âmbito de programas sociais de transferências monetárias, onde a melhoria da capacidade de acesso aos alimentos pode não ser devidamente documentada.

Para além do aumento da quantidade de alimentos (discutido nas secções anteriores), as transferências sociais monetárias têm um impacto significativo na qualidade e diversidade da dieta dos agregados familiares beneficiários. Com o aumento dos recursos financeiros, é mais provável que as famílias diversifiquem os seus regimes alimentares, incluindo frutas, legumes e fontes de proteínas como os ovos, a carne e o peixe, que são, frequentemente, mais caros do que os cereais de base. Esta diversificação é crucial, uma vez que aumenta o valor nutricional das refeições, fornecendo vitaminas, minerais e outros nutrientes essenciais para prevenir a desnutrição e problemas de saúde relacionados. Além disso, uma dieta variada concorre para sistemas imunitários mais fortes e melhores resultados de saúde, reduzindo os custos de saúde e a vulnerabilidade económica a longo prazo.

#### **Quão diversificada é a dieta dos beneficiários? Terá o KWENDA feito diferença na melhoria da qualidade da dieta?**

Para responder às duas perguntas acima, os 35 alimentos foram agrupados em sete grandes grupos de alimentos, a partir dos quais se desenvolveu um Índice de Diversidade da Dieta do Agregado (IDDA) como referido na **Secção 8.1**. De seguida, o IDDA foi dividido em quatro níveis de diversificação: Muito baixo, Baixo, Médio e Alto, para melhor compreensão da sua distribuição entre os beneficiários.

**Figura 8.4.** Distribuição dos grupos de beneficiários segundo o IDDA



A **Figura 8.4** ilustra a distribuição da diversidade alimentar entre os vários grupos de beneficiários, segmentada pelas quatro categorias referidas. Uma análise pormenorizada desta distribuição revela algumas ideias interessantes. Uma parte relativamente pequena da população total, especificamente 19,8 por cento, enquadra-se na categoria de diversidade alimentar “Muito Baixo”, indicando uma variedade limitada nas suas dietas. O maior segmento, constituído por 32,9 por cento da população, está classificado na categoria “Baixo”, o que sugere que muitos agregados têm uma diversidade alimentar restrita. Perto de um terço da população, ou seja, 31,2 por cento, tem um nível médio de diversidade alimentar, o que reflecte uma variedade moderada nos seus padrões de consumo alimentar. Por último, o grupo mais pequeno, que representa 16,1 por cento dos indivíduos, está classificado com uma diversidade alimentar “Elevado”, o que indica que um segmento relativamente pequeno da população tem acesso a uma dieta muito variada. Esta distribuição evidencia disparidades significativas nos hábitos alimentares, com uma proporção considerável de famílias com uma diversidade alimentar limitada, enquanto apenas uma pequena fracção beneficia de uma dieta diversificada.

As maiores diferenças na diversificação alimentar existem entre os Grupos 1 e 4, reflectindo o impacto das TSM na segurança alimentar e na diversificação da dieta dos agregados familiares. As famílias do Grupo 1 enfrentam desafios significativos, com 42,7 por cento dos seus membros a registarem uma diversidade alimentar muito baixa – embora muito acima da média geral. Este grupo também tem menos indivíduos com uma diversidade alimentar

média em comparação com a norma e apenas uns escassos 8,0 por cento desfrutam de uma diversidade alimentar elevada, o que representa metade da percentagem geral.

Em contraste, o Grupo 4 exhibe a maior percentagem de famílias com diversidade alimentar num índice “Médio” (44,6 por cento) entre todos os grupos, bem acima da média geral. Além disso, o Grupo 4 tem uma percentagem mínima de 2,3 por cento de agregados familiares com uma diversidade alimentar muito baixa, significativamente inferior à percentagem geral. Apenas 16,2 por cento se enquadram na categoria “Baixo”, indicando menos indivíduos com diversidade alimentar limitada. O Grupo 4 também possui a maior proporção de agregados familiares com um índice de diversidade “Alto” (37,0 por cento), mais do dobro da percentagem geral e mais elevada do que qualquer outro grupo.

Em resumo, enquanto o Grupo 1 se debate com graves dificuldades de diversificar a dieta, caracterizando-se por uma maioria de famílias nas categorias “Muito baixo” ou “Baixo”, o Grupo 4 destaca-se com uma diversidade alimentar quase excepcional. Este Grupo tem muito poucas famílias na categoria “Muito baixo” e uma proporção substancial com uma diversidade alimentar entre os níveis “Médio” a “Alto”.

### **Grupos com IDDA significativamente diferentes**

Os dados revelam que as diferenças médias na diversidade alimentar entre a maioria dos grupos são estatisticamente significativas ( $p < 0,05$ ). Esta constatação sublinha que o Índice de Diversificação da Dieta do Agregado (IDDA) varia bastante entre os diferentes grupos de beneficiários, sugerindo que as disparidades observadas não são, provavelmente, devidas ao acaso, mas reflectem antes diferenças na disponibilidade de valores monetários proporcionadas pelo KWENDA. O Grupo 4, em particular, surgiu como o grupo com o IDDA médio mais elevado, registando um valor de 0,354. Este índice evidencia que os beneficiários do Grupo 4 têm acesso a uma dieta mais variada, o que pode ser atribuído a vários factores, incluindo um melhor acesso a diversos produtos alimentares, um estatuto sócio-económico mais elevado ou conselhos nutricionais mais eficazes dirigidos a este grupo.

Por outro lado, o Grupo 1 registou um índice de diversificação da dieta médio mais baixo, com 0,184, o que revela uma grave falta de diversidade alimentar. Este baixo índice para o Grupo 1 aponta para potenciais problemas como a insegurança alimentar, o acesso limitado a uma variedade de alimentos ou níveis mais baixos de conhecimento nutricional. O forte contraste entre o Grupo 4 e o Grupo 1 aponta para a necessidade crítica de intervenções

**Tabela 8.4.** Diferenças estatísticas no Índice de Diversidade Alimentar entre grupos de beneficiários

Índice de Diversidade Alimentar (IDDA Index=100)										Variável dependente: IDDA=100		
Comparações Múltiplas												
(I) Zscore: Grupos de Beneficiários	N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão	df1	Valor-P	F	Sig. (valor-p)	(J) Zscore: Grupos de Beneficiários	Diferença de Médias (I-J)	Erro Padrão	Sig. (valor-p)
Grupo 1	1308	0,184	0,1248	0,003	3	0,003	294,59	0,000	Grupo-2	-0,68278*	0,0041	0,000
									Grupo-3	-0,73358*	0,0046	0,000
									Grupo-4	-1,69765*	0,0057	0,000
Grupo 2	3539	0,252	0,1319	0,002	3	0,003	294,59	0,000	Grupo-1	.068278*	0,0041	0,000
									Grupo-3	-0,005079	0,0036	0,957
									Grupo-4	-1,01487*	0,0050	0,000
Grupo 3	1912	0,257	0,1213	0,003	3	0,003	294,59	0,000	Grupo-1	.073358*	0,0046	0,000
									Grupo-2	0,005079	0,0036	0,957
									Grupo-4	-0,96407*	0,0054	0,000
Grupo 4	792	0,354	0,1238	0,004	3	0,003	0,294,59	0,000	Grupo-1	.169765*	0,0057	0,000
									Grupo-2	.101487*	0,0050	0,000
									Grupo-3	.096407*	0,0054	0,000
<b>TOTAL</b>	<b>7 551</b>	<b>0,252</b>	<b>0,1344</b>	<b>0,002</b>								

\*. A diferença média é significativa ao nível de 0,05.

direccionadas para abordar estas disparidades e melhorar a diversidade alimentar entre os grupos menos favorecidos.

### **Grupos com IDDA semelhantes**

A análise da diversidade alimentar entre os diferentes grupos de beneficiários revelou uma observação digna de nota no que respeita à semelhança entre o Grupo 2 e o Grupo 3. Concretamente, a análise indicou que a diferença de diversidade alimentar entre estes dois grupos não é estatisticamente significativa ( $p=0,957$ ). Isto sugere que as famílias nos Grupos 2 e 3 apresentam um nível comparável de diversidade alimentar apesar das diferenças nas prestações recebidas até à data do inquérito. A ausência de uma diferença significativa implica que os factores que influenciam a diversidade alimentar em ambos os grupos são provavelmente análogos. Estes factores comuns podem variar desde a localização geográfica ao estatuto sócio-económico, pelo que compreendê-los é essencial para o desenho de políticas eficazes e de grande alcance. Ao aprofundar estas variações, os decisores políticos e os criadores de programas podem elaborar estratégias mais precisas e com maior impacto para aumentar a diversidade alimentar, melhorando, em última análise, o estado nutricional geral e o bem-estar de todos os grupos beneficiários.

Esta descoberta é essencial, uma vez que realça o potencial de estratégias e intervenções partilhadas para aumentar a diversidade alimentar em ambos os grupos, melhorando assim os resultados nutricionais globais. A compreensão destas semelhanças pode ajudar a conceber programas de nutrição direccionados, que respondam às necessidades específicas destas populações, tirando partido dos seus atributos comuns.

Em conclusão, o KWENDA desempenha um papel crítico na melhoria da segurança alimentar dos agregados familiares, mas o seu impacto varia significativamente por género e segundo a modalidade de pagamento. As mulheres enfrentam maiores desafios para alcançar a segurança alimentar, destacando a necessidade de abordagens sensíveis ao género na concepção destes programas. Além disso, os pagamentos em dinheiro parecem ser mais eficazes do que os pagamentos com cartão multicaixa no aumento da segurança alimentar, sugerindo uma preferência por intervenções mais monetizadas quando a população alvo é rural. É necessário aprofundar a investigação para explorar as causas subjacentes a estas diferenças e para desenvolver estratégias direccionadas, que possam responder às necessidades únicas dos diferentes grupos de beneficiários.



## 9. ESTADO DE SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS



---

*Os beneficiários do KWENDA sentem-se satisfeitos com o Programa. O Programa provocou melhorias na qualidade de vida de muitas comunidades, respondendo a necessidades essenciais como segurança alimentar e saúde. Os beneficiários relatam um maior bem-estar mental e emocional devido à redução de factores de stress, a um novo sentido de segurança e ao optimismo em relação ao futuro.*

---

Nesta dimensão da avaliação, visou-se avaliar até que ponto os beneficiários se sentiam satisfeitos com as suas próprias vidas no momento do inquérito. Sendo um estudo exploratório, o objectivo era recolher dados e percepções sobre o bem-estar geral dos participantes no Programa e compreender o impacto do apoio financeiro na sua satisfação geral.

O estado de satisfação engloba uma série de emoções que os inquiridos relataram. Estes pronunciamentos individuais foram agrupados num quadro de análise temática (ver **Anexo A9-1**), a partir do qual se derivaram as variáveis de análise. Através deste inquérito, procurou-se recolher dados que permitissem uma compreensão mais profunda dos factores que influenciam o estado de satisfação. Embora as emoções auto-relatadas pelos inquiridos sejam subjectivas, fornecem informações sobre o bem-estar mental e emocional da população. O inquérito visa lançar luz sobre a distribuição de indicadores de Satisfação entre diferentes grupos demográficos, regionais e de beneficiários – estratificados pelo número de pagamentos no momento do inquérito. Esta informação não só ajuda a identificar padrões e disparidades, mas também auxilia os gestores de programas e os funcionários públicos na formulação de estratégias e intervenções para promover o bem-estar e melhorar a vida das famílias.

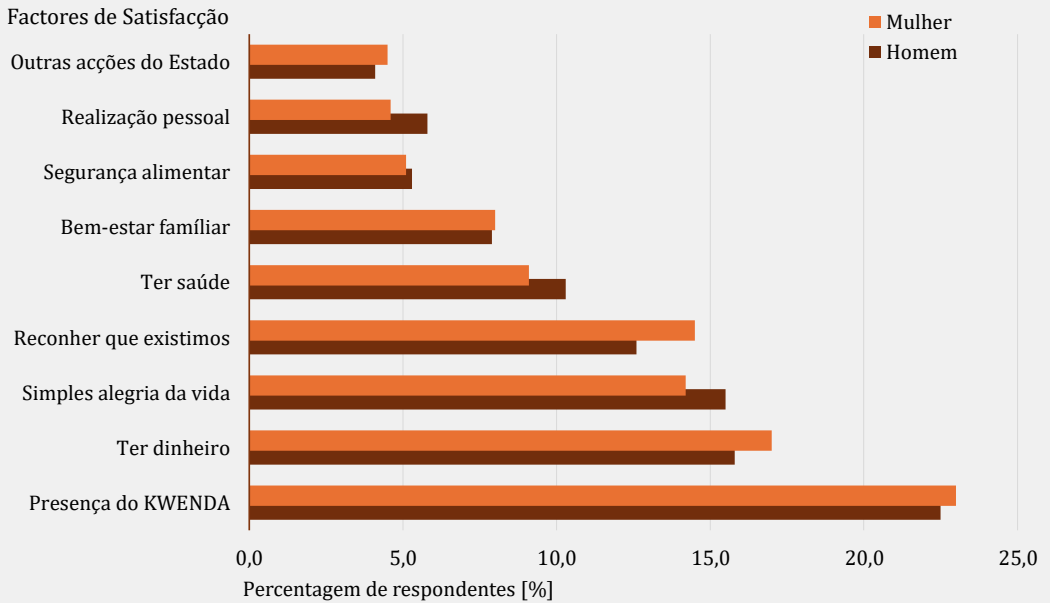
Dada a natureza dos dados sobre a percepção de Satisfação, considerou-se mais adequada uma análise temática. Foram registadas 7 536 frases e mais de 47 000 palavras durante o inquérito. Estas foram codificadas em 15 categorias que manifestam o estado de emoção na altura das entrevistas. Estes códigos, que podem ser consultados no **Anexo A9-1**, derivados do discurso original, reflectem vários aspectos que concorrem para a satisfação dos beneficiários.

## 9.1. Alegria e Satisfação entre os Beneficiários

Os estados de emoção, “Satisfeito” e “Muito Satisfeito”, são explorados através de descrições e códigos que revelam por que é que os indivíduos se sentem dessa forma. Os principais temas identificados incluem, por ordem de frequência: (i) Apoio do KWENDA – muitos beneficiários expressam satisfação devido ao apoio e às oportunidades oferecidas pelo Programa, como a compra de terras, a recepção de ajuda financeira e a melhoria das suas condições de vida; (ii) Ter dinheiro – a disponibilidade de dinheiro para satisfazer as necessidades básicas contribui significativamente para a sua satisfação; (iii) Alegria com a vida – a gratidão pela vida e pelas bênçãos, como cozinhar num fogão e ter comida durante o tempo chuvoso, traz alegria; (iv) Satisfação por se sentirem reconhecidos pelo Programa e pelo Governo; (v) Ser saudável – sendo a boa saúde é uma das principais fontes de satisfação; (vi) Bem-estar da família – na medida em que o bem-estar e a saúde dos membros da família são cruciais para a satisfação geral; (vii) Segurança alimentar – o acesso a alimentos suficientes garante a satisfação do agregado familiar; (viii) Realização pessoal – visto que atingir objectivos pessoais e sentir-se realizado contribui para a satisfação individual e (ix) Outras acções do Estado – a apreciação pelos esforços e o apoio do Governo desempenha um papel importante no bem-estar dos beneficiários.

Estes nove factores de satisfação, elaborados nas secções abaixo, ilustram que a satisfação entre os inquiridos é multifacetada, fortemente influenciada pela estabilidade financeira, saúde, bem-estar familiar e reconhecimento, com o Programa KWENDA a desempenhar um papel fundamental na melhoria da sua qualidade de vida. A **Figura 9.1** reflecte a distribuição percentual de beneficiários segundo os factores de satisfação e a **Tabela A9-1** em anexo apresenta os resultados da análise detalhada por sexo do respondente e grupos de beneficiários e também os resultados dos testes estatísticos inferenciais.

Os dados do inquérito sobre os motivos de satisfação na perspectiva dos beneficiários fornecem uma visão detalhada dos factores que contribuem para o seu bem-estar, analisados por sexo. Do total de 6 124 respondentes que declararam ser felizes, a distribuição das suas razões é a seguinte: 22,8 por cento citaram a presença de KWENDA, 16,5 por cento mencionaram ter dinheiro, 14,7 por cento desfrutaram das alegrias simples da vida, 13,7 por cento sentiram-se reconhecidos pela sua existência, 9,6 por cento estavam satisfeitos com a sua saúde, 8,0 por cento atribuíram a sua satisfação ao bem-estar da família, 5,2 por cento estavam satisfeitos com a sua segurança alimentar, 5,1 por cento celebraram realizações pessoais e 4,3 por cento atribuíram o mérito a outras acções do Estado.

**Figura 9.1.** Distribuição percentual de beneficiários segundo os factores de satisfação

A análise dos dados por género revela algumas tendências interessantes. Para os homens, a presença do KWENDA e o facto de terem dinheiro são os dois principais motivos para se sentirem satisfeitos, seguidos de perto pela apreciação das alegrias simples da vida e pelo reconhecimento pela sua existência. A saúde e o bem-estar da família são igualmente importantes, embora em menor grau. A segurança alimentar, as realizações pessoais e as outras acções do Estado foram menos citados pelos homens. Em contrapartida, as mulheres também valorizam muito a presença do KWENDA, mas dão um pouco mais de importância à segurança financeira do que os homens.

Contudo, os resultados das análises ( $\chi^2=14,285$ ;  $p=0,075$ ) indicam que a associação entre sexo e motivos para estar satisfeito não é estatisticamente significativa ao nível convencional de 0,05. Análises adicionais utilizando medidas tanto direccionais, como simétricas mostram associações consistentemente muito fracas e não são estatisticamente significativas. Conclui-se desta análise não haver uma relação significativa entre o sexo dos inquiridos e os seus motivos de satisfação. Isto sugere que os factores que contribuem para a satisfação são muito semelhantes entre os sexos, enfatizando a partilha de valores e experiências no que diz respeito ao que faz os indivíduos sentirem-se satisfeitos. De um modo geral, embora

ambos os géneros partilhem muitas razões para se sentirem satisfeitos, os homens tendem a dar prioridade à saúde e às realizações pessoais, enquanto as mulheres dão mais importância à segurança financeira e à questão de se sentirem reconhecidos.



*“Nesse tempo, onde muitas vezes parece que as comunidades rurais são ignoradas e esquecidas, programas como o KWENDA é um reconhecimento de que existimos, de que as nossas vidas e os nossos problemas são importantes.”*

### Uma análise comparativa dos grupos de beneficiários

Ao examinar os factores de satisfação em diferentes grupos de beneficiários, surgem padrões interessantes que revelam como as diferentes prioridades e valores influenciam o sentimento de bem-estar dos beneficiários. Os dados, recolhidos junto de quatro grupos distintos de inquiridos, fornecem uma visão dos diversos factores que contribuem para a sua felicidade e satisfação. No centro desta análise está a “presença do KWENDA”, que aparece consistentemente como um factor-chave em todos os grupos. Através de uma comparação aprofundada destes grupos, obtêm-se uma melhor compreensão da forma como os elementos sociais, financeiros e pessoais interagem para moldar o bem-estar colectivo.

Os beneficiários do Grupo 1 demonstram um padrão único nas suas fontes de satisfação. Embora a “presença do KWENDA” se reflecta nos dados de forma significativa, o “reconhecimento pela sua existência” e a “simples alegria de viver” são os factores que se destacam como principais contribuintes para o sentimento de bem-estar e satisfação deste grupo. Outros factores, como “ter dinheiro” e “ter saúde” são referidos, mas ficam em segundo plano. A ênfase relativamente elevada deste grupo aos factores de “reconhecimento” e na “alegria pela vida” sugere que o seu bem-estar e satisfação estão profundamente ligados ao reconhecimento social e à apreciação intrínseca da vida. Isto pode implicar um grupo menos focado em ganhos materiais e mais preocupado com aspectos intangíveis da satisfação.

O Grupo 2, o maior, com 2 879 inquiridos, apresenta uma distribuição mais equilibrada dos factores de satisfação. Aqui, a “presença do KWENDA” lidera a lista de factores de satisfação, sendo referida por um em cada cinco beneficiários. Observa-se neste grupo uma comunidade onde as múltiplas facetas do bem-estar são valorizadas quase da mesma forma. Embora o KWENDA seja a principal fonte de satisfação, outras áreas - como a alegria, o reconhecimento e as finanças - são quase tão importantes, indicando uma perspectiva abrangente da felicidade. As respostas deste grupo reflectem uma população que encontra

satisfação tanto em apoios externos, como no KWENDA ou em factores internos, como o contentamento pessoal e o reconhecimento social. A percentagem relativamente elevada de estabilidade financeira e saúde também sublinha uma preocupação prática com a segurança física e económica, mesmo que esta não seja prioritária.

O Grupo 3, que inclui 1 529 beneficiários, também coloca a maior ênfase nas presenças do Programa KWENDA, com consideráveis 27,2 por cento dos inquiridos a citarem-na como uma fonte de satisfação. Em seguida, vem a estabilidade financeira, com 17,5 por cento dos inquiridos a citarem “ter dinheiro” como um factor-chave. Outros elementos, como a simples alegria e o reconhecimento, estão presentes, mas são muito menos proeminentes.

O Grupo 4, o grupo mais pequeno, com 714 inquiridos, apresenta níveis mais elevados de satisfação associados a presença do KWENDA, com um em cada três beneficiários a sustentar tal afirmação. O acesso a recursos financeiros neste grupo foi referido por um em cinco beneficiários. A sua ênfase relativamente baixa sobre factores como a “simples alegria” e o “reconhecimento” implica que a sobrevivência e a estabilidade económica são prioridades imediatas, provavelmente ofuscando outras fontes de satisfação. Para estes inquiridos, a presença do KWENDA pode representar não apenas apoio, mas uma intervenção crucial nas suas vidas diárias. Esta elevada dependência evidencia um contexto sócio-económico onde o apoio financeiro é fundamental.

### **Necessidades sociais vs necessidades práticas: como diferentes grupos vêem satisfação com o KWENDA**

Como se observa na **Tabela A9-1** em Anexo, uma análise comparativa entre os quatro grupos ( $\chi^2=205,580$ ;  $p=0,000$ ), revela que, embora o KWENDA seja um factor unificador que contribui para a satisfação de todos, a sua importância em relação a outras fontes de felicidade varia muito. O Grupo 1 e o Grupo 2 colocam uma ênfase substancial em factores sociais e intrínsecos como o reconhecimento e a alegria de viver, sugerindo uma visão mais diversificada e equilibrada do bem-estar. Em contraste, o Grupo 3 e o Grupo 4 enfatizam a presença do KWENDA e a segurança financeira, indicando um foco nas necessidades práticas e materiais, em detrimento da satisfação existencial. Estes resultados ilustram que os motivos de satisfação entre os beneficiários é, de certa forma, influenciado pelo nível de prestações recebidas à data do inquérito, reflectindo as diferentes prioridades e fontes de alegria nos diferentes grupos.

Estes padrões sugerem que, embora todos os grupos beneficiem do KWENDA, o impacto do Programa é sentido de forma diferente, dependendo das circunstâncias sócio-económicas de cada grupo. Nos grupos com mais prestações recebidas, a dependência do KWENDA e a estabilidade financeira representam, provavelmente, indivíduos que enfrentam maiores dificuldades financeiras, onde as necessidades básicas têm precedência sobre fontes de satisfação mais abstractas ou emocionais. Por outro lado, os grupos que enfatizam o reconhecimento social e a alegria podem reflectir comunidades onde as necessidades básicas são relativamente mais seguras, permitindo que os indivíduos encontrem satisfação nos relacionamentos, no reconhecimento pessoal e nos prazeres do dia-a-dia.

### 9.1.1. A alegria trazida pelo Programa KWENDA

A presença do Programa KWENDA aumentou significativamente a satisfação e o bem-estar de muitos indivíduos e comunidades. Através de ajuda financeira, apoio a actividades agrícolas e assistência no acesso a necessidades básicas, o Programa proporcionou o alívio e a esperança tão necessários, transformando vidas.





Um dos impactos mais imediatos do KWENDA é o alívio da fome. Muitas pessoas expressam imensa gratidão pela segurança alimentar que o Programa trouxe para as suas famílias. Ter o suficiente para comer todos os dias alivia o stress constante da escassez de alimentos, permitindo que as famílias se concentrem noutros aspectos importantes das suas vidas. A garantia de ter comida na mesa cria um ambiente estável, onde as crianças podem crescer de forma saudável e os adultos podem trabalhar e contribuir para as suas comunidades.

A saúde é outra área significativamente melhorada pelo Programa KWENDA. Com a ajuda financeira, muitos puderam pagar tratamentos médicos e medicamentos que antes estavam fora do seu alcance. Isto não só melhorou o seu bem-estar físico, como reduziu o stress e a ansiedade associados a problemas de saúde não tratados. Por exemplo, a assistência do Programa ajudou uma pessoa a recuperar de uma doença grave, realçando o papel crucial da saúde na realização de uma vida plena.

Os benefícios psicológicos e emocionais do Programa KWENDA são igualmente significativos. Saber que existe uma fonte fiável de apoio traz imenso alívio e esperança. A sensação de segurança, que advém da estabilidade financeira e da segurança alimentar, permite aos indivíduos sonhar e planear o futuro com confiança. Este optimismo e a redução do stress contribuem para o bem-estar mental geral, promovendo uma visão mais positiva da vida.

O impacto do Programa no bem-estar social e comunitário não pode ser negligenciado. O apoio promoveu um sentimento de solidariedade comunitária e de apoio mútuo. Os vizinhos ajudam-se uns aos outros com os recursos que recebem, criando uma rede de apoio que reforça os laços comunitários. Este bem-estar colectivo aumenta a satisfação individual, uma vez que as famílias se sentem mais ligadas e apoiadas pela sua comunidade. Para além disso, a presença do Programa KWENDA simboliza o compromisso de melhorar a vida das famílias, o que incute um sentimento de valor e reconhecimento entre os beneficiários. Saber que as suas necessidades estão a ser reconhecidas e tratadas pelo Programa e pelo Governo aumenta o seu moral e auto-estima. Esse reconhecimento é fundamental para o bem-estar emocional e psicológico, pois valida as suas lutas e esforços.

### **9.1.2. Disponibilidade de dinheiro como fonte de Satisfação**

O dinheiro, muitas vezes visto como um meio necessário para assegurar as necessidades básicas e melhorar as condições de vida, é uma fonte significativa de satisfação para muitas pessoas. As reflexões das pessoas que beneficiam do Programa KWENDA sublinham

o profundo impacto que a assistência financeira tem nas suas vidas, trazendo estabilidade, esperança e um sentimento de realização.

Um tema recorrente é o poder transformador do dinheiro na melhoria da qualidade de vida. Muitos expressaram imensa gratidão pelo apoio financeiro recebido do Programa, que lhes permitiu responder a necessidades prementes e alcançar objectivos pessoais e familiares. Este apoio vai desde a compra de artigos essenciais, como alimentos e colchões, até ao investimento em actividades agrícolas e pequenos negócios. A capacidade de assegurar as necessidades básicas e melhorar as condições de vida traz um profundo sentimento de alívio e satisfação.

O Programa KWENDA tem sido importante para garantir este apoio essencial. Os indivíduos destacam como o dinheiro recebido os ajudou a superar desafios significativos, como problemas de saúde e escassez de alimentos. A ajuda financeira não só respondeu a necessidades imediatas, como também permitiu investimentos a longo prazo em educação, habitação e micro empreendimentos. Por exemplo, alguns conseguiram construir casas, comprar equipamento agrícola e expandir os seus negócios, o que levou a uma maior estabilidade económica e auto-suficiência, como se viu no **Capítulo 6**.

Os aspectos sociais e emocionais da segurança financeira também são significativos. Ter dinheiro permite que os indivíduos cumpram as suas responsabilidades para com as suas famílias, assegurando que os seus filhos sejam bem alimentados, educados e saudáveis. Esta capacidade de sustentar a família reforça os laços sociais e promove um sentimento de orgulho e realização. A alegria de ver os filhos a prosperar e a segurança de saber que o seu futuro está mais seguro devido ao apoio financeiro é uma fonte profunda de satisfação. Para além disso, as reflexões revelam um profundo sentido de gratidão tanto para com o Programa KWENDA como para com a intervenção divina. Muitos atribuem a melhoria das suas circunstâncias aos esforços combinados do apoio governamental e da sua fé, destacando a natureza holística do bem-estar, onde o apoio material e a crença espiritual se entrelaçam para criar uma vida plena.

### **9.1.3. Reconhecer que as pessoas existem como seres humanos**

Os seres humanos são, por natureza, criaturas sociais e o reconhecimento da sua existência como indivíduos numa comunidade pode aumentar significativamente a sua satis-

fação. Quando as pessoas se sentem reconhecidas, ouvidas e valorizadas, isso valida o seu sentimento de auto-estima e o sentido de pertença. Esse reconhecimento pode ocorrer sob diferentes formas. Fazer parte de um inquérito ou programa traz um sentido de inclusão e comunidade. Este simples acto de ser escolhido valida a sua importância e existência, fazendo os indivíduos sentirem-se vistos e apreciados. Os inquiridos mencionaram, frequentemente, que se sentiam felizes por fazerem parte do inquérito ou do Programa: *“Estou satisfeito porque fui escolhido para ser entrevistado”* ou *“porque faço parte do Programa”*.

Poder falar e expressar os seus sentimentos, frustrações ou alegrias com alguém de fora da comunidade é um meio de obter informação e sentir-se incluído num espaço maior do que o da sua comunidade e a objectivos maiores.

*“Estou feliz porque me sinto confortável consigo aqui. A conversa fez com que esquecesse os meus problemas por algum tempo.”*



Receber visitas da equipa do Programa ou outros funcionários públicos é um sinal tangível de reconhecimento e importância. Declarações como *“Por receber visitas”* e *“Por vos ver chegar ao nosso bairro”* indicam que estas visitas os fazem sentir valorizados e lembrados. Além disso, estas visitas anunciam, frequentemente, a esperança de benefícios ou assistência futuros: *“A vossa visita dá-nos esperança de que voltem novamente para nos dar dinheiro”*.

O bem-estar mental dos indivíduos é significativamente melhorado quando se sentem reconhecidos e valorizados. Muitos inquiridos expressaram como estas interações e reconhecimentos tiveram um impacto positivo no seu estado mental, aliviam o stress e trazem alegria.

#### **9.1.4. A busca da saúde como fonte de satisfação**

A saúde é uma pedra angular da satisfação, pois constitui a base sobre a qual os indivíduos podem construir as suas vidas e perseguir os seus objectivos. Ser saudável não só permite que as pessoas se dediquem às actividades diárias, como proporciona paz de espírito e uma sensação de bem-estar. Os beneficiários reflectiram sobre a forma como a saúde contribui para a satisfação, recorrendo a várias expressões de gratidão e contentamento.

Ser saudável proporciona a energia física e mental necessária para se dedicar ao trabalho, às responsabilidades familiares e às actividades de lazer, aumentando assim a satisfação ge-

ral. A recuperação de uma doença traz, frequentemente, um renovado apreço pela saúde e um sentimento de satisfação. Frases como *“Porque ele está saudável, já que estava doente”* e *“Por ter recuperado de uma doença”* reflectem a gratidão e o alívio que advêm da recuperação. Esta saúde renovada é, muitas vezes, vista como uma segunda oportunidade, motivando os indivíduos a valorizarem ainda mais o seu bem-estar.

Os programas governamentais e o apoio social desempenham um papel crucial na manutenção e melhoria da saúde, contribuindo para a satisfação. Muitos inquiridos indicaram que o apoio financeiro ajudou a aceder aos cuidados de saúde, a comprar medicamentos e a melhorar as suas condições de vida, factores essenciais para uma boa saúde. A saúde não é apenas um bem pessoal, mas também familiar. O bem-estar dos membros da família influencia significativamente a satisfação individual. Um ambiente familiar saudável promove a harmonia, reduz o stress e melhora a qualidade de vida em geral.



*“Os meus filhos são saudáveis. Somos todos saudáveis em casa.”*

Esta segurança permite que os indivíduos se concentrem nas suas aspirações e desfrutem dos momentos da vida sem a preocupação constante de problemas de saúde.

### 9.1.5. O bem-estar da família: uma fonte de satisfação

A satisfação está, muitas vezes, intrinsecamente ligada ao bem-estar da família, algo que aparece expressivamente no discurso dos beneficiários do KWENDA. Para muitos inquiridos, a saúde, a harmonia e a prosperidade dos seus entes queridos são fontes primordiais de alegria e realização. Um ambiente familiar solidário e coeso promove satisfação. A certeza de que não se está sozinho a enfrentar os desafios da vida, mas que se tem o apoio dos entes queridos, proporciona um imenso conforto emocional e satisfação.



*“Porque tenho o apoio da minha família. Vivemos juntos em harmonia em casa e no bairro.”*



Os marcos familiares e as interações diárias são fontes sinónimo de alegria. Os inquiridos referiram-se frequentemente a acontecimentos específicos e a simples momentos quotidianos que lhes trouxeram satisfação: *“O nascimento de um membro da família”* e *“Por ter os netos em casa e receber a equipa de inquiridores”*. Estes momentos reforçam os laços entre os membros da família e criam memórias que contribuem para a satisfação a longo prazo.

### **Superar os desafios em conjunto**

A capacidade colectiva de ultrapassar desafios também aumenta o bem-estar e a satisfação. A unidade familiar para enfrentarem as dificuldades em conjunto promove um profundo sentimento de satisfação e realização. Muitos inquiridos expressaram a sua satisfação devido à resiliência das suas famílias face às dificuldades. Uma pessoa referiu: *“Porque ultrapassei as minhas dificuldades com o apoio da minha família”*, enquanto outra partilhou que *“Apesar das ausências que sentimos, penso que talvez tenha sido Deus que me fez passar por estas dificuldades”*.

*“Sou feliz porque tenho uma família e já sou capaz de a sustentar.”*



O conforto psicológico proporcionado pela presença dos membros da família foi um tema recorrente nas expressões de satisfação: *“Estar com a minha família e ter a oportunidade de ver os meus netos crescerem”* demonstra como a simples presença de familiares pode ser uma fonte profunda de alegria. Este conforto psicológico resulta de um sentimento de pertença e de estar rodeado de pessoas queridas.

### 9.1.6. Segurança alimentar: um pilar da satisfação

O acesso à alimentação é uma necessidade humana fundamental e a sua disponibilidade tem um impacto profundo na satisfação e no bem-estar. Garantir que os indivíduos e as famílias tenham o suficiente para comer não é apenas uma questão de sobrevivência, mas também um contributo significativo para a satisfação com a vida. Os beneficiários do inquérito por amostragem expressaram como o acesso à alimentação, apoiado pelo Programa, traz satisfação às pessoas, enfatizando o papel essencial da segurança alimentar na promoção de uma melhor qualidade de vida.

Muitos inquiridos expressaram a sua alegria pelo simples facto de terem comida disponível em casa. Declarações como *“Porque há comida em casa”* e *“Ter comida em casa e netos saudáveis”* realçam o alívio e a satisfação que advêm do facto de saberem que há comida suficiente para comer. Esta segurança permite que os indivíduos se concentrem noutros aspectos das suas vidas sem a preocupação constante de saber de onde virá a sua próxima refeição.

Programas de apoio social como o KWENDA, desempenham um papel crucial no fornecimento de segurança alimentar e no aumento da satisfação. Muitos inquiridos na região Centro-Sul reconheceram o impacto positivo do Programa na sua capacidade de acesso aos alimentos, ilustrando como essas iniciativas fornecem o apoio financeiro necessário para comprar alimentos e atender às necessidades nutricionais diárias. Ao reduzir a insegurança alimentar, o Programa alivia o *stress* e promove bem-estar entre os beneficiários.



***“Graças à ajuda do Programa conseguimos sair da situação de fome de 2021 em que tínhamos perdido todas as colheitas.”***



## Alimentação, saúde e a pobreza

A relação entre alimentação e saúde está intimamente ligada, sendo a boa nutrição essencial para a manutenção da saúde. O acesso a alimentos nutritivos garante que os indivíduos possam levar uma vida activa e saudável, sem os efeitos debilitantes da subnutrição. Esta relação sublinha a importância de uma alimentação equilibrada para a saúde física, que, por sua vez, contribui para a satisfação geral. Os inquiridos mencionaram frequentemente como o apoio do Programa os ajudou a evitar a fome, terem comida suficiente e serem saudáveis.

*“Salvou-me da fome. Ter comida em casa, mais a saúde, é motivo de muita alegria.”*



Para além da saúde física, a segurança alimentar tem um impacto psicológico significativo. O facto de saberem que têm o suficiente para comer reduz a ansiedade e promove o bem-estar mental. Os inquiridos expressaram um profundo sentimento de gratidão e satisfação pela comida que podiam fornecer às suas famílias. Por exemplo, *“Só o facto de comer faz-nos felizes”* e *“Quando há comida para a família, há satisfação”* captam o profundo sentimento de alívio e alegria que advém da segurança alimentar. Este conforto psicológico permite aos indivíduos perseguir os seus objectivos e sonhos com maior confiança e menos stress.

### 9.1.7. Realização Pessoal

#### O caminho para a satisfação através do desenvolvimento pessoal

A realização pessoal é um conceito multifacetado, que interliga vários elementos da vida de uma pessoa, como atingir objectivos, ultrapassar dificuldades e satisfazer necessidades básicas. A viagem em direcção à realização pessoal conduz à satisfação, pois engloba um sentimento de realização, paz de espírito e esperança no futuro. As afirmações expressas pelos inquiridos permitem explorar a forma como o desenvolvimento pessoal, evidenciado pelas realizações individuais e pela melhoria das condições de vida, serve como um canal para a satisfação.

## Superar as dificuldades e atingir os objectivos

Um aspecto significativo da realização pessoal é a capacidade de ultrapassar dificuldades e atingir os objectivos estabelecidos. Muitos beneficiários expressaram satisfação derivada da superação de desafios e da consecução dos seus objectivos: *“Porque fui bem-sucedido nos meus projectos”*, sublinhando a alegria que advém da concretização de empreendimentos pessoais planeados.



*“O KWENDA permitiu-me alcançar alguns dos meus objectivos na vida.”*

A satisfação das necessidades básicas é outro elemento fundamental que contribui para a realização pessoal. A capacidade de sustentar as suas famílias e de assegurar recursos essenciais contribuem para a realização pessoal e, conseqüentemente, para a satisfação.



*“Porque posso satisfazer algumas necessidades básicas. Consegui comprar o colchão e mudar a casa de capim para chapa de zinco.”*

## Realizações diárias, avanços progressivos e esperança no futuro

As conquistas diárias e o progresso gradual também desempenham um papel crucial na realização pessoal. Os inquiridos referiram, frequentemente, os pequenos sucessos diários como fontes de satisfação, valorizando as pequenas vitórias no percurso mais alargado do desenvolvimento pessoal. Estes passos graduais não só aumentam a confiança, como contribuem para um sentimento sustentado de realização e satisfação.

A obtenção de paz de espírito e a ausência de problemas significativos são também fundamentais para a realização pessoal. Muitos inquiridos indicaram que a sua satisfação resultava da ausência de preocupações e dificuldades. Frases como *“Não tenho problemas”* e *“Porque não há problemas”* sugerem que uma vida estável e sem problemas aumenta muito o sentimento de realização e satisfação. Esta paz de espírito permite que os indivíduos desfrutem das suas circunstâncias actuais e olhem para o futuro com optimismo.

A esperança no futuro é um tema recorrente entre os inquiridos, indicando que esperar por dias melhores é uma componente vital da realização pessoal. Expressões como *“Por-*

*que esperas dias melhores*” e *“Espero que venham dias melhores”* revelam que manter uma perspectiva de esperança é essencial para manter a satisfação. Esta perspectiva de futuro é alimentada pelas realizações pessoais, proporcionando uma sensação de progresso e o potencial de melhoria contínua.

### **9.1.8. O trabalho do Governo: um precursor de satisfação**

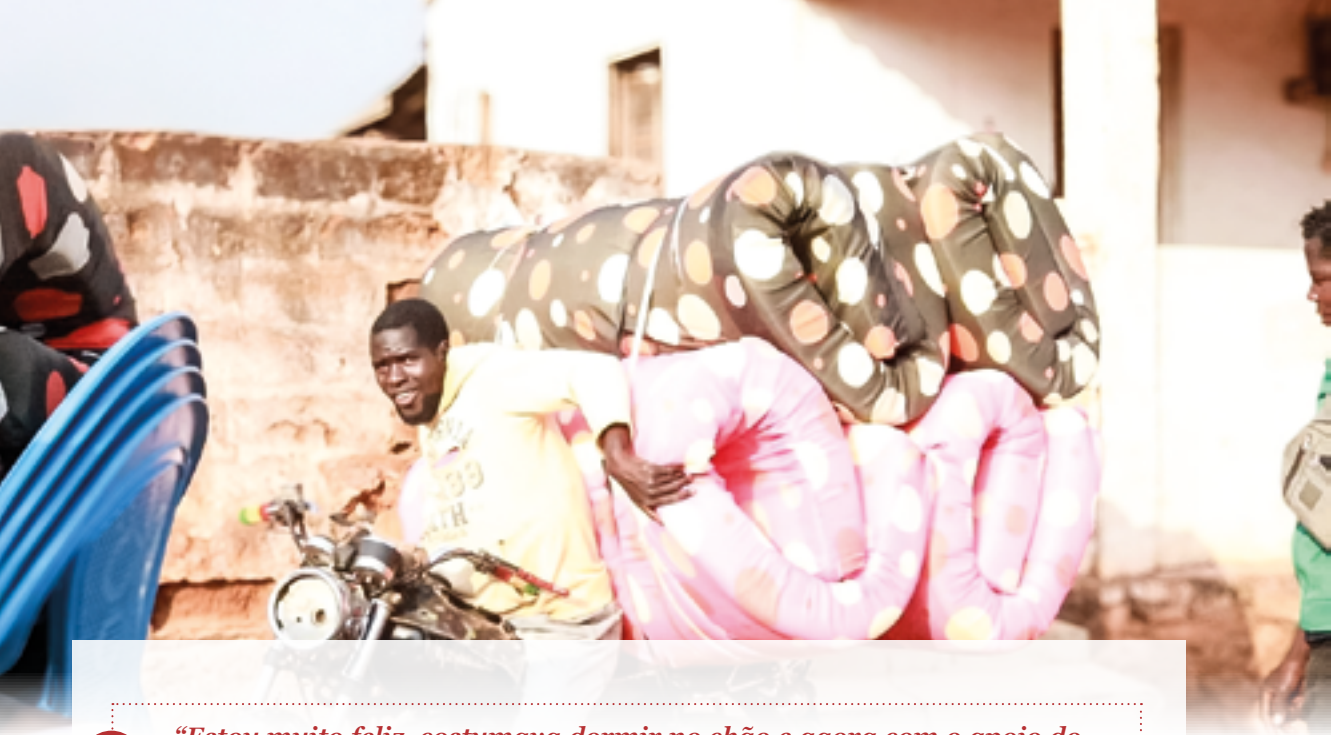
A satisfação resulta de vários aspectos da vida e, para muitos, o trabalho e o apoio prestados pelo Estado desempenham um papel digno de nota. As iniciativas governamentais, especialmente as que visam o bem-estar social, podem ter um impacto profundo na vida dos indivíduos e das comunidades, promovendo um sentimento de segurança, gratidão e esperança. A partir das afirmações dos beneficiários explorou-se a sua percepção sobre a forma como o apoio do Estado, nomeadamente através de programas sociais, traz satisfação às pessoas, aliviando as dificuldades e melhorando a sua qualidade de vida.

#### **O impacto das TSM pela via do reconhecimento e da inclusão**

Na perspectiva dos beneficiários inquiridos, o apoio do Estado com as Transferências Sociais Monetárias é uma das fontes mais evidentes de satisfação. O Programa fornece assistência financeira aos necessitados, permitindo-lhes satisfazer necessidades básicas e melhorar as suas condições de vida. Declarações como *“Ser beneficiária do KWENDA faz-me feliz”* e *“Estou feliz porque recebi o dinheiro do Governo”* realçam o impacto positivo directo destas ajudas financeiras na vida dos indivíduos. A capacidade de comprar bens essenciais e de gerir as despesas diárias reduz significativamente o stress e melhora o bem-estar geral.

#### **O apoio do Governo traz esperança e segurança**

A esperança e a segurança são elementos fundamentais da satisfação que o apoio governamental ajuda a fomentar. Muitos inquiridos expressaram optimismo e alívio devido à assistência que receberam. Declarações como *“Esperança no Governo”* e *“Estou muito feliz porque a qualquer momento vou receber alguma coisa do Estado”* ilustram como a ajuda do Governo providencia uma rede de segurança, assegurando que as pessoas tenham recursos a que recorrer em tempos difíceis. Este sentimento de segurança permite que as pessoas se concentrem no seu crescimento pessoal e profissional sem a preocupação constante da instabilidade financeira.



*“Estou muito feliz, costumava dormir no chão e agora com o apoio do Estado consegui uma cama e algumas coisas que eu não tinha.”*

A gratidão para com o Estado e um sentimento de bem-estar comunitário foram temas recorrentes nas respostas. Muitos indivíduos expressaram a sua gratidão pelo apoio recebido, que não só os beneficiou pessoalmente, mas também às suas comunidades. Declarações como *“Agradecemos a Deus e ao Governo pelo seu apoio”* e *“A família está bem e graças ao apoio do nosso Governo”* realçam a satisfação colectiva resultante de intervenções governamentais.

## **9.2. Percepção de Realização Pessoal**

Como parte da avaliação do Programa, os beneficiários foram questionados sobre o seu sentimento de realização pessoal, que foi construído utilizando quatro afirmações. Os inquiridos podiam expressar a sua concordância ou discordância utilizando uma escala de cinco pontos. Estas afirmações foram concebidas para avaliar a satisfação geral com a vida dos beneficiários e o impacto dos pagamentos do KWENDA no seu sentido de progresso em relação aos objectivos pessoais. Compreender estas percepções foi crucial para avaliar a eficácia do Programa na promoção de um sentimento de realização e concretização entre os seus beneficiários. Esta secção analisa as respostas dos beneficiários a estas quatro afirmações, concentrando-se no seu sentimento de realização e concretização e como estas percepções diferem ou não, por género. Uma análise baseada no género é essencial, uma vez que os factores sociais e económicos podem influenciar de forma diferente as experiências e percepções das mulheres e dos homens.

**Tabela 9.1.** Percepções de bem-estar e realização pessoal

Afirmação aos beneficiários do KWENDA	Pleno Desacordo	Não Concordo	Concordo   Discordo	Concordo	Pleno Acordo	TOTAL	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão Média	Assimetria
A minha vida corre bem, conforme sonhei.	[N] 1 096 [%] 14,0	2 239 30,2	1 302 17,5	2 579 34,0	335 4,4	7 551 100,0	2,84	1,1710	0,0130	0,0280
Estou satisfeito com a minha vida neste momento.	[N] 738 [%] 9,8	1 947 25,8	1 638 21,7	2 810 37,2	418 5,5	7 551 100,0	3,03	1,1140	0,0130	0,0280
Até agora, tenho conseguido as coisas importantes que quero na vida.	[N] 755 [%] 10,0	2 561 33,9	1 552 20,6	1 987 26,3	696 9,2	7 551 100,0	2,91	1,1670	0,0130	0,0280
Os pagamentos do KWENDA já me permitem chegar onde eu queria.	[N] 1 222 [%] 16,2	1 443 19,1	1 857 24,6	2 175 28,8	854 11,3	7 551 100,0	3,0	1,2570	0,0140	0,0280

**Tabela 9.2.** Percepções de bem-estar e realização pessoal segundo o sexo do respondente

Afirmação aos beneficiários do KWENDA	Pleno Desacordo	Não Concorde	Concorde   Discorde	Pleno Acordo	TOTAL	(X <sup>2</sup> )	df	(X <sup>2</sup> ) Valor -p	(λ)	(U)	(C)
Homens											
A minha vida corre bem, conforme sonhei.	[N]	1 096	2 239	1 302	2 579	335	7 551				
	[%]	14,0	30,2	17,5	34,0	4,4	100,0				
Mulheres											
	[N]	1 096	2 239	1 302	2 579	335	7 551	1.789a	4	0,7740	0,0000
	[%]	14,0	30,2	17,5	34,0	4,4	100,0			0,0000	0,0150
Homens											
Estou satisfeito com a minha vida neste momento.	[N]	1 096	2 239	1 302	2 579	335	7 551				
	[%]	14,0	30,2	17,5	34,0	4,4	100,0				
Mulheres											
	[N]	738	1 947	1 638	2 810	418	7 551	17.267a	4	0,0020	0,0010
	[%]	9,8	25,8	21,7	37,2	5,5	100,0			0,0000	0,0480
Homens											
Até agora, tenho conseguido as coisas importantes que quero na vida.	[N]	1 222	1 443	1 857	2 175	854	7 551				
	[%]	16,2	19,1	24,6	28,8	11,3	100,0				
Mulheres											
	[N]	755	2 561	1 552	1 987	696	7 551	255.341a	4	0,0000	0,0120
	[%]	10,0	33,9	20,6	26,3	9,2	100,0			0,0190	0,1810
Homens											
Os pagamentos do KWENDA já me permitem chegar onde eu queria.	[N]	1 222	1 443	1 857	2 175	854	7 551				
	[%]	16,2	19,1	24,6	28,8	11,3	100,0				
Mulheres											
	[N]	1 222	1 443	1 857	2 175	854	7 551	154.084a	4	0,0000	0,0100
	[%]	16,2	19,1	24,6	28,8	11,3	100,0			0,007	0,1410



## **Afirmações que determinam a percepção geral de satisfação e realização pessoal**

A percepção de realização foi cuidadosamente medida com base em quatro afirmações-chave, cada uma delas cuidadosamente elaborada para captar uma faceta distinta da realização pessoal:

- ▶ *A minha vida está a correr bem, tal como tinha sonhado.* Esta afirmação mede o alinhamento entre as circunstâncias actuais do beneficiário e as suas aspirações de longa data, fornecendo uma visão da sua satisfação geral.
- ▶ *Estou satisfeito com a minha vida neste momento.* Esta pergunta centra-se no contentamento actual, reconhecendo que a felicidade pode estar profundamente enraizada no aqui e agora.
- ▶ *Até agora, consegui as coisas importantes que quero na vida.* Ao enfatizar o “até agora”, esta afirmação encoraja a reflexão sobre o progresso em direcção a objectivos a longo prazo, reconhecendo que o crescimento pessoal é uma viagem.
- ▶ *Os pagamentos do KWENDA têm sido fundamentais para me permitir alcançar os meus objectivos.* Esta afirmação avalia directamente o impacto do Programa, destacando o papel significativo que o apoio do KWENDA tem desempenhado no avanço dos beneficiários em direcção aos seus objectivos.

Estas afirmações, em conjunto, reflectem uma visão holística da realização pessoal - uma visão que engloba a satisfação presente, as aspirações futuras e o reconhecimento de um progresso significativo. Ao analisar as respostas dos beneficiários a estas afirmações, o KWENDA pode obter um entendimento mais profundo da medida em que o Programa ajudou os indivíduos não só a atingir os seus objectivos, mas também a melhorar significativamente a sua qualidade de vida geral. Os dados sobre as percepções de bem-estar e realização pessoal são apresentados nas **Tabelas 9.1 e 9.2**.

## **Quando a vida fica aquém dos sonhos: compreender a realização das aspirações dos beneficiários do KWENDA**

A questão de saber se a vida está a correr como sonhado é uma medida fundamental para a realização pessoal, pois é um desejo humano universal de alinhar a realidade com as aspirações. No contexto dos beneficiários do Programa KWENDA, a afirmação “*A minha vida está a correr bem, tal como sonhei*” serviu de ponto focal para compreender como os homens e as mulheres percebem o seu progresso em direcção aos seus objectivos de vida.

Tanto nas respostas dos homens como nas das mulheres, verifica-se um padrão semelhante no que diz respeito à percepção do progresso em direcção a sonhos de longa data. Entre os homens beneficiários do Programa, 34,0 por cento concordaram que a sua vida está moderadamente alinhada com as suas aspirações. Isto sugere que cerca de um terço dos homens sente uma sensação de progresso devido ao apoio financeiro fornecido pelo KWENDA, reflectindo o impacto do Programa em ajudá-los a aproximar-se dos seus objectivos. No entanto, apenas 4,4 por cento dos homens concordaram totalmente com a afirmação, revelando que uma proporção muito pequena de homens se sente completamente satisfeita com a sua actual trajectória de vida. Isto aponta para um fosso notável entre as suas aspirações e as suas circunstâncias actuais, sugerindo que, embora tenham sido feitos alguns progressos, ainda há muito a fazer para que possam realizar plenamente os seus sonhos.

As respostas das mulheres reflectem uma tendência quase idêntica. Tal como os seus homólogos masculinos, 34,3 por cento das mulheres concordaram que as suas vidas estavam a correr como tinham imaginado. Esta semelhança mostra que o KWENDA teve um efeito quase igual em ambos os géneros, promovendo um sentimento comparável de progresso moderado. No entanto, tal como no caso dos homens, apenas 4,4 por cento das mulheres concordaram totalmente com a afirmação, o que indica que apenas uma pequena fracção destas beneficiárias se sente totalmente satisfeita com o progresso registado na sua vida. Esta semelhança entre homens e mulheres relativamente à percepção sobre a “realização de sonhos” é sustentada pelos resultados ( $X^2=1,789$ ;  $p=0,774$ ), indicando que não há diferença estatisticamente significativa entre as respostas de homens e mulheres, i.e. o género não influencia significativamente a forma como os beneficiários percebem o alinhamento das suas vidas com os seus sonhos. A ausência de uma distinção entre géneros reforça a noção de que os desafios à realização pessoal, tal como são percebidos pelos beneficiários, são partilhados da mesma forma por homens e mulheres, indiciando um fosso significativo entre a situação actual e os sonhos finais dos beneficiários.

### **Explorando as diferenças de percepções sobre a satisfação com a vida**

A segunda afirmação do inquérito “*Estou satisfeito com a minha vida neste momento*” oferece uma medida directa da satisfação com a vida actual entre os beneficiários do KWENDA. Esta afirmação vai ao cerne do que os participantes realmente sentem em relação às suas vidas, para além dos ganhos ou perdas materiais.

O inquérito revelou uma visão interessante sobre as percepções de satisfação com a vida em função do género. Tanto os homens como as mulheres expressaram opiniões geralmente positivas sobre a sua situação actual, mas o grau e a intensidade da sua satisfação revelaram diferenças subtis. Os dados, quando analisados de perto, sugerem que o género desempenha um papel estatisticamente significativo na formação da satisfação com a vida dos beneficiários do Programa, embora não seja o único factor determinante.

Os resultados mostram que 36,8 por cento dos homens e 37,5 por cento das mulheres concordaram com a afirmação *“Estou satisfeito com a minha vida neste momento”*. Embora isto sugira que as mulheres têm uma probabilidade ligeiramente superior de se sentirem satisfeitas em geral, a intensidade dessa satisfação varia. Um sentimento mais profundo de satisfação prevalece entre os homens, com 6,6 por cento dos inquiridos do sexo masculino a *“Concordarem Plenamente”* com a afirmação, em comparação com apenas 4,8 por cento das mulheres. Esta discrepância sugere que, enquanto as mulheres podem experimentar níveis moderados de satisfação com a vida, os homens tendem a expressar uma satisfação mais intensa ou completa com a sua situação actual. A análise estatística corrobora estas observações. Os resultados ( $X^2=17,267$ ;  $p=0,002$ ) indicam que as diferenças na satisfação com a vida entre homens e mulheres são estatisticamente significativas, sugerindo que o género influencia, de facto, a forma como os beneficiários percebem o seu bem-estar no período em que decorre o Programa. No entanto, as diferenças relativamente modestas na satisfação apontam para a presença de outros factores que contribuem, tais como circunstâncias pessoais, montantes variáveis de transferência de dinheiro e redes de apoio externas.

### **O fosso da realização: compreender como os homens e as mulheres avaliam as suas realizações**

Quando se trata de atingir objectivos de vida importantes, homens e mulheres partilham algumas semelhanças, mas também apresentam diferenças curiosas na forma como percebem o seu progresso. Ambos os géneros expressam um nível de concordância com a afirmação *“Até agora, alcancei as coisas importantes que quero na vida”*, mas o grau de certeza varia significativamente. Esta variação fornece informações valiosas sobre a forma como os homens e as mulheres se sentem realizados enquanto se esforçam por alcançar as suas aspirações de vida.



No caso dos homens, 34,7 por cento expressam uma concordância moderada com a ideia de que fizeram progressos em direcção aos seus principais objectivos. Isto sugere que mais de um terço dos homens sente que está no caminho certo, mas ainda não “chegou lá”. Curiosamente, apenas uma pequena fracção - 4,5 por cento - “Concorda Plenamente” que alcançou o que é mais importante na vida. Para muitos homens parece que a realização é um horizonte distante, algo que ainda procuram activamente. Isto pode reflectir a tendência dos homens para estabelecer objectivos ambiciosos ou contínuos, reconhecendo a natureza contínua do crescimento e do sucesso pessoais.

Em contraste, as mulheres apresentam um padrão semelhante de satisfação moderada, com 33,4 por cento a concordarem que fizeram progressos significativos. No entanto, 12,6 por cento das mulheres concordam plenamente que alcançaram os seus objectivos de vida - mais do dobro da percentagem de homens. Esta diferença sugere que as mulheres podem ser mais propensas a reconhecer e aceitar as suas realizações, o que resulta num sentimento mais profundo de realização. Talvez para as mulheres a realização não seja apenas alcançar um destino, mas também apreciar os marcos ao longo do caminho. Os números, no entanto, não contam apenas a história de experiências pessoais diferentes - apontam para tendências estatisticamente significativas, o que se explica pelos valores ( $X^2=255,341$ ;  $p=0,000$ ). Portanto, o género desempenha um papel crucial na forma como as pessoas avaliam o seu próprio progresso na vida.





### **Ganhos desiguais: a diferença de género na percepção de impacto das TSM**

Uma das declarações mais reveladoras do inquérito foi: “*Os pagamentos do KWENDA já me permitiram chegar onde eu quero*”. As respostas a esta pergunta revelaram uma diferença significativa na forma como homens e mulheres percebem a eficácia das transferências monetárias para facilitar os seus objectivos de vida. Esta disparidade sublinha as diferentes formas como homens e mulheres vivem o empoderamento económico e as diferentes barreiras que enfrentam para atingir os seus objectivos.

### **Optimismo silencioso dos homens: esperança cautelosa no impacto do KWENDA**

Entre os inquiridos do sexo masculino, o sentimento de realização foi relativamente moderado. Apenas 26,7 por cento dos homens concordaram com a afirmação, enquanto apenas 7,7 por cento concordaram totalmente. Estes números indicam um optimismo relativamente cauteloso entre os homens, sugerindo que, embora o apoio financeiro do KWENDA tenha tido algum impacto positivo, muitos homens podem não sentir que tenham atingido o nível de realização desejado.

Esta reacção morna levanta questões importantes: Por que é que os homens não se sentem tão estimulados por estes pagamentos? Uma explicação possível é o facto de os homens

não enfrentarem as mesmas barreiras ou expectativas financeiras que as mulheres, o que os leva a sentir a assistência de forma diferente e talvez menos transformadora.

### **A experiência transformadora das mulheres: empoderamento em prática**

Em contraste, os resultados do inquérito mostram que as mulheres sentiram um impacto muito mais positivo e transformador dos pagamentos do KWENDA. Um número significativo de 31,6 por cento das mulheres concordou com a afirmação e um número mais elevado de 13,9 por cento concordou totalmente. Estes números sugerem que a assistência financeira do KWENDA tem sido mais eficaz em ajudar as mulheres a atingir os seus objectivos, reflectindo um sentimento mais forte de empoderamento e satisfação. Esta disparidade de género implica que o apoio do KWENDA está a desempenhar um papel mais significativo na melhoria da vida das mulheres, potencialmente porque as mulheres enfrentam maiores barreiras e responsabilidades financeiras, tornando-as mais dependentes de apoio externo. Historicamente, as mulheres têm suportado uma carga desproporcionada de deveres de cuidados e têm tido menos oportunidades de aumento de rendimento, tornando programas como o KWENDA ainda mais vitais para o seu progresso.





## **Porque é que as mulheres sentem mais a diferença: realidades económicas e sociais**

O facto de as mulheres dependerem mais de apoio financeiro externo pode explicar esta divisão. Devido às expectativas sociais de longa data que colocam o fardo da prestação de cuidados nas mulheres, estas têm frequentemente menos oportunidades de aumentar os seus rendimentos e acumular poupanças. Os pagamentos do KWENDA têm, por isso, mais probabilidades de ter um efeito perceptível, ajudando as mulheres a ultrapassar as barreiras que historicamente as têm impedido de avançar. Para muitas mulheres, o KWENDA é mais do que uma simples ajuda financeira – é uma ferramenta para a auto-suficiência e o progresso. Quer esteja a ser utilizado para financiar o consumo doméstico (alimentação e educação), investimento na produção, ou a apoiar micro-empresendimentos, estes pagamentos representam um passo em direcção a uma maior autonomia e a um futuro mais promissor.

A forma como os homens e as mulheres sentem o impacto dos pagamentos do KWENDA é surpreendentemente diferente. A análise revelou uma diferença de género estatisticamente significativa ( $X^2=154,084$ ;  $p=0,000$ ;  $\lambda=0,0100$ ;  $U=0,0070$ ). Embora a ligação entre género e percepção não seja extremamente forte, é inegável que existe. Isto sugere que os homens e as mulheres tendem a sentir os efeitos das transferências monetárias de forma distinta. A taxa de resposta positiva mais elevada entre as mulheres aponta para o sucesso do KWENDA na promoção de um sentimento de realização entre as beneficiárias, que podem ter menos recursos alternativos e oportunidades de apoio financeiro. A assistência fornecida pelo KWENDA parece actuar como um catalisador para as mulheres, permitindo-lhes ultrapassar barreiras e alcançar um nível de auto-suficiência e progresso que, de outra forma, poderia estar fora do seu alcance. Ao proporcionar uma fonte de rendimento fiável, o KWENDA está a capacitar as mulheres para investirem na sua educação, nos seus negócios e nas suas famílias, criando um efeito de mudança positiva nas suas comunidades.

De um modo geral, estas conclusões realçam a importância dos programas de transferência monetárias na abordagem das desigualdades económicas entre os sexos. Embora ainda haja trabalho a fazer para apoiar todos os beneficiários a atingir os seus objectivos, o impacto do Programa KWENDA no empoderamento das mulheres, ainda que marginal, é um passo promissor para um futuro mais justo e próspero.



## 10. PERSPECTIVA DE GÉNERO

---

*Programas de transferências monetárias bem concebidos podem ser um valioso instrumento de empoderamento das mulheres, na medida em que permitem maior controlo sobre os recursos financeiros, o que leva a uma despesa familiar mais equitativa e a uma maior igualdade de género. No entanto, se não se tiver em conta o impacto no género, perdem-se oportunidades cruciais para ajudar os mais desfavorecidos – em particular as mulheres, velhos e crianças – que são os que mais beneficiam com essas iniciativas.*

---

A eficácia dos programas de Transferências Sociais Monetárias (TSM) pode ser significativamente melhorada mediante a adopção de uma abordagem baseada no género. Uma abordagem que reconheça e aborde os desafios e oportunidades únicas que as mulheres nas comunidades rurais enfrentam, promovendo assim programas mais relevantes e inclusivos. É defendido na literatura que priorizar as mulheres garante maior eficiência às políticas de combate à pobreza, quer pela sua ligação com os assuntos domésticos, quer por constituírem a maioria da população pobre (Farah, 2004). Como observado por Standing (2014), a compreensão da dinâmica específica de género dentro destas comunidades é fundamental para o sucesso das iniciativas de TSM. É inegável que um dos factores críticos da necessidade de uma abordagem baseada no género nos municípios rurais de intervenção do KWENDA é o papel indispensável que as mulheres desempenham no aumento da produtividade agrícola, na garantia da segurança alimentar e do acesso das crianças a educação e saúde.

Ao capacitar as mulheres em programas de TSM, os fazedores de políticas e os técnicos do Programa podem potencializar as mais variadas iniciativas de desenvolvimento nas comunidades rurais. Esta capacitação pode conduzir a vários resultados positivos, incluindo uma maior resistência das famílias aos choques económicos e ambientais e um desenvolvimento económico mais sustentável. Por exemplo, quando as mulheres têm maior acesso a recursos financeiros e poder de decisão, é mais provável que invistam na nutrição, educação e bem-estar geral das suas famílias, contribuindo assim para um ciclo virtuoso de desenvolvimento e prosperidade. Esta abordagem não só reconhece o papel fulcral das mulheres nas economias rurais, como também assegura que elas estejam equipadas com as ferramentas e o apoio necessários para promoverem mudanças positivas nas suas comunidades.

Contudo, as questões culturais, ainda muito enraizadas no quotidiano de instituições e comunidades, agudizam a situação de pouca autonomia e poder de decisão no seio familiar e comunitário. Um documento para debate das Mulheres das Nações Unidas sobre o efeito das transferências monetárias nos resultados de género refere que, apesar das transferências monetárias serem, frequentemente, consideradas como um instrumento de desenvolvimento sensível ao género por terem as mulheres como beneficiárias prioritárias, há evidências de que esse objectivo pode não ser atingido de modo adequado. Uma das principais razões radica no frágil conhecimento à volta das normas e práticas sociais e de como estas podem influenciar o desenho dos programas (UN Women, 2019).

Ao examinar os resultados específicos do Programa KWENDA, este capítulo lança luz sobre os sucessos e os desafios enfrentados no terreno e reúne lições para iniciativas futuras. A análise sublinha a necessidade de incorporar uma compreensão mais profunda da dinâmica social local na planificação e execução das TSM para garantir que estas promovam efectivamente a igualdade de género e capacitem as mulheres.

### 10.1. Paridade de Género entre Beneficiários

#### Onde estavam as mulheres?

No início do Programa KWENDA, a sua concepção carecia de uma estratégia diferenciada para abordar as questões de género, concentrando-se apenas em alcançar a paridade, com uma representação de 50 por cento dos beneficiários directos registados. No entanto, à medida que o Programa avançava e a dinâmica social e cultural das comunidades era melhor compreendida, tornou-se evidente que era necessária uma abordagem mais direccionada, passando a efectuar o pagamento do benefício directamente às mulheres. Inicialmente, registou os “chefes-de-família”, um termo que, na concepção rural dominante, se referia invariavelmente aos homens, independentemente do seu papel real na tomada de decisões. Essa decisão fez com que os homens, muitas vezes ausentes do lar por motivos de trabalho ou outros, fossem cadastrados, mesmo não sendo os principais responsáveis pelo bem-estar da família. Naquela altura, o formulário de cadastramento não tinha variáveis suficientes para identificar com precisão o chefe-de-família de facto, tendo sido considerado por defeito o chefe-de-família tradicional ou legal, tal como definido pelo casamento legal ou consuetudinário referido no Capítulo 3. Reconhecendo esta lacuna, o Programa teve de se adaptar para garantir que os benefícios chegassem àqueles que realmente geriam o agregado familiar, frequentemente mulheres, que desempenham um papel crucial no bem-estar das suas famílias.

Em muitas comunidades, o registo das mulheres como beneficiárias directas do Programa tornou-se uma questão importante, particularmente nas situações em que um homem mantém mais do que um agregado familiar, todos igualmente vulneráveis. Definiu-se como critério do Programa que o titular do cartão de beneficiário nesses tipos de caso fosse a mulher, a partir do seu segundo agregado familiar. No entanto, o estudo registou casos em que homens abdicaram da condição de titular do cartão. Uma mulher partilhou a sua experiência, comum a quase todos os municípios.

***“Somos duas mulheres e vivemos cada uma na sua casa. O técnico de registo informou que apenas uma pessoa podia ser registada na lista. O marido decidiu que, na minha casa onde vivo com os meus quatro filhos, eu seria registada no KWENDA. Da mesma forma, a outra mana, que vive na casa dela com os filhos dela, também seria registada.”***



Esta decisão, embora desafiadora, provou ser a abordagem mais sensata, uma vez que atenuou potenciais conflitos entre as famílias e assegurou que os benefícios pudessem ser aplicados efectivamente a ambos os agregados familiares. Este acordo não só promoveu equilíbrio, como também melhorou, provavelmente, a distribuição de recursos, apoiando, em última análise, o bem-estar de ambos os agregados familiares, por responder às necessidades das despesas familiares de forma mais equitativa.

Por outro lado, existem muitas comunidades onde os homens têm, frequentemente, empregos sazonais fora da aldeia ou do município. Esta realidade demográfica fez com que as mulheres fossem a grande maioria dos beneficiários registados no Programa. Embora as mulheres possam ainda considerar os homens como os chefes-de-família, os aspectos práticos da vida quotidiana levam, amiúde, ao seu reconhecimento como gestoras do agregado familiar.

Curiosamente, muitos homens nos grupos de discussão expressaram o seu apoio à ideia de registar as mulheres. Argumentam que as mulheres, normalmente mais envolvidas na gestão quotidiana do agregado familiar, estão mais bem equipadas para gerir o dinheiro e garantir que este beneficia a família. Um homem explicou: “São elas que sabem melhor como gerir o dinheiro para que fique em casa”. Esta perspectiva realça o entendimento de que a ligação mais próxima das mulheres ao lar assegura que a transferência monetária é gasta em necessidades imediatas, tais como alimentação, educação e cuidados de saúde.





No entanto, esta opinião não é unânime entre os homens. Alguns manifestaram a preocupação de que a concessão de independência financeira às mulheres possa perturbar o equilíbrio tradicional entre os géneros, receando que as mulheres possam abandonar as suas casas devido ao controlo financeiro. Outros questionaram a capacidade das mulheres para gerir os fundos, argumentando que, devido ao facto de as mulheres serem menos instruídas e estarem confinadas à esfera doméstica, não possuem os conhecimentos necessários para investir ou “multiplicar” o dinheiro. Este ponto de vista sublinha os estereótipos persistentes sobre a competência financeira das mulheres e reflecte uma tensão social mais ampla entre os papéis tradicionais de género e a evolução das realidades económicas.

### **Que percentagem dos beneficiários do Programa são mulheres?**

Como visto acima, um aspecto crítico do sucesso do Programa é a inclusão e alcance de mulheres, particularmente no que diz respeito à distribuição por género. Os dados apresentados revelam variações significativas na proporção de beneficiários do sexo masculino e feminino em várias regiões e apontam para uma grande disparidade de género, medida pelo Índice de Disparidade de Género (IDG). Esta secção explora as implicações destas disparidades baseadas no género, examinando as consequências mais amplas para o bem-estar dos agregados familiares e o empoderamento das mulheres, ao mesmo tempo que avalia se estes resultados representam um marco substancial para o Programa.

Os dados mostram uma variabilidade regional substancial na composição de género dos beneficiários. Os beneficiários directos do sexo feminino superaram consistentemente os seus homólogos do sexo masculino na maioria dos municípios. Por exemplo, nos Gambos, 73,0 por cento dos beneficiários do Programa são mulheres e o IDG, correspondente a 2,7, revela uma disparidade de género acentuada com predominância das mulheres. Em contrapartida, o município de Cambundi Catembo, com 59,0 por cento de participação masculina e um



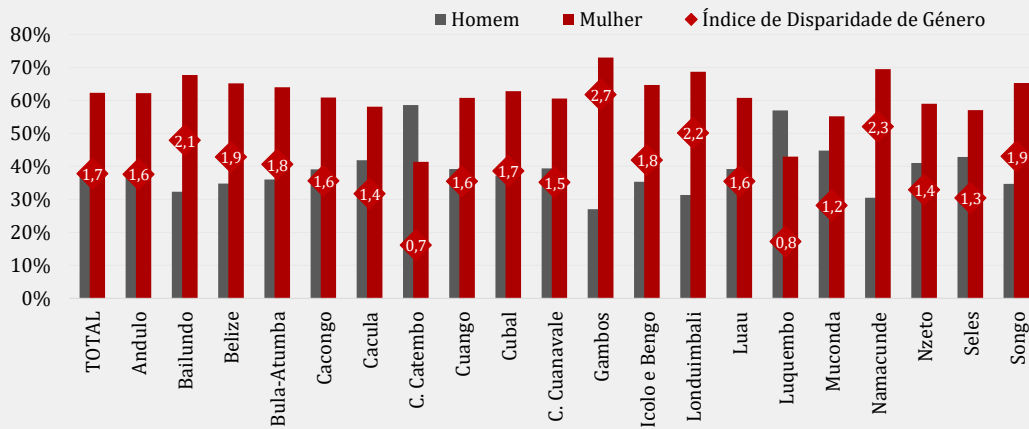


IDG de 0.7, apresenta uma representação mais equilibrada dos géneros, embora os homens dominem ligeiramente.

Estas diferenças de género são dignas de nota. A percentagem de mulheres beneficiárias de TSM pode variar consoante os municípios e as comunas, dependendo da demografia das aldeias e da cultura prevalecente. A predominância de beneficiários do sexo feminino sugere que as mulheres podem estar desproporcionalmente representadas nas populações vulneráveis, possivelmente devido a estruturas sócio-económicas que as colocam em maior desvantagem. Em contrapartida, as regiões com maior participação masculina podem reflectir contextos locais específicos, tais como agregados familiares chefiados por homens ou normas culturais que influenciam quem recebe benefícios, como é o caso nos dois municípios de Malanje. Os homens não permitem, frequentemente, que as mulheres sejam as beneficiárias directas do dinheiro. No entanto, em geral, o KWENDA tem como objectivo visar as mulheres como principais beneficiárias devido ao seu papel crucial nos cuidados familiares e na gestão do agregado familiar.

Os dados revelam uma notável disparidade de género, com uma distribuição global de 37,7 por cento de homens e 62,3 por cento de mulheres, conforme ilustra a **Figura 10.1** – Índice de Disparidade de Género (IDG) entre os beneficiários. Esta diferença significativa indica uma maior taxa de participação das mulheres no Programa e esta tendência sugere que os objectivos de bem-estar do Programa podem ser alcançados, em grande medida, através da inclusão de mais mulheres como beneficiárias. Dado que as mulheres são, frequentemente, as principais prestadoras de cuidados e gerem as despesas do agregado familiar, a sua maior participação pode conduzir a melhores resultados em termos de bem-estar do agregado familiar. Esta distribuição estabelece o contexto para compreender as variações na participação de género nos diferentes municípios e nas análises apresentadas nos capítulos acima.

**Figura 10.1.** Índice de Disparidade de Género (IDG) entre os beneficiários



### Municípios com maior participação feminina

Vários municípios apresentam uma taxa de participação feminina significativamente mais elevada no Programa. Gambos destaca-se com a maior participação feminina com 73,0 por cento, em comparação com apenas 27,0 por cento de homens, resultando num índice de paridade de género bem acima de 1.0. Outros municípios como Andulo, Bailundo, Belize, Bula-Atumba e Cacong têm taxas de participação feminina que variam entre 61 por cento e 68 por cento, contribuindo para índices de paridade de género acima de 1.0 e destacando uma participação mais equilibrada ou mesmo dominante das mulheres no Programa. Da mesma forma, Namacunde apresenta uma elevada taxa de participação feminina de 69,5 por cento, ultrapassando significativamente os 30,5 por cento de participantes masculinos. Londuimbali também reflecte esta tendência.

As estatísticas sugerem que, nestes municípios, é mais provável que as mulheres sejam as principais beneficiárias das transferências monetárias, potencialmente devido aos esforços direccionados do Programa para chegar às mulheres ou a factores culturais que facilitam o envolvimento das mulheres em iniciativas de bem-estar social. Estas elevadas taxas de participação feminina realçam o potencial impacto do Programa na melhoria do bem-estar dos agregados familiares e no empoderamento económico das mulheres nestas regiões.

## **Municípios com maior participação masculina**

Em contraste, alguns municípios apresentam taxas de participação masculina mais elevadas no Programa e, conseqüentemente, têm índices de paridade de género abaixo de 1.0. Como já referido, o município de Cambundi Catembo destaca-se nesse particular e o Luquembo, também em Malanje, segue o mesmo padrão com 57,0 por cento de beneficiários do sexo masculino em comparação com 43,0 por cento do sexo feminino. Este município apresenta um índice de 0.8. Embora Muconda apresente uma distribuição mais equilibrada (índice de 1.2), com 44,8 por cento de homens e 55,2 por cento de mulheres, continua a reflectir uma participação masculina mais elevada do que a média geral. Além disso, os municípios de Cacula e Seles apresentam taxas de participação masculina de 42,0 por cento e 43,0 por cento, respectivamente, indicando índices de paridade de género ligeiramente acima de 1.0, mas reflectindo, ainda assim, um envolvimento masculino importante. Estas tendências podem ser influenciadas por normas culturais e sociais que dão prioridade aos homens como principais beneficiários de transferências monetárias nestas áreas. A maior participação masculina nestes municípios sugere que podem ser necessários esforços adicionais para garantir que as mulheres tenham igual acesso aos benefícios do Programa.

Municípios como Muconda e Cacula reflectem uma situação relativamente mais equitativa da distribuição de géneros no âmbito do Programa, indicando que tanto os homens, como as mulheres têm a mesma probabilidade de beneficiar das transferências monetárias. Esta participação equilibrada pode ser vista como um indicador positivo da abordagem de inclusão do Programa e do seu potencial para afectar uma demografia diversificada.

## **Um passo em frente: o cadastramento das mulheres e a luta pela igualdade de género**

A discussão sobre o cadastramento das mulheres como beneficiárias directas das TSM revela uma luta mais ampla sobre poder, autonomia e papéis de género. Enquanto alguns homens reconhecem as competências práticas das mulheres na gestão das finanças domésticas, outros receiam perder o controlo ou contestam a capacidade das mulheres para assumirem maiores responsabilidades financeiras. Estas perspectivas contraditórias são indicativas de uma fase de transição em que as normas patriarcais tradicionais estão a ser desafiadas pelas mudanças económicas e sociais.

Os dados sugerem que a inclusão das mulheres num programa de transferências monetárias deve ser abordada com cautela. Fornecer recursos financeiros às mulheres pode empoderá-las, aumentar o seu poder de decisão, autonomia e participação em questões financeiras domésticas (Bartholo, Passos e Fontoura, 2019), mas também pode reforçar funções que tradicionalmente lhe são atribuídas no quadro familiar e comunitário. Portanto, o registo das mulheres é apenas um passo para alcançar resultados significativos relacionados com o género e há ainda um longo caminho a percorrer.

### **Terá o KWENDA alcançado a percentagem ideal de mulheres?**

Determinar se a percentagem de mulheres beneficiárias é suficiente depende de vários factores, incluindo (i) os objectivos do KWENDA em matéria de género; (ii) o contexto cultural, tal como mencionado acima; (iii) o papel económico das mulheres e (iv) a dinâmica familiar.

Os programas devem ter em conta a dinâmica familiar local, incluindo o controlo dos recursos financeiros no seio dos agregados familiares. Poderá ser necessário garantir que as transferências monetárias para as mulheres as capacitem efectivamente, em vez de aumentarem involuntariamente a tensão ou o conflito familiar. Se o principal objectivo de KWENDA em termos de género for abordar vulnerabilidades específicas enfrentadas pelas mulheres, como a pobreza entre os agregados familiares chefiados por mulheres ou a melhoria do acesso aos cuidados de saúde para mulheres e crianças, então a percentagem deve ser suficientemente elevada para reflectir estes objectivos.

Em algumas regiões, as mulheres podem ser sistematicamente desfavorecidas devido a práticas e normas culturais. Nesses contextos, poderá ser necessária uma percentagem mais elevada de mulheres beneficiárias para começar a resolver estas disparidades. Nas economias rurais em que as mulheres desempenham um papel central nos mercados locais e nas pequenas explorações agrícolas, a sua capacitação financeira pode ter amplos benefícios económicos. Neste caso, a componente de Inclusão Produtiva e outros projectos complementares ao KWENDA podem visar uma maior participação das mulheres para maximizar o impacto económico.



## **Empoderamento das mulheres: um marco ou um progresso insuficiente?**

A sobre-representação das mulheres no Programa KWENDA assinala um passo em direcção ao empoderamento das mulheres, pelo menos em termos de participação económica. Ao conceder recursos financeiros directamente às mulheres, o Programa pode ajudar a alterar os papéis tradicionais de género, dando às mulheres maior controlo sobre as decisões domésticas e aumentando a sua independência financeira. Isto pode, por sua vez, promover mudanças a longo prazo nas dinâmicas de género, em que as mulheres desempenhem papéis mais proeminentes tanto na esfera doméstica, como na esfera pública.

No entanto, embora esta orientação represente um progresso, é essencial perguntar se é suficiente para um verdadeiro empoderamento das mulheres. O empoderamento vai para além do apoio financeiro - engloba o acesso à educação, aos cuidados de saúde, à autoridade para tomar decisões e ao desmantelamento das estruturas patriarcais que limitam a autonomia das mulheres. Embora o Programa KWENDA aborde uma componente desta questão complexa, os dados não fornecem provas suficientes para concluir que as mulheres estão a ser empoderadas. Além disso, as diferenças significativas entre os géneros em certas regiões, como Gambos, podem inadvertidamente reforçar estereótipos que colocam as mulheres no papel tradicional de “cuidadoras”, ao invés de promover a igualdade em todas as facetas.



Em última análise, embora muitos programas visem uma percentagem significativa de mulheres, o facto de esta percentagem ser suficiente só pode ser determinado através de uma avaliação contínua dos resultados do programa e de ajustamentos baseados em provas empíricas e nas variações do contexto local. Os programas devem permanecer flexíveis para se adaptarem às conclusões das avaliações de impacto e às mudanças nas normas sociais e nas condições económicas.

### **Implicações para o bem-estar dos agregados familiares**

A distribuição por género, com as mulheres a constituírem a maioria dos beneficiários, pode ter implicações profundas no bem-estar dos agregados familiares. Os dados do inquérito de avaliação mostram, consistentemente, que as mulheres são mais propensas a alocar recursos financeiros para o bem-estar da família, particularmente em áreas como nutrição, educação e saúde. Assim, a predominância de beneficiários do sexo feminino no Programa KWENDA pode traduzir-se em melhores resultados para os agregados familiares, especialmente para as crianças e dependentes. Ao visar as mulheres, o Programa pode promover indirectamente uma maior estabilidade dos agregados familiares, assegurando que a ajuda financeira chega aos membros mais vulneráveis da comunidade.

No entanto, embora a participação dominante das mulheres na recepção directa do benefício possa melhorar o bem-estar dos agregados familiares, levanta questões sobre se os homens em certas regiões são adequadamente abrangidos pelo Programa. As regiões com baixo número de beneficiários directos do sexo masculino, como os Gambos, necessitam ter em atenção o bem-estar dos agregados familiares no seu todo, de modo a garantir a equidade do benefício. Esta questão necessita, entretanto, de ser aprofundada por via de estudos qualitativos mais consistentes.

## **10.2. Influências do Género no Padrão de Despesas**

Um exame detalhado das diferenças de género nos padrões de despesas revela comportamentos de despesa distintos entre os participantes dos sexos masculino e feminino. Esta análise investiga a forma como o género dos inquiridos influencia as suas decisões financeiras numa variedade de categorias, incluindo necessidades essenciais como alimentos e bens domésticos, bem como investimentos críticos em educação e saúde. Além disso, investiga a propensão de cada género para afectar recursos a investimentos produtivos, como a produ-



**Tabla 10.1.** Diferença do valor médio gasto por categoria de despesa e sexo

Categoria de Despesa	Sexo do Respondente	N	Média (Kz)	Desvio Padrão	F	Sig.	t	Sig.	Diferença de Médias
						(valor-p)		(valor-p)	
Bens Alimentares	Masculino	3 034	15 728	14985,982	181,224	0,000	-13,169	0,000	-5222,586
	Feminino	4 342	20 951	17896,191					
Bens domésticos	Masculino	3 034	26 557	22226,876	6,428	0,011	5,288	0,000	2735,591
	Feminino	4 342	23 822	21607,606					
Educação e Saúde	Masculino	3 034	8 626	14809,125	14,968	0,000	-2,876	0,004	-1054,92
	Feminino	4 342	9 681	15969,395					
Investimento na Produção	Masculino	3 034	17 951	19536,125	14,126	0,000	3,583	0,000	1602,384
	Feminino	4 342	16 349	18446,828					
Investimento em Animais	Masculino	3 034	5 267	12010,521	13,055	0,000	2,309	0,021	626,724
	Feminino	4 342	4 640	11074,025					
Poupança	Masculino	3 034	2 574	9194,137	16,29	0,000	-2,046	0,041	-493,044
	Feminino	4 342	3 067	10821,765					

ção agrícola e a pecuária, e o grau de prioridade dado à poupança. Compreender estas discrepâncias baseadas no género é crucial para adaptar o Programa de forma a maximizar a sua eficácia e garantir benefícios equitativos para todos os beneficiários.

### 10.2.1. Diferenças nas despesas

#### Os homens e as mulheres gastam dinheiro da mesma maneira?

A análise estatística abrangente apresentada na **Tabela 10.1** revela diferenças notáveis nos comportamentos de despesa entre homens e mulheres em várias categorias de despesas, lançando luz sobre as prioridades e estratégias financeiras distintas que cada género adopta.

A análise revela que as mulheres afectam significativamente mais fundos a géneros alimentícios do que os homens. Especificamente, as mulheres têm uma despesa média de Kz 20 951 em bens alimentares, enquanto os homens gastam uma média de Kz 15 728. Esta diferença acentuada de Kz 5 223 é estatisticamente significativa, com valores ( $t=-13,169$  e  $p=0,000$ ). A maior despesa em alimentos por parte das mulheres sugere uma forte prioridade no aprovisionamento do agregado familiar. Esse comportamento é indicativo do papel tradicional das mulheres na gestão da alimentação do agregado familiar e na garantia do bem-estar da família.



#### Bens de uso doméstico

Em contrapartida, os homens tendem a gastar mais em bens domésticos do que as mulheres. A despesa média dos homens é de Kz 26 557, em comparação com Kz 23 822 das mulheres, resultando numa diferença também estatisticamente significativa, como se verifica da **Tabela 10.1**. Este padrão de despesa pode ser atribuído aos papéis tradicionais de género, em que os homens se concentram mais na aquisição de bens duradouros que beneficiam todo o agregado familiar. Estes bens podem incluir itens como mobiliário, electrodomésticos e electrónica, que são frequentemente vistos como investimentos a longo prazo, que melhoram a funcionalidade e o conforto do agregado familiar.

## **Educação e saúde**

No que diz respeito à educação e à saúde, as mulheres revelam uma maior propensão para gastar nestas áreas do que os homens. A despesa média em educação e saúde das mulheres é de Kz 9 681 em comparação com Kz 8 626 dos homens. Esta diferença, marcada por valores  $t=-2,876$  e  $p=0,004$ , indica que as mulheres dão prioridade às despesas em capital humano. Tais investimentos são cruciais para melhorar o bem-estar individual e familiar, reflectindo o foco das mulheres na educação e na saúde como pilares de sucesso e estabilidade futura.

## **Investimento na produção e em animais**

Os homens afectam mais fundos ao investimento na produção do que as mulheres. A diferença neste investimento é estatisticamente significativa ( $t=3,583$  e  $p=0,000$ ), sugerindo que os homens se concentram mais em actividades geradoras de alto rendimento e no crescimento da produção. Este comportamento reflecte a visão tradicional dos papéis masculinos como provedores económicos. Os investimentos na produção podem incluir o financiamento de empreendimentos comerciais, actividades agrícolas e outras iniciativas destinadas a gerar rendimentos e a promover o bem-estar.

Os homens também investem mais em gado, com uma despesa de Kz 5 267 em comparação aos Kz 4 640 das mulheres. A significância estatística desta diferença, indicada por valores  $t=2,309$  e  $p=0,021$ , realça o foco dos homens nas abordagens tradicionais de construção de activos. O gado é, muitas vezes, visto como uma forma de segurança financeira e um investimento produtivo, capaz de gerar retornos contínuos através de produtos como o leite, a carne, bem como fornecer mão-de-obra e transporte.

## **Inclinação para a poupança**

Curiosamente, as mulheres poupam mais do que os homens, com uma poupança média de Kz 3 067 em comparação com Kz 2 574 dos homens. Esta diferença, marcada por valores  $t=-2,046$  e  $p=0,041$ , sublinha o facto de as mulheres se concentrarem mais na segurança financeira futura. Este comportamento pode ser motivado por estratégias de planeamento a longo prazo ou por um desejo de independência financeira. As poupanças podem constituir uma rede de segurança para despesas imprevistas e contribuir para um sentimento de estabilidade financeira e de autonomia.

### **10.2.2. Implicações para futuros programas**

As disparidades nos hábitos de despesa entre homens e mulheres fornecem informações essenciais que podem influenciar significativamente a concepção de futuros programas de transferências monetárias. Compreender estas diferenças é crucial para o desenvolvimento de programas que não só satisfaçam as necessidades imediatas dos beneficiários, mas também que promovam a estabilidade e o crescimento económico a longo prazo. Com base nos padrões de despesa observados, podem ser feitas várias recomendações para otimizar a eficácia de tais programas.

#### **Adaptar o apoio às necessidades específicas de género**

Uma das principais conclusões dos padrões de despesa é que as mulheres e os homens dão prioridade a áreas diferentes quando se trata de gastar. As mulheres, por exemplo, tendem a afectar uma parte maior dos seus fundos a necessidades básicas como a alimentação, os cuidados de saúde, a educação e as poupanças. Esta tendência sublinha a importância de conceber programas de transferências monetárias que reforcem estas áreas críticas. Por exemplo, a prestação de apoio direccionado através de vales de alimentação ou subsídios de saúde pode ir directamente ao encontro das necessidades prioritárias das mulheres, garantindo que as suas famílias têm acesso a recursos essenciais.

Além disso, os subsídios à educação podem capacitar as mulheres, permitindo-lhes investir no futuro dos seus filhos, quebrando assim o ciclo da pobreza. Os programas de poupança concebidos para as mulheres também podem incentivar a estabilidade e a independência financeiras, oferecendo uma rede de segurança em tempos de incerteza económica.

Por outro lado, os homens gastam mais na produção e em bens domésticos, o que indica um foco no crescimento económico e nas infra-estruturas domésticas. Esta percepção sugere que os programas de TSM para homens devem enfatizar o incentivo a investimentos produtivos e a promoção do empreendedorismo. Por exemplo, iniciativas que forneçam capital para pequenos negócios ou programas de formação em vários ofícios podem capacitar os homens a criar fluxos de rendimento sustentáveis, impulsionando assim a saúde económica geral das suas comunidades. Além disso, os investimentos em infra-estruturas domésticas podem ter benefícios de longo alcance, melhorando as condições de vida e contribuindo para o bem-estar das famílias a longo prazo. Ao concentrarem-se nestas áreas,



os programas podem ajudar os homens não só a sustentar os seus agregados familiares no presente, mas também a construir uma base para a estabilidade económica futura.

Em resumo, as diferenças nos hábitos de despesa entre homens e mulheres realçam a necessidade de abordagens específicas de género nos programas sociais de transferências monetárias. Ao adaptar o apoio às necessidades específicas de cada género, estes programas podem tornar-se mais eficazes na consecução dos seus objectivos, conduzindo, em última análise, a comunidades mais resistentes e prósperas.

Os dados evidenciam claramente a importância crítica de incorporar a dinâmica de género na concepção e implementação dos programas de transferências monetárias. Reconhecer que as mulheres e os homens têm prioridades e comportamentos de despesa distintos é essencial para garantir que estes programas são eficazes e eficientes. Uma abordagem sensível ao género que adapte as intervenções às necessidades e preferências únicas de cada género pode levar a uma redução da pobreza mais impactante e a melhores resultados de desenvolvimento familiar. Ao ter em conta estas diferenças, os decisores políticos podem conceber programas que não só respondam às necessidades imediatas, mas também estabeleçam as bases para um desenvolvimento sustentável a longo prazo que beneficie todos os membros da sociedade.



Ao compreender e abordar os diferentes comportamentos e prioridades financeiras das mulheres e dos homens, os programas sociais de transferências monetárias podem ser concebidos de forma mais eficaz para promover a estabilidade económica global, aumentar o bem-estar das famílias e estimular o crescimento económico. Esta abordagem diferenciada à concepção de programas é crucial para alcançar uma redução significativa e duradoura da pobreza e promover o desenvolvimento inclusivo.

### **Promover o empoderamento financeiro das mulheres**

A observação de que as mulheres tendem a afectar uma parte maior dos seus recursos à poupança reflecte uma preocupação profunda com a estabilidade financeira e a previsão do planeamento a longo prazo. Esta tendência comportamental constitui uma oportunidade única de os programas sociais de transferências monetárias aproveitarem e amplificarem esta inclinação através da introdução de incentivos à poupança e de programas abrangentes de literacia financeira especificamente concebidos para as mulheres. Ao fazê-lo, podem aumentar significativamente a capacitação económica das mulheres, permitindo-lhes não só assegurar o seu futuro financeiro, mas também aumentar a sua capacidade de investir em actividades produtivas, promovendo assim um desenvolvimento económico mais amplo.

A observação de que os homens são mais propensos a investir na produção e na criação de gado sublinha o seu grande interesse no progresso e crescimento económicos. Para alavancar esta inclinação, os programas de TSM poderiam ser concebidos para fornecer





aos homens formação adicional e recursos destinados a melhorar as suas capacidades de investimento. Isto poderia incluir programas de microfinanças que oferecem pequenos empréstimos para o desenvolvimento de negócios ou subsídios que apoiam empreendimentos empresariais. Ao alinhar estes programas com as preferências de despesa dos homens, é possível estimular as economias locais e promover o crescimento económico sustentável. Tais intervenções direccionadas poderiam transformar os investimentos dos homens em motores robustos de desenvolvimento, beneficiando comunidades inteiras.

### **Maximizar o bem-estar do agregado familiar**

A tendência das mulheres para afectar mais fundos a necessidades essenciais, como a alimentação e a educação, representa uma oportunidade crucial para os programas de TSM. Ao dar prioridade às mulheres como principais destinatárias destas transferências, os programas podem ter um impacto positivo profundo e imediato no bem-estar das famílias. O aumento dos recursos nas mãos das mulheres pode levar a melhores resultados nutricionais para os agregados familiares, assegurando que as famílias têm acesso a alimentos adequados e saudáveis. Além disso, esta abordagem pode apoiar a educação das crianças, melhorando o seu desempenho académico e as suas perspectivas futuras. As transferências monetárias condicionais ligadas a serviços de educação e de saúde poderiam maximizar ainda mais estes benefícios, conduzindo a melhorias holísticas no bem-estar das famílias e a ganhos sociais a longo prazo.

## **10.3. Perspectivas de Empoderamento**

*Nas comunidades rurais estudadas, nenhum conflito se transformou em violência física grave<sup>1</sup>. Os incidentes registados limitaram-se a pequenas altercações físicas, disputas verbais e separações de casais, todas elas resolvidas no seio da família. No entanto, é crucial reconhecer que, embora as transferências monetárias representem uma oportunidade poderosa para reduzir a violência baseada no género, melhorando as condições materiais das mulheres e capacitando-as, também podem inadvertidamente desencadear resistência.*

Os programas de transferências monetárias, embora sejam um instrumento promissor para reduzir a pobreza e aumentar o empoderamento das mulheres, enfrentam, frequentemente, desafios significativos quando se trata de abordar a violência baseada no género (VBG) (Hidrobo & Fernald, 2013; Leite et al., 2020; Bapolisi et al., 2023). Diversos estudos

<sup>1</sup> Considera-se violência física grave toda a conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher. É praticada com uso de força física do agressor, ou instrumentos mutilantes que ferem a vítima de várias maneiras.

têm levantado a hipótese de que as transferências monetárias podem exercer três impactos distintos sobre a violência baseada no género, tal como delineado pelo Banco Mundial (2021). Em primeiro lugar, ao aliviar a pobreza e melhorar a segurança alimentar, as transferências monetárias podem reduzir o stress do agregado familiar e limitar a utilização de estratégias negativas de resposta a choques. Isto, por sua vez, promove um maior bem-estar emocional e minimiza o potencial de conflito no seio dos agregados familiares. À medida que as pressões financeiras diminuem, os factores subjacentes à tensão e à violência também podem diminuir, contribuindo para um ambiente doméstico mais harmonioso.

Em segundo lugar, as transferências monetárias têm o potencial de empoderar as mulheres, aumentando o seu acesso e controlo sobre os recursos. Com uma maior independência económica, as mulheres ganham poder de negociação e um estatuto menos circunscrito no agregado familiar, o que conduz a uma maior auto-estima e a uma maior autonomia. No entanto, estas mudanças na dinâmica do agregado familiar também podem provocar retaliações, uma vez que os equilíbrios tradicionais de poder são postos em causa e a autoridade masculina pode sentir-se ameaçada, resultando numa possível reacção adversa.

Uma questão fundamental é a falta de indicadores bem concebidos para medir a forma como estas transferências influenciam as dinâmicas e os comportamentos intra-familiares que podem conduzir a conflitos. O Programa KWENDA identificou a VBG como um factor de risco ao colocar as mulheres como beneficiárias directas, sinalizando um compromisso com o empoderamento. Por essa razão, elaborou e implementou um Plano de Acção de Mitigação e Resposta a Riscos de Exploração, Abuso e Assédio Sexual (EAS/AS) relacionado com o tema e enquadrado no Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS) do Governo de Angola. No entanto, não existem indicadores mensuráveis e uma estratégia suficientemente abrangente que promova o empoderamento das mulheres e que permitam medir o impacto da violência no seio do agregado familiar.

Contudo, um marco positivo significativo da intervenção do KWENDA é que, como mencionado acima, não se registaram casos de violência baseada no género numa escala preocupante ou significativa. Isto sugere que a presença e as actividades do Programa podem ter contribuído para um ambiente geral mais seguro para as mulheres nas comunidades estudadas. No entanto, é importante notar que os agentes comunitários e as instituições relataram alguns casos em que a liderança tradicional da aldeia interveio em incidentes de violência baseada no género. Este facto realça a dinâmica complexa em jogo, em que as estruturas de poder e as autoridades existentes são, por vezes, mobilizadas para resolver estas questões. Além disso, as mulheres que participaram nos grupos focais partilharam casos de

agressão física de que tinham conhecimento e que ocorreram nas suas aldeias. Estes relatos, feitos quase sempre na terceira pessoa, podem indicar um nível de desconforto ou medo em revelar directamente incidentes de violência, sublinhando a necessidade de mecanismos de denúncia seguros e confidenciais.

*“Ouvimos dizer que algumas mulheres foram espancadas pelos seus maridos, porque a mulher recebeu o dinheiro do KWENDA e não o mostrou ao marido ou porque quando o marido perguntou pelo dinheiro, a mulher começou a dizer que o dinheiro é dela e que ele tem de esperar pela sua vez.”*



Apenas um cônjuge por agregado familiar pode receber o benefício e no caso do KWENDA, as mulheres beneficiárias são em maior número. O apoio financeiro directo do Programa às mulheres pode desafiar as dinâmicas de poder prevaletentes nos agregados familiares e isto realça a necessidade de a concepção do Programa ter em conta estes factores e continuar a promover o acesso das mulheres a recursos, mas planificando acções de esclarecimento e debate sobre a finalidade do benefício.

Estes relatos sublinham o imenso desafio que as mulheres enfrentam quando tentam denunciar e relatar casos de violência no seio das suas famílias. Isto deve-se, em grande parte, ao receio de sofrer consequências ainda mais graves se a sua situação for exposta ao escrutínio da família mais alargada ou do líder tradicional da comunidade. Estas figuras exercem uma autoridade substancial e estão, muitas vezes, profundamente empenhadas em preservar os valores conservadores ancestrais. Consequentemente, as mulheres podem ter relutância em dar a conhecer a sua situação, mesmo em caso de abuso, por receio de serem ostracizadas ou punidas por perturbarem a ordem social estabelecida.

Em segundo lugar, os relatos revelam uma concepção, por vezes até defendida pelas próprias mulheres, de que a violência de que são vítimas não é simplesmente o resultado das acções do marido. Em vez disso, elas acreditam que a violência decorre do facto de não terem “respeitado” o marido ao não lhe apresentarem a totalidade do montante recebido. Isto sugere que as mulheres podem sentir que desafiaram a sua autoridade como “provedor” da família e que a violência subsequente é uma forma de retribuição por esta transgressão. Isto realça as normas de género profundamente enraizadas e as dinâmicas de poder em jogo, que podem reforçar ainda mais a vulnerabilidade das mulheres.



*“Se o homem foi registado, sente-se com direito a esse dinheiro. Diz à mulher que não pode ser pressionado sobre a forma como gasta o dinheiro, porque quando os ADECOS vieram cadastrar, encontraram-no em casa, cadastraram-no e, por isso, acha que tem o direito de fazer o que quiser com o subsídio.”*

A complexidade das relações poligâmicas também contribui para conflitos quando introduzido um recurso monetário. Um homem com duas mulheres e filhos em ambos os agregados familiares debateu-se com a percepção de uma distribuição desigual: *“Tenho de partilhar este dinheiro porque tenho filhos nas duas casas. Mas a segunda mulher pensa que a primeira recebeu mais dinheiro, por isso é uma confusão. Tenho de encontrar formas de provar que o dinheiro é dividido em partes iguais”*. Este facto realça os desafios de lidar com as múltiplas obrigações familiares num contexto de recursos financeiros limitados.

Estes relatos remetem para a questão de quem devem ser os destinatários principais dos programas de transferências monetárias e de protecção social. O KWENDA respondeu a este desafio registando as segundas ou terceiras mulheres como beneficiárias directas do benefício, tendo em conta que elas representam agregados independentes, apesar do ‘chefe de família’ ser considerado o mesmo homem. Esta decisão não só esbateu o potencial de conflitos, como permitiu que mais agregados pudessem beneficiar de recursos, potenciando o bem-estar das suas famílias.

### **Empoderamento sem resistência: como podem as transferências monetárias empoderar as mulheres sem provocar reacções adversas**

A estrutura de um programa de transferências monetárias desempenha um papel fundamental na configuração da dinâmica de género e no potencial de VBG. Os programas que introduzem mudanças desalinhas com as normas culturais correm o risco de provocar reacções adversas, uma vez que os esforços para capacitar as mulheres podem ser vistos como uma ameaça às estruturas de poder estabelecidas. Em muitos contextos, especialmente naqueles com papéis de género profundamente enraizados, estas tensões podem provocar violência, minando os benefícios pretendidos pelo programa. Como tal, é crucial considerar a concepção de programas de transferências monetárias através de uma lente sensível ao género e, ao tentar aprofundar essa questão, surgem várias questões-chave listadas na **Tabela 10.2**.

As respostas a estas perguntas são cruciais para compreender como os programas de transferências monetárias podem efectivamente reduzir a VBG e, ao mesmo tempo, promover o empoderamento das mulheres. Quando as mulheres ganham mais autonomia, particularmente em contextos com normas de género rígidas, as suas acções podem desafiar as expectativas sociais existentes, potencialmente levando a conflitos se os homens sentirem que a sua autoridade está a ser ameaçada. Isto é especialmente verdade em comunidades conservadoras, como em quase todos os municípios do estudo, onde as estruturas tradicionais de poder permanecem dominantes.

Para evitar estas consequências indesejadas, os programas de transferências monetárias devem adoptar uma abordagem holística, envolvendo não só as mulheres, mas também os homens, as famílias e a comunidade em geral. As intervenções devem ser cuidadosamente contextualizadas para respeitar as normas culturais e, ao mesmo tempo, promover mudanças graduais nas dinâmicas de género. Ao trabalhar de forma inclusiva com ambos os géneros, especialmente com as gerações mais jovens, estes programas podem promover um ambiente mais equitativo em que o empoderamento das mulheres é abraçado ao invés de a ele resistirem, reduzindo assim o risco de VBG e garantindo benefícios duradouros para todos os membros do agregado familiar.

**Tabela 10.2.** Questões-chave de concepção de TSM

Questões-chave	Principais Cautelas
<p><b>Devem ser sempre as mulheres as principais destinatárias das transferências monetárias e não os homens? Que equilíbrio é necessário encontrar?</b></p>	<p><i>Evitar jogos de compensações:</i> o empoderamento não deve ser apresentado como uma competição entre mulheres e homens, onde um ganha à custa da autoridade do outro. Ao invés, deve ser apresentado como um benefício para o agregado familiar como um todo.</p> <p><i>Envolvimento dos homens no processo:</i> pode ser importante incluir os homens nas estratégias de empoderamento, de modo a promover a cooperação e a aceitação dos papéis em evolução das mulheres.</p>
<p><b>Qual o melhor método de empoderar as mulheres sem provocar violência?</b></p>	<p><i>Atribuição gradual de poderes:</i> o empoderamento deve ser introduzido progressivamente e não de modo forçado.</p> <p><i>Sensibilidade ao contexto:</i> deve ser adaptado aos contextos culturais, sociais e económicos específicos dos indivíduos e das comunidades envolvidas.</p> <p><i>Definição alargada de empoderamento:</i> o empoderamento não deve limitar-se a factores económicos. Deve incluir também a educação, o capital social e o envolvimento da comunidade.</p>

Questões-chave	Principais Cautelas
<b>Como é que o montante, a frequência e a regularidade dos pagamentos podem capacitar as mulheres e, ao mesmo tempo, apoiar a estabilidade familiar?</b>	<i>Potencial rompimento da dinâmica familiar devido a pagamentos avultados ou irregulares:</i> transferências de dinheiro avultadas ou irregulares podem afectar os papéis familiares tradicionais das mulheres, conduzindo potencialmente a conflitos. Sugerem-se pagamentos mais pequenos e regulares como forma de integrar o controlo financeiro das mulheres de modo mais gradual e suave, minimizando eventuais resistências.
<b>As transferências monetárias devem ser condicionais, com base nas circunstâncias locais? Que tipo de condicionamento se pode aplicar?</b>	As transferências condicionais devem estar alinhadas com as normas e realidades locais para evitar consequências negativas não intencionais. A imposição de condições que não tenham em conta o contexto local podem aumentar os encargos das mulheres ou provocar conflitos. Embora as transferências monetárias tenham por objectivo promover o bem-estar social e o empoderamento das mulheres, há que ter o cuidado de garantir que as condições não aumentem o <i>stress</i> e nem criem situações que conduzam a conflitos no agregado familiar.
<b>Podem as mulheres jovens beneficiar de transferências monetárias para evitar o abandono escolar ou o casamento precoce?</b>	<i>Barreiras estruturais:</i> as transferências monetárias, por si só, podem não resolver questões mais profundas e sistémicas como as normas patriarcais, a discriminação baseada no género ou a falta de acesso a uma educação de qualidade. <i>Factores contextuais:</i> as pressões da família ou da comunidade, as expectativas da sociedade, ou mesmo as condições económicas locais, podem, ainda assim, empurrar as jovens para o casamento precoce ou para o abandono escolar, apesar da ajuda financeira. <i>Implementação e sustentabilidade:</i> parte-se do princípio de que as transferências serão suficientes, bem direccionadas e sustentadas ao longo do tempo, o que pode nem sempre ser o caso.
<b>Que actividades de treinamento são mais adequadas ao empoderamento das mulheres? Devem estas ser destinadas exclusivamente a mulheres?</b>	<i>Normas profundamente enraizadas:</i> factores culturais, religiosos ou sociais mais amplos podem limitar o empoderamento das mulheres, apesar dos programas de formação e sensibilização. <i>Dinâmica de poder:</i> mudar a dinâmica do poder pode exigir mais do que educação - pode necessitar de mudanças sistémicas nas políticas, incentivos económicos e no enquadramento legal. <i>Tempo e sustentabilidade:</i> mudar as atitudes de toda uma comunidade pode levar tempo e os resultados podem não ser imediatos ou garantidos. Além disso, é necessário um apoio sustentado para manter estas mudanças, uma vez que o entusiasmo inicial pode diminuir.



## 10.4. Desafios para Alcançar a Equidade de Género

*Para alcançar a equidade de género no KWENDA e programas semelhantes, é preciso reconhecer as necessidades únicas das mulheres e as dinâmicas de poder dentro dos agregados familiares e das comunidades. Ao visar as mulheres que têm menos poder de decisão, pode-se assegurar uma distribuição mais justa dos recursos e melhorar o bem-estar dos agregados familiares.*

Alcançar a equidade de género é um processo que enfrenta muitos desafios e obtê-la requer uma compreensão diferenciada da dinâmica dos agregados familiares e da comunidade. Os programas sociais de transferências monetárias têm o potencial de apoiar significativamente as mulheres vulneráveis, contribuindo para o seu empoderamento e o bem-estar geral do agregado familiar. É crucial reconhecer que as comunidades e os agregados familiares são diversos, constituídos por indivíduos com diferentes necessidades, interesses e dinâmicas de poder influenciadas pelo género e pela idade.

Reconhece-se que, historicamente, as mulheres têm tido menos acesso a recursos e um papel limitado na tomada de decisões em comparação com os homens, o que ficou também evidenciado nesta avaliação (**Secção 10.3**). Ao conceber componentes de TSM que



dão prioridade às mulheres, o Programa pode garantir que estes recursos beneficiam todos os membros do agregado familiar de forma mais equitativa. Esta abordagem pode mitigar o risco de os recursos serem monopolizados pelos chefes-de-família do sexo masculino e promover uma utilização justa que apoie toda a família.

As evidências de vários estudos sublinham que o simples facto de visar as famílias pobres sem ter em conta a dinâmica do género não conduz automaticamente a resultados equitativos<sup>2</sup>. Apesar da ampla abrangência de cadastramento do KWENDA, é essencial garantir que as transferências monetárias cheguem não só às famílias pobres, mas especialmente às mulheres pobres com fraca participação nas decisões sobre o uso do dinheiro. Embora um processo de identificação e selecção mais refinado das mulheres vulneráveis possa exigir esforços e recursos adicionais, o impacto positivo nas suas vidas e comunidades justificará o investimento. Essa selecção deve ser feita de forma a capacitar as mulheres sem reforçar os desequilíbrios de poder existentes ou causar efeitos adversos nos lares e comunidades.

As normas culturais e os factores económicos têm historicamente colocado as mulheres em papéis subordinados com poder e recursos limitados. Ao integrar considerações de género na concepção e implementação de TSM, programas como o KWENDA podem desafiar estas normas e promover uma maior equidade de género.

### **Contribuição do KWENDA para a melhoria das condições de vida das mulheres**

Finalmente, ao analisar as questões de género no Programa, há uma questão que permanece sem resposta: depois de analisar as várias iniciativas, resultados e impactos do KWENDA, deve-se examinar criticamente até que ponto o KWENDA contribuiu para melhorar as condições de vida das mulheres, tanto em termos de mobilidade como de aumento de activos? Esta é uma questão crucial, uma vez que vai ao cerne do objectivo do Programa e da sua capacidade de criar mudanças significativas e duradouras na vida das mulheres. A resposta a esta questão é multifacetada. Exige que se aprofundem nos efeitos do Programa,

---

<sup>2</sup> Khoza, M., Delany-Moretlwe, S., Scorgie, F., Hove, J., Selin, A., Imrie, J., Twine, R., Kahn, K., Pettifor, A., & MacPhail, C. (2018). Men's perspectives on the impact of female-directed cash transfers on gender relations: Findings from the HPTN 068 qualitative study. PLoS ONE, 13. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0207654>.

reconhecendo os sucessos e as áreas que exigem mais atenção e melhorias. No entanto, com base nas conclusões do presente capítulo e dos anteriores, pode-se afirmar que o KWENDA contribuiu para melhorar as condições de vida das mulheres através do aumento do acesso a activos financeiros. Mas, a extensão do seu impacto é moldada por factores comunitários mais amplos e circunstâncias mais individuais. Para que o Programa realize plenamente o seu potencial de transformação da vida das mulheres, deve ser associado a iniciativas que abordem as desigualdades de género profundamente enraizadas, garantindo um empoderamento sustentável para além da mera assistência financeira.

A intervenção do KWENDA influencia nomeadamente a segurança alimentar, que, por sua vez, reforça a saúde física e mental. Com os recursos financeiros fornecidos pelo Programa, as mulheres podem comprar mais alimentos e de melhor qualidade, beneficiando directamente a sua saúde física e nutricional. Além disso, a segurança de um rendimento regular através de transferências monetárias pode atenuar o stress psicológico associado à incerteza financeira. Mas a consolidação dos ganhos em alimentação, nutrição e saúde exige manter um calendário de pagamentos regular e consistente.

O KWENDA também contribui para melhorar, até certo ponto, a acumulação de activos e a autonomia financeira das mulheres. As transferências permitiram que as mulheres poupassem e investissem em activos como animais, insumos agrícolas e empreendimentos comerciais de pequena escala. A posse de activos não só reforça a sua estabilidade económica, como também reforça o seu poder de negociação no seio do agregado familiar. Nalguns casos, o KWENDA pode facilitar a abertura de contas bancárias para desembolsos de dinheiro, integrando as mulheres no sistema financeiro formal e melhorando a sua literacia financeira.

No entanto, estes ganhos potenciais das transferências monetárias não estão isentos de desafios e riscos. Normas culturais profundamente enraizadas podem restringir a eficácia das transferências monetárias, ditando a forma como as mulheres podem utilizar estes fundos ou participar em actividades económicas. De um modo geral, embora o KWENDA possa ter contribuído significativamente para melhorar as condições de vida das mulheres, a obtenção de uma mudança sustentável e transformadora exige a integração com estratégias de desenvolvimento mais alargadas a nível municipal. Essas estratégias devem ter como objectivo abordar as desigualdades estruturais e reforçar a capacidade das mulheres para aproveitarem as transferências monetárias para obterem benefícios a longo prazo.





## 11. PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE DAS TSM

---

*Alcançar a sustentabilidade nos programas sociais de transferências monetárias é de facto viável, embora necessite de uma estratégia abrangente e multifacetada. Compromisso político inabalável, financiamento e planeamento adequados e sustentáveis, capacidade institucional e envolvimento, integração em políticas sociais e económicas mais amplas e apropriação pela comunidade são factores cruciais de viabilidade e impacto a longo prazo.*

---

A sustentabilidade como um dos temas desta avaliação, aprofunda as questões cruciais que envolvem a continuidade e os potenciais impactos duradouros do Programa KWENDA. A matriz apresentada no **Anexo A1** coloca duas questões fundamentais: os impactos do programa persistirão para além do período de implementação? Existe capacidade suficiente na comunidade e instituições beneficiárias de se sustentarem de forma autónoma? Para responder a estas questões, é essencial começar por aclarar o conceito de sustentabilidade no âmbito das transferências monetárias incondicionais. Isto implica compreender como é que estas transferências podem promover benefícios a longo prazo. Em segundo lugar, é essencial identificar e analisar as práticas de implementação que podem promover resultados sustentáveis – muitas delas já abordadas em capítulos anteriores. A secção inicial deste capítulo explora o quadro teórico da sustentabilidade, proporcionando uma compreensão abrangente da sua relevância e implicações. Posteriormente, a última secção examina práticas de implementação específicas, destacando as que podem estabelecer uma base sólida para resultados duradouros.

### **Entendimento da sustentabilidade no contexto das TSM**

Depois de analisadas as estratégias e mecanismos de intervenção do KWENDA e os resultados espelhados nas afirmações dos beneficiários nos capítulos anteriores, a avaliação considera que há, pelo menos, três questões críticas subjacentes ao conceito de sustentabilidade do Programa: (i) qual é o significado de sustentabilidade no contexto das TSM; (ii) programas de TSM como o KWENDA devem ser concebidos com o fim de se tornarem sustentáveis? e (iii) é possível atingir algum nível de sustentabilidade, tendo em conta a modalidade e o tempo de implementação do Programa?

As questões expostas acima foram abordadas de forma transversal (como se pode ver na Dimensão 4 na matriz no **Anexo A1**), mas foi um dos principais focos das entrevistas institucionais. Depreende-se que as TSM desempenham um papel fundamental no alívio da pobreza, na redução da vulnerabilidade à insegurança alimentar e na desigualdade. No entanto, para garantir o êxito e a sustentabilidade a longo prazo das TSM é essencial que se continue a assegurar (i) compromisso político; (ii) disponibilidade adequada de fundos; (iii) capacidade institucional; (iv) envolvimento e apropriação pela comunidade; (v) selecção efectiva de beneficiários e áreas de cobertura; (vi) coordenação e colaboração e (vii) adaptabilidade e flexibilidade. Esses factores de sustentabilidade derivam de entrevistas realizadas a informadores-chave a nível municipal e provincial. Alguns deles foram identificados a partir de observações e avaliações informais das operações do KWENDA nos municípios e têm, portanto, relação muito directa com o Programa. Outros factores resultam de conversas conceptuais com as instituições em torno de perspectivas para a continuidade do Programa com e sem financiamento externo.

### **11.1. Factores que Determinam a Sustentabilidade das TSM**

#### **Construir um futuro sustentável através do compromisso político com as transferências sociais monetárias**

*Forte vontade e empenho político são essenciais para a sustentabilidade das TSM. A sustentabilidade destes programas depende do compromisso inabalável e do apoio proactivo do Governo. Ao dar prioridade a estas iniciativas, afectar recursos suficientes, enfrentar os desafios, envolver as comunidades e promover a cooperação internacional, o Governo pode garantir o impacto duradouro das TSM, contribuindo de modo significativo para a redução da pobreza e o desenvolvimento social.*

É imperativo reconhecer que as iniciativas integradas nos actuais municípios de implementação servem como instrumentos cruciais para atenuar a pobreza e reduzir a vulnerabilidade à insegurança alimentar e contribuem para o bem-estar geral das famílias. Os benefícios da eficácia do Programa dependem de uma multiplicidade de elementos, de entre os quais se destaca a dedicação política.

O Governo desempenha um papel fundamental na defesa dos programas sociais no geral, incluindo as TSM e, na ausência de um compromisso claro da liderança política, essas iniciativas podem enfrentar enormes desafios para garantir os recursos e o apoio institucional



necessários. A vontade e o empenho políticos manifestam-se também sob a forma de definição de prioridades e implementação de políticas sociais que se complementem. Se o Governo demonstrar um interesse genuíno em combater a pobreza e a desigualdade social através de programas de transferência sociais monetárias como o KWENDA, é mais provável que integre, a longo prazo, estas iniciativas nas políticas nacionais e nas agendas de desenvolvimento. Esta integração proporciona aos programas uma base segura e um apoio legal, protegendo-os contra mudanças arbitrárias e descontinuação sem critérios objectivos. Por isso, é imperativo enfatizar a ligação entre a vontade política e a longevidade do programa de transferências sociais monetárias.

### **Compromisso financeiro: o caminho para transferências sociais monetárias sustentáveis**

*O financiamento adequado e sustentável é indispensável para a viabilidade e o impacto a longo prazo das TSM. Atribuindo importância a um financiamento estável, enfrentando os seus desafios e adoptando várias abordagens estratégicas de financiamento, o Governo e todas as partes interessadas podem fortalecer o seu compromisso de apoiar as populações vulneráveis e promover um desenvolvimento mais inclusivo. Através de colaborações estratégicas entre vários sectores, uma gestão transparente dos fundos e de uma advocacia baseada em evidências de resultados, é possível assegurar um financiamento sustentável das TSM, garantindo a continuidade e a eficácia do programa na redução da pobreza e da desigualdade social.*

Para garantir o êxito e a sustentabilidade a longo prazo de programas de TSM é essencial um financiamento adequado e sustentável. O financiamento adequado permite que o Programa alcance um maior número de beneficiários, expanda o seu âmbito de assistência e aumente o impacto no alívio da pobreza. Com recursos adequados, o Programa pode fornecer transferências monetárias de valor mais elevado e oferecer serviços adicionais, tais como formação em competências diversas e cuidados de saúde.

O Governo e as Administrações municipais desempenham um papel fundamental no financiamento das TSM, uma vez que são responsáveis pelas dotações orçamentais, formulação de políticas e supervisão dos programas. Ao dar prioridade às despesas de protecção social, promulgar legislação relevante e promover a colaboração sectorial, o Governo pode demonstrar o seu empenho em manter estes programas vitais.

A obtenção de financiamento sustentável não está isenta de desafios, incluindo prioridades orçamentais concorrentes, instabilidade macro-económica e contribuições limitadas dos doadores. Além disso, os obstáculos burocráticos, os factores políticos e as ineficiências administrativas podem dificultar a atribuição e o desembolso de fundos, colocando obstáculos à implementação e ao crescimento do Programa. Para superar os desafios de financiamento, o Governo, as Administrações Municipais e outras partes interessadas podem empregar várias estratégias, como a defesa de dotações orçamentais específicas, a diversificação das fontes de financiamento e a criação de parcerias com entidades do sector privado. Além disso, podem ser explorados mecanismos de financiamento inovadores, como acordos de financiamento estruturado, para garantir um fluxo constante de recursos para a sustentabilidade do Programa.

Um importante factor que pode sempre influenciar na disponibilidade de financiamento no futuro é a transparência e responsabilidade na gestão de fundos. A transparência, incluindo a divulgação pública das dotações orçamentais e das despesas, promove a confiança entre todas as partes interessadas. A adopção de mecanismos de responsabilização, tais como relatórios regulares, auditorias a programas e consultas às partes interessadas, pode aumentar a credibilidade e a integridade da utilização dos fundos, reforçando os argumentos a favor de um apoio financeiro sustentado.



*“Os serviços sociais e as Administrações Comunitárias precisam de ser unidades orçamentais. As Administrações podiam ter um pouco mais de dinheiro e poder de decisão para reforçar uma intervenção como a do KWENDA.”*

### **Capacitação das instituições: a base da eficácia das TSM e o caminho para a protecção social sustentável**

*A implementação e a gestão efectivas das TSM dependem de uma forte capacidade institucional, não só da entidade implementadora do KWENDA, mas também das instituições governamentais que influenciam os resultados do Programa. A criação e manutenção desta capacidade é crucial para a sustentabilidade e o impacto do Programa na redução da pobreza e no apoio às populações vulneráveis. Ao investir e manter a capacidade institucional, o Governo pode aumentar a eficácia e a longevidade dos programas de protecção social, incluindo as TSM.*



Programas sustentáveis requerem uma capacidade institucional capaz de resistir a mudanças nos cenários políticos, nas condições económicas e nas estruturas sociais. Uma capacidade institucional robusta garante que os programas possam perdurar e continuar a prestar apoio vital aos beneficiários a longo prazo. No caso particular do FAS, como instituição implementadora do KWENDA, a capacidade institucional engloba as competências administrativas e técnicas que foram reforçadas para melhor responder às exigências do Programa, aprimorar os recursos institucionais e as infra-estruturas e reforçar os processos necessários para conceber, implementar, monitorar e avaliar o Programa. Isto implicou investir na formação do pessoal técnico a nível nacional e local, desenvolver políticas e procedimentos relevantes para a implementação do Programa, estabelecer sistemas eficazes de gestão de dados e promover parcerias com outras partes interessadas. O trabalho em parceria, sobretudo, com as Direcções municipais da Acção Social, da Saúde e com as Conservatórias de Registo Civil permitiram capacitar os técnicos da Acção Social, efectuar campanhas de vacinação simultâneas aos pagamentos, despistagens de doenças crónicas e encaminhamento para as unidades sanitárias e a obtenção de Bilhete de Identidade por 92 656 indivíduos beneficiários. A utilização dos dados dos cadastramentos disponibilizados pelo KWENDA a diferentes instituições municipais representou uma mais-valia para a planificação do trabalho das instituições a esses níveis.

Uma vez estabelecida, a capacidade institucional deve ser gerida eficazmente para manter a sua relevância e eficiência. Isto inclui a formação contínua do pessoal, avaliações regulares das lacunas de capacidade, adaptação à dinâmica sócio-económica em mudança e aproveitamento da tecnologia para uma melhor gestão do Programa. O KWENDA, durante a sua implementação, promoveu a formação de técnicos municipais sobre temáticas diversas que vão desde a gestão do processo de abordagem das comunidades, cadastramento baseado em tecnologia digital e literacia financeira à protecção social, bem como de agentes comunitários, os ADECOS, como se refere nas secções seguintes.

### **Apropriação e responsabilidade partilhada: um factor crítico de sustentabilidade no longo prazo**

*Os programas sustentáveis têm como objectivo não só responder às necessidades imediatas, mas também criar um impacto a longo prazo. Um dos factores críticos que contribui para a sustentabilidade de tais programas é o envolvimento e a apropriação pela comunidade.*

Quando as comunidades estão envolvidas na concepção, implementação e monitoria dos programas, é maior a probabilidade de os seus resultados serem sustentáveis. O envolvimento da comunidade refere-se à sua participação activa no planeamento, na tomada de decisões e na execução de programas que têm impacto nas suas vidas. Por outro lado, a apropriação significa o sentido de responsabilidade e responsabilização que a comunidade sente em relação ao programa, levando à sua implementação efectiva e ao sucesso a longo prazo (Rosa Gonzalez, 2019).

O envolvimento e a apropriação são indispensáveis para a sustentabilidade e o sucesso de programas como o KWENDA, que pretende criar um impacto positivo. A apropriação ajuda a garantir que o Programa atenda às necessidades dos beneficiários e seja apoiado pelos *stakeholders* locais. Quando as comunidades, não só se envolvem, mas também se apropriam das iniciativas, é mais provável que os resultados sejam significativos, duradouros e alinhados com as suas necessidades reais. Compreender a importância do envolvimento da comunidade e incorporá-lo na concepção e execução do programa, pode conduzir a mudanças sustentáveis e com impacto.

### 11.1.1. Contribuindo para o aumento da sustentabilidade institucional

Angola encetou o desafio de reduzir a vulnerabilidade da população pobre com a aprovação, em 2021, da Política Nacional de Acção Social (PNAS)<sup>1</sup>, que define a Municipalização da Acção Social (MAS) como estratégia de combate à pobreza, tendo por base a desconcentração e descentralização dos serviços públicos do Estado. Neste sentido, a MAS é um modelo operacional descentralizado e desburocratizado de intervenção social a nível da unidade territorial município, com serviços de acção social mais próximos dos cidadãos, que integra a prevenção do risco social, a protecção das populações mais vulneráveis e a promoção da inclusão social, numa perspectiva do desenvolvimento humano.

A operacionalização da MAS assenta na criação de Centros de Acção Social Integrados (CASI)<sup>2</sup>, que desenvolvem serviços com base em infra-estruturas equipadas, recursos humanos capacitados e meios rolantes e equipas de campo capazes de alcançar as localidades mais longínquas para prestar os referidos serviços de prevenção, protecção e promoção de famílias em situações de pobreza extrema e vulnerabilidade acentuada. Os CASI visam aproximar os serviços sociais públicos das comunidades, providenciando serviços de registo de nascimento e acesso ao Bilhete de Identidade, acções de capacitação e sensibilização para prevenção da violência contra a mulher, a criança e o idoso, violência baseada no género, prevenção da gravidez e casamento precoce, empoderamento da mulher, apoio às pessoas vivendo com HIV e outras doenças crónicas, a idosos e deficientes, etc. Os CASI são equipamentos sociais da Municipalização da Acção Social, a funcionar sob responsabilidade e supervisão das Direcções Municipais da Acção Social. Podem ser desdobrados ao nível comunal, tendo em conta a densidade populacional, a acessibilidade e a capacidade da Administração local. Eles foram criados com a intenção de serem um ponto único de acesso a programas e projectos sociais do Estado.

Os serviços priorizados pelos CASI estão vinculados ao desenvolvimento do capital humano, constituindo esse um dos principais propósitos do Programa KWENDA. Por outro lado, o modelo de MAS está baseado numa perspectiva de intersectorialidade, integração e multidisciplinaridade, fundamentais para a adopção de uma intervenção holística que possa contar com a intervenção dos diferentes Departamentos Ministeriais que actuam neste domínio,

<sup>1</sup> Decreto Presidencial n.º 37/21, de 8 de Fevereiro.

<sup>2</sup> O CASI implementa a intervenção social de carácter multisectorial e multidisciplinar da Acção Social, no quadro da Municipalização da Acção Social e funciona como “porta de entrada” para a população em situação de pobreza e vulnerabilidade, no âmbito da rede de serviços socio-assistenciais - Regulamento do CASI, artigo 2º, n.º 2.

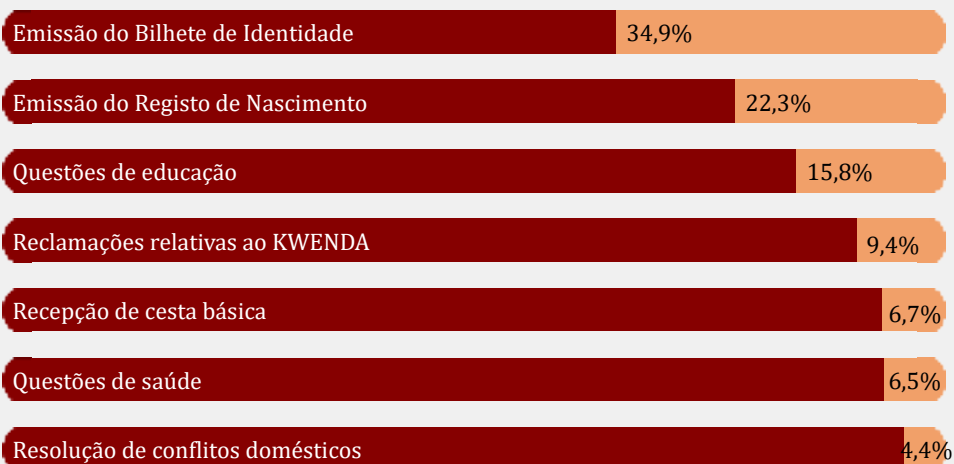
tendo em conta a complexidade das questões sociais. Por conseguinte, a dinâmica do trabalho do CASI implica a criação de parcerias com outras instituições, públicas ou privadas, e Organizações Não-Governamentais para encaminhamento de casos, permitindo isso aumentar a eficácia do trabalho. Sendo um equipamento social do município, o suporte financeiro para o CASI deve ser garantido pela Administração municipal, com base na planificação anual do orçamento. Contudo, pode recorrer à captação de recursos através da elaboração e financiamento de projectos sociais comunitários por entidades públicas, privadas ou outras instituições.

Os dados da **Figura 11.1** abaixo são uma clara demonstração da relevância do CASI para os beneficiários. Apesar de ser um serviço ainda incipiente e de alcance limitado, evidencia-se como um pilar fundamental de sustentabilidade.

### **Desafios e soluções: o que revelam os pedidos de serviços dos beneficiários?**

Os dados apresentados acima descrevem os vários serviços solicitados pelos beneficiários do KWENDA. Esta análise oferece uma compreensão detalhada das principais preocupações e necessidades dos beneficiários, lançando luz sobre os desafios sociais e económicos enfrentados por esta população para os quais o CASI tenta buscar soluções. A distribuição dos pedidos de serviços também providencia informações valiosas sobre as áreas em que o Governo e os programas sociais devem concentrar os esforços para melhorar o bem-estar geral e a eficácia dos programas.

**Figura 11.1.** Incidência de serviços solicitados ao CASI





A conclusão mais significativa dos dados é a elevada procura de serviços de emissão de documentos de identidade. Um número substancial de 34,9 por cento dos beneficiários procurou assistência para questões relacionadas com o bilhete de identidade, sendo este o serviço mais solicitado. Juntamente com os 22,3 por cento de pedidos relacionados com o registo de nascimento, mais de metade dos pedidos (57,2 por cento) estão relacionados com a emissão de documentos de identidade legal. A falta de uma identificação correcta pode ter consequências de longo alcance, incluindo o acesso limitado a serviços sociais, educação, cuidados de saúde e oportunidades de emprego. A elevada procura destes serviços sugere que muitos beneficiários estejam a debater-se com obstáculos burocráticos que os impedem de participar plenamente na sociedade. Contudo, o aumento da funcionalidade dos CASI permite reduzir a percepção de exclusão social por parte dos beneficiários.

A educação surge como a terceira preocupação mais comum, com 15,8 por cento dos pedidos de serviços relacionados com questões educativas. Esta estatística sublinha a importância da educação entre os beneficiários e sugere a existência de obstáculos significativos ao acesso ou à continuação da educação. Quer estes desafios resultem de restrições financeiras, falta de cobertura escolar ou de outros factores sócio-económicos, os dados indicam claramente a necessidade de sistemas de apoio educativo mais sólidos. É essencial dar resposta a estes desafios, uma vez que a educação é um instrumento fundamental para quebrar o ciclo da pobreza e capacitar os indivíduos para melhorarem o seu estatuto sócio-económico.

Os pedidos de cestas básicas (6,7 por cento) e de serviços de saúde (6,5 por cento) evidenciam os desafios sociais e económicos que o segmento de beneficiários mais vulneráveis enfrentam e aos quais os CASI tentam dar respostas. A procura de assistência alimentar indica que muitos beneficiários, particularmente idosos, vivem períodos de insegurança alimentar no intervalo entre pagamentos. As preocupações com a saúde, embora menos frequentemente referidas, continuam a representar uma necessidade significativa para esta população. A percentagem relativamente baixa de pedidos de serviços de saúde pode sugerir uma falta de acesso às unidades de cuidados de saúde primários ou uma possível sub-notificação de problemas de saúde devido ao estigma ou a outras barreiras.

Os dados também revelam que 9,4 por cento dos beneficiários recorreram ao CASI para apresentar reclamações sobre o Programa KWENDA. Este número é significativo, pois aponta para potenciais problemas de atrasos na prestação de serviços, mal-entendidos sobre a elegibilidade para o Programa ou insatisfação com os serviços prestados. A compreensão e a resolução destas queixas são cruciais para o sucesso do Programa, uma vez que têm um impacto directo na confiança dos beneficiários e no seu envolvimento com os serviços oferecidos.

Apesar de ser o serviço menos solicitado, a resolução de conflitos domésticos ainda representa 4,4 por cento dos pedidos de serviços. Esta estatística indica que a dinâmica social e familiar é uma preocupação para alguns beneficiários, reflectindo os desafios sociais mais amplos enfrentados por esta população. A necessidade de apoio na resolução de conflitos domésticos sugere que existem tensões sociais subjacentes que podem ser exacerbadas pelas pobres condições económicas, mas tudo isso é resolvido por via de aconselhamentos no CASI e serviços sociais complementares.

As instituições entrevistadas no quadro desta avaliação reconheceram o caminho já percorrido pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), em colaboração com outras agências e programas, como foi o caso do Projecto-piloto de Apoio à Protecção Social (APROSOC)<sup>3</sup> - a primeira iniciativa de transferências sociais monetárias em Angola dirigida a crianças dos 0 aos 5 anos de idade. Entretanto, consideram que os serviços de acção social são ainda de muito pequena escala, são sub-financiados e estão concentrados sobretudo em Luanda e nas capitais provinciais. O Programa KWENDA não só veio dar continuidade a essa acção, como permitiu a sua ampliação, com a reabilitação, apetrechamento e capacitação de técnicos de 23 CASI, garantindo dessa forma a abrangência de um número muito mais amplo de agregados beneficiários.

Na opinião dessas instituições, o KWENDA foi o primeiro programa de protecção social que teve resultados efectivos e importantes para as dinâmicas locais e a protecção social das populações numa escala nacional e com bases de sustentabilidade mais sólidas. Listam-se na **Caixa 11.1** as percepções das instituições locais sobre a abrangência do Programa.

A abrangência do Programa, que, à data da avaliação, operava em 18 províncias e 94 municípios do país foi considerada um dos seus múltiplos benefícios, mesmo se em alguns casos teve que enfrentar grandes constrangimentos de natureza operacional. Para as instituições, esses constrangimentos permitiram à equipa do FAS ganhar progressivo domínio dos processos operacionais em distintos contextos e, mais importante, permitiu alcançar *“comunidades que a entidade gestora de um município não conhecia”*. Este alcance foi amplamente comentado na província da Huíla, onde o Programa conseguiu abranger grupos minoritários da população, como a comunidade San, com quem vêm trabalhando no sentido de prestar apoio social e com ela debelar as suas necessidades de alimentação, documentação, educação e saúde.

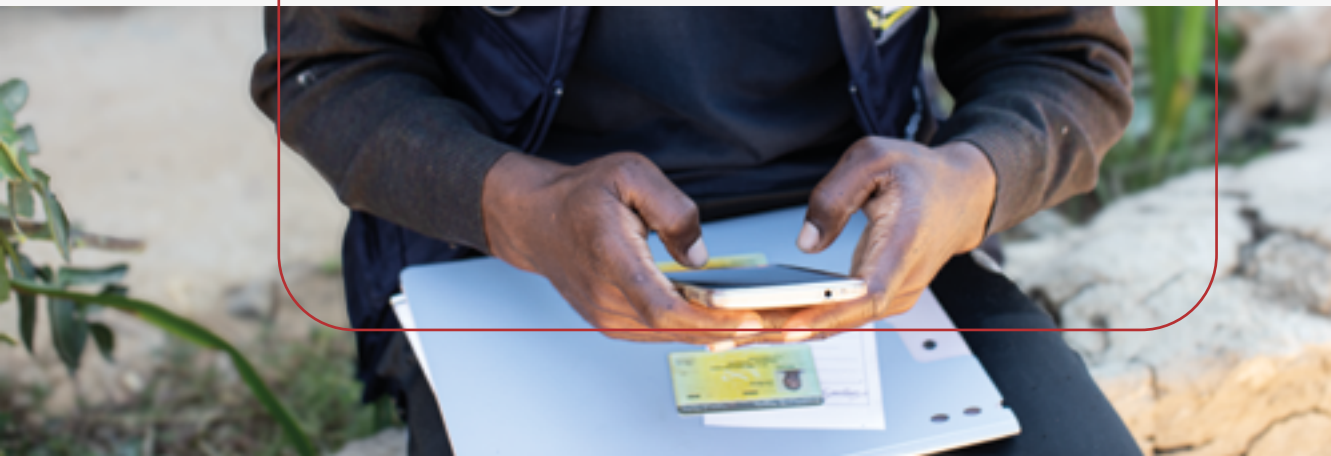
---

<sup>3</sup> Projecto iniciado em 2014, em seis municípios de três províncias: Bié, Moxico e Uíge. Nota Resumo disponível em: [https://www.unicef.org/angola/media/1366/file/Nota\\_Resumo\\_APROSOC.pdf](https://www.unicef.org/angola/media/1366/file/Nota_Resumo_APROSOC.pdf)



**Caixa 11.1. “KWENDA: o Programa pioneiro de Protecção Social Alargada que transforma as dinâmicas locais e expande o alcance nacional”**

- ▶ Teve uma abrangência geográfica muito ampla, atingindo localidades recônditas, onde até então a própria Administração não tinha conseguido fazer chegar serviços;
- ▶ Abrangeu grupos minoritários que nunca antes haviam beneficiado de protecção social;
- ▶ Criou uma dinâmica de trabalho técnico e movimentação de técnicos e de recursos do centro para as periferias municipais e comunais, estimulando o trabalho integrado dos sectores sociais;
- ▶ Mapeou, com grande amplitude, a situação de vulnerabilidade das populações dos municípios;
- ▶ Forneceu aos sectores sociais e às Administrações locais, dados apreciáveis de situações sociais que servem de base de trabalho e planificação da administração do território;
- ▶ Promoveu a real aproximação dos serviços sociais às comunidades, estimulando uma mudança de paradigma da abordagem das instituições ao serviço social;
- ▶ Possibilitou a reabilitação e apetrechamento de vários CASI, habilitou o trabalho de acção social e reavivou os conteúdos de trabalho na área social;
- ▶ Ampliou a rede de ADECOS, com base numa abordagem participativa e inclusiva das comunidades na sua selecção, permitindo assim uma maior capilaridade dos serviços sociais.





***“Considero este Programa uma experiência de base do sistema de segurança social das famílias no país. É a primeira vez que vejo um programa de protecção social bem estruturado e articulado, que procura fazer um censo da situação social. É o Programa mais solicitado lá onde ainda não chegou.”***

A abordagem do KWENDA a cada município antes do início das operações e no decorrer destas, promoveu dinâmicas de trabalho diferenciadas daquelas que as Administrações e Direcções municipais usualmente tinham com programas sociais centralmente dirigidos e localmente executados. Com o KWENDA, as instituições provinciais, municipais e comunais foram amplamente implicadas no processo de diagnóstico inicial, puderam deslocar-se para o interior dos municípios e comunas “porque o Programa teve que contar com a participação de todos os que operam no município, igrejas, sociedade civil, escuteiros, autoridades tradicionais e os nossos técnicos”. Esta dinâmica promoveu a inclusão das comunidades e das organizações locais em todo o processo, mas também redinamizou o sector social municipal e promoveu uma certa integração sectorial a nível dos serviços municipais. Toda a preparação de informação preliminar, logística, deslocações e estadias no terreno compeliram os sectores a partilhar dados e recursos, a saírem dos gabinetes e a darem um sentido concreto à acção social. Por outro lado, isso permitiu a movimentação de recursos diversos para as periferias, usualmente concentrados nas sedes municipais e/ou comunais, para serem utilizados nas aldeias. São os casos das vacinas, transporte de doentes, registo civil, entre outros.



***“Os técnicos aqui do GASFIG e também das Direcções municipais da Acção Social e os supervisores do GASFIG fizeram parte das equipas com o FAS, para formar ADECOS e supervisores. Nós saímos em conjunto, todos juntos. Os nossos técnicos estão lá a acampar com os técnicos do FAS, com os ADECOS, está lá o director municipal e os seus três técnicos.”***

O diagnóstico inicial que conduziria ao cadastramento dos potenciais beneficiários permitiu, segundo as instituições, mapear a vulnerabilidade de modo concreto e palpável, identificar casos extremos a necessitar de intervenção e/ou evacuação urgente, em resumo, olhar para lá dos números da pobreza friamente expressos em relatórios e que, muitas vezes, não têm resposta adequada em termos de protecção social. Sem pretender afirmar que todos os casos foram detalhadamente avaliados e resolvidos, as instituições consideram, no entanto, que o KWEN-



DA, permitiu dar um ‘salto gigantesco’ no conhecimento da realidade vivida pelas populações e que esse processo pode ser afinado e aprofundado no futuro de forma mais sustentável.

A par desta dinâmica de trabalho, alguns Governos provinciais e Administrações municipais e comunais referiram-se à importância que atribuem a ter dados do KWENDA como base de trabalho e planificação da administração do território a nível municipal. Embora, nem todas as Administrações o tenham referido, algumas consideraram que *“foi com base nesses dados iniciais do KWENDA que conseguimos ter um horizontes de quantas famílias vulneráveis temos e com base neles definimos prioridades”*. Segundo a Administradora do Andulo (Bié), o *“FAS depois de fazer o trabalho de cadastramento apresenta um relatório para a Administração municipal validar. Aí aproveitámos para os nossos trabalhos”*. Também na Nharea (Bié) foi referida essa partilha de dados e que com base neles podem ser planificadas campanhas de vacinação, de registo civil, de sensibilização sobre determinados temas e casos a necessitar de uma resposta imediata ou de curto prazo ou uma monitoria mais regular da evolução de situações específicas.

Outros resultados considerados importantes pelas instituições estão relacionados com a real aproximação do serviço social às comunidades, com a reabilitação e equipamento dos CASI, a capacitação do pessoal técnico de acção social e a estruturação dos seus serviços e o aumento da capilaridade desses serviços, com o funcionamento de uma rede extensa de ADECOS. As instituições entrevistadas referiram-se aos CASI como um serviço que, no quadro da implementação do KWENDA, foi bastante valorizado, com a reabilitação da

infra-estrutura, o seu apetrechamento com mobiliário e equipamento informático e a formação de técnicos da acção social a nível municipal para poderem operar e gerir o serviço. Na perspectiva de desenvolvimento do Capital Humano constante do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027, o Programa KWENDA e o MASFAMU formaram 1 328 técnicos de acção social ligados aos CASI e às Direcções municipais da Acção Social, em 29 municípios. O Programa inclui a identificação das pessoas mais vulneráveis, a gestão de casos, o encaminhamento para os serviços sociais adequados como a saúde, o registo de nascimento, a justiça e a educação e a mobilização de novos actores e projectos comunitários. Mas o processo é lento e não ocorre de modo regular em todos os municípios. É uma acção que exige um investimento significativo e um acompanhamento de proximidade na modalidade de on job training e que a reduzida equipa do KWENDA, assoberbada com a operação das transferências monetárias, nem sempre consegue acompanhar.

Por outro lado, tratando-se de serviços de grande abrangência e complexidade precisam ter em conta (i) a capacidade instalada da unidade, ou seja, as infra-estruturas e recursos humanos adequados e os meios técnicos disponíveis; (ii) a localização geográfica e o acesso das pessoas vulneráveis que vivem nas comunas, aldeias distantes e (iii) a concentração demográfica. Estas considerações foram tidas em conta, por exemplo, no caso de Cacula (Huíla), tendo sido estendido o serviço às comunas, capacitado o pessoal vital e realizadas acções sociais básicas, uma experiência que pode vir a ser ampliada. O CASI de Cacula (Huíla) revelou ter um trabalho diferenciado. A **Caixa 11.2** descreve as particularidades do CASI da Cacula, que pode servir de referência para outros municípios.

### **Caixa 11.2. Uma abordagem única à acção social: o impacto distinto do CASI em Cacula**

No coração de Cacula, município localizado na província da Huíla, o Centro de Acção Social Integrado (CASI) destaca-se como um farol de esperança e eficiência no domínio do trabalho social. Apesar dos desafios inerentes aos serviços sociais, este CASI conseguiu distinguir-se pela combinação de uma liderança experiente e de uma equipa dedicada. A experiência de longa data do seu coordenador, que é também Director municipal de Acção Social, aliada à competência de quatro outros técnicos do serviço social, conferiu a este centro uma abordagem dinâmica e eficaz que o distingue.







O CASI de Cacula não é um prestador de serviços passivo; é um participante activo no desenvolvimento social e económico da comunidade. Entre as várias actividades, o centro desempenha um papel crucial no apoio às operações do KWENDA, acompanhando os beneficiários nas aldeias, assegurando a monitoria da distribuição dos recursos nas componentes de transferência monetárias e de inclusão produtiva. Além disso, o CASI educa os beneficiários sobre como utilizar o cartão de débito e gerir os seus benefícios, capacitando os indivíduos com conhecimentos necessários à sua independência financeira.

O CASI aborda ainda uma miríade de questões sociais que afligem a comunidade. Os seus técnicos, formados pelo serviço de emissão do Bilhete de Identidade, ajudam a população a preparar os documentos necessários e estabelecem a ponte com os correspondentes dos serviços na sede da província, Lubango. Além disso, encaminha as pessoas para o Registo Civil e promove activamente campanhas de registo de nascimento nas comunas, assegurando que todos os cidadãos são registados pelo Estado.

O impacto do CASI estende-se ainda ao domínio da justiça e da protecção social. O centro aconselha e encaminha casos de violência doméstica, intervém em situações de abuso sexual envolvendo mulheres e crianças e presta assistência em questões relacionadas com a licença de paternidade e maternidade. Nos casos de pessoas em situação de maior vulnerabilidade fornece cabazes alimentares.

A saúde é outra área crítica em que o CASI faz uma diferença significativa. O centro emite cartas de atendimento prioritário no hospital municipal para indivíduos que se encontram em circunstâncias mais difíceis ou que vêm de áreas distantes, assegurando que recebem os cuidados médicos de que necessitam sem atrasos desnecessários.

Desenvolveu vários projectos comunitários destinados a melhorar ainda mais a vida dos residentes locais, embora estas iniciativas ainda estejam à espera de financiamento. A natureza proactiva do CASI, que conta com 64 ADECOS e quatro supervisores formados na Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social (ENFOTSS) em Luanda, combinada com o seu empenho em responder às necessidades multifacetadas da comunidade, realça a sua abordagem única à acção social em Cacula.

O CASI de Cacula é um exemplo do que pode ser alcançado quando os serviços sociais apoiados pelo KWENDA são dirigidos por profissionais experientes e profundamente empenhados no seu trabalho.



### 11.1.2. Contribuindo para a apropriação comunitária

Manter as instituições e as comunidades engajadas é um desafio permanente. As mudanças económicas e sociais exigem uma adaptação constante por parte das instituições e serviços. As experiências e um maior acesso das populações aos serviços também mudam as suas referências e exigências e, portanto, a qualidade da sua participação. Melhorar a qualidade da educação dos jovens e manter o trabalho é condição de uma participação de melhor qualidade e de maior exigência sobre os serviços, permitindo uma maior adequação na resposta às necessidades dos mais pobres.



*“Esta via que o KWENDA nos trouxe é a que nos vai permitir promover desenvolvimento local. É suficiente? Não, mas foi um passo enorme.”*

A secção anterior examinou extensivamente o papel crítico dos CASI como um dos pilares fundamentais para garantir a sustentabilidade não só das TSM, mas também da rede de protecção social mais ampla. No entanto, para que o CASI funcione eficazmente e alcance o impacto pretendido, é imperativo que os beneficiários possuam uma compreensão clara e exacta das suas operações e benefícios. Isto requer um processo de educação abrangente e bem estruturado, com o objectivo de promover a sensibilização e a apreciação das funções do CASI entre a comunidade. Normalmente, esta iniciativa educativa é liderada pelos ADECOS,

que têm a tarefa de disseminar informações vitais, abordar equívocos e garantir apoio contínuo de modo a que a comunidade esteja bem informada e engajada. Ao fazê-lo, os ADECOS desempenham um papel fundamental na redução das lacunas de conhecimento, aumentando a eficácia e o alcance do CASI no âmbito da protecção social.

### **ADECOS: expandir os serviços sociais e reforçar os laços entre comunidades e instituições**

*“Ao princípio foi difícil, mas hoje vejo que ser ADECOS é uma bênção!”*

*“Para o município, o CASI e os ADECOS são determinantes, porque são eles que dão conteúdo à municipalização da acção social.”*



Como já referido, a acção social tem a sua base operacional no CASI, mas ela concretiza-se nos serviços que presta às populações. Nesse sentido, os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS) são um elemento indispensável de conhecimento da situação das comunidades e famílias e de provimento dos serviços de assistência social, na medida em que vivem nas comunidades e gozam da sua confiança. A Política Nacional dos Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (PNADECOS), actualizada em 2023 e em fase de aprovação, constitui a reafirmação do compromisso de expandir os serviços sociais a todas as comunidades e de estimular o seu desenvolvimento às populações em situação de vulnerabilidade.

Em Angola já se haviam registado experiências anteriores, com início em 1980, do uso de mobilizadores comunitários, numa base de voluntariado. Mais tarde, em 2014, por iniciativa do Ministério da Administração do Território (MAT) e do Ministério da Saúde (MINSA) foi desenhado o actual Programa Nacional de Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (PNADECOS), tendo a sua fase piloto sido lançada em 2017, com apoio técnico do FAS. Nessa altura, os ADECOS foram formados para efectuar, exclusivamente, acompanhamento sanitário, com equipamento básico e subsídio mensal, experiência que foi muito valorizada pelas comunidades e obteve bons resultados. Em 2019-2020 foi elaborado o Caderno da Família e a Municipalização da Acção Social e alguns elementos incorporados no pacote formativo dos ADECOS, que passaram a ser certificados pela Escola Nacional de Formação de Técnicos de Assistência Social (ENFOTSS).



A formação pelo Programa de 5 185 ADECOS e a certificação de 71,5 por cento deles pela Escola Nacional de Formação de Técnicos de Serviço Social (ENFOTSS) representou um passo decisivo na aproximação dos serviços às comunidades e na sustentabilidade das acções de protecção social. Cada município tem geralmente 30 ADECOS, mas o número pode variar de acordo com o contexto de cada município e das necessidades operacionais do Programa. Trabalha também com 356 Supervisores de ADECOS, o que determina um rácio genérico de 10 ADECOS por supervisor. Os supervisores são, geralmente, três por município, cada um ocupando-se de uma temática diferente: Agricultura, Acção Social e Saúde. Em algumas províncias este rácio não responde às necessidades do trabalho social. A dispersão dos assentamentos humanos e as distâncias entre aldeias exige, provavelmente, um número superior de ADECOS para que possam ser cobertas populações vulneráveis nas aldeias.

Este estudo tratou a questão dos ADECOS em três níveis: i) com os beneficiários do KWENDA para entender a sua perspectiva do trabalho dos ADECOS; ii) com os supervisores dos ADECOS e os próprios ADECOS para ouvir as suas opiniões e avaliação do trabalho que realizam e iii) com as instituições municipais e Governos provinciais implicados na execução do KWENDA e na protecção social para perceber a sua perspectiva enquanto órgãos públicos responsáveis pela municipalização da acção social.

Nos três grupos entrevistados, há uma opinião unânime: a relevância e importância dos ADECOS para o trabalho social junto das comunidades. Os beneficiários consideram que “os



*ADECOS não podem parar, devem continuar mesmo*". As razões para este comentário são variadas, mas todas convergem para o facto de que os mesmos têm estado a desempenhar actividades que beneficiam as comunidades que representam e contribuído para o desenvolvimento das mesmas. As instituições provinciais, municipais ou comunais coincidem na opinião expressa pelo Governo da província da Huíla: *"Os ADECOS deviam ser transformados em educadores do serviço social. Não se podem deitar fora os ADECOS depois de todo este investimento"*. Ou, como referem os Administradores municipais *"estás sempre a ver pessoas a morrer e não aproveitar o ADECOS seria grave. Eles podem fazer o trabalho do KWENDA e também vigilância epidemiológica, aconselhamento, educação comunitária"*.

Sem essa rede de enorme capilaridade que são os ADECOS, toda a concepção de municipalização da acção social pode ser posta em causa ou o trabalho social significativamente afectado. Os ADECOS são o elo que liga os equipamentos sociais como o CASI e as Administrações aos cidadãos mais vulneráveis. Sem essa rede, em que se investiu bastante durante quatro anos, parte do trabalho e dos bons efeitos alcançados podem ser revertidos.

Os ADECOS que trabalham com o KWENDA seguiram um processo de selecção diferenciado relativamente à geração anterior de ADECOS. O FAS, de certa forma, reestruturou todos os procedimentos relacionados com os ADECOS, desde a selecção, formação e supervisão. Na versão adoptada pelo FAS, os ADECOS são eleitos pelas comunidades em que residem e não indicados por órgãos administrativos.

Os beneficiários entrevistados revelaram uma grande satisfação com a existência destes agentes comunitários, na medida em que foi dada voz às comunidades para escolher as pessoas que consideram ter as qualificações e o perfil de confiança que em cada aldeia ou bairro o conjunto dos seus habitantes considera relevante, pois *"estávamos presentes no dia da eleição dos ADECOS. Escolhemos aqueles que na verdade são conhecidos, responsáveis, sinceros e honestos. Se lá em frente as coisas se complicarem vamos seleccionar outros"*.

Os próprios ADECOS se referem ao processo como algo novo na comunidade, um processo que está sujeito ao escrutínio de todos os habitantes da aldeia e isso garante que possam trabalhar com a confiança de quem os elegeu. Segundo eles, *"esse processo foi bom, porque o ADECOS é eleito e a comunidade tem confiança na pessoa que escolheu. Para ser ADECOS tinha que ser alguém exemplar na comunidade, porque para ser ADECOS tens que ter a confiança dos sobas e sekulus, mas também tem que ser aquela pessoa com bom comportamento na comunidade. Se já cometeste, o povo não te vota"*.

Existe, contudo, uma sub-representatividade do sexo feminino por razões culturais e das práticas sociais locais. As opiniões dividem-se e o debate é aceso quando se trata das razões por detrás da existência de uma percentagem tão reduzida de ADECOS do sexo feminino. Efectivamente, o estudo constatou no campo que o seu número era residual e os números do FAS apontam na mesma direcção. Do total de ADECOS com que o Programa trabalha (3 535) apenas 21 por cento são do sexo feminino. Contudo, a acção social poderia beneficiar bastante tendo ADECOS do sexo feminino, sobretudo para abordar as mulheres em situações como a gravidez e conflitos baseados no género ou abusos. Estudos já realizados sobre as questões de género em Angola (MOSAICO, 2021) referem-se ao facto de as mulheres nas comunidades rurais dificilmente partilharem problemas que enfrentam em caso de conflitos e abusos, na medida em que a família ou o soba prosseguem valores do mesmo sistema de concepções.

Este estudo não conduziu uma avaliação específica de eficiência e eficácia dos ADECOS, mas obteve opiniões sobre o seu trabalho junto das comunidades, uma experiência que consideraram única, de muita disciplina, planificação, organização e execução. Neste sentido, os ADECOS e os seus Supervisores consideraram que o KWENDA lhes trouxe uma vivência transformadora, *“uma experiência muito grande. Nunca pensávamos ir tão longe e conhecer como vivem as populações. E também aprendemos muita coisa: segurar telefone, máquina de calcular, fazer um mapa, ouvir coisas de saúde, de social, de saneamento...muita coisa mesmo! E depois ir nos pagamentos e ver o dinheiro a ser mesmo dado na mão dos que estão a sofrer, é de agradecer!”*

A formação dos ADECOS assume importância crucial para a sustentabilidade das acções de protecção social. No caso do KWENDA, a formação dos ADECOS contempla as questões de natureza operacional do Programa, mas também as questões de protecção social. Esta formação inicial incide sobre todo o processo de mapeamento das micro-áreas de trabalho; de cadastramento de famílias; de recolha de queixas e reclamações dos beneficiários; de visitas domiciliárias às famílias; de identificação de crianças fora do sistema de ensino e sem registo de nascimento e a sua referenciação para os serviços competentes; de identificação de idosos vulneráveis e seu acompanhamento a consultas se necessário; de busca de alternativas para a geração de renda; de localização das infra-estruturas e serviços, como escolas, unidades sanitárias, igrejas e associações e ainda a identificação de outras situações de conflito para encaminhamento.





A formação inicial, dada localmente, nem sempre conteve todos os temas assinalados. Sob pressão da operação exigente das transferências monetárias, a formação foi, por vezes, feita em momentos diferentes, a fim de priorizar a abordagem comunitária e o cadastramento das famílias e, mais tarde, retomados os restantes temas numa segunda fase. Os supervisores são treinados como formadores. Nesse sentido, para além da formação dada pelo FAS sobre as questões da operação do KWENDA, eles devem efectuar formações sobre as restantes questões relacionadas com o trabalho comunitário.

***“Na formação aquilo é saber como chegar ao público, como conversar bem com o povo no diálogo comunitário. Também é cadastrar bem, tirar bem a foto, trabalhar com a calculadora e fichas de referência. Mas já recebemos também formação de saúde. Não de enfermeiro, mas de vigilância epidemiológica. Também vemos os sintomas da criança que tem malnutrição, as grávidas, o saneamento básico.”***



Esta formação deve ser *“contínua, com refrescamentos, porque o trabalho é dinâmico e qualquer coisa pode mudar naquilo que já aprendemos e temos que actualizar o que já aprendemos”*, como consideram os próprios ADECOS e seus supervisores. Ter um currículo de formação adoptado e consistente com as necessidades do Programa e da protecção social a nível local; uma definição clara dos tipos de dados e informações a recolher; uma planificação dos instrumentos e softwares a utilizar; um roteiro de análise dos dados e informações recolhidas; uma definição do fluxo de dados e informações obtidos e um roteiro de avaliação de desempenho são indispensáveis para garantir o objectivo de melhorar a efectividade destes agentes, dos sectores sociais e a sustentabilidade das acções de protecção social.



*“Ser supervisor é ser líder. Ensinar, fazer e depois avaliar. Mas para isso temos que actualizar sempre os conhecimentos.”*

Contudo, há que ter em conta que a vulnerabilidade é incerteza, risco e exposição emocional. Trata-se de um conceito multifactorial e que incorpora uma variável temporal. Indivíduos ou comunidades podem superar uma situação de vulnerabilidade num dado momento, mas voltar a ela se algumas condições não forem reunidas ou ocorrerem choques. Este factor temporal determina que o tempo da recolha de dados e a sua passagem a quem possa decidir e retornar com soluções e meios para mitigar situações não possa ser demasiado alargado. Daí a necessidade dos refrescamentos constantes e da análise permanente dos instrumentos da acção social.

Mas a sustentabilidade da actuação dos ADECOS passa igualmente por um conjunto de outros factores. A aprovação de uma política nacional sobre estes agentes comunitários, clarificando a sua dependência institucional e delimitando claramente o seu papel e responsabilidades e as modalidades em que o recurso a eles é feito por diferentes instituições terá vantagens em termos de eficiência e eficácia. Também a interacção com as Administrações municipais e os serviços sociais locais e algum diálogo regular com os ADECOS e seus supervisores assume uma importância definitiva para manter a máquina a rodar. É, por isso, indispensável garantir alguma estabilidade do quadro de pessoal das Administrações municipais e comunais na área da acção social e a disponibilização de meios de trabalho que se vão desgastando com o tempo. Finalmente, é crítico estabelecer modalidades estáveis de financiamento destes equipamentos sociais e destes agentes de acção comunitária.

## **11.2. Sustentar o Impacto: factores adicionais de sustentabilidade**

A sustentabilidade do KWENDA depende de três factores adicionais: selecção eficaz dos beneficiários; coordenação e integração e adaptabilidade. Mecanismos de selecção precisos, regularmente revistos e actualizados, garantem que as populações mais vulneráveis são priorizadas, aumentando o impacto do Programa. Uma coordenação eficaz entre as agências governamentais, as ONG e os doadores optimiza os recursos, evita a duplicação e reforça a viabilidade dos programas a longo prazo. Além disso, a adaptabilidade e a flexibilidade permitem que o Programa responda às necessidades em mudança, assegurando a sua relevância e eficácia contínuas na redução da pobreza e na prestação da protecção social.

### 11.2.1. Selecção efectiva de beneficiários e áreas de cobertura

Mecanismos de selecção eficazes são fundamentais para o sucesso das TSM. Revisões regulares e actualização dos critérios de selecção e abordagens inovadoras podem aumentar a relevância, a sustentabilidade e o impacto do KWENDA. Ao dar prioridade a uma selecção precisa, o Programa pode melhorar a vida das populações mais vulneráveis, contribuindo, em última análise, para comunidades mais inclusivas e resilientes.

Embora o Programa seja crucial no apoio às populações vulneráveis, a sua eficácia depende, em grande medida, dos mecanismos existentes para garantir uma selecção e cobertura amplas e o mais precisas possível. Os mecanismos de selecção são a base para chegar aos indivíduos e aos agregados familiares que enfrentam uma pobreza e uma vulnerabilidade extremas. Ao identificar e dar prioridade a estas populações (que não se devem restringir aos municípios do Quarto e Quinto Quintis de Pobreza), o KWENDA pode ter um impacto significativo na vida dos mais necessitados. Para além disso, uma segmentação eficiente facilita a alocação de recursos para aqueles que mais precisam deles, maximizando assim o seu impacto.

Ter em atenção as condições específicas de cada província e tomar decisões de selecção de acordo com factores locais variáveis ao longo do tempo pode revelar-se avisado. Por exemplo, em municípios mais produtivos poderia considerar-se ter mais acções de inclusão produtiva do que de transferências monetárias. Ao contrário, em municípios sujeitos à influência das mudanças climáticas e episódios de seca periódicos poderiam ter as transferências monetárias como prioridade e um tempo mais alargado. Trata-se, no fundo, de ter um Programa que tenha em atenção a resposta a eventuais choques, derivados quer de oscilações climáticas, desastres naturais, ou de impactos de medidas económicas não antecipáveis em estudos estatísticos. Garantir que *“as pessoas têm alguma forma de resolver o problema se a sua casa fica destruída com a chuva, ou enquadrar sinistrados de enxurradas e que, de um dia para o outro, perdem tudo, isso é a vocação da protecção social”* e garante a sustentabilidade dos investimentos já feitos até ao momento nos meios de vida e sustento das populações mais vulneráveis.

O tempo de permanência dos agregados familiares no Programa pode igualmente ser um factor a considerar na futura selecção de beneficiários. Uma selecção abrangente, universal, ou apenas de algumas categorias de vulnerabilidade são questões que só as condições locais e a avaliação permanente da evolução destes beneficiários pode determinar, sendo que o Programa precisa de ter os meios para monitorar esta evolução e tomar as decisões adequadas



a cada caso. Algumas das instituições entrevistadas no decurso desta avaliação, consideram que, nas condições actuais de algumas comunas, a selecção deve ser ainda generalizada, mas que noutros casos pode ser alterada para categorias de pessoas mais vulneráveis. O Programa *“deve manter categorias de pessoas vulneráveis de modo permanente com transferências sociais monetárias regulares em toda a extensão do território”*. Estas pessoas enquadram-se no eixo da protecção social de base e o Programa necessita de ter autonomia de decisão sobre isto, em consulta com cada província e município.

Na mesma linha, os mecanismos de selecção devem permitir que o Programa tome decisões sobre pessoas vulneráveis com alguma capacidade de empreender, de modo a poderem ser envolvidas em actividades de inclusão produtiva, em simultâneo com a transferência monetária. Receber um benefício monetário aliado à possibilidade de actividades geradoras de rendimento pode contribuir para acelerar a recuperação e a sustentabilidade do modo de vida a nível das comunidades, potenciando o impacto do programa sobre as dinâmicas produtivas e comerciais locais.

***“O beneficiário precisa agora de expandir a sua ideia de negócio. Nesta fase, o beneficiário apenas recebeu dinheiro suficiente para cobrir as despesas básicas de subsistência. Em seguida, o beneficiário precisa de desenvolver ideias e um plano de pequenos negócios viáveis, o que levará mais tempo.”***

A natureza dinâmica das condições sócio-económicas nos municípios alvo e a ocorrência de choques imprevisíveis fora do controlo humano exige uma revisão e actualização



regular dos critérios de selecção. Esta avaliação não pode determinar quem se qualifica ou não para receber apoio – está fora do escopo. Contudo, com avaliações regulares sobre a eficácia dos critérios existentes, o Programa pode adaptar-se à evolução das circunstâncias, garantindo que o apoio chega a quem mais precisa. Esta abordagem proactiva aumenta a relevância do Programa e contribui para a sua sustentabilidade a longo prazo. Quando direccionado com precisão (target), o KWENDA pode produzir resultados positivos para os beneficiários, incluindo um melhor acesso às necessidades, um maior bem-estar e mais oportunidades para melhorar os meios de sustento. Pode contribuir efectivamente para a redução da pobreza e o desenvolvimento social através de intervenções específicas, reforçando a sua eficácia e impacto globais.

Reconhece-se que existem vários desafios para se alcançar uma selecção eficaz, tais como identificar e chegar a populações remotas, abordar as complexidades sócio-económicas e garantir a inclusão. Para ultrapassar estes obstáculos, são essenciais abordagens inovadoras que façam o melhor uso das tecnologia existentes e que garantam prioridade ao envolvimento da comunidade para melhorar a precisão e o alcance dos mecanismos de selecção.

### **11.2.2. Coordenação e integração**

A coordenação e a integração nas TSM são importantes. A coordenação eficaz entre agências governamentais, ONGs, doadores e outras partes interessadas e a integração entre sectores públicos é essencial para evitar a duplicação de esforços, otimizar recursos e promover a sustentabilidade a longo prazo das iniciativas sociais de transferências monetárias. Ao aproveitar as forças colectivas e a experiência de diversos intervenientes, os programas de transferências sociais monetárias podem ter um impacto mais significativo, um alcance mais alargado e uma maior resiliência, conduzindo, em última análise, a melhorias significativas na vida dos beneficiários.

Foi demonstrado que as TSM desempenham um papel crucial na abordagem das preocupações com a pobreza e o bem-estar social em várias comunidades. Estes programas têm como objectivo ajudar financeiramente as populações vulneráveis e marginalizadas, capacitando-as para satisfazerem as suas necessidades básicas e melhorarem o seu bem-estar geral. No entanto, o sucesso e a sustentabilidade das iniciativas de TSM dependem fortemente da coordenação e da colaboração entre as instituições governamentais (a nível nacional, provincial e municipal), as organizações não-governamentais (ONG), os doadores e outras partes interessadas importantes.

Os resultados das entrevistas com os funcionários públicos a nível provincial e municipal apelam à acção para a promoção de sinergias entre os sectores de actividade públicos e as partes interessadas na implementação do KWENDA, o que é essencial para a criação de um ambiente de apoio e de capacitação que maximize o potencial dos esforços de colaboração na abordagem das preocupações com a pobreza e o bem-estar social. O KWENDA, para além de integrar as componentes de transferências monetárias e inclusão produtiva, deve ser cada vez mais integrado com outros projectos e serviços sociais e económicos nos municípios-alvo.

A integração entre transferências monetárias e inclusão produtiva e o suporte descentralizado dos sectores públicos relevantes para o desenvolvimento social e económico a nível local pode proporcionar uma aplicação mais rentável do benefício e permitir uma recuperação mais focada de situações de vulnerabilidade. A coordenação e integração colocam a ênfase na prevenção da duplicação de esforços particularmente a nível municipal. A coordenação minimiza a redundância nas actividades do Programa, assegurando que os recursos são utilizados de forma judiciosa e que os beneficiários recebem um apoio abrangente sem sobreposições desnecessárias. Ao racionalizar os processos e harmonizar as intervenções, as partes interessadas podem otimizar a utilização dos recursos, melhorando, em última análise, a relação custo-eficácia e o impacto das TSM. Além disso, a planificação e a atribuição de recursos de modo integrado facilitam uma resposta mais coesa e coerente aos desafios multifacetados que os beneficiários do Programa enfrentam, conduzindo a um mecanismo de apoio mais holístico e sustentável.





*“Há municípios que são áreas de muita produção, então a preocupação é ver ali sementes, adubos, enxadas porque fica muito difícil para estas comunidades ir à cidade para comprar. São tudo camponeses, trabalham a terra. O KWENDA a dar dinheiro e aparecem os da Agricultura com os meios com um preço mais baixo, isso é que ia ajudar mesmo.”*




Para além da optimização dos recursos, a coordenação e a integração são cruciais para promover a sustentabilidade global dos programas de TSM. A viabilidade a longo prazo depende da capacidade dos intervenientes de trabalharem em conjunto para criar resiliência e auto-suficiência entre os beneficiários do programa. Isto implica não só a prestação de apoio financeiro, mas também a promoção de iniciativas baseadas na comunidade, estratégias de melhoria dos meios de sustento e programas de desenvolvimento de competências. Ao alinharem os seus esforços e recursos, os intervenientes podem criar um quadro de apoio mais abrangente que responda às necessidades multifacetadas da população-alvo, assegurando que o impacto das TSM se estenda para além do alívio a curto prazo e se transforme em capacitação a longo prazo.

Os desafios à coordenação e à integração podem surgir devido a prioridades variáveis, limitações de recursos e dinâmicas organizacionais. A resolução destes obstáculos exige medidas proactivas, como a promoção de uma cultura de partilha de informações, incluindo



dados primários gerados pelo Programa, o estabelecimento de canais de comunicação claros entre todas as partes interessadas e a promoção de uma compreensão partilhada dos objectivos mútuos. Para ultrapassar estes desafios, é necessária uma abordagem estratégica que dê ênfase à criação de confiança entre todos os intervenientes, ao desenvolvimento de parcerias e ao reconhecimento das contribuições únicas de cada interveniente. Através de um compromisso partilhado com os objectivos globais das TSM, os intervenientes podem ultrapassar os obstáculos e criar um ambiente mais propício a uma colaboração eficaz.



*“Para que os resultados do KWENDA sejam sustentáveis, precisa de desenvolver sinergias com outros programas de desenvolvimento rural, tais como os que trabalham em infra-estruturas melhoradas, educação e planeamento do uso da terra. As nossas comunidades agrícolas trabalham arduamente, mas os seus rendimentos são baixos. Precisamos de melhorar as técnicas agrícolas e apoiar as indústrias que utilizam o que cultivamos, como a batata, tomate, mandioca e o arroz. Projectos anteriores mostraram que investir na agricultura pode aumentar a produção e a produtividade e reduzir a pobreza. A missão do KWENDA é tirar as pessoas da pobreza, mas para manter o seu impacto, são necessários passos contínuos e sequenciais para garantir um progresso duradouro.”*

O Programa das TSM precisa de traçar as futuras direcções da coordenação e da integração. A manutenção da dinâmica de coordenação exige um compromisso contínuo, adaptabilidade às circunstâncias em mudança e uma abordagem proactiva para enfrentar os desafios emergentes. Ao aperfeiçoar e aumentar continuamente as estruturas de colaboração, as partes interessadas podem garantir que os programas de transferências sociais monetárias permaneçam receptivos, relevantes e resistentes face à evolução da dinâmica sócio-económica.

### 11.2.3. Adaptabilidade e flexibilidade

*Adaptabilidade e flexibilidade são atributos essenciais para que os programas de TSM prosperem em ambientes cultural e institucionalmente dinâmicos. São componentes críticas, pois permitem que os programas respondam melhor às necessidades em mudança da população e, em última análise, alcancem os objectivos pretendidos de redução da pobreza e de protecção social.*

Compreender bem a evolução do panorama sócio-económico, a complexidade política e abordar proactivamente os desafios emergentes nos municípios, permitirá que as TSM assegurem o seu impacto e eficácia contínuos. Para os responsáveis que trabalham ou desenham programas de TSM, dar prioridade à adaptabilidade e flexibilidade é imperativo para alcançar resultados sustentáveis e significativos para os beneficiários que servem.

Em todos os 20 municípios que constituíram a amostra desta avaliação, as TSM revelaram-se uma ferramenta essencial na abordagem da pobreza e da desigualdade. Mas para serem eficazes, devem ser adaptáveis e flexíveis. Por exemplo, durante períodos de choques naturais ou económicos, o Programa pode precisar ajustar os critérios de elegibilidade ou o montante do benefício transferido para satisfazer necessidades acrescidas dos beneficiários. A flexibilidade na concepção e implementação do Programa também é importante para a sustentabilidade a longo prazo. Ao ser flexível, pode responder melhor à evolução das necessidades da população, o que o torna mais reactivo e, em última análise, mais eficaz na resolução dos défices de despesas de consumo. Além disso, a flexibilidade também pode permitir a inovação e a experimentação, o que pode levar à identificação das melhores práticas e melhorar o impacto global do Programa.

O KWENDA teve, desde o início, a necessidade de se adaptar a realidades locais muito diferenciadas, não só de um ponto de vista da acessibilidade, logística e modelos operacionais, como de adequação a aspectos culturais do modo de vida das comunidades de algumas regiões que necessitaram de ser abordados e discutidos, carecem de flexibilidade da parte do Programa, de modo a garantir um amplo espectro de inclusão. Tal é o caso do modo de vida itinerante, mais ou menos acentuado, dos povos tchokwe ou das minorias étnicas no Sul e Sudeste de Angola. O desafio colocado por estes modos de vida exige flexibilidade na abordagem e formas inovadoras de responder às necessidades destes grupos.

Além disso, a dinâmica política pode ter um impacto significativo na concepção e implementação de programas sociais de transferências monetárias. A flexibilidade na concepção do Programa é essencial para navegar em cenários políticos complexos e em constante mudança. Equilibrar as exigências de vários intervenientes, mantendo-se fiel aos objectivos centrais do Programa, exige um elevado grau de adaptabilidade.

Em resumo, para além dos factores orçamentais e de compromisso político, a eficácia e a sustentabilidade da protecção social dependem de um apoio institucional robusto dos CASI e dos ADECOS, do envolvimento contínuo da comunidade e de um financiamento estável. Ao reforçar estes elementos, Angola pode construir um sistema de protecção social resiliente e descentralizado que satisfaça as necessidades dos seus cidadãos mais vulneráveis e capacite as comunidades a impulsionar o seu próprio desenvolvimento.





## **12. PREPARANDO O FUTURO**

---

*Para garantir o sucesso a longo prazo de programas de protecção social como o KWENDA é essencial um forte compromisso do Governo, da sociedade civil e do sector privado. Ao promover um financiamento estável, um apoio institucional robusto e um envolvimento activo das comunidades beneficiárias, Angola pode construir um sistema de protecção sustentável que capacite as suas populações mais vulneráveis e que promova o crescimento local. Com a colaboração de todos os sectores, instituições como o CASI e os ADECOS podem continuar a ter um impacto duradouro muito para além da sua implementação inicial.*

---

Esta avaliação teve como objectivo explorar a forma como o Programa KWENDA influenciou o bem-estar de mais de um milhão de beneficiários. O estudo foi motivado pela necessidade de avaliar a eficácia do Programa como uma ferramenta de protecção social e a sua capacidade de melhorar a vida das populações mais vulneráveis. Enquanto o Capítulo 1 delinea os múltiplos objectivos da avaliação, o foco principal continua a ser a compreensão de como os beneficiários utilizaram as transferências monetárias fornecidas pelo KWENDA. Através de uma abordagem de métodos mistos, incorporando dados quantitativos e qualitativos, os resultados mostram que o Programa teve um impacto positivo, muitas vezes ultrapassando as expectativas iniciais. No entanto, a escala e o significado destes efeitos variaram entre os diferentes municípios e grupos de beneficiários. As preocupações relativas a potenciais consequências negativas – tais como distorções nos mercados locais ou na dinâmica social – foram consideradas estatisticamente insignificantes.

## **12.1. Apoio Financeiro indispensável a Modos de Vida mais Sustentados**

### **Para além das necessidades básicas: o uso multifacetado dos benefícios monetários do KWENDA**

A prestação monetária do KWENDA provou ser mais do que apenas uma solução de curto prazo para os agregados familiares vulneráveis. Embora muitos beneficiários tenham usado os fundos para comprar bens essenciais, como alimentos e artigos de higiene pessoal, o impacto



do benefício foi muito para além dessas necessidades imediatas. Um número significativo de beneficiários utilizou o dinheiro para adquirir bens produtivos, melhorar as suas condições de vida – eliminando dívidas, reabilitando e apetrechando as suas casas, repondo a escolaridade das crianças e tratando da sua saúde – e efectuar até investimentos em pequenos negócios.

Estas actividades micro-empresariais demonstram que o Programa KWENDA não só ajudou a satisfazer as necessidades básicas das populações pobres e vulneráveis, mas também contribuiu para a capacitação e estabilidade financeira a médio prazo. Para muitos, este apoio financeiro tornou-se num trampolim para meios de subsistência mais sustentáveis, promovendo a resiliência e a auto-suficiência das famílias.

Como Programa de protecção social, o KWENDA não deve ser visto apenas como um mecanismo para fornecer alívio financeiro a curto prazo. A sua missão mais ampla é salvar-guardar os meios de subsistência das famílias vulneráveis, assegurando a sua viabilidade e sustentabilidade tanto a curto, como a médio prazo. Ao fornecer os meios para investir no seu futuro, o KWENDA ajudou estas famílias a fazer a transição da mera sobrevivência para a estabilidade, fortalecendo a sua capacidade de resistir a desafios futuros. Esta abordagem holística da protecção social enfatiza a importância de capacitar os indivíduos e as comunidades, garantindo que não sejam apenas beneficiários de ajuda, mas participantes activos na garantia do seu próprio futuro.

### **Impacto do KWENDA na segurança alimentar**

O impacto mais significativo foi registado no acesso aos alimentos. Imediatamente após a recepção do benefício, e durante e para lá do período de tempo da transferência, a disponibilidade de alimentos aumentou. Isto significa que o Programa cumpriu com o seu objectivo de gerar alívio imediato da insegurança alimentar crónica. Foram registados aumentos tanto na quantidade, como na qualidade dos alimentos comprados, demonstrando um maior acesso aos alimentos em geral, e uma melhor capacidade de comprar os tipos de alimentos preferidos.

Os benefícios do Programa na segurança alimentar e nutricional dos agregados familiares em todos os municípios do estudo são profundos e multidimensionais. Ao fornecer recursos financeiros directamente aos mais necessitados, as TSM permitiram que as famílias aumentassem tanto a frequência, como a diversidade do consumo alimentar. Isto não só combateu a fome e evitou a subnutrição, como também promoveu a saúde e ofereceu uma base financeira para dinamizar as economias rurais. Como tal, a expansão e o aperfeiçoamento do Pro-

grama pode desempenhar um papel crucial na consecução de objectivos de desenvolvimento mais amplos, incluindo o aumento da produtividade e contribuir para o desenvolvimento humano em todos os municípios.

### **Para além da satisfação: diferenças de género nas percepções de satisfação e realização**

O Programa KWENDA tem tido um impacto significativo na vida dos seus beneficiários, ajudando-os a atingir os seus objectivos pessoais através de assistência financeira. Um dos indicadores de sucesso mais reveladores do Programa é a satisfação auto-relatada pelos beneficiários, que destaca o progresso substancial que muitos fizeram na satisfação das suas necessidades e projectos de vida. No entanto, disparidades subtis na intensidade da satisfação entre homens e mulheres indicam que a experiência de progresso não é totalmente uniforme. As mulheres têm menos probabilidades de se sentirem completamente realizadas. Isto sugere que, embora o Programa seja bem-sucedido em sentido lato, poderá ser necessário abordar melhor os desafios que afectam as mulheres em particular.

Reconhecer estas diferenças é importante para melhorar o Programa. A satisfação ligeiramente inferior das mulheres sugere que pode haver barreiras financeiras, sociais ou relacionadas com recursos que as afectam mais. Abordar estas barreiras de uma forma direccionada poderia ajudar mais mulheres a sentirem-se realizadas. É também de salientar que, embora tanto os homens como as mulheres sintam que estão a progredir, as mulheres têm mais probabilidades de referir que atingiram os seus objectivos específicos. É interessante notar que, embora as mulheres tenham mais probabilidades de afirmar que atingiram os seus objectivos, também referem uma menor satisfação geral. Este facto realça que a percepção de realização é complexa, na medida em que não se trata apenas de realizações externas, mas também da forma como se sentem em relação ao progresso e bem-estar. Colocar o foco nas barreiras pessoais e estruturais, a par de um apoio mais individualizado, pode ajudar a garantir que todos os beneficiários, independentemente do género, possam não só perseguir os seus objectivos, mas encontrar também uma maior satisfação ao longo do caminho.

### **Benefícios indirectos do KWENDA**

Um dos benefícios indirectos mais significativos das TSM é o reforço da coesão social nas comunidades. Ao fornecer recursos financeiros às famílias, as TSM ajudam a aliviar a pressão da pobreza sobre os laços comunitários. Em ambientes onde os recursos são escassos,

particularmente nos municípios do Sul do país, a assistência financeira pode reduzir a competição por oportunidades limitadas e promover um espírito comunitário mais harmonioso. Além disso, observou-se que as TSM melhoram o estatuto de grupos marginalizados, como as mulheres e os idosos, proporcionando-lhes fontes de rendimento independentes. Esta maior autonomia financeira levou a uma maior participação nas decisões comunitárias e a uma dinâmica social mais equitativa.

De um modo geral, os inquiridos referiram que tomaram decisões para utilizar o dinheiro que receberam de forma a beneficiar o bem-estar dos seus agregados familiares, tanto no imediato como a longo prazo. Utilizaram o dinheiro para uma variedade de bens e serviços. A esmagadora maioria dos inquiridos afirmou ter utilizado o dinheiro na aquisição de bens domésticos e produtivos e comprar alimentos para as suas famílias. Isto aplica-se aos que receberam todas as prestações trimestralmente ou numa base semestral.

### **Da assistência à autonomia: como aumentar o impacto dos benefícios monetários do KWENDA?**

Para maximizar o impacto do Programa devem ser introduzidas várias melhorias fundamentais. A promoção do auto-emprego, a garantia de pagamentos regulares em dinheiro, a integração da formação profissional, o aumento da literacia financeira e o fomento de micro-empresas orientadas para o mercado fornecerão aos beneficiários as ferramentas e os recursos de que necessitam para alcançar meios de subsistência mais sustentáveis a longo prazo. Ao adoptar estas estratégias, o Programa pode apoiar melhor as famílias no seu caminho para a independência económica e o crescimento, contribuindo, em última análise, para um desenvolvimento comunitário mais amplo.

### **Garantir a estabilidade financeira e a confiança através de transferências regulares aos beneficiários**

A eficácia de qualquer programa de transferências monetárias, incluindo o KWENDA, depende muito da regularidade e pontualidade dos pagamentos. Garantir transferências monetárias consistentes e previsíveis é essencial para que os beneficiários possam manter os seus negócios e planear o futuro. Um fluxo estável de rendimentos permite um melhor planeamento financeiro, reduzindo a probabilidade de vulnerabilidade e de acumulação de dívidas. Os pagamentos devem ser regulares e previsíveis de modo a fornecer uma base estável para o planeamento e segurança financeira. Encontrar um equilíbrio entre a frequência

dos pagamentos nas condições operacionais do Programa e os objectivos de protecção social de alívio da pobreza é uma tarefa que pode ser desafiadora devido à complexa interacção de factores logísticos e sociais, mas que importa significativamente para o resultado final. Contudo, a consistência é fundamental para estabelecer a confiança no sistema e permitir que os beneficiários confiem neste apoio.

Proporcionar um rendimento previsível permite aos beneficiários garantir o consumo regular dos seus agregados familiares, cobrindo necessidades essenciais como a alimentação, a habitação e os cuidados de saúde, e planear os seus investimentos de forma consistente e sustentada para melhorar a longo prazo o seu bem-estar social e económico.

### **Podem ser necessários ajustes no valor do benefício**

Podem ser necessários ajustamentos das prestações para garantir que o apoio continue a ser significativo e eficaz. Os ajustamentos do valor da prestação podem ser necessários em caso de crise prolongada, de novos choques ou de perda acelerada do poder de compra da população, que poderiam tornar inadequada a ajuda prevista. O objectivo destes ajustamentos é manter a adequação da prestação, preservando a sua capacidade de prover as necessidades essenciais dos beneficiários. Tendo em conta os actuais níveis de inflação e de instabilidade económica, que ameaçam desvalorizar rapidamente as prestações fixas, um sistema de acompanhamento dos preços e dos mercados pode permitir determinar a erosão do poder de compra nas economias familiares. Esta abordagem proactiva permitiria respostas atempadas, evitando a erosão dos apoios de que os beneficiários do KWENDA requerem.

### **Prestações adicionais para famílias com taxas de dependência elevada ou doenças e deficiências graves**

As famílias com elevados rácios de dependência, doenças graves ou deficiências enfrentam desafios únicos que agravam a sua vulnerabilidade. Estes agregados familiares, frequentemente chefiados por mulheres, lutam para equilibrar as necessidades básicas como a alimentação, a educação e os cuidados de saúde com investimentos em actividades geradoras de rendimentos. Do mesmo modo, as pessoas com deficiências, doenças crónicas ou idade avançada necessitam de apoio adicional. É essencial calcular os custos associados para atribuir benefícios adequados a estes beneficiários.

Os agregados familiares com elevados rácios de dependência, em que existem muitos dependentes por cada titular de rendimentos, enfrentam uma enorme pressão. As mulheres, que frequentemente chefiam esses agregados familiares, suportam o ónus de assegurar o bem-estar de todos. Satisfazer as necessidades alimentares diárias, cobrir as despesas de educação e de saúde e investir num negócio para garantir um rendimento estável torna-se um desafio. Do mesmo modo, as pessoas com deficiência ou doenças crónicas têm de ultrapassar barreiras adicionais para alcançar a estabilidade financeira.

### **O elevado peso das despesas adicionais**

Os custos para estas famílias vão para além das necessidades básicas. As despesas de planeamento familiar, os medicamentos e as terapias dispendiosas e a obtenção de bilhetes de identidade essenciais aumentam a pressão financeira. Para as famílias com filhos, os custos relacionados com a educação, como uniformes, material escolar e propinas, esgotam ainda mais os recursos. Estas despesas, embora cruciais, podem desviar fundos que pudessem ser colocados por exemplo em pequenos investimentos geradores de rendimentos, ajudando as famílias a sair do ciclo de pobreza.

O cálculo dos custos associados às suas despesas pode ajudar a atribuir benefícios adicionais de forma eficaz. Ao prestarmos um apoio específico, podemos ajudar a estabilizar estas famílias e permitir-lhes investir num futuro seguro. É objectivo do Programa contribuir que todos os indivíduos, independentemente das suas circunstâncias, tenham a oportunidade de prosperar.

### **Promover o auto-emprego para meios de subsistência sustentáveis**

Para aumentar a eficácia da prestação monetária é essencial complementar as transferências com iniciativas que promovam o auto-emprego como aquelas que acontecem no âmbito da Inclusão Produtiva. Estas acções devem ser feitas em complementaridade com outros Programas públicos ou privados. Ao encorajar e apoiar os beneficiários a investir autonomamente em actividades relevantes, que lhes garantam um rendimento complementar, mais regular e menos exposto a riscos, pode ajudar a uma mudança mais rápida da condição de vulnerabilidade de muitos agregados. Essa recuperação exige, por isso, medidas de monitoria e avaliação da condição das famílias, para determinar a evolução da sua condição.



## **Articular o Programa KWENDA com Programas de formação profissional para a criação de emprego**

Os programas de formação profissional são uma ferramenta poderosa para promover a resiliência económica a longo prazo. A implementação de tais programas do género nos municípios, pode dotar adultos e jovens de ambos os sexos de competências essenciais para assegurar empregos ou prestar serviços de elevada qualidade às suas comunidades. Além disso, o estabelecimento de estágios e de oportunidades de colocação profissional como parte da formação profissional assegura que as competências aprendidas possam ser postas em prática. Esta ligação entre educação e emprego é fundamental para desenvolver uma mão-de-obra qualificada que possa contribuir para as economias locais e criar um impacto social duradouro.

Ao ligar a formação profissional às indústrias locais, o Programa pode criar uma via directa entre a educação e o emprego, reforçando ainda mais o crescimento económico.

## **Melhorar a educação financeira para o fomento do empreendedorismo**

A equipa do Programa em conjunto com os técnicos dos Bancos, realizou um conjunto de acções de literacia financeira para os beneficiários.

A literacia financeira é uma componente fundamental do empreendedorismo sustentável. Para os beneficiários do KWENDA envolvidos em micro-empresendimentos, é essencial uma educação financeira adaptada. Um método eficaz é a abordagem das “Escolas de Campo”, que já foi testada com sucesso em Angola. Este modelo combina conhecimentos teóricos sobre negócios com orientação prática no desenvolvimento de planos de pequenos negócios.

Ensinar as famílias a gerir registos financeiros, avaliar a rentabilidade e compreender os princípios básicos do negócio pode fazer uma diferença significativa no sucesso dos seus empreendimentos. Estas competências são indispensáveis para a viabilidade a longo prazo dos micro-empresendimentos, especialmente em ambientes de baixa literacia, onde os métodos de ensino mais tradicionais podem não ser tão eficazes.

## **Rumo a uma maior inclusão financeira e acesso digital**

O Programa deu passos significativos na inclusão financeira dos seus beneficiários, muitos dos quais estão a interagir com instituições e serviços financeiros pela primeira vez na vida. No entanto, para que o processo seja mais alargado e completo, é importante uma

maior expansão do Sistema bancário com os vários serviços a nível local que permitam uma vasta gama de serviços financeiros, os beneficiários.

A ligação dos beneficiários ao sistema bancário formal é um passo crucial para alcançar estes objectivos. A transformação digital dos sistemas de pagamento, que é fundamental para melhorar a acessibilidade e a eficiência, é um elemento central deste esforço. No entanto, no contexto de Angola, um dos principais desafios continua a ser a cobertura limitada da rede bancária. Isto limita a eficácia das transferências monetárias e dificulta os esforços para promover a inclusão produtiva, que são essenciais para uma inclusão financeira mais alargada.

Uma solução potencial é iniciar discussões com os bancos para descentralizar a emissão de cartões bancários, pelo menos ao nível provincial. Ao fazê-lo, o Programa poderia reduzir significativamente o tempo que os beneficiários passam à espera da substituição dos cartões, aumentando assim o acesso aos fundos e reduzindo os encargos logísticos e financeiros dos indivíduos que não podem levantar o seu dinheiro prontamente.

Além disso, é indispensável alargar a presença e as capacidades dos correspondentes bancários nas comunidades locais. Ao permitir que estes correspondentes ofereçam serviços financeiros mais abrangentes – tais como levantamentos de dinheiro, depósitos e até avaliações de crédito – a nível local, o Programa pode aumentar ainda mais a inclusão. Isto reduziria a necessidade de os beneficiários percorrerem longas distâncias para acederem a serviços financeiros, reduzindo os custos de acesso ao benefício e aumentando a participação no sistema financeiro formal.

## **12.2. Protecção Social mais Actuante e Próxima dos Beneficiários**

### **CASI e ADECOS como pedras angulares da acção social**

No espírito da integração institucional e comunitária, o Programa promoveu um funcionamento mais coeso das instituições e serviços locais, concentrando-se na Municipalização da Acção Social. Esta municipalização garante que a acção social esteja enraizada no contexto local e alinhada com a realidade das comunidades. A criação de Centros de Acção Social Integrados (CASI) e a implantação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS) aproximaram os serviços sociais essenciais das pessoas que mais precisam deles, garantindo maior acessibilidade, especialmente em comunidades remotas e carentes que historicamente enfrentaram barreiras no acesso ao apoio social.

Os CASI funcionam como centros de atendimento único, fornecendo uma vasta gama de serviços essenciais que respondem tanto a necessidades imediatas (como a obtenção de documentação de identidade e o acesso a cuidados de saúde) como a questões sociais mais vastas (como a prevenção da violência doméstica e a capacitação das mulheres). Os centros expandiram o alcance de programas como o KWENDA, que tem fornecido com sucesso protecção social abrangente a agregados familiares nas 18 províncias, tocando a vida de milhares de angolanos.

Da mesma forma, os ADECOS servem de ponte vital entre o CASI e as comunidades que servem, permitindo um alcance efectivo e garantindo que o apoio chega até aos grupos mais marginalizados, sendo exemplo disso os grupos minoritários na Huíla e Cunene. Esses agentes dedicados, escolhidos e inseridos nas comunidades que atendem, desempenham um papel fundamental na construção da confiança, na identificação das necessidades e na conexão de indivíduos e famílias com os serviços de que precisam para prosperar.

### **Melhorar as infra-estruturas e a autonomia orçamental dos CASI**

Para assegurar a eficácia a longo prazo dos CASI, além de melhorar as suas infra-estruturas, é crucial dar-lhes autonomia orçamental. Os CASI devem ser formalmente designados como unidades orçamentais, permitindo-lhes gerir fundos directamente, planejar serviços de forma independente e reduzir a dependência das Administrações Municipais para recursos operacionais. Isto também permitirá que os CASI desenvolvam uma melhor infra-estrutura de gestão de dados, passando da manutenção de registos manuais para sistemas digitais que melhorem a exactidão e a oportunidade da comunicação de dados. Além disso, a autonomia orçamental permitirá aos CASI afectar recursos de forma mais eficaz, responder a necessidades emergentes e investir no desenvolvimento do pessoal.

### **Reforçar a rede de agentes baseados nas comunidades**

O KWENDA revitalizou uma extensa rede de agentes comunitários, que são eleitos pelas próprias comunidades. Esta abordagem assegura que as acções são direccionadas e alinhadas com as prioridades locais. O processo de eleição dos ADECOS a partir das comunidades fomentou a confiança e a responsabilização, levando a uma maior adesão da comunidade e a um maior sentido de responsabilidade partilhada pela protecção social. Ao colocar o poder de decisão nas mãos daqueles que estão mais próximos dos problemas, o modelo promove um sentido de propriedade e de agência no seio da comunidade, garantindo que as soluções não só são relevantes, como também estão profundamente ligadas às aspirações dos membros da comunidade, aumentando o impacto global do Programa

O envolvimento e a apropriação da comunidade têm sido fundamentais para o sucesso do KWENDA e das iniciativas de acção social mais amplas. Este sentido de apropriação, juntamente com a integração de vários serviços sociais dos CASI, reforçou a sustentabilidade dos esforços de protecção social, alinhando-os com as prioridades e necessidades da comunidade. Ao capacitar as comunidades para assumirem um papel activo na concepção e prestação de serviços sociais, o KWENDA apresenta um modelo que não só é mais eficaz, como também está melhor equipado para se adaptar à evolução dos desafios a longo prazo.

### **Aumentar o apoio e a formação contínua dos ADECOS**

Os ADECOS necessitam de formação e apoio contínuos para desempenharem as suas funções de forma eficaz. Dada a natureza dinâmica das questões sociais, os ADECOS devem receber regularmente formação de actualização, abrangendo áreas-chave como a recolha de dados, a protecção social, a sensibilização para os cuidados de saúde e a resolução de conflitos. Além disso, devem ser envidados esforços para resolver a questão da disparidade de género entre os ADECOS, uma vez que as mulheres podem desempenhar um papel fundamental na resolução de questões como a violência baseada no género e no apoio às mulheres vulneráveis. Um plano de carreira estruturado para os ADECOS, com incentivos à formação contínua e ao desempenho, poderia ajudar a atrair e reter pessoal dedicado. Além disso, dotar os ADECOS dos recursos necessários, como transporte e ferramentas de comunicação, permitir-lhes-á chegar a comunidades remotas e responder às necessidades em tempo útil.

### **Institucionalizar os ADECOS no âmbito do Quadro Nacional de Protecção Social**

A formalização do papel dos ADECOS no sistema de protecção social de Angola aumentaria o seu impacto e estabilidade operacional. A futura política nacional sobre os ADECOS deve definir claramente as suas responsabilidades, estabelecer padrões consistentes de formação e supervisão e clarificar a sua relação com as Administrações Municipais. Uma estrutura institucional clara, associada à monitorização do desempenho e a ciclos regulares de feedback, garantirá que os ADECOS permaneçam responsáveis e eficazes enquanto agentes comunitários de primeira linha. Além disso, o reconhecimento dos ADECOS como agentes oficiais do Estado fortalecerá a sua autoridade e capacidade de mobilizar recursos a nível comunitário.



### **Desenvolver um sistema centralizado de gestão de dados**

Uma plataforma digital unificada para a gestão de dados nas operações dos CASI e dos ADECOS permitiria uma recolha, análise e partilha de dados e conhecimentos mais eficiente. Tal sistema reduziria a dependência de registos manuais e melhoraria a precisão dos dados, apoiando a tomada de decisões com base em provas e respostas atempadas às necessidades da comunidade. As Administrações Municipais devem colaborar com os CASI para implementar esta plataforma, assegurando que todos os intervenientes possam aceder a informação actualizada para um planeamento e atribuição de recursos eficazes. É importante que o sistema seja concebido com interfaces de fácil utilização e que forneça formação ao pessoal para garantir uma adopção sem problemas.

### **Criar capacidade institucional para um impacto a longo prazo**

Embora o estabelecimento e a formação inicial do pessoal dos CASI e dos ADECOS representem passos positivos para o fortalecimento do sistema de protecção social, o impacto do Programa é limitado por vários desafios relacionados com a capacidade de operacionalização. O financiamento insuficiente e as infra-estruturas inadequadas impedem a capacidade dos CASI de prestar serviços de forma eficaz, enquanto a dependência de processos manuais de recolha de dados compromete a eficiência e a precisão.



Além disso, a falta de financiamento estável e de pessoal para os CASI, juntamente com a diversidade limitada de género entre os ADECOS, restringe a eficácia e a sustentabilidade destas iniciativas. Para concretizar todo o potencial da descentralização da acção social, é essencial investir na construção de uma capacidade institucional robusta, incluindo através de formação contínua, adopção de tecnologia e práticas equitativas de recrutamento de pessoal.

O financiamento estável e sustentado é crucial para manter as operações dos CASI e apoiar o funcionamento da rede de ADECOS. Deve ser estabelecido um financiamento público, dedicado e estável para esses serviços de acção social, potencialmente através de parcerias com organizações não-governamentais, partes interessadas do sector privado e doadores internacionais. Além disso, a criação de incentivos para que os Governos locais co-financiem as operações dos CASI poderia encorajar as Administrações Municipais a assumirem um papel mais activo na manutenção destas instalações. Uma base de financiamento diversificada reduzirá a dependência de uma única fonte de fundos e garantirá a viabilidade a longo prazo dos CASI e dos ADECOS.

### **Expandir os serviços dos CASI e dos ADECOS com base nas necessidades da comunidade**

Os CASI e os ADECOS devem continuar a expandir os seus serviços, dando prioridade às áreas de maior procura, como a documentação de identidade, o apoio à educação e o acesso aos cuidados de saúde. Uma análise contínua das solicitações da comunidade pode ajudar a adaptar os serviços para atender às necessidades em evolução. Por exemplo, o aumento da disponibilidade de serviços móveis para documentação e cuidados de saúde em áreas remotas pode resolver barreiras relacionadas com a distância e a acessibilidade. A expansão destes serviços irá reforçar o papel do CASI como um centro de apoio social abrangente. Além disso, a parceria com organizações especializadas pode permitir que o CASI ofereça uma gama mais ampla de serviços, como apoio psicológico e assistência jurídica, para tratar de questões sociais complexas.

### **Fortalecer os programas de engajamento e conscientização da comunidade**

Para que os CASI e os ADECOS sejam totalmente efectivos é essencial que os beneficiários estejam bem informados sobre os serviços disponíveis e como aceder a esses serviços. Os ADECOS podem liderar campanhas de sensibilização da comunidade para informar

os residentes sobre as funções do CASI, a disponibilidade de serviços de protecção social e os benefícios de programas como o KWENDA. Esforços de comunicação melhorados, tais como reuniões comunitárias, workshops educativos e parcerias com líderes locais, podem ajudar a colmatar as lacunas de conhecimento e promover um envolvimento mais profundo com os programas. Além disso, o aproveitamento dos meios de comunicação locais e dos eventos comunitários pode aumentar o alcance das campanhas de sensibilização e promover uma cultura de protecção social.

### **12.3. Engajamento Institucional Local como promotor de Desenvolvimento Local**

#### **Manter e reforçar o processo de abordagem e envolvimento das instituições locais e comunidades**

O KWENDA provou ser o primeiro Programa de protecção social implementado com o envolvimento efectivo dos seus próprios beneficiários e de uma vasta gama de instituições e serviços a nível local. Esta abordagem inovadora reconheceu que aqueles que beneficiam dos programas sociais estão melhor posicionados para compreender as suas próprias necessidades e devem estar activamente envolvidos na definição das soluções. Ao fomentar a colaboração e quebrar os silos institucionais, o Programa aumenta a eficiência e a capacidade de resposta dos serviços sociais a nível local.

Ao reunir um conjunto diversificado de intervenientes locais, o Programa criou um quadro de colaboração que promove um profundo sentido de apropriação e responsabilidade mútua. Este processo deve ser mantido e aprofundado, pois representa um modelo diferenciado de gestão da proximidade entre as instituições e as comunidades e de integração dos serviços que podem ser prestados localmente.

#### **Manter e expandir o modelo de gestão local integrada**

O modelo de gestão adoptado pelo KWENDA facilita a integração dos serviços locais para dar resposta às necessidades imediatas para além das transferências de dinheiro, tais como o registo civil, as vacinas e outros serviços relevantes. Ao coordenar uma vasta gama de serviços, o Programa adopta uma abordagem holística, reconhecendo que o apoio financeiro é apenas uma componente do esforço mais vasto para melhorar o bem-estar dos beneficiários. Esta integração garante que as comunidades recebem o apoio diversificado e necessário para resolver os seus problemas.

O modelo demonstrou que, trabalhando em estreita parceria com as comunidades e instituições locais, os programas sociais podem tornar-se mais reactivos, eficazes e sustentáveis. O modelo também apoia a concepção e a definição de prioridades de acções futuras mais adequadas às necessidades específicas identificadas através desta estreita interacção. Com os beneficiários e as instituições locais a participar no Programa, o KWENDA foi capaz de se adaptar e evoluir em resposta aos desafios emergentes, mantendo assim a sua relevância e impacto ao longo do tempo. Esta adaptabilidade é essencial para a construção de um sistema de protecção social sustentável e eficaz.

Documentar e divulgar um modelo diferenciado de gestão pode ter, no contexto institucional de Angola, um efeito multiplicador e positivo para o nível local de acção. Participar e rever-se num modelo de gestão local que resolve problemas dá sentido à actuação das instituições locais, despoleta a iniciativa local em busca de soluções inovadoras e, nesse sentido, promove desenvolvimento local.

### **Manter as instituições locais, os ADECOS e as comunidades regularmente informadas sobre os ‘timings’ dos processos do Programa**

Para garantir o sucesso da implementação do Programa, é crucial que mantenhamos as instituições locais, a ADECOS e as comunidades regularmente informadas sobre os prazos do processo de transferências monetárias e as acções relacionadas com outras componentes. A transparência é fundamental para criar confiança e cooperação.

Manter um diálogo aberto com as comunidades sobre os objectivos do Programa, os seus critérios de inclusão e exclusão, os calendários de pagamentos e outras acções que o Programa possa levar a cabo é vital. Ao fazê-lo, pode manter-se a rede de ADECOS activa e as comunidades confiantes e mobilizadas, o que só pode trazer mais benefícios a longo prazo.

Uma comunicação clara e consistente ajuda a gerir as expectativas, a evitar a desinformação e a responder a quaisquer preocupações ou questões que possam surgir. Demonstra também o nosso compromisso para com as comunidades que servimos e a nossa dedicação à transparência e responsabilidade.

A mesma informação também permite que as instituições locais trabalhem com alguma previsibilidade na procura de soluções adequadas para as necessidades que encontram. Quando conhecem os prazos e os processos do Programa, podem planear melhor os seus

próprios esforços e recursos, assegurando uma resposta mais coordenada e eficaz. Ao dar prioridade a actualizações regulares e a uma comunicação aberta, podem estabelecer relações mais fortes com as instituições locais, os ADECOS e as comunidades, o que, em última análise, conduzirá a um Programa mais bem-sucedido e sustentável.

### **Providenciar informação visual sobre os passos e procedimentos do Programa delimita a circulação de percepções e informações incorrectas**

A disponibilização de informação visual e em línguas nacionais sobre as etapas e os procedimentos das transferências de dinheiro limita a circulação de percepções e informações incorrectas, fornecendo aos beneficiários um guia claro e de fácil compreensão do processo. Esta abordagem proactiva ajuda a resolver equívocos e rumores comuns que se podem espalhar rapidamente nas comunidades.

Reforçar a informação às comunidades sobre as etapas e os procedimentos das transferências de dinheiro, os seus objectivos, os critérios de elegibilidade, os procedimentos de registo, a importância da validação, a existência do mecanismo de reclamações, a forma como é efectuada, as implicações da mudança de residência e a necessidade de comunicar isto antecipadamente são exemplos de aspectos da comunicação com as comunidades que podem ajudar a dissipar algumas das dúvidas e insatisfação que o processo sempre implica. Ao ser transparente em todas as etapas do processo, desde o registo inicial até à verificação contínua da elegibilidade, pode criar confiança junto dos beneficiários e reduzir a ansiedade em relação a potenciais interrupções das suas prestações. Explicar claramente o raciocínio subjacente aos objectivos do Programa e aos critérios de elegibilidade também pode aumentar a aceitação e a cooperação.

A utilização de métodos de comunicação visual simples e directos distribuídos nas comunidades pode contribuir muito para clarificar os critérios e procedimentos do Programa, dando credibilidade e transparência aos processos. Os recursos visuais são particularmente eficazes para transmitir informações complexas num formato facilmente digerível. Folhetos com infografias simples e apelativas ou banda desenhada com o logótipo do Programa podem ser utilizados para captar a atenção e envolver os destinatários de uma forma que blocos de texto densos não conseguem. A utilização consistente do logótipo do Programa ajuda a estabelecer uma marca reconhecível e reforça a natureza oficial das comunicações. Ao distribuir estes materiais em centros comunitários e noutros locais onde os destinatários tendem a reunir-se, pode garantir que a informação chega ao público mais vasto possível.

## **Melhorar a eficiência operacional através do desenvolvimento de infra-estruturas**

Um factor-chave que influencia a eficiência operacional do Programa reside na acessibilidade das infra-estruturas, especificamente o acesso rodoviário e a qualidade da rede de comunicações. Estes elementos funcionam como linhas de vida críticas que apoiam a capacidade do programa para prestar serviços de forma eficaz. Quando o acesso às estradas é limitado ou a rede de comunicações não é fiável, a capacidade do Programa para manter operações consistentes - especialmente em áreas remotas ou mal servidas - é gravemente prejudicada.

Para esbater estes desafios, é necessária uma intervenção governamental decisiva nas áreas de difícil acesso. Os investimentos na melhoria das infra-estruturas rodoviárias, como a construção de novas estradas e pontes ou o melhoramento das existentes, permitirão um transporte mais fluido dos recursos e do pessoal. Isto, por sua vez, reduzirá os atrasos na entrega de bens e serviços, incluindo a ajuda financeira, os fornecimentos e outras formas de apoio que o Programa presta aos beneficiários.

Havendo melhorias nestas infra-estruturas, é provável que o Programa veja benefícios significativos na regularidade e frequência dos pagamentos. Com um acesso rodoviário e canais de comunicação mais fiáveis, os ciclos de pagamento podem ser cumpridos de forma mais consistente, reduzindo os atrasos e garantindo que os beneficiários recebam a assistência de que necessitam em tempo oportuno.

Em última análise, estas melhorias não só simplificam as operações quotidianas do Programa, como também melhoram a sua eficácia global. Um sistema de pagamento mais eficiente, apoiado por melhores infra-estruturas, contribuirá para a sustentabilidade do Programa a longo prazo e aumentará o seu impacto positivo na população-alvo. Desta forma, o reforço da eficiência operacional através do desenvolvimento de infra-estruturas liderado pelo Governo poderá ser uma das estratégias mais eficazes para melhorar os resultados globais do Programa.

## **12.4. Programa de Protecção Social mais sensível a Choques**

À luz da crescente frequência e intensidade dos choques económicos e climáticos, o KWENDA deve evoluir para permanecer relevante e eficaz. O seu modelo actual, embora bem-intencionado e com taxas de benefício quase universal, não está equipado para abordar as vulnerabilidades dinâmicas que as famílias pobres enfrentam durante as crises. Ao incorporar sistemas de aviso prévio, melhorar a identificação e selecção de beneficiários, ajustar as



modalidades de pagamento e realizar estudos sócio-económicos mais profundos, o KWENDA pode transformar-se num Programa de protecção social que responde às realidades dos choques económicos e ambientais. Esta reforma irá garantir que o Programa não só alivie a pobreza, mas também aumente a resiliência entre as populações mais vulneráveis.

### **Do estático ao dinâmico: melhorando a capacidade de resposta do KWENDA aos choques económicos e climáticos**

Um Programa de protecção social sensível aos choques responderá de forma dinâmica às flutuações dos níveis de vulnerabilidade das populações empobrecidas, exacerbadas pelas recessões económicas e pela volatilidade climática que perturbam os seus fluxos de rendimento estáveis. Dada a inevitabilidade das crises económicas e a ameaça crescente das alterações climáticas aos meios de subsistência das comunidades pobres, o KWENDA deve explorar estratégias de prevenção e resposta a choques. Isso exige ajustamentos na concepção e implementação do Programa, fazendo recurso a elementos como (i) Sistemas de alerta disponíveis e locais; (ii) Seleção adaptativa, registo e gestão logística; (iii) Modalidades e calendários de pagamento flexíveis; (iv) Estratégias de comunicação robustas; (v) Gestão de categorias especiais de vulnerabilidade e (vi) Mecanismos para reclamações.

O desenvolvimento de calendários sazonais locais que mapeiem períodos de escassez de rendimento e picos de despesa pode ser uma ferramenta valiosa para compreender as vulnerabilidades dos agregados familiares. Por exemplo, a identificação da época de escassez agrícola ou de períodos de volatilidade dos preços dos alimentos permite ao Programa calendarizar as transferências de dinheiro de forma mais eficaz. Esta abordagem também ajudará o KWENDA a apoiar os agregados familiares durante os períodos em que seja mais provável a ocorrência de falhas de rendimento.

É necessário um estudo sócio-económico mais aprofundado, com uma estratificação precisa das famílias empobrecidas. A investigação das fontes primárias de rendimento e dos mecanismos de resposta utilizados durante as crises permitirão uma compreensão mais pormenorizada das estratégias de vulnerabilidade e de resistência dos diferentes subgrupos.

Este quadro de protecção social, orientado para os dados e sensível aos choques, servirá de pedra angular para o desenvolvimento de políticas que não se limitam a prestar assistência universal, mas que incorporam proactivamente medidas preventivas e acções reactivas face às crises.

## 12.5. Empoderamento das Mulheres e Paridade de Género

### **Reforçar as intervenções locais para o empoderamento das mulheres: melhorar o acesso das mulheres aos recursos e à formação; capacitar através da alfabetização, da literacia financeira e da inclusão económica**

O Programa KWENDA tem feito progressos dignos de nota na focalização das mulheres como beneficiárias e na melhoria do bem-estar dos agregados familiares, particularmente através de transferências monetárias que ajudam a aliviar a pobreza. Ao fornecer estes recursos financeiros directos, o KWENDA tem sido capaz de ter um impacto tangível na estabilidade económica dos agregados familiares que serve. No entanto, para atingir plenamente os seus objectivos de igualdade de género e de empoderamento das mulheres, o Programa deve abordar as barreiras culturais e garantir que tanto os homens como as mulheres estejam envolvidos na gestão financeira dos agregados familiares. Este é um passo fundamental, uma vez que as tradições e normas sociais de longa data impedem frequentemente a capacidade das mulheres de participarem plenamente na tomada de decisões financeiras, incluindo nas decisões sobre o uso do benefício monetário do KWENDA.

Para fazer progressos significativos, o Programa deve aumentar o envolvimento das mulheres nas grandes decisões financeiras e aperfeiçoar as suas estratégias centradas no género. Isto pode envolver programas de educação e formação tanto para homens como para mulheres, bem como iniciativas de sensibilização e alcance da comunidade.

### **Reconhecer a importância da paridade de género na selecção de beneficiários**

A proporção de mulheres cadastradas como beneficiárias directas representa um dos principais marcos do KWENDA. Apesar de ter iniciado sem fortes considerações de género, o Programa adoptou, ao longo do seu curso, uma abordagem de maior foco nas mulheres, reconhecendo assim o seu papel crucial na gestão dos recursos e na tomada de decisões que afectam o bem-estar dos seus agregados familiares. Ao centrar-se nelas, o Programa terá melhorado as condições de vida de mais de 63 por cento das famílias beneficiadas. Esta abordagem sensível ao género tem sido um factor chave no impacto do KWENDA, demonstrando a importância de considerar e abordar as disparidades de género na concepção e implementação de programas de protecção social.

## **Empoderamento das mulheres**

Apesar de as mulheres se terem tornado as principais beneficiárias na maior parte dos municípios, há sentimento de resultados divergentes relativamente ao significado deste empoderamento no seio de agregados familiares liderados por homens. Embora o controlo das mulheres sobre os recursos financeiros tenha aumentado, particularmente nas despesas quotidianas com alimentação e educação, a sua influência nas decisões financeiras mais importantes - como os investimentos na produção e na poupança - continua a ser limitada. Os homens continuam a dominar a tomada de decisões em áreas de maior importância financeira, o que limita a autonomia económica das mulheres e o seu empoderamento a longo prazo. O envolvimento das mulheres na tomada de decisões domésticas continua largamente limitado a áreas financeiramente menos significativas, como a alimentação e as pequenas despesas domésticas.

## **Impacto económico**

A provisão de transferências monetárias do KWENDA melhorou a segurança alimentar e aumentou o bem-estar material das famílias beneficiárias. A independência financeira das mulheres aumentou, uma vez que são frequentemente as gestoras destes fundos e, em alguns casos, puderam acumular poupanças ou investir em actividades económicas de pequena escala. Esta agência financeira recém-descoberta tem o potencial de alterar a dinâmica de poder no seio do agregado familiar e da comunidade, promovendo a igualdade de género. No entanto, o impacto a longo prazo no empoderamento continua a ser limitado sem um maior apoio estrutural. Embora as transferências de dinheiro ofereçam benefícios imediatos, uma mudança duradoura exigirá que se abordem as questões subjacentes que contribuem para a pobreza e a desigualdade. Isto pode incluir iniciativas como programas de educação e formação profissional, protecções legais para os direitos das mulheres e um desenvolvimento económico mais amplo na região.

## **Impacto na violência baseada no género**

Tomando como base os registos do Sistema SPREC do Programa KWENDA, não foram registados caso relevantes desde violência baseada no género durante o período de implementação do Programa. Considerando a introdução de transferências de dinheiro em agregados familiares tradicionalmente conservadores, pode haver aqui um potencial para perturbar normas de género e dinâmicas de poder há muito estabelecidas. Estas mudanças,

em que o controlo financeiro é cada vez mais colocado nas mãos das mulheres, conduziram ocasionalmente a tensões acrescidas e a pequenos conflitos no seio do agregado familiar. Isto merece particular atenção em situações em que os homens, habituados a exercer autoridade, consideram que os seus papéis tradicionais e estruturas de poder são desafiados ou minados por este novo poder económico das mulheres. Dada a sensibilidade do assunto, sugere-se que o Programa se proponha a realizar estudos mais aprofundados sobre o tema, com intuito de assegurar a existência de mecanismos de apoio para enfrentar estes desafios, continuando a promover o bem-estar geral e a acção das mulheres.

### **Caminhos para o empoderamento: intervenções locais para promover o empoderamento das mulheres**

Manter a entrega de benefício às mulheres parece ser ideal para aliviar as questões de vulnerabilidade dos agregados. Mas o Programa deve ir para lá disso e, simultaneamente, prever um quadro de intervenção de género, com indicadores relevantes que permitam aferir em futuras avaliações os efeitos sobre o empoderamento das mulheres. O desenho das intervenções deve ser acautelado para não obter resultados indesejáveis, mas são indispensáveis e devem ser desancadeadas as seguintes acções:

- ▶ A nível familiar e comunitário, com palestras sobre direitos das mulheres, igualdade de género, planeamento familiar fazendo recurso à rede de agentes comunitários existentes;
- ▶ A nível comunitário, criando grupos de mulheres para fins de acção colectiva sobre interesses comuns;
- ▶ A nível de projectos comunitários ou de inclusão produtiva, promover a discriminação positiva que permita acesso a meios de produção e a capacitação técnica das mulheres;
- ▶ A nível comunal e municipal, promovendo fóruns comunais e municipais de mulheres, onde estas possam livremente expressar os seus problemas, necessidades e funcionar simultaneamente como fóruns de informação e capacitação sobre temas relevantes;
- ▶ Na rede de ADECOS, promover maior número de ADECOS do sexo feminino para que as questões das mulheres possam ser melhor trabalhadas e atendidas e também aumentar as denúncias de VBG no sistema de reclamações;
- ▶ A nível dos CASI criar um programa de reconhecimento das realizações das mulheres e promover a sua ampla divulgação;

- A nível do Programa, criar prémios de empreendedoras femininas e divulgar em rede nacional as suas histórias.

Estas conclusões e recomendações foram concebidas para garantir que o Programa KWENDA não só se dedique ao alívio da pobreza, mas também promova o empoderamento sustentável e a longo prazo das mulheres nas comunidades-alvo. Este duplo enfoque é fundamental, uma vez que o empoderamento das mulheres é um factor chave para a redução da pobreza e para a melhoria do bem-estar da comunidade. Através de intervenções direccionadas, o Programa pode abordar as barreiras e os desafios específicos que as mulheres destas comunidades enfrentam. Ao abordar estas causas profundas, o Programa pode ajudar as mulheres a adquirir as competências, os recursos e a confiança necessárias para melhorar o seu estatuto económico e a sua posição social.

Em última análise, o objectivo deve ser um futuro em que as mulheres não participem apenas na tomada de decisões, mas sejam parceiros iguais com o poder de moldar as suas próprias trajectórias financeiras. O KWENDA fez progressos, mas ainda há muito trabalho a fazer para alcançar esta visão de verdadeira inclusão e igualdade financeira.

## 12.6. Do Impacto à Sustentabilidade: Considerações para o Futuro do KWENDA

**O Programa KWENDA teve um impacto positivo que se estende para além do âmbito de uma iniciativa tradicional de protecção social.**

Ao aproveitar a oportunidade excepcional apresentada pelo Programa, podem-se catalisar acções integradas em vários sectores a nível municipal e comunal. Isso se alinha perfeitamente com o objectivo principal da organização implementadora, o FAS-IDL, de promover um desenvolvimento local mais sólido.

O sucesso do Programa na melhoria das condições de vida dos beneficiários e no fortalecimento das instituições provinciais, municipais e comunais pode ser significativamente ampliado através de uma maior integração dos sectores social e produtivo. O esforço concertado para mobilizar pessoas e recursos, juntamente com o apoio financeiro directo fornecido às populações vulneráveis, tem o potencial de estimular um desenvolvimento local ainda mais significativo.





Para aproveitar plenamente este potencial, é essencial que sectores como a agricultura, a pecuária e os serviços veterinários, as telecomunicações, a energia, o comércio e as infra-estruturas rodoviárias trabalhem em conjunto com as transferências sociais monetárias. Ao coordenar as ações a montante e a jusante destas transferências, pode-se criar um efeito sinérgico que maximiza o impacto positivo do Programa e promove um desenvolvimento mais sustentável e equitativo a nível local.

### **Elementos críticos de sustentabilidade: as determinantes essenciais para a continuidade do KWENDA**

As TSM foram concebidas para ter um impacto duradouro nas comunidades que servem. No entanto, a questão principal é a continuidade dos potenciais efeitos do Programa após o fim do período de implementação e a capacidade das instituições e comunidades beneficiárias de manterem e consolidarem as iniciativas do Programa. Para aprofundar a compreensão dos desafios e oportunidades que as TSM enfrentam, é útil recorrer a observações e avaliações informais das operações do KWENDA nos municípios, bem como a conversas conceptuais sobre as perspectivas de continuidade do Programa. Portanto, alcançar a sustentabilidade do Programa é de facto possível e viável, embora necessite de uma estratégia abrangente e multifacetada.



Em primeiro lugar, é crucial garantir fontes de financiamento diversificadas. Ao reduzir a dependência de um único fluxo de financiamento e ao incorporar recursos públicos, privados e internacionais, o Programa pode garantir estabilidade financeira e resiliência. A institucionalização é outro elemento-chave, uma vez que a incorporação destes programas no quadro nacional de protecção social garante a sua permanência no Estado-providência, proporcionando um apoio consistente aos necessitados. Além disso, iniciativas de capacitação económica devem ser associadas às transferências monetárias, integrando programas de formação profissional, micro-financiamento e empreendedorismo para promover a auto-suficiência dos beneficiários. Igualmente importante é a monitoria e a avaliação contínuas do Programa para avaliar o seu impacto e a relação custo-eficácia, permitindo os ajustamentos necessários à melhoria da sua sustentabilidade. Em essência, embora nem todos os programas de TSM sejam inerentemente concebidos com desígnios de sustentabilidade, a implementação estratégica destas práticas pode reforçar significativamente a sua longevidade e eficácia. Alcançar a sustentabilidade a longo prazo requer um planeamento meticuloso, um compromisso político inabalável e a integração perfeita destes programas em políticas sociais e económicas mais amplas.

A sustentabilidade das TSM como o KWENDA, depende de vários factores interdependentes que impulsionam a sua viabilidade e impacto a longo prazo. No centro desta

sustentabilidade está o forte *compromisso político* de apoiar as iniciativas sociais de transferências monetárias, reflectindo a prioridade de Governação no alívio da pobreza através da atribuição de recursos e integração de políticas. Sem esta dedicação, os programas de TSM correm o risco de perder o impulso para garantir que os benefícios das transferências sociais monetárias se prolonguem no futuro.

O *compromisso financeiro* é igualmente fundamental. O fluxo contínuo de financiamento adequado permite que o Programa expanda a sua cobertura, aumente o valor dos benefícios e integre serviços complementares como o desenvolvimento de competências e os cuidados de saúde. No entanto, como já visto acima, para garantir um financiamento sustentável, é necessário ultrapassar os desafios burocráticos e mobilizar diversas fontes de financiamento, garantindo a transparência e a responsabilização para ganhar a confiança das partes interessadas.

O *reforço das capacidades institucionais* constitui a *espinha dorsal* de uma execução eficaz. O desenvolvimento das instituições governamentais e das capacidades locais garante a resistência dos programas às mudanças políticas e económicas, preservando assim a sua funcionalidade. Os esforços do Programa KWENDA na promoção das capacidades institucionais, desde a formação do pessoal até à melhoria dos processos administrativos, são cruciais para manter a prestação de serviços a longo prazo e melhorar a eficiência do Programa.

O reforço do *modelo de gestão do Programa*, que aumenta o conhecimento profundo e abrangente das instituições locais sobre as comunidades que servem. Ao envolverem-se directamente com os beneficiários, as instituições locais adquirem um conhecimento profundo das condições de vida e dos desafios enfrentados por estas comunidades. Este conhecimento detalhado permite uma tomada de decisões mais informada e permite que os serviços sejam adaptados para satisfazer necessidades específicas.

A *apropriação comunitária* amplia a sustentabilidade do Programa. O envolvimento activo das comunidades locais na concepção e execução dos programas garante que as iniciativas se baseiem nas necessidades locais, promovendo o apoio e a responsabilização a longo prazo. A apropriação gera um sentido de responsabilidade partilhada, tornando mais provável que os objectivos do Programa sejam atingidos e mantidos após o fim das intervenções externas.

Por fim, a *coordenação* e a *integração* com políticas sociais mais amplas e iniciativas de desenvolvimento são essenciais. Assegurar que os programas de TSM se alinham com outros projectos económicos e sociais não só otimiza os recursos, como também promove



uma abordagem holística para lidar com a pobreza e a vulnerabilidade. Ao associar as transferências de dinheiro à inclusão produtiva e aos esforços de desenvolvimento rural, o Programa garante que os beneficiários não só recebam alívio financeiro imediato, mas também sejam capacitados para buscar meios de subsistência sustentáveis.

Em conclusão, a longevidade e o sucesso de programas de TSM como o KWENDA dependem de uma fusão de forte vontade política, financiamento estável, modelo de gestão integrado, apoio institucional robusto, apropriação comunitária e integração estratégica com iniciativas de desenvolvimento mais amplas. Estes elementos formam, em conjunto, uma estrutura abrangente que permite que tais programas continuem a ter impacto muito para além da sua implementação inicial.

# Referências Bibliográficas

## Livros e Relatórios

- Banco Mundial. (2020). *Angola Poverty Assessment*. World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34057>
- Barrientos, A., & Hulme, D. (2009). *Social Protection for the Poor and Poorest: Concepts, Policies and Politics*. Palgrave Macmillan.
- Beegle, K., Coudouel, A., & Monsalve, E. (2018). *Realizing the full potential of social safety nets in Africa*. World Bank. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1164-7>
- Centro de Estudo e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC-UCAN). (2023). Relatório Económico de Angola 2020/2021.
- Damoah, K. A., Uytterhaegen, T., Tirivayi, N., & Daminelli, J. (2023). *O Impacto do Valor Criança – Programa Piloto de Transferências Sociais Monetárias em Angola*. UNICEF Innocenti – Escritório Global de Investigação e Prospectiva.
- Fundo Monetário Internacional. (2023). *Perspetivas Económicas Regionais da África Subsariana*.
- FAO, FIDA, UNICEF, PAM, & OMS. (2023). *O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo: Urbanização, transformação dos sistemas agro-alimentares e dietas saudáveis no continuum rural-urbano*. FAO. <https://doi.org/10.4060/cc3017en>
- Garcia, M., & Moore, C. (2012). *The cash dividend: The rise of cash transfer programs in Sub-Saharan Africa*. World Bank. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/435291468006027351/pdf/672080PUB0EPI0020Box367844B09953137.pdf>
- Governo de Angola. (2007). *Angola 2025: Angola um país com futuro - Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo*. <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdm-z/~edisp/minfin033817.pdf>
- Governo de Angola. (2023). *Estratégia de Longo Prazo Angola 2050*. <https://www.mep.gov.ao/angola-2050>



- Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Projecção da População 2014–2050*.
- MOSAIKO. (2021). *Políticas Públicas Inclusivas numa Perspectiva de Género*. <https://mosaiko.op.org>
- OIT. (2017). *Relatório Mundial sobre Protecção Social 2017–19: Protecção social universal para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável*.
- OIT. (2020). *A Protecção Social em Foco: Respostas de Protecção Social à Pandemia COVID-19 nos Países em Desenvolvimento*. <https://www.ilo.org>
- OIT. (2022). *Relatório Mundial sobre Protecção Social 2022: A Protecção Social numa Encruzilhada – Em Busca de um Futuro Melhor*.
- PNUD. (2022). *Gender Equality Strategy 2022–2025. United Nations Development Programme*. <https://www.undp.org>
- Zeufack, A. G., Calderon, C., Kabundi, A., Kubota, M., Korman, V., Raju, D., Girma Abreha, K., Kassa, W., & Owusu, S. (2022). *Africa's Pulse (No. 25)*. World Bank. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1871-4>

### Artigos de Jornais

- Baird, S., McKenzie, D., & Özler, B. (2018). The effects of cash transfers on adult labor market outcomes. *IZA Journal of Development and Migration*, 8(1), 1–20. <https://doi.org/10.1186/S40176-018-0131-9>
- Bartholo, L., Passos, L., & Fontoura, N. (2019). *Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de género: O que indicam as pesquisas nacionais? Cadernos Pagu*, 55, e195525. <https://doi.org/10.1590/18094449201900550025>
- Bastagli, F., Hagen-Zanker, J., Harman, L., Barca, V., Sturge, G., & Schmidt, T. (2019). The impact of cash transfers: A review of the evidence from low- and middle-income countries. *Journal of Social Policy*, 48(3), 569–594. <https://doi.org/10.1017/S0047279418000715>
- Correa, J. S., Daidone, S., Davis, B., & Sitko, N. J. (2023). Social protection and rural transformation in Africa. *Annual Review of Resource Economics*, 15(1), 305–327. <https://doi.org/10.1146/annurev-resource-101422-100158>

- Devereux, S., Masset, E., Sabates-Wheeler, R., Samson, M., Rivas, A., & Lintelo, D. (2017). The targeting effectiveness of social transfers. *Journal of Development Effectiveness*, 9(2), 162–211. <https://doi.org/10.1080/19439342.2017.1305981>
- Ellis, F. (2012). ‘We Are All Poor Here’: Economic difference, social divisiveness, and targeting cash transfers in Sub-Saharan Africa. *The Journal of Development Studies*, 48(2), 201–214. <https://doi.org/10.1080/00220388.2011.625408>
- Handa, S., Huang, C., Hypher, N., Teixeira, C., Soares, F., & Davis, B. (2012). Targeting effectiveness of social cash transfer programmes in three African countries. *Journal of Development Effectiveness*, 4(1), 108–78. <https://doi.org/10.1080/19439342.2011.641994>
- Hidrobo, M., Peterman, A., & Heise, L. (2016). The effect of cash, vouchers, and food transfers on intimate partner violence: Evidence from a randomized experiment in Northern Ecuador. *American Economic Journal: Applied Economics*, 8(3), 284–303. <https://doi.org/10.1257/app.20150048>
- Zeza, A., de la Brière, B., & Davis, B. (2010). *The Impact of Social Cash Transfers on Household Economic Decision Making and Development in Eastern and Southern Africa* (Draft).

## Documentos de trabalho

- Roelen, K., Devereux, S., Abdulai, A.-G., Martorano, B., Palermo, T., & Ragno, L. P. (2017). *How to Make ‘Cash Plus’ Work: Linking Cash Transfers to Services and Sectors*. Innocenti Working Paper, UNICEF Office of Research.
- Dervisevic, E., Perova, E., & Sahay, A. (2022). Conditional cash transfers and gender-based violence: Does the type of violence matter? *Policy Research Working Paper* (No. 10122). World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/099856507072222123>
- Devereux, S. (2020). Policy pollination: A brief history of social protection's brief history in Africa. *Working Paper, Institute of Development Studies*. <https://doi.org/10.19088/IDS.2020.004>

## Relatórios baseados na Web

UNICEF Malawi. (2021). *Social cash transfers spur financial inclusion*. UNICEF.

<https://www.unicef.org/malawi/stories/social-cash-transfers-spur-financial-inclusion>

World Bank. (2022). In Zambia, regular social cash transfers play a direct role in reducing poverty. *World Bank*. Retrieved from <https://www.worldbank.org>

Sizani, M., & Steyn, D. (2022, September 15). Closure of SASSA pay points ‘catastrophic’ for pensioners in rural areas. *GroundUp News*. <https://groundup.org.za/article/closure-of-sassa-paypoints-catastrophic-for-social-grant-beneficiaries-in-rural-areas/>

# Caderno de Anexos

**Anexo A2-1**

Resumo do quadro conceptual da avaliação do impacto

<b>Dimensões do Estudo</b>	<b>Questões de Estudo</b>	<b>Factores de Análise</b>	<b>Instrumentos de Recolha de Dados e Variáveis de Análise</b>
[1.1] Meios de vida dominantes	1.1.1	Fontes de renda predominantes	L1   L2   QLH1   QLH2   QLH3
	1.1.2	Sazonalidade das fontes de renda beneficiárias do Kwenda?	L3   L4   QLH5
	1.1.3	Mecanismos de sobrevivência alternativos	L5   L8   L10   L12   QLH4   QLH5
	1.2.1	Mecanismos de sensibilização e educação às comunidades beneficiárias.	PAC.1   PAC.2   GPAC.1
[1.2] Processo de Abordagem às Comunidades	1.2.2	Fontes seguras de informação sobre o programa	PAC.5   PAC.6   GPAC.1   GPAC.1.2   GPAC.1.3
	1.2.3	Percepções correctas sobre os objectivos do programa	PAC.11 a PAC.17
	1.2.4	Percepções correctas sobre a elegibilidade de beneficiários para o programa.	PAC.21 a PAC.27   AD4.6   QPC.43
[2.1] Processos de Cadastramento e de Confirmação   Validação	2.1.1	Local de cadastramento	PC1   GPC.2.1
	2.1.2	Constangimentos no cadastramento pelos beneficiários elegíveis as TSMs?	PC2   PC4   PC5   GPC.2.2
	2.1.3	Mecanismo de reclamação	PC6   PC7   PC4   GPC1.2
	2.1.4	Satisfação com o processo de reclamação	PC7   PC10   PC11   PC12
	2.1.5	Custos de cadastramento para beneficiários	PC2   PC3   PC8
[2.2] Processo de Pagamentos	2.2.1	Pagamentos trimestrais recebidos	G26   G27   [Base de dados do programa]   GPP.1.1   GPP.3.1   PP1
	2.2.2	Espaçamento   intervalo de tempo entre pagamentos.	PP4   PP5   GPP.3.3   GPP.3.4
	2.2.3	Modalidade   forma de pagamentos aos beneficiários	PP2   PP3   PP6   PP7
	2.2.4	Custos incorridos para receber o pagamento	PP8   PP9   PP10   GPP.3.1   GPP.3.2
	2.2.5	Experiencia com o método de pagamento	PP9   PP10   PP14   GPP.3.2
	2.2.6	Constangimentos com os pagamentos	PP8   PP18   PP19   PP20   GPP.3.3   GPP.3.4
	2.2.7	Modo preferencial de pagamento	

(continua)

Dimensões do Estudo	Questões de Estudo	Factores de Análise	Instrumentos de Recolha de Dados e Variáveis de Análise
[2.3] Saídas	Que benefícios as TSMs promoveram para o bem-estar dos agregados familiares?	2.3.1 Beneficiário directo do programa (relação com o chefe da família) 2.3.2 Formas de utilização do benefício recebido (como foi aplicado o dinheiro) 2.3.3 Tomada de decisões sobre a utilização do dinheiro	G25   G26   G23    BK1   BK3   BK4   GPP.3.5   BK2
	Que benefícios sociais indirectos foram promovidos pelas TSMs?	2.3.4 Os beneficiários podiam enviar os seus filhos para a escola? 2.3.5 Disparidades de género no acesso a escola 2.3.6 Decisão sobre o uso do dinheiro para educação.	E2   E3   E4   E5     G23A   E4   E5     E5   BK2 BK3 32 33
		2.3.7 Acesso regular as unidades sanitárias.	S5   S8   S9
	Que benefícios o programa provocou na segurança alimentar e nutricional dos agregados familiares?	2.3.8 Utilização do dinheiro para compra de alimentos 2.3.9 Frequência de consumo alimentar 2.3.10 Diversificação da dieta alimentar	BK1 (BK11-BK110)   BK2 (BK11-BK110)   CA01   CA02
	Evidências de que o benefício chega aos beneficiários de forma indiscriminada.	2.3.11 Discriminação na alocação dos recursos Kwenda no agregado familiar.	E5   S9   L10   L11   L12
	De que forma o programa provocou melhorias nos meios de vida locais?	2.3.12 Evidências de acesso aos recursos Kwenda pelos membros do agregado familiar.	E5   S9   L13   PS4.1.1-PS49.2
		2.3.13 A aplicação dos recursos na aquisição de bens de subsistência.	BK5 (BK41-BK47   BK51-BK55)   GPP.3.5
		2.3.14 Diversificação das Fontes de rendimento.	BK61   BK62   QLH6.P37
		2.3.15 Mudança na vida das famílias.	AD4.1   AD4.4   AD4.7
[3.0] Resultados	Qual foi o impacto global do programa no bem-estar socioeconómico dos beneficiários previstos?	3.1 Impacto em termos da criação de capital humano 3.2 Impacto em termos de empoderamento das mulheres. 3.3 Impacto em termos da percepção das comunidades sobre o programa.	29   30     32   33     PAC11 - PAC17   PS.40 - PS49



(continua)

Dimensões do Estudo	Questões de Estudo	Factores de Análise	Instrumentos de Recolha de Dados e Variáveis de Análise
[3.0] Resultados		<p>3.4 Melhoria do consumo per capita das famílias.</p> <p>3.5 Aumento da capacidade de poupança</p> <p>3.6 Aumento da capacidade de criação de propriedade e activos.</p> <p>3.7 Disparidades no impacto global do programa (geográfica, género, idade)</p>	<p>BK1(BK11-BK110)   BK2 (BK11-BK110)   2   4   5   6   12  </p> <p>BK65   BK66   BK67   BK69  </p> <p>BK51   BK52   BK44   BK45   BK47   BK51  </p> <p>G16   G23   G24   BK11-BK110   AD4.4   AD4.5   AD4.6  </p>
[4.0] Sustentabilidade	Até que ponto se pode esperar que os resultados positivos da intervenção durem uma vez terminada a intervenção?	Existem factores que actuam como potenciais obstáculos a realização deste objectivo, tais como custos elevados dos programas e/ou preocupações de dependência excessiva (incluindo mas não se limitando ao financiamento de doadores, programas externos de desenvolvimento de capacidades, etc.)?	11   14   38   AD4.2   AD4.3
[5.0] Efeitos de Repercussão	Que opinião   percepção têm os beneficiados e instituições sobre a continuidade (ou não) do programa Kwenda?	Existe algum obstáculo a realização dos objectivos do programa devido a estigmas preexistentes, preferências e estereótipos comunitários e percepções preexistentes de homens, mulheres e crianças na região?	26   27   28
	Os provedores de serviços de pagamento perceberam um mercado potencial entre a população do Kwenda?	Que opinião   percepção têm os beneficiados e instituições sobre a continuidade (ou não) do programa Kwenda?	GPP.3.6     7     10   35   36   37   39
	O programa contribuiu para criar um caso de negócios para que se alcancem mais segmentos populacionais marginalizados de baixa renda?	O Programa Kwenda teve um efeito mais amplo nas comunidades (Kwenda e não Kwenda)? Quais foram as razões para tal?	17   20   21
[6.0] Protecção Social	6.1 Que percepção e conhecimento os beneficiários têm sobre o CASI?	6.1 Conhecimento da existência do serviço CASI no município.	10     2   3   6   7
	6.2 Conhecimento sobre as funções do CASI.	6.2 Conhecimento sobre as funções do CASI.	20     G16   PS.40.1   PS.40.2     QPS.11   QPS.12     G16   PS.40.3   PS.40.4     QPS.41   QPS.49   QPS.42 - 49     2 ; 3 ; 4   8

(continua)

Dimensões do Estudo	Questões de Estudo	Factores de Análise	Instrumentos de Recolha de Dados e Variáveis de Análise	
[6.0] Protecção Social	Qual é o nível de acesso dos beneficiários aos CASI?	6.3 Evidência da utilização de algum serviço prestado através dos CASI.	G16   PS.41.1 - PS.45.1   QPS.31 - 33   5; 6   8   10	
		6.4 Acesso das mulheres ao CASI.	G23   PS.48.1   PS.49.1   PS.49.2   QPS.45   QPS.46   QPS.47   QPS.48   QPS.49	
	Que percepção e conhecimento os beneficiários têm sobre a função e trabalho dos ADECOS?	6.5 Melhoria do capital humano como resultado da utilização do CASI.		
		6.6 Objecto de trabalho e relações institucionais.	AD1.1 - AD1.4   20   23	
		6.7 Selecção e formação dos ADECOS.	AD2.1 - AD2.2	
		6.8 Desempenho e financiamento dos ADECOS.	AD3.1 - AD3.3   21   22   16	
	Qual a opinião dos beneficiários sobre a eficácia e eficiência do trabalho dos ADECOS?	6.9 Conhecimento e utilização de algum serviço prestado pelos ADECOS.	QPS.36   QPS37	
		6.10 Evidência da utilização de algum serviço prestado pelos ADECOS.	QPS.36   QPS37	
	[7.0] Questões de Género	Que percentagem de beneficiários do programa são mulheres? Será esta percentagem suficiente, dado o contexto local?	7.1 Percentagem de mulheres respondentes ao inquérito e registadas na base do SIIPS.	G23   G25   [Base de dados do programa]   QG.11   QG.13
			7.2 Agregados familiares liderados por mulheres <i>de facto e de jure</i> .	G25   PH e PM   QG.12
Em que medida é que o Programa contribuiu para a melhoria das condições de vida das mulheres, mobilidade e no aumento de activos?		7.3 Percepção de benefício para as mulheres.	QPG.41	
		7.4 Agregados liderados por mulheres com maior acesso a alimentos.	G23   PH-PM   BK1.1   BK5	
Houve consequências não intencionais, possivelmente negativas (como a GBV e o IPV) para as mulheres em		7.5 Agregados liderados por mulheres aumentam despesas em bens não alimentares.	G23   PH-PM   BK1.2   BK5	
		7.6 Agregados liderados por mulheres capazes de fazer investimentos em bens de produção e animais.	G23   PH-PM   BK1.4   BK1.5   32   33	
		7.7 Potenciais consequências derivadas da intervenção.	33	

**Anexo A3-1**

Níveis de pobreza multidimensional nos municípios da amostra

Província	Município da Amostra	Incidência (H) (%)	Intensidade (A) (%)	Índice de Pobreza Multidimensional (IPM-M)	Quartil de Pobreza
Cabinda	Cacongó	42,30	49,75	0,210	1
Cabinda	Belize	80,53	57,39	0,462	2
Zaire	Nzetu	60,86	56,60	0,345	1
Uíge	Songo	79,03	53,94	0,426	2
Luanda	Icolo e Bengo	70,04	54,63	0,383	2
Cuanza Sul	Seles	91,45	62,84	0,575	4
Malanje	Luquembo	97,87	65,97	0,646	5
Malanje	C. Catembo	98,26	67,29	0,661	5
Lunda Norte	Cuango	90,48	61,18	0,554	4
Benguela	Cubal	87,30	63,35	0,553	4
Huambo	Bailundo	76,82	55,34	0,425	2
Huambo	Londuímbali	80,85	56,08	0,453	2
Bié	Andulo	84,42	57,16	0,483	3
Moxico	Luau	85,09	57,96	0,493	3
Cuando Cubango	C. Cuanavale	97,21	66,07	0,642	5
Huíla	Cacula	97,40	64,65	0,630	5
Huíla	Gambos	96,18	64,21	0,618	5
Cunene	Namacunde	88,08	69,53	0,612	5
Lunda Sul	Muconda	97,27	64,20	0,624	5
Bengo	Bula-Atumba	89,25	57,56	0,514	3

Fonte: INE 2019

**Anexo A3-2**

Incidência de épocas de baixa disponibilidade de trabalho por município

Municípios	Total de Casos	Outubro   Dezembro	Janeiro   Março	Abril   Junho	Julho   Setembro
GERAL	2 975	37,0	28,0	25,8	41,2
Cacongo	107	34,6	48,6	13,1	20,6
Belize	198	20,7	58,1	27,3	15,2
Nzeto	99	29,3	19,2	26,3	41,4
Songo	16	37,5	6,3	6,3	56,3
Icolo-Bengo	263	42,2	29,7	11,4	45,6
Seles	133	40,6	49,6	18,0	27,1
C. Catembo	105	21,9	18,1	36,2	44,8
Luquembo	80	25,0	17,5	36,3	36,3
Cuango	112	24,1	24,1	40,2	25,9
Cubal	182	41,2	37,9	15,9	45,1
Bailundo	27	11,1	29,6	44,4	40,7
Londumbali	144	31,3	24,3	36,8	30,6
Andulo	55	21,8	29,1	29,1	38,2
Luau	236	42,8	8,9	46,2	36,4
C. Cuanavale	163	46,0	33,1	17,8	15,3
Cacula	258	37,2	27,1	19,8	67,1
Gambos	203	53,2	28,6	30,5	77,8
Namacunde	223	64,1	31,8	9,9	33,6
Muconda	238	35,3	10,1	45,8	35,3
Bula Atumba	133	9,0	12,0	10,5	78,2

### Anexo A4-1

#### Experiências dos beneficiários sobre o processo de cadastramento segundo o município

Município	Atrasos na resolução de questões de cadastramento		Inconveniência devido ao consumo de tempo		Celeridade e eficiência no processo		Sem opinião	
	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]	[N]	[%]
TOTAL	214	2,8	670	8,9	6 055	80,2	611	8,1
Caongo	8	1,9	122	29,1	344	82,1	0	0,0
Belize	8	2,2	124	34,5	234	65,2	0	0,0
Nzeto	3	0,8	48	13,3	311	85,9	1	0,3
Songo	1	0,3	13	3,4	372	96,6	0	0,0
Icolo-Bengo	3	0,7	73	18,0	211	52,1	103	25,4
Seles	2	0,5	8	2,1	286	75,5	74	19,5
C. Catembo	6	1,6	61	16,5	297	80,4	10	2,7
Luquembo	19	5,7	28	8,3	297	88,4	8	2,4
Cuango	7	1,8	28	7,3	349	90,3	4	1,0
Cubal	1	0,3	1	0,3	275	73,3	99	26,4
Bailundo	52	13,9	21	5,6	247	66,3	62	16,6
Londumbali	26	6,8	70	18,3	267	69,7	24	6,3
Andulo	6	1,6	24	6,2	342	88,3	42	10,9
Luuu	12	3,2	2	0,5	310	82,5	38	10,1
C. Cuanavale	26	6,1	16	3,8	393	92,5	28	6,6
Cacula	7	1,8	5	1,3	331	86,4	56	14,6
Gambos	3	0,8	5	1,3	352	93,4	27	7,2
Namacunde	13	3,4	5	1,3	350	90,7	28	7,3
Muconda	8	2,2	0	0,0	238	64,5	2	0,5
Bula-Atumba	3	0,9	16	5,0	249	78,6	5	1,6

**Anexo A5-1**

Preferência de modalidade de pagamento expressa pelos beneficiários segundo o inquérito

Município	Numerário		Via Bancária		Total	
	[ N ]	[ % ]	[ N ]	[ % ]	[ N ]	[ % ]
<b>Total</b>	5 770	76,4	1 781	23,6	7 551	100,0
Cacongo	166	42,8	222	57,2	388	100,0
Belize	345	88,5	45	11,5	390	100,0
Nzeto	219	60,5	143	39,5	362	100,0
Songo	347	90,1	38	9,9	385	100,0
Icolo-Bengo	296	73,1	109	26,9	405	100,0
Seles	334	88,1	45	11,9	379	100,0
C. Catembo	321	87,0	48	13,0	369	100,0
Luquembo	311	92,6	25	7,4	336	100,0
Cuango	344	89,1	42	10,9	386	100,0
Cubal	334	89,1	41	10,9	375	100,0
Bailundo	354	94,9	19	5,1	373	100,0
Londuimbali	329	85,9	54	14,1	383	100,0
Andulo	376	97,2	11	2,8	387	100,0
Luau	290	77,1	86	22,9	376	100,0
C. Cuanavale	271	63,8	154	36,2	425	100,0
Cacula	152	39,7	231	60,3	383	100,0
Gambos	159	42,2	218	57,8	377	100,0
Namacunde	259	67,1	127	32,9	386	100,0
Muconda	296	80,2	73	19,8	369	100,0
Bula-Atumba	267	84,2	50	15,8	317	100,0



**Anexo A5-2**

Razões que determinam a preferência pelo pagamento em numerário segundo o município

Município	Maior confiança no processo de entrega directa		Falta de conta bancária		Custos de manter uma conta bancária		Pontos de levantamento longe da aldeia/bairro	
	[ N ]	[ % ]	[ N ]	[ % ]	[ N ]	[ % ]	[ N ]	[ % ]
<b>Total</b>	<b>1 814</b>		<b>988</b>		<b>413</b>		<b>1 397</b>	
Cacongo	36	22,1	42	25,8	8	4,9	77	47,2
Belize	74	25,8	83	28,9	21	7,3	109	38,0
Nzeto	53	28,5	47	25,3	21	11,3	65	34,9
Songo	87	31,6	26	9,5	53	19,3	109	39,6
Icolo-Bengo	215	61,8	67	19,3	43	12,4	23	6,6
Seles	166	52,7	24	7,6	38	12,1	87	27,6
C. Catembo	58	29,4	18	9,1	34	17,3	87	44,2
Luquembo	76	31,8	40	16,7	25	10,5	98	41,0
Cuango	77	49,0	37	23,6	23	14,6	20	12,7
Cubal	106	55,2	26	13,5	18	9,4	42	21,9
Bailundo	118	42,3	89	31,9	6	2,2	66	23,7
Londuimbali	110	44,2	69	27,7	11	4,4	59	23,7
Andulo	116	43,9	47	17,8	26	9,8	75	28,4
Luau	61	28,5	127	59,3	8	3,7	18	8,4
C. Cuanavale	100	33,8	97	32,8	14	4,7	85	28,7
Cacula	51	33,1	5	3,2	3	1,9	95	61,7
Gambos	32	23,4	6	4,4	1	0,7	98	71,5
Namacunde	44	23,2	38	20,0	21	11,1	87	45,8
Muconda	75	33,0	68	30,0	34	15,0	50	22,0
Bula-Atumba	159	65,4	32	13,2	5	2,1	47	19,3

**Anexo A6-1**

Distribuição do valor monetário por categoria de despesas no agregado familiar segundo o município

Município	Valido	Bens Alimentares	Bens Domésticos e Habitação	Educação e Saúde	Investimento em Produção	Investimento em Anímais de Criação	Poupança	Outras Despesas Sociais	Outras Despesas Económicas	Total
	N	[ % ]	[ % ]	[ % ]	[ % ]	[ % ]	[ % ]	[ % ]	[ % ]	[ % ]
Total	7551	23,1	30,4	11,2	19,9	5,8	3,4	2,1	4,1	100,0
Caongo	388	24,5	24,1	14,4	20,3	1,1	6,7	0,0	6,3	100,0
Belize	390	24,5	21,5	22,3	16,2	2,7	9,0	0,0	2,0	100,0
Nzeto	362	13,5	32,5	9,4	24,0	7,2	4,3	3,9	2,7	100,0
Songo	385	11,4	33,5	19,4	26,1	2,0	2,7	3,0	1,4	100,0
Icolo-Bengo	405	24,1	30,5	10,3	18,6	2,8	5,9	2,2	3,4	100,0
Seles	379	24,2	29,3	6,8	18,4	7,8	2,6	1,1	7,1	100,0
C. Catembo	369	16,1	36,9	13,6	16,9	1,3	2,4	4,7	4,9	100,0
Luquembo	336	13,0	28,0	11,3	20,7	15,0	4,3	3,0	1,7	100,0
Cuango	386	19,1	30,1	9,2	25,5	5,5	2,5	2,4	4,5	100,0
Cubal	375	26,1	28,2	11,2	18,2	7,8	1,4	1,1	3,9	100,0
Bailundo	373	27,1	26,4	8,7	22,5	5,8	2,4	1,5	3,5	100,0
Londumbali	383	17,9	52,7	8,6	9,3	4,0	1,7	3,7	1,6	100,0
Andulo	387	17,9	26,6	10,3	18,6	11,4	1,7	1,0	5,4	100,0
Luau	376	15,6	29,4	10,0	26,6	8,2	3,2	0,9	5,9	100,0
C. Cuanavale	425	16,3	32,1	12,4	19,1	6,9	3,5	2,5	4,8	100,0
Cacula	383	24,8	30,9	10,0	19,3	5,9	1,6	1,5	4,1	100,0
Gambos	377	47,7	23,0	7,0	14,2	2,6	2,4	1,2	1,6	100,0
Namacunde	386	45,9	21,0	6,8	14,8	4,2	2,9	0,9	3,2	100,0
Muconda	369	16,7	30,6	9,2	23,6	5,4	3,1	3,1	5,8	100,0
Bula-Atumba	317	22,7	25,6	5,9	19,3	7,1	1,1	3,1	6,3	100,0

**Anexo A6-2**  
**Valor médio gasto por categoria de despesa segundo o município**

Município	Bens Alimentares		Habitação e Bem-estar		Investimento na Produção		Educação e Saúde	
	Média	Média Aparada 5%	Média	Média Aparada 5%	Média	Média Aparada 5%	Média	Média Aparada 5%
<b>GERAL</b>	<b>21 432</b>	<b>19 995</b>	<b>28 568</b>	<b>26 701</b>	<b>21 967</b>	<b>19 938</b>	<b>16 963</b>	<b>14 733</b>
Caongo	16 308	15 682	16 442	15 666	13 703	13 102	13 233	12 121
Belize	26 253	25 395	25 101	22 567	22 138	19 521	32 477	30 277
Nzeto	12 786	11 833	31 868	29 973	22 756	22 054	15 082	13 249
Songo	12 987	12 577	31 239	30 420	26 175	24 763	23 998	22 359
Icolo-Bengo	37 315	35 762	50 199	49 091	33 065	30 113	27 375	25 039
Seles	35 189	34 274	45 386	43 944	30 047	28 839	21 671	19 375
C. Catembo	13 152	12 299	32 737	31 927	17 994	15 935	20 045	18 262
Luquembo	12 563	12 180	24 764	23 593	20 541	18 832	16 015	14 673
Cuango	17 209	16 371	26 429	25 239	22 542	21 162	12 278	10 821
Cubal	30 433	29 666	35 426	33 789	25 490	23 082	20 500	18 402
Bailundo	33 576	32 544	34 767	33 220	28 955	27 066	15 761	13 946
Londumbali	5 050	4 802	14 876	14 936	6 334	5 806	5 251	4 653
Andulo	16 845	16 280	24 269	23 012	18 725	17 048	14 936	13 339
Luau	13 015	12 397	25 349	24 363	22 392	20 952	12 534	11 477
C. Cuanavale	13 589	12 606	26 859	25 542	19 227	17 301	16 117	14 426
Cacula	22 505	21 779	30 874	29 438	22 206	20 681	16 826	14 659
Gambos	24 138	24 008	13 928	13 326	11 610	11 121	8 333	7 512
Namacunde	30 065	30 117	17 296	16 433	13 966	13 130	9 054	8 165
Muconda	14 058	12 760	28 302	27 090	22 823	21 412	14 435	12 825
Bula-Atumba	31 830	31 150	34 995	33 867	27 117	25 341	16 820	14 369

**Anexo A6-3**

Diferenças entre grupos de beneficiários segundo os valores gastos por categoria de despesa

Categoria de Despesas	Grupo	N	Média	Desvio Padrão	F	df1	Sig. (valor-p)	Zscore (I)	Zscore (J)	Diferença de Média (I-J)	95% Intervalo de Confiança	Sig. (valor-p)
Bens Alimentares	Total	7 376	18 802	16 955,264								
	Grupo-1	1 296	10 943	11 009,401					Grupo-1	23355.405*	(21527,32 - 25183,49)	0,000
	Grupo-2	3 460	14 640	11 847,200	592	3	0,000	Grupo-4	Grupo-2	19658.343*	(18057,44 - 21259,25)	0,000
	Grupo-3	1 850	25 642	18 744,729					Grupo-3	8656.582*	(6933,53 - 10379,64)	0,000
	Grupo-4	770	34 299	23 275,615								
Bens Domésticos e Habitação	Total	7 376	24 947	21 904,366								
	Grupo-1	1 296	12 190	10 213,486					Grupo-1	32234.916*	(29838,64 - 34631,19)	0,000
	Grupo-2	3 460	22 078	18 288,887	504	3	0,000	Grupo-4	Grupo-2	22346.900*	(20248,41 - 24445,39)	0,000
	Grupo-3	1 850	31 142	22 821,676					Grupo-3	13282.555*	(11023,95 - 15541,16)	0,000
	Grupo-4	770	44 425	29 756,842								
Educação & Saúde	Total	7 376	9 247	15 510,320								
	Grupo-1	1 296	3 591	6 757,778					Grupo-1	8969.702*	(7139,51 - 10799,9)	0,000
	Grupo-2	3 460	9 289	14 146,422	88,3	3	0,000	Grupo-4	Grupo-2	3271.670*	(1668,92 - 4874,42)	0,000
	Grupo-3	1 850	11 752	18 479,638					Grupo-3	809.254	(-915,79 - 2534,29)	1,000
	Grupo-4	770	12 561	20 712,056								
Investimento na Produção	Total	7 376	17 008	18 917,628								
	Grupo-1	1 296	7 419	10 492,741					Grupo-1	19648.277*	(17481,41 - 21815,14)	0,000
	Grupo-2	3 460	15 950	16 474,383	244	3	0,000	Grupo-4	Grupo-2	11117.522*	(9219,93 - 13015,11)	0,000
	Grupo-3	1 850	21 518	21 029,977					Grupo-3	5548.899*	(3506,53 - 7591,27)	0,000
	Grupo-4	770	27 067	25 540,777								

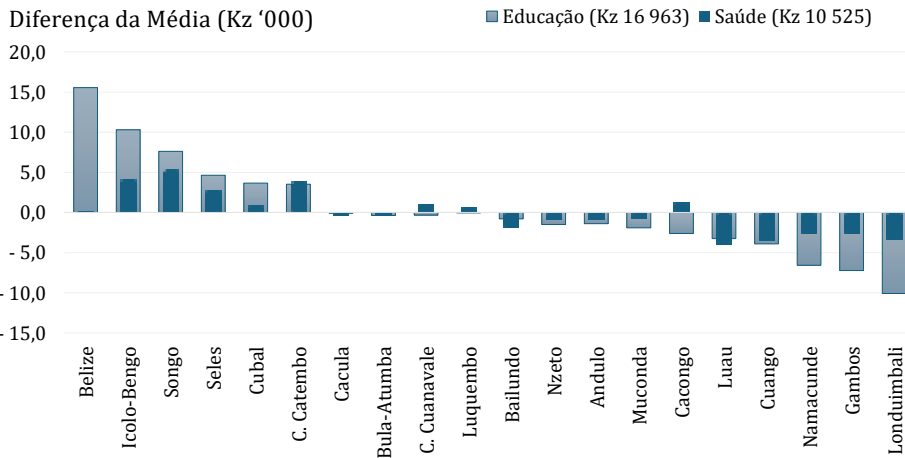
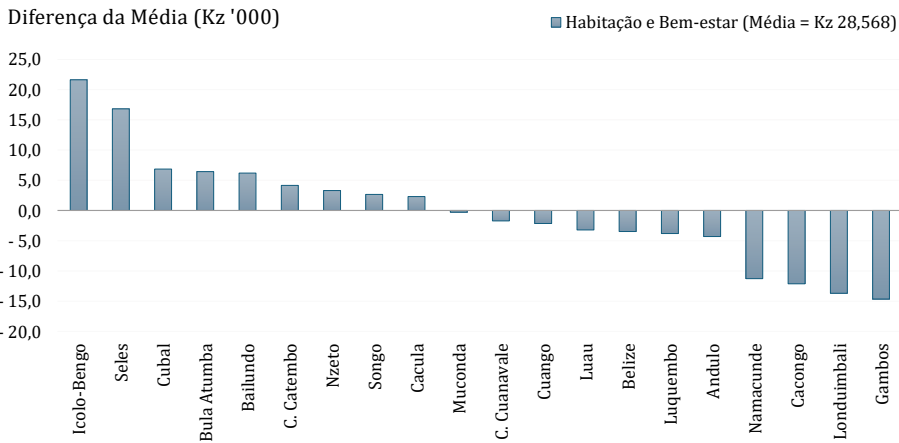
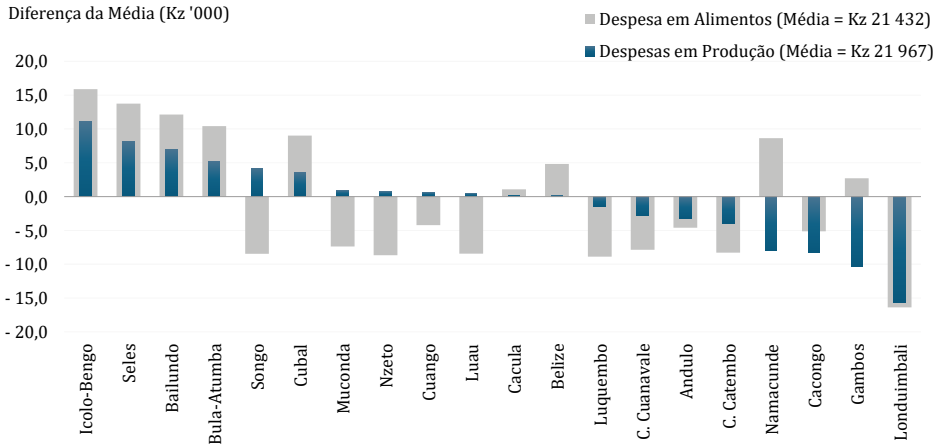
(continua)

Categoria de Despesas	Grupo	N	Média	Desvio Padrão	F	df1	Sig. (valor-p)	(I) Zscore	(J) Zscore	Diferença de Média (I-J)	95% Intervalo de Confiança	Sig. (valor-p)
Investimento em Animais	Total	7 376	4 898	11471,846								
	Grupo-1	1 296	2 137	5740,463					Grupo-1	5160,312*	(3797,9 - 6522,72)	0,000
	Grupo-2	3 460	4 406	9855,678	55,7	3	0,000	Grupo-4	Grupo-2	2891,192*	(1698,09 - 4084,29)	0,000
	Grupo-3	1 850	6 752	13534,722					Grupo-3	545,157	(-738,97 - 1829,29)	1,000
	Grupo-4	770	7 298	17357,511								
Poupança	Total	7 376	2 865	10186,048								
	Grupo-1	1 296	1 283	4936,766					Grupo-1	5067,359*	(3 854 - 6280)	0,000
	Grupo-2	3 460	2 650	8723,625	41,7	3	0,000	Grupo-4	Grupo-2	3700,288*	(2 638 - 4763)	0,000
	Grupo-3	1 850	2 924	11353,560					Grupo-3	3426,601*	(2 283 - 4 570)	0,000
	Grupo-4	770	6 350	16886,937								

\*. A diferença média é significativa ao nível de 0,05.

**Anexo A6-4**

Diferenças de despesas por categoria relativamente a média





**Anexo A7-1**

Diferença no valor médio de despesas feitas dentro e fora do município de intervenção

Produto   Ponto Geográfico	N	Média (Kz)	Desvio Padrão	df	F	Sig. (valor-p)	Fora do Município (I)	(J) & (I2)	Diferença de Média (I-J)	Sig. (valor-p)
<b>Sementes</b>										
Comércio Local	938	11 810	11897,938	2	2,4	0,091	(I)	(I1)	-1039,82	0,255
Comércio Municipal	224	10 362	8516,017	2	2,4	0,091	(I)	(I2)	408,57	1,000
Fora do Município	526	10 771	10518,187	2	2,4	0,091	(I)			
<b>Fertilizantes</b>										
Comércio Local	100	14 471	11487,070	2	1,2	0,304	(I)	(I1)	1549,12	0,881
Comércio Municipal	97	16 995	13085,770	2	1,2	0,304	(I)	(I2)	-974,72	1,000
Fora do Município	164	16 020	10720,830	2	1,2	0,304	(I)			
<b>Instrumentos de produção</b>										
Comércio Local	186	11 142	9032,513	2	1,98	0,140	(I)	(I1)	1552,42	0,377
Comércio Municipal	133	10 795	7681,397	2	1,98	0,140	(I)	(I2)	1899,24	0,287
Fora do Município	363	12 694	13167,531	2	1,98	0,140				
<b>Roupas e Calçados</b>										
Comércio Local	1 358	9 573	8267,335	2	14,5	0,000	(I)	(I1)	2204,980*	0,000
Comércio Municipal	1 070	10 952	8320,712	2	14,5	0,000	(I)	(I2)	826,16	0,224
Fora do Município	565	11 778	11201,653	2	14,5	0,000	(I)			

(continua)

Produto   Ponto Geográfico	N	Média (Kz)	Desvio Padrão	df	F	Sig. (valor-p)	(1) Fora do Município	(1) & (2)	Diferença de Média (I-J)	Sig. (valor-p)
<b>Rádio Televisão</b>										
Comércio Local	96	7 070	7134,956	2	15,8	0,000	(1)	(1)	10378,208*	0,000
Comércio Municipal	85	7 845	8841,796	2	15,8	0,000	(1)	(2)	9603,282*	0,000
Fora do Município	50	17 448	18719,315	2	15,8	0,000	(1)			
<b>Fogão e acessórios</b>										
Comércio Local	64	27 334	18423,848	2	0,51	0,599	(1)	(1)	2593,58	1,000
Comércio Municipal	46	28 063	16319,877	2	0,51	0,599	(1)	(2)	1864,91	1,000
Fora do Município	93	29 928	15049,768	2	0,51	0,599	(1)			
<b>Melhoria do tecto</b>										
Comércio Local	181	25 333	15168,220	3	6830	0,000	(1)	(1)	2619,030*	0,000
Comércio Municipal	149	27 190	15398,108	3	6830	0,000	(1)	(2)	762,25	0,644
Fora do Município	436	27 952	15987,345	3	6830	0,000	(1)			

\*. A diferença média é significativa ao nível de 0,05.

(1) Comércio Local

(2) Comércio Municipal

**Anexo A8-1**

Diferenças nos níveis de segurança alimentar entre segundo o género, grupo de beneficiários e forma de pagamento

<b>Classificação</b>	<b>Precário</b>	<b>Aceitável</b>	<b>Adequado</b>	<b>Alto</b>	<b>Total</b>	Pearson $\chi^2$	df	valor-p $\chi^2$	Coefi. $\lambda$	Coefi. Theil's U	Coefi. $C$
Total	[N] 1 078 [ %] 14,3	3 029 40,1	2 232 29,6	1 212 16,1	7 551 100,0						
<b>Sexo do Respondente</b>											
Homem	[N] 357 [ %] 11,4	1 206 38,6	994 31,8	564 18,1	3 121 100						
Mulher	[N] 721 [ %] 16,3	1 823 41,2	1 238 27,9	648 14,6	4 430 100	55.843a	3	0,0000	0,0000	0,004	0,086
<b>Grupo de Beneficiário</b>											
Grupo-1	[N] 420 [ %] 32,1	484 37,0	308 23,5	96 7,3	1 308 100						
Grupo-2	[N] 445 [ %] 12,6	1 589 44,9	1 038 29,3	467 13,2	3 539 100,0						
Grupo-3	[N] 176 [ %] 9,2	755 39,5	627 32,8	354 18,5	1 912 100,0	784.822a	9	0,000	0,021	0,035	0,307
Grupo-4	[N] 37 [ %] 4,7	201 25,4	259 32,7	295 37,2	792 100,0						
<b>Forma de Pagamento</b>											
Em numeração	[N] 606 [ %] 10,9	2 310 41,4	1 738 31,1	930 16,7	5 584 100,0						
Cartão Multicaixa	[N] 472 [ %] 24,0	719 36,6	494 25,1	282 14,3	1 967 100,0	207.070a	3	0,000	0,000	0,013	0,163

**Anexo A6-4**

Quadro de análise temática para a percepção individual de satisfação

Identificação de factores de satisfação (46.187 caracteres de texto)	Códigos iniciais relacionados	Pesquisa de temas (Códigos iniciais agrupados em temas específicos)
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Pela saúde da minha família e por causa do programa Kwenda</li> <li>● Ver a minha família feliz e saudável.</li> <li>● Ser um dos beneficiários do Kwenda".</li> <li>● Muito feliz porque, com a ajuda de Kwenda, a família conseguiu comprar um terreno.</li> </ul>	Códigos relacionados com o facto de o inquirido ser um beneficiário de Kwenda; o facto de haver Kwenda na aldeia.	1. O apoio de Kwenda
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apoio à família e o programa Kwenda</li> <li>● Viver sem problemas</li> <li>● Feliz da vida</li> </ul>	Códigos relacionados com a disponibilidade de dinheiro para satisfazer as necessidades básicas	2. Ter dinheiro
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Feliz por ter a oportunidade de comprar algo que perdeu quando o marido morreu,</li> <li>● A satisfação de cozinhar no fogão e ter alguma comida mesmo com tempo chuvoso.</li> </ul>	Códigos relacionados com a gratidão pela vida; a bênção de estar vivo;	3. Simples alegria de viver
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Está grata pelo que tem na vida e espera que Deus continue a abençoá-la.</li> <li>● Ela está feliz por fazer parte do programa</li> <li>● Ela está feliz por estar viva</li> </ul>	Códigos relacionados com a apreciação do facto de sermos reconhecidos como seres; o reconhecimento de que as pessoas existem.	4. Reconhecer que existimos
<ul style="list-style-type: none"> <li>● A minha vida está a compor-se gradualmente</li> <li>● Tenho ajuda do Estado</li> <li>● O Governo lembrou-se finalmente de nós.</li> </ul>	Factores relacionados com o facto de que ser saudável é uma grande fonte de felicidade.	5. Ser saudável
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Está satisfeita com o apoio do governo.</li> <li>● A chegada de Kwenda</li> <li>● A esperança de voltar a receber o dinheiro de Kwenda.</li> </ul>	A felicidade é o resultado do bem-estar da família; "família feliz, família saudável".	6. Bem-estar da família
<ul style="list-style-type: none"> <li>● O Kwenda chegou à minha aldeia.</li> <li>● O Kwenda está a funcionar</li> <li>● Porque satisfiz as minhas necessidades</li> <li>● Já terminei a minha casa</li> </ul>	Códigos relacionados com o facto de a disponibilidade e o acesso aos alimentos trazerem felicidade ao agregado familiar.	7. Segurança alimentar
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Os meus problemas foram resolvidos.</li> <li>● Porque agora tenho a minha própria casa</li> <li>● Porque vimos o FAS a trabalhar na aldeia</li> <li>● Vieram ter connosco e ninguém estava à espera.</li> </ul>	A felicidade surge como resultado da realização pessoal; alcançar objectivos pessoais.	8. Realização pessoal
	Códigos relacionados com o facto de os beneficiários reconhecerem o trabalho do governo.	9. O trabalho do Estado



# KWENDA

*Caminhar*

